UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN

JEFFERSON ADRIANO MAIER

LUTAR, CRIAR: EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO CONTESTADO, SÃO JOSÉ - SC

FLORIANÓPOLIS
2022

JEFFERSON ADRIANO MAIER

LUTAR, CRIAR: EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO CONTESTADO, SÃO JOSÉ - SC

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Centro de Ciências Humanas e da Educação - PPGPLAN/ FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.
Orientador: Profa. Dra. Carmen Susana Tornquist

FLORIANÓPOLIS
2022

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Maier, Jefferson Adriano
Lutar, criar: : experiência de organização política dos moradores da Ocupação Contestado, São José - SC / Jefferson Adriano Maier. -- 2022.
236 p.

Orientadora: Carmen Susana Tornquist
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2022.

1. Ocupações Urbanas. 2. Movimentos Sociais. 3. Ocupação Contestado. 4. Déficit Habitacional. 5. Dependência. I. Tornquist, Carmen Susana . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

JEFFERSON ADRIANO MAIER

LUTAR, CRIAR: EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO CONTESTADO, SÃO JOSÉ - SC

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Centro de Ciências Humanas e da Educação - PPGPLAN/ FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.
Orientador: Profa. Dra. Carmen Susana Tornquist

BANCA EXAMINADORA

Dra. Carmen Susana Tornquist (Orientadora)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Dr. Lino Fernando Bragança Peres
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Francisco Canella
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dra. Renta Rogowski Pozzo (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 26 de abril de 2022

Dedico este trabalho a todos e todas que ousam lutar para transformar a realidade. Pátria Livre, venceremos!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é talvez a parte mais difícil do trabalho, e olha que tiveram várias dificuldades neste percurso. É difícil olhar o que foi esse processo, em meio à pandemia, em tempos tão difíceis para os lutadores sociais e revolucionários, em um Brasil que se desfaz. Ao mesmo tempo, seria fácil agradecer em abstrato a todos e todas que me acompanharam até aqui e isso evitaria os erros de esquecer alguns. Mas ao mesmo tempo poderia parecer que cheguei aqui sozinho, quando na verdade, foi justamente o contrário, jamais teria chegado sem o apoio de muitas pessoas, que me auxiliaram em diferentes níveis – seja através de uma conversa de corredor, indicação de bibliografia, entrevistas, ou até mesmo com caronas, dividir uma refeição/café e apoio durante o processo de campo.

Em primeiro lugar, preciso agradecer a todas as moradoras e moradores, os ocupantes, da Ocupação Contestado e Vale das Palmeiras, que me possibilitaram atuar ao seu lado e me deram a oportunidade de traduzir parte dessa história que é patrimônio e conquista de toda a classe trabalhadora. Agradeço também as outras Ocupações que visitei em diferentes estados por me ensinarem todo dia um pouco mais.

Agradeço também a UDESC, universidade na qual realizo minha pós-graduação, a qual já cumprimentei uma vez quando me graduei. Repito o que fiz naquele momento: seria mentira dizer que a universidade facilitou para mim e abriu todas as portas que precisei, e agradecer como se a universidade fosse uma entidade sem disputas, e que todos ali (na época, o Centro de Artes) sempre quiseram o meu bem – felizmente no PPGPLAN encontrei outra universidade, ou melhor, encontrei a universidade. Na FAED vivi outra relação, distinta daquela no CEART, sou grato a todas as pessoas que possibilitaram isso. Agradeço em primeiro lugar aos trabalhadores que fazem a universidade continuar existindo, desde o trabalho incansável dos terceirizados, dos técnicos até as aulas de alguns dos meus professores.

Agradeço a minha orientadora, Carmen Susana Tornquist, pela parceria tanto na dissertação, quanto na luta política, pelos encontros em ocupações, atos e programações inusitadas, pelo seu comprometimento com a luta política e com a classe

trabalhadora. Mas também por pegar firme, pelo rigor sem rigidez, em trabalhar junto comigo na dissertação e por toda camaradagem que temos.

Agradeço ao professor Lino Peres (UFSC), incansável lutador e figura histórica na luta por moradia da Grande Florianópolis por ter sido parte da minha banca enquanto avaliador externo. Sou grato ao professor Francisco Canella, e a professora Renata Rogowski Pozzo, que estiveram presentes na pesquisa desde meu primeiro semestre no PPGPLAN, e mais do que avaliadores, foram também companheiros de pesquisa, professores exemplares que me auxiliaram muito.

Agradeço aos colegas da bolsa PROMOP, por todo suporte e momentos de distração e colaboração, que pena que a pandemia nos deixou distante uns dos outros por muito tempo, poderíamos ter aproveitado mais. Agradeço ao coordenador do programa David Dantas, e aqui dedico um abraço especial para nossa ex-coordenadora Gláucia Assis, pela sua contribuição ao PPGPLAN e à UDESC, em especial por ser exemplo de dedicação e manter firme os trabalhos durante o período de pandemia, organizando diversas programações essenciais, tanto para a avaliação do programa, mas também para a formação dos estudantes, vou lembrar com muito carinho desse período e do exemplo que a professora deu.

Dedico um abraço especial aos meus colegas que conheci desde os tempos no CEART, sou grato ao professor Douglas Ladik, meu orientador de extensão e de projeto de conclusão na graduação, e Mauro De Bonis, professor de várias disciplinas e colega do PPGPLAN como doutorando. Vocês me ajudaram muito e eu não estaria no PPGPLAN se não fosse o incentivo de vocês, junto do auxílio dos colegas Rafael Lewer, Luccas Coelho e Carmen Garcez. Agradeço ainda aos colegas do Centro Acadêmico de Design, o CADU, de onde veio minha vontade política de lutar, e o início da minha formação teórica, a partir das nossas "Sublimes" e rebeldes semanas acadêmicas, mas também nas paralisações e demais programações que encampamos em conjunto com outros cursos da cidade e do sul do país. Um abraço fraterno também para o antigo PET-IFSC, parceiros dessas atividades – na época coordenado pelo professor Iraldo Matias, e composto de muitos bons estudantes, com os quais compartilhei vários grupos de estudo e debates.

É fundamental agradecer também as Brigadas Populares SC, por ser a organização que me possibilitou tanto este contato de mais de seis anos, quanto as ba-

ses teóricas e atuação prática para conseguir realizar o presente trabalho, nesta organização estão as e os maiores intelectuais da TMD da atualidade, sem sombra de dúvidas. Em especial agradeço ao pessoal que atua na Serraria, que me acompanharam a maior parte do tempo, em campo e fora dele, nas mais diversas atividades que realizamos – acho que nossa militância também é um patrimônio muito rico e importante para toda a esquerda do nosso país, juntos vamos construir a nova maioria política que precisamos para mudar a realidade em que vivemos.

Por fim e com muito amor, agradeço a minha família, em especial aos meus pais, tanto pelo suporte durante toda minha trajetória quanto pelo amor, carinho e principalmente respeito pelas minhas escolhas profissionais e pessoais, sem vocês nada disso seria possível.

As grandes transformações não começam acima nem como fatos monumentais e épicos, e sim com movimentos pequenos em sua forma e que aparecem como irrelevante para o político e analista de cima. A história não se transforma a partir de praças cheias ou multidões indignadas, e sim, como assinala Carlos Aguirre Rojas, a partir da consciência organizada de grupos e coletivos que se conhecem e se reconhecem mutuamente, abaixo e à esquerda, e constituem outra política.

(Subcomandante Insurgente Marcos, 2007)

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a organização interna da Ocupação Contestado, Ocupação Urbana Organizada localizada no bairro Serraria, em São José/SC. A Ocupação surgiu a partir de um estelionato eleitoral que levou ao seu despejo, em 2012, e se reorganizou em conjunto com uma rede de apoiadores, composta por diversos atores na qual destaca-se a organização Brigadas Populares. A partir disso, as famílias sem-teto ocuparam outro terreno ainda naquele ano e lutam desde então por um conjunto habitacional. A pesquisa parte de uma análise crítica do acesso à habitação no país, comentando a formação socioespacial da Área Conurbada de Florianópolis, à luz das categorias: superexploração da força de trabalho e espoliação urbana. Em conjunto da sistematização e interpretação dos dados a respeito da moradia na região, principalmente a partir do conceito do Déficit Habitacional. Em um segundo momento, é apresentada algumas alternativas da classe trabalhadora para se contrapor à lógica da moradia enquanto mercadoria, tanto das décadas anteriores, quanto em curso na região, as atuais Ocupações Urbanas. Para compreender como funciona o caso específico da Ocupação Contestado, foi realizado um trabalho de campo composto de métodos etnográficos e entrevistas, realizados a partir da perspectiva da pesquisa militante. O trabalho de campo acabou por incorporar, em menor profundidade, outra comunidade no mesmo bairro, a Ocupação Vale das Palmeiras. Conclui-se que a Ocupação – além de uma necessidade prática advinda com o objetivo de reduzir o peso da superexploração e espoliação urbana, a partir da organização política – se torna o instrumento pelo qual se forma o sujeito ocupante, que passa a lutar por moradia. No caso específico da Ocupação Contestado, compreendemos melhor as mudanças internas que ocorreram na comunidade, e como se deram as adaptações dos métodos organizativos advindos da rede de apoiadores (compostas por organizações de esquerda e partidos políticos) para o cotidiano dos moradores, após quase dez anos de luta.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas; Movimentos Sociais; Ocupação Contestado; Déficit Habitacional; Dependência.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the internal structure of Ocupação Contestado, an organized urban occupation located in the neighborhood of Serraria, in São José, Santa Catarina state of Brazil. It emerged from an electoral fraud that led to its eviction, in 2012, and, after that, the occupation had to reorganize itself with the support of a network of agents, amongst which the organization Brigadas Populares would be highlighted. Thereafter, the homeless families occupied another land and are fighting for a popular housing project. The research starts from a critical analysis of the access to housing in the country, commenting on the socio-spatial formation of Florianópolis Conurbation Area, in the light of the categories: overexploitation of labor force and urban spoliation, together with systematization and interpretation of data regarding housing in the region, mainly based on the concept of Housing Shortage. In a second moment, some working class alternatives are presented to oppose the logic of housing as merchandise, from previous decades and from the current urban occupations in the region. To understand the specific case of the Ocupação Contestado, fieldwork consisting of ethnographic methods and interviews was carried out from the perspective of militant research. It ended up incorporating, in less depth, another community in the same neighborhood, the Ocupação Vale das Palmeiras. Our conclusion was that the occupation, besides a practical need to reduce the burden of overexploitation and urban spoliation, becomes through political organization the instrument through which the occupying subject is formed, who starts to fight for housing. In the specific case of Ocupação Contestado, we better understand the internal changes that took place in the community, and how the organizational methods coming from its supporters (composed of leftist organizations and political parties) were incorporated to the daily life of the residents, after almost ten years of struggle.

Keywords: Urban occupations; Social Movements; Ocupação Contestado; Housing shortage; Dependency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo e espacialização da Ocupação Contestado.....17
Figura 2 - Esquema representativo da Área Conurbada de Florianópolis.....55
Figura 3 - População da Área Conurbada de Florianópolis, 1949-2020*.....57
Figura 4 - Tabela de Levantamento COMUNITÁREAS.....67
Figura 5 - Déficit habitacional em Santa Catarina e na Região Metropolitana de Florianópolis em número de habitações.....72
Figura 6 - Gráfico de Déficit habitacional na Região Metropolitana de Florianópolis separado por componentes.....72
Figura 7 - Comparação do Déficit Habitacional segundo diferentes metodologias e fontes.....75
Figura 8 - Disposição das unidades habitacionais construídas pelo PMCMV.....81
Figura 9 - Capa do jornal Lutas da Maioria.....89
Figura 10 - Mapa das localizações aproximadas das Ocupações Urbanas organizadas politicamente em torno da Rede de Ocupações.....97
Figura 11 - Ruas da Contestado. Na imagem de cima, aparece a rua debaixo, e na imagem abaixo, a passagem de pedestres do meio, nomeada “beco” pelos moradores.....104
Figura 12 - Página do jornal Notícias do Dia, destacando o apoio que a Ocupação recebia das diversas organizações políticas e a situação do estelionato eleitoral.. 108
Figura 13 - Foto aérea com a área da Ocupação destacada.....110
Figura 14 - Fotografia do Encontro de Comunidades de Resistência em 2019.....116
Figura 15 - Moradoras e moradores durante a visita do então candidato à presidência da república, em 2018, Guilherme Boulos (PSOL/MTST).....117
Figura 16 - Esquema representativo das Comunidades Boa Vista e Ocupação Vale das Palmeiras a partir de imagens aéreas.....123
Figura 17 - Foto da primeira assembleia realizada em frente da casa de um dos moradores.....129
Figura 18 - Foto de assembleia realizada no espaço coletivo construído por moradores.....132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAINC	Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias
ACF	Área Conurbada de Florianópolis
AS	Aglomerados Subnormais
ATHIS	Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
BPs	Brigadas Populares
CABN	Coletivo Anarquista Bandeira Negra
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COHAB	Companhia de Habitação
FJP	Fundação João Pinheiro
GF	Grande Florianópolis
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
NR	Nova República
RMF	Região Metropolitana de Florianópolis
RPP	Resistência Popular Prolongada
SDS/SC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Santa Catarina
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15
1 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....30
1.1 EM CAMPO PELAS OCUPAÇÕES.....36
1.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....42
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO: A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....46
2 *O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ:* A ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS.....51
2.1 A FALTA DE MORADIA E AS ÁREAS EMPOBRECIDAS.....63
2.1.1 Aspectos quantitativos dos espaços de pobreza da ACF.....65
2.1.2 O Déficit habitacional.....68
2.1.3 Dados quantitativos do Déficit Habitacional.....71
2.1.4 As limitações da dimensão quantitativa.....76
2.1.5 A expressão concreta da exclusão à moradia.....79
3 AS DISPUTAS PELO URBANO E A LUTA POR MORADIA.....84
3.1 OS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA E OS CONFLITOS POR TERRA RECENTES NA ACF.....95
3.2 “A NOSSA LUTA AQUI VALE MAIS QUE OURO EM PÓ”: A OCUPAÇÃO CONTESTADO.....102
3.2.1 O início da ocupação e organização coletiva.....106
3.2.2 Transformações socioespaciais da Ocupação Contestado.....113
3.2.3 A Atuação do Estado.....118
3.3 VALE DAS PALMEIRAS, MAIS UMA OCUPAÇÃO.....120
3.3.1 O surgimento “espontâneo” e o crescimento da área.....123
3.3.1.1 Os processos de despejo.....126
3.3.2 O início da organização coletiva.....129
3.4 O território e a organização produzida.....133
3.4.1 A moradia e o sentido de “sair do aluguel”.....137
3.4.2 A organização, as assembleias e o sentido coletivo da luta por moradia.....140
3.4.2.1 A questão da “união”.....147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....152

REFERÊNCIAS.....159
ANEXO I – FALAS DOS MORADORES (III SEMINÁRIO ATORES E PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES).....167
ANEXO II – ENTREVISTAS DOS MORADORES DA CONTESTADO..170
ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....229
ANEXO IV – DOCUMENTOS RELACIONADOS À MESA DE NEGOCIAÇÃO.....231

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa as lutas por moradia na Ocupação Contestado, localizada em São José, município catarinense pertencente a Região Metropolitana de Florianópolis. Foi realizada uma pesquisa sobre os métodos organizativos e políticos no interior da Ocupação para entender como a organização política da Ocupação se faz presente na vida das moradoras e moradores, e como influencia seu cotidiano dentro e fora da ocupação. Além disso, considera-se aqui também o inverso – como sua prática diária em outros espaços influência o cotidiano na Contestado[1]. A esta pesquisa interessou entender como que o morador de uma ocupação urbana organizada politicamente (o qual chamaremos de *sujeito ocupante* ou *ocupante*) se compreende como parte da totalidade, e qual o papel que os instrumentos da organização política tiveram e têm na sua experiência.

A Ocupação Contestado surge em 2012, no município de São José, situado em área conurbada à Florianópolis. Seu nascimento e organização ocorre no contexto da campanha eleitoral para a prefeitura da cidade daquele ano, durante um comício realizado no dia 03 de outubro, do candidato a reeleição para a prefeitura da cidade, Djalma Berger (PMDB/MDB), tendo como vice Círio Vandresen, do PT. A coligação “São José pra nossa gente” incluía ao todo 14 partidos (PRB, PDT, PT, PMDB, PR, PSDC, PHS, PMN, PTC, PV, PRP, PPL, PC do B), e o comício foi realizado na companhia de seu irmão Dário Berger, que na ocasião era prefeito da capital do Estado e cidade vizinha, Florianópolis, também do PMDB/MDB.

No evento realizado na região do bairro Serraria, conhecida por José Nitro, os candidatos prometem regularizar a situação de moradores que ocupavam um terreno particular na Avenida das Torres e estavam sob ameaça de despejo. Diante da promessa (vinda de figuras de autoridade e com capacidade para cumprir) o número de pessoas no terreno aumenta, muitas pessoas saem de casas nas quais moravam, seja de aluguel ou de favor, e se comprometem financeiramente com a compra de materiais. Constroem ali alguns bar-

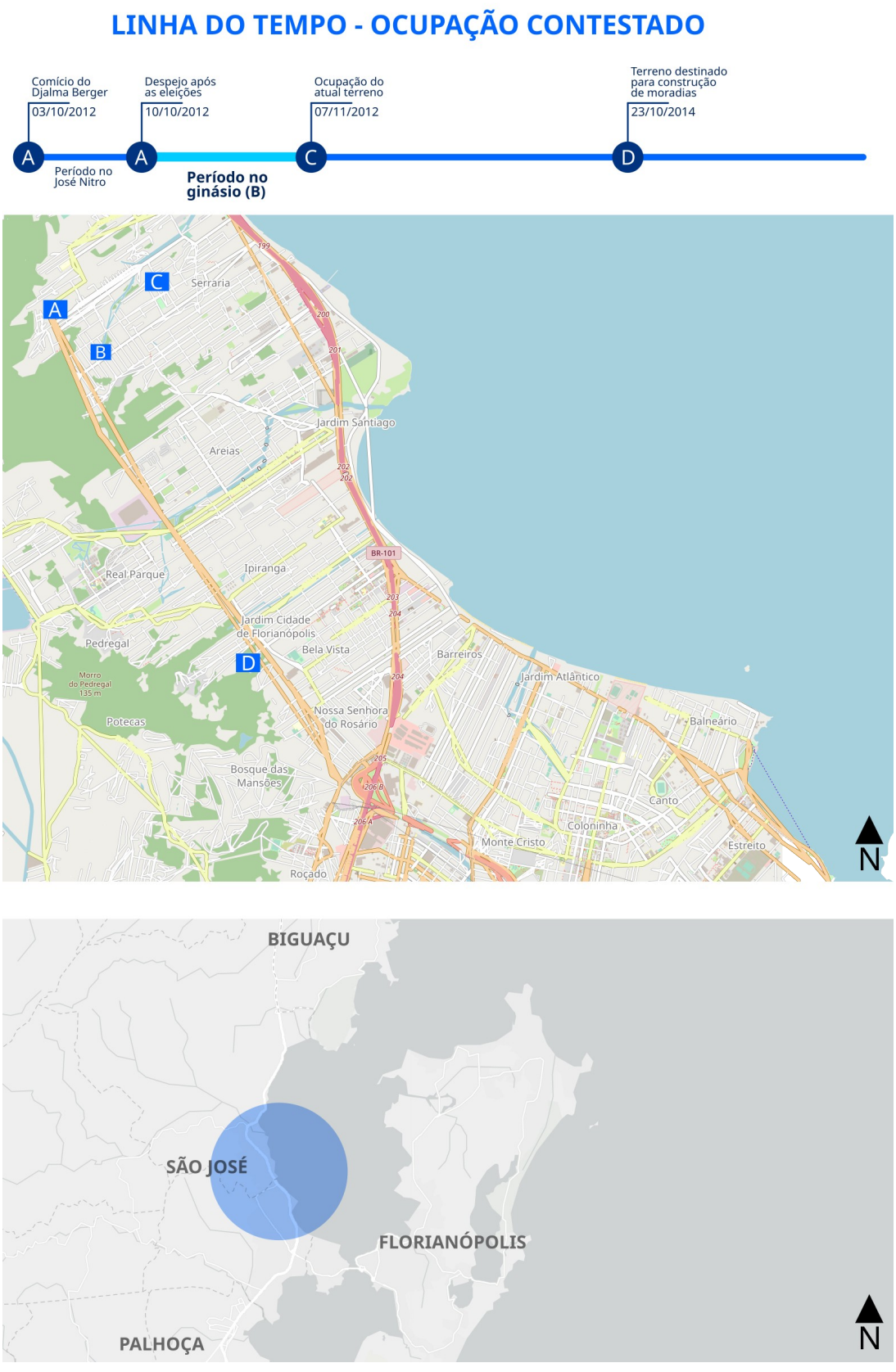
[1] Daqui para frente diferenciaremos Ocupação para as ocupações urbanas com a primeira letra em maiúsculo, ou chamaremos a Ocupação apenas pelo seu nome. Enquanto o verbo ocupar será em minúsculo.

racos de lona e madeira, tentando conquistar “o sonho da casa própria”, isto é, um lugar próprio para morar onde não dependam da relação entre parentes, ou de dividir cômodos, ou ainda, do compromisso com onerosas quantias mensais de aluguel em um espaço que nunca seria seu, no terreno prometido (MAGALHÃES, TONIN, 2015).

Djalma é derrotado pela sua concorrente Adeliana Dal Pont (PSD) pleito do dia 07 de outubro. Três dias depois, no dia 10 de outubro, através da ordem judicial de reintegração de posse que corria, a polícia mobiliza um efetivo de mais de 200 homens para despejar as famílias, cumprida em uma manhã. Esse caso – uma expressão local do chamado estelionato eleitoral, corriqueiro no Brasil – marca, como veremos depois, o início do processo que culmina na organização da Ocupação Contestado, alguns dias depois.

A partir da divulgação da ação de despejo naquele dia, por rádios locais, e da denúncia sobre as arbitrariedades e violência cometidas contra os sem-teto, algumas pessoas – integrantes de diversas organizações políticas, de movimentos sociais e de sindicatos da região se organizam – acorrem à localidade do conflito e iniciam um processo político organizativo junto aos despejados, conformando o que chamaremos de rede de apoio. Entre as organizações presentes naquele momento, podemos citar o MST (Movimento dos trabalhadores Sem-Terra), CABN (Coletivo Anarquista Bandeiras Negras), e BPs (Brigadas Populares), única organização que segeu atuando com a Ocupação atualmente e da qual eu, autor desta pesquisa, faço parte desde 2016. A linha do tempo abaixo apresenta as localizações dos eventos citados aqui, sintetizando também as datas junto de outras informações que serão apresentadas ainda na introdução.

Figura 1 - Linha do tempo e espacialização da Ocupação Contestado



Elaboração própria do autor a partir de mapa do Openstreetmap. Fonte: Acervo pessoal.

Na figura temos em destaque o período no Ginásio (B), compreendido em cerca de 27 dias, que vai desde quando os despejados, em conjunto com a rede de apoio, garantem sua estadia provisória no local, até a ida a pé ao novo terreno, que fica nas proximidades. O período de permanência nesse Ginásio, apesar de breve, foi marcado por uma programação intensa: ali passaram a se encontrar e interagir diferentes sujeitos políticos, entre os quais as Brigadas Populares, organizações políticas, movimento estudantil e moradores despejados. Foram formadas comissões para garantir a organização do espaço com o objetivo de contribuir com a organização deste grupo. Ali passaram a acontecer reuniões e assembleias para organizar o espaço e também os próximos passos da luta: estava sendo formado o sujeito ocupante, que aprendia sobre seu direito à moradia e entendia que deveria garanti-lo na prática, a partir da sua classe. Nesse processo – e naquele momento específico – a iniciativa de apoio às vítimas do despejo violento foi se transformando em uma proposta de organização de uma ocupação, com vistas a conquistar o direito à moradia, direito tal previsto pela Constituição federal e pelo Estatuto da Cidade. Dessa forma, o que hoje é a Ocupação Contestado passou a fazer parte dos movimentos de luta pela moradia que vem se espraiando pelo país e que se aprofundaram no início do século XXI.

A proximidade do ginásio com o terreno escolhido para ocupar facilitou o processo, que inclusive foi feito a pé pelos ocupantes e apoiadores, durante a madrugada do dia 07 de novembro (C). O fator de proximidade geográfica contribui também para que as famílias não perdessem suas redes para recomeçar a vida do zero, mantendo: desde serviços públicos, como creches, escolas e atendimentos na saúde e assistência, e até de amigos, vizinhos, familiares e demais conhecidos. Esse é também um fator ponderado na escolha dos movimentos sociais por áreas de interesse para realizarem ocupações urbanas. No caso específico, o segundo terreno era da mesma empresa proprietária – a Imobiliária Suvec Limitada – e foi escolhido por não cumprir uma função social, estava abandonado há muitos anos não servindo para moradia, nem qualquer outro uso.

A rede de apoio que auxiliou os moradores naquele momento contou com a presença de diversas organizações políticas e partidos de esquerda,já

citados. A partir dessas organizações foram sendo decididas as metodologias e métodos da nova Ocupação, tanto das reuniões e assembleias, quanto de estilo de coordenação, com a divisão territorial em lotes e núcleos.

Desde 2014, a Ocupação Contestado encontra-se em processo de mesa de negociação com a prefeitura para a construção de um projeto habitacional na mesma Avenida das Torres, em um terreno da União (ponto D na figura acima), mais próximo ao centro da cidade do que o terreno no qual sofreram o primeiro despejo. Apesar de ser um pouco distante do bairro da Serraria, por estar próximo à Avenida das Torres se mantém atraente para os ocupantes, o que garante uma boa circulação na região. A comunidade já obteve diversas promessas para a construção de um projeto Minha Casa Minha Vida, porém, tanto pela morosidade na resolução de burocracias na escritura do terreno, quanto pela falta de vontade política da Prefeitura de São José (justamente pelo ponto privilegiado em que o terreno se localiza) nunca foi iniciado. Além disso, alternativas como a construção de casas pelos próprios moradores, de forma associativa, ou até mesmo a urbanização via programas municipais foram e são seguidamente negadas pela mesma prefeitura.

Através de negociações com a prefeitura, e da publicação no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro de 2014, A chamada mesa de negociação reuniu uma série de atores diferentes da administração pública em diversos níveis, entre representantes da Caixa Econômica Federal, mas principalmente a participação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que foi quem garantiu que o uso do terreno deveria ser para Habitação Social.. Nos idos de 2016, alguns anteprojetos chegaram a ser apresentados posteriormente pela prefeitura em reunião com as famílias e Brigadas Populares, sem nunca, no entanto, entrarem em licitação ou alguma etapa mais avançada para sua concretização. Tal negociação não se faz objeto da pesquisa, mas devida sua importância é citada em alguns momentos.

O presente trabalho buscou contextualizar a história da Ocupação Contestado, embora relatada aqui de maneira singular, já que é uma constante na história das ocupações urbanas, e não uma exceção da questão da moradia em geral. Mesmo que haja singularidades, principalmente relacionadas à organização política, chamamos à atenção a essas constantes na história brasileira,

como a necessidade da classe trabalhadora de autoconstruir sua moradia, e ocupar terrenos e imóveis ociosos, até a prática do estelionato eleitoral, esta última deu origem a essa Ocupação.

Durante o andamento do presente trabalho, já em 2020, com o aprofundamento da crise econômica e sistêmica no Brasil – intensificada pela pandemia da COVID-19 que surgiu no mundo e, primeiro, por conta da paralisação de largos setores e atividades econômicas e, depois, por causa das exigências de distanciamento social e quarentena (medidas de segurança que só puderam ser cumpridas por alguns setores) – houve por um breve período uma baixa atividade na Contestado, em termos de eventos e atividades de militância. Porém, no final daquele ano e em 2021, o marasmo deu lugar a uma intensa atividade no mesmo bairro, Serraria, em outra ocupação urbana, a Vale das Palmeiras, que enfrentava uma ação de despejo. Através do contato entre moradores do mesmo bairro, quando a Vale pediu ajuda à Contestado.

A partir do contato entre as duas comunidades, a Vale passou a se organizar politicamente, na tentativa de reverter ambas as ordens de despejo. A aproximação, inicialmente entre amigos e vizinhos, logo se converteu em uma relação de compromisso e luta por moradia entre as duas Ocupações, no sentido de auxiliar os moradores a se manterem no local, e organizar a comunidade. A Vale das Palmeiras está localizada nas margens da Avenida das Torres, a poucos metros do primeiro terreno ocupado pelos moradores da Contestado, parte em uma Área de Preservação. A ocupação enfrenta tanto uma reintegração de posse da imobiliária proprietária do terreno, e uma Ação Civil Pública do Ministério Público de Santa Catarina, por crime ambiental, na qual as famílias não são chamadas para se defender.

No momento de finalização da dissertação, em abril de 2022, a ocupação contava com pouco mais de 200 casas, segundo o processo da Ação Civil Pública[2]. Até então, a Ocupação enfrentou também duas operações de despejo no ano de 2021. Ambas foram barradas por ação de advogados populares e pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário da Defensoria Pública do Estado, somada às vigílias e atividades agitativas (sic), tais como interven-

[2] Anteriormente, nos idos das operações de despejo em 2021, o número de casas era de 150, segundo dados da prefeitura e divulgados pela imprensa local. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/decisao-do-stf-impede-demolicao-de-150-casas-em-sao-jose>.

ções com fotos, denúncias em vídeos e panfletagens, dos moradores e Brigadas Populares, e posteriormente pela lei do Despejo Zero. Por conta da relação entre as duas comunidades, e do trabalho militante do autor, a Vale foi inserida enquanto um subcapítulo aqui, para explicar com mais detalhes o fenômeno da falta de moradia na região, de maneira mais geral. Para tanto, as atividades de campo realizadas lá, devidamente registradas em diário de campo, são trazidas para a dissertação através do método etnográfico.

O momento de pandemia também tem impacto direto não apenas na luta por moradia, mas nas reflexões que devem ser feitas sobre a questão habitacional no Brasil e na América Latina. Se para nos prevenirmos da infecção do Coronavírus (e talvez de futuras pandemias) é necessário isolamento social e ficar em casa, como é possível concretizar essa medida sanitária em um país no qual o déficit habitacional ultrapassa 6 milhões de moradias, e a única alternativa apresentada para a população é algum tipo de ocupação de área irregular ou a rua?

Soma-se a isso o notável – e ainda pouco sistematizado em Santa Catarina – aumento dos despejos e remoções e aumento da população em situação de rua em nosso país[3], justamente na pandemia; período contemporâneo, ou posterior em poucos anos, ao esvaziamento de orçamentos para pastas habitacionais e até mesmo a extinção de órgãos que cuidam desses assuntos em alguns municípios, como a extinção da Secretaria de Habitação de Florianópolis, e a liquidação, com sucessivas tentativas de vendas de imóveis da COHAB-SC, ambas em 2017.

Há também de se considerar o aumento do aluguel urbano no Estado de Santa Catarina, principalmente na região metropolitana de Florianópolis, onde o município de São José teve o maior aumento entre 2020-2021 pelo índice FipeZap, de 26,2%, e Florianópolis, o segundo maior aumento entre as capitais do país, 11,59%. Embora o preço do metro quadrado de Santa Catarina não chegue no patamar das grandes capitais do país, principalmente no sudeste, os aumentos foram bem acima da média brasileira, que foi de 3,87%[4].

---

[3] Alguns dados de 2020 da cidade de São Paulo estão disponíveis em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/O-aumento-dos-alugu%C3%A9is-e-os-despejos-em-tempos-de-pandemia-em-S%C3%A3o-Paulo> Há também um mapa desenvolvido pelo LabCidade: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/> Acesso em junho de 2021.

A questão é notável, não só em aspectos quantitativos, mas também em termos qualitativos: a escalada de violência contra os movimentos sociais que lutam por terra urbana e rural atingiu outro patamar, não apenas físico mas também simbólico no período recente. As imagens do despejo da Ocupação do terreno anexo ao Centro Cultural do Banco do Brasil (Brasília, 2021), é um dos exemplos: a comunidade sofreu ao todo quatro operações de despejo, que colocaram abaixo casas improvisadas, uma escola comunitária, e prenderam quatro militantes de diferentes partidos[5]. Quanto à violência no campo, foi representativo o discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura online da Expozebu, um evento ruralista de exposição de gado, na qual atacou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Liga dos Camponeses Pobres, considerando-os um "foco de terrorismo ainda mais grave em Rondônia"[6], enquanto defendia veementemente a propriedade privada.

Tão grave era a situação da moradia que o Supremo Tribunal Federal (STF), em junho de 2021, por meio do ministro Luís Roberto Barroso e a partir de pedido ajuizado pelo PSOL, publicou a medida cautelar 828, que tem por objetivo:

> Ação que tem por objeto a tutela dos direitos à moradia e à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade. Pedido cautelar de suspensão imediata de todos os processos, procedimentos, medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse enquanto perdurarem os efeitos da crise sanitária da COVID-19 (BRASIL, 2021).

Com essa medida, estavam suspensos por seis meses os despejos em ocupações, bairros, comunidades ou favelas consolidadas até o dia 20 de março de 2020, data de início da pandemia. Devido às fortes mobilizações populares, a medida foi prorrogada até o final de março de 2022 pelo STF, e novamente até o final de junho. Vale mencionar também, que o pedido feito pelo partido usou como base as denúncias da campanha Despejo Zero, e foi construído independentemente dos Projetos de Lei aprovados em alguns Estados

---

[4] Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/florianopolis-e-a-capital-do-brasil-com-maior-aumento-do-aluguel-em-2021-veja-valores> Acesso em fevereiro de 2022.

[5] https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/04/4916817-apos-acao-de-despejo-escolinha-do-cerrado-e-demolida-quatro-sao-presos.html

[6] O discurso está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8T1lAbp_Rc> e a nota de repúdio dos movimentos sociais em: <https://apiboficial.org/2021/05/10/nota-de-repudio-as-declaracoes-de-bolsonaro-e-solidariedade-a-liga-dos-camponeses-pobres/>. Acesso em junho de 2021.

que também suspendem despejos e reintegrações. Em Santa Catarina o projeto que previa a suspensão dos despejos, o PL 155/21 de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera (PT) foi derrotado na Comissão de Constituição e de Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por 6 votos a 2 no dia 10 de agosto de 2021, revelando a falta de políticas públicas do Estado Catarinense com os mais pobres.

Entender a questão habitacional no Brasil, um país dependente e periférico na dinâmica do capitalismo, é uma tarefa complexa e exige ações em diversas esferas. A presente pesquisa se soma a essa tarefa, então, com o esforço de compreender como uma ocupação catarinense se organizava em torno da luta por moradia, e acaba imbricada e incorporando essa complexidade.

Assim, a presente pesquisa surgiu da necessidade de compreender melhor as raízes do problema da (falta de) moradia, e como, mesmo atravessando um governo progressista que incluiu os mais empobrecidos no mundo do consumo, inclusive no mercado de imóveis, e criou programas de renda e habitacionais, esse problema apenas se agudizou.

Se a habitação aparece, então, como um problema no capitalismo, é preciso também entender as formas de organização que partem dos trabalhadores em seus espaços de moradia para tentar diminuir o insustentável peso de morar. Dado que, de maneira hegemônica, o mercado não deu conta, e nem tem interesse de resolver a questão habitacional, passamos então a observar e, a partir do método científico, qualificar e sistematizar a maneira pela qual uma ocupação resolve, ou tenta resolver, a falta de moradia para além das dinâmicas mercantis para as pessoas que ali residem. Neste sentido, qualificar envolve um esforço redobrado, que passa por tentar diferenciar uma Ocupação Organizada dos espaços de pobreza e assentamentos informais distintos.

Isso posto, faz-se necessário aprofundar as problemáticas no plano local, aqui entendido como a Área Conurbada de Florianópolis. O presente estudo colabora com alguns poucos, mas valorosos, esforços para contrapor as narrativas e práticas hegemônicas das classes dominantes, que até então produziram uma área segregada, encarecida e excludente. Portanto, a pesquisa social é um dos instrumentos para apontar direções para mudar essa situação – instrumento ainda mais necessário no período atual de pandemia e de nega-

cionismo científico, somado aos desmontes da política habitacional brasileira. Este é um material compromissado, não no sentido que assume o Estado Dependente (MARINI, 2013), mas de compromisso com os setores populares, trabalhadores e povos oprimidos, e que visa a transformação social (JAUMONT; VERSIANI, 2016).

O trabalho a seguir foi dividido em três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo apresentar a metodologia, iniciao com o percurso de campo, apresentando a forma como se deu as entrevistas durante a pandemia, seu formato e a escolha pelo roteiro semiestruturado, junto à metodologia da pesquisa militante e o método etnográfico. Apresento os sujeitos da pesquisa, os informantes entrevistados, da Ocupação Contestado e os materiais documentais que também são utilizados. Posteriormente, desenvolvo uma sessão abordando o referencial teórico utilizado, principalmente os principais conceitos da Teoria Marxista da Dependência, a superexploração do trabalho, e a espoliação urbana.

No segundo capítulo abordo o desenvolvimento recente da Área Conurbada de Florianópolis a partir de pesquisas que apresentam seu desenvolvimento socioespacial, que é por sua vez também histórico, tendo o espaço como seu produto. Na perspectiva assumida aqui, o espaço deve ser considerado então como o conjunto do acúmulo de formas e relações sociais do passado e do presente, em permanente movimento e evolução, que é por sua vez desigual em espaços e territórios desiguais. Por sua vez, como fruto – e produtor – de relações sociais, o espaço passa a ser social, determinado pelas relações dessa natureza, e determinante das relações sociais que se dão e darão sobre eles (SANTOS, 2004). Apoiado em bibliografias que refletiram sobre a região – mapeei os sujeitos e atores e dispor eles no tabuleiro da luta de classes, mas qualificá-los, e compreender suas intenções e resultados do seu projeto de classe.

Desenvolvi também neste capítulo uma leitura acerca dos dados do déficit habitacional do Estado e da região trabalhada com informações de distintas fontes, locais e nacional, buscando entender a tendência, em termos quantitativos, da falta de moradia na ACF. Posteriormente os dados foram cotejados com uma análise qualitativa, a partir da obra de Friedrich Engels e outros auto-

res latino-americanos, para entender tanto a limitação da dimensão quantitativa quanto avançar na compreensão do que é, de fato, o problema da moradia a luz dos conceitos da TMD.

As reflexões de Friedrich Engels sobre a moradia (2010; 2015) são articuladas em contraste aos documentos da Fundação João Pinheiro, do Estado de Minas Gerais, uma das principais autoridades na temática da moradia no país. A partir da noção de Déficit Habitacional, a Fundação elabora diversos relatórios que guiam políticas públicas para a mitigação do tal déficit. Os relatórios separam o déficit em duas dimensões, qualitativo (inadequação de domicílios) que versa sobre a substituição de moradias inadequadas por novas, e quantitativo, a necessidade de construção de novas habitações para incrementar o estoque de moradias. A própria FJP, dentro de seus relatórios, aponta como as pessoas que mais precisam, as mais pobres, têm dificuldade de acessar a casa própria a partir do mercado imobiliário, o que dificultaria a redução do déficit.

O pensador alemão é utilizado como uma referência junto de outros estudiosos brasileiros, para apontar como o conceito de déficit tem serventia dentro dos marcos do capitalismo dependente, e seus componentes podem acabar por encobrir as condições de vida da classe trabalhadora. Ele também nos oferece uma abordagem mais ampla da questão, apontando caminhos de transformação da sociedade e mudanças urbanas que, trazendo para o atual contexto de lutas na cidade, vão ao encontro das estratégias de ocupações dos movimentos sociais.

Então, o último capítulo, que antecede as considerações finais, é composto de um apanhado sobre as lutas pela moradia no Estado, principalmente na ACF, a partir da organização dos movimentos sociais de ocupantes. Começo apresentando as ocupações da década de 1990, mas também diversas questões que já eram abordadas no cenário político do Estado, e nacionalmente. Após comentar brevemente tal momento, inicia-se o trabalho de campo propriamente dito.

Para abordar a formação e desenvolvimento da Ocupação Contestado, utilizo a fala de lideranças e das informantes entrevistadas, buscando compreender a situação de vida e experiência dos e das ocupantes. O texto aborda

diversas questões da vida cotidiana na ocupação, tanto históricas, como as de relações com o poder público, atendimento de serviços, transformações internas na organização e território da ocupação e desafios da ocupação na luta por direitos e negociação por moradia. A seção sobre o Vale das Palmeiras tenta seguir a mesma estrutura temática, porém com menor profundidade, e diferentes fontes de informações. O texto é construído com base dos cadernos de campo e visitas feitas por mim durante o ano de 2021, bem como informações documentais de planos da prefeitura e mídia local.

Posteriormente, os materiais coletados e as entrevistas são rearticulados a partir de temas e questões trazidas durante o trabalho de campo, que visam sobretudo refletir sobre a experiência cotidiana e de organização política da Ocupação Contestado e Vale das Palmeiras. As expressões “sair do aluguel” e “luta” são tratadas como termos êmicos ou apropriados, que surgiram durante o campo, e são revestidos de sentido e relacionados com o todo a partir do texto da dissertação. Por fim, abordo também a questão da “união”, que mesmo com trajetórias completamente diferentes, é trazida nas duas comunidades pelos moradores.

As considerações finais são respostas às perguntas iniciais, baseadas nos dados e nos conteúdos elaborados com esta pesquisa ao longo dos capítulos, no fim aprofundo ainda alguns acúmulos a respeito do chão histórico atual dos movimentos de moradia na Grande Florianópolis, bem como comento suas conquistas e suas limitações neste processo.

A organização Brigadas Populares não era inicialmente um objeto de pesquisa, no entanto, por ter seus métodos nas ocupações pesquisadas, acaba também por ser parte do objeto. Sendo assim, embora a organização não seja abordada de forma aprofundada na dissertação, é importante fazer um breve recorrido sobre a organização da qual eu faço parte, para que a pessoa que estiver lendo o trabalho se familiarize com ela, já que ela também aparece nas entrevistas, e ao longo da escrita de maneira geral. Como militante, minha visão sobre a organização é parcial, e construída a partir de dentro dela, e deve ser interpretada considerando isso. Mas como acadêmico, devo explicitar que sou uma fonte primária de informações sobre a organização, e que falo dela também de uma localização privilegiada.

Em seu site[7], as Brigadas Populares se definem como uma organização "*Militante, popular e de massas*, lutando a partir da Unidade Aberta por Uma Nova Maioria, [...] uma organização socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária" (grifos meus), que surgiu no ano de 2011, a partir da fusão de outras quatro organizações políticas de diferentes Estados: a "antiga" Brigadas Populares de Minas Gerais, o Coletivo Autocrítica, o Coletivo 21 de Junho (C21J) e o Movimento Revolucionário Nacionalista – Círculos Bolivarianos (MORENA – CB). Para as Brigadas Populares, o objetivo da "unidade aberta por uma nova maioria", deve ser compreendida não apenas em um sentido amplo de reorganização da esquerda, mas também de "recolher de forma crítica e inovadora as tradições de luta e experiências históricas de larga duração dos setores nacionalistas revolucionários, comunistas e socialistas da esquerda brasileira", para então unificá-los em um programa político que dispute não só a institucionalidade, mas o cotidiano do povo – e isso tende a ser expresso a partir de sua atuação territorial.

Por isso, as Brigadas Populares se organizam em "brigadas" territoriais e temáticas, isto é, visando "pensar a política através de vários lugares de ação: habitação, luta antiprisional, pela cultura, mobilidade etc." (FERNANDES, 2019, p. 205) e possuem atuação nacional. Em termos de unidade, as BPs foram o segundo maior movimento que compôs a frente da Resistência Urbana[8] (FERNANDES, 2019, p. 205), junto de outros atores e se organizam próximas do Partido Socialismo e Liberdade, junto com o MTST e outras organizações próximas.

É inegável que grande parte da concepção teórica de Reforma Urbana adotada pelas BPs vem das experiências em Belo Horizonte, um dos Estados de fundação, a partir da "antiga" organização Brigadas Populares que se formou a partir do Núcleo de Estudos Marxistas fundado em 2003 na UFMG. Foi na Região Metropolitana da capital mineira que surgiram as primeiras ocupações organizadas pelos militantes *brigadistas*[9] ainda no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. Ali também surgiram os postulados teóricos e práti-

[7] Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/as-brigadas/>. Acesso em junho de 2021.
[8] Sobre a Resistência Urbana, ver: <https://mtst.org/mtst/frente-de-resistencia-urbana-um-novo-espaco-de-integracao-das-lutas-no-continente/>
[9] Espécie de "gentílico" adotado para designar pessoas e estruturas pertencentes à organização.

cos que legitimam sua ação prática radical, a formação de ocupações. Ao longo da dissertação, cito alguns dos trabalhos que apresentam e explicam os métodos e os tais postulados baseado na bibliografia de militantes, ex-militantes e acadêmicos próximos das lutas urbanas no Brasil (LOURENÇO, 2014; MAYER, 2008 TOFANELLI, 2018; VALLE, 2015).

Por fim, as motivações para a realização do trabalho partiram de experiências pessoais que me transformaram e abriram os olhos para as “questões da moradia”, a partir de laços e caminhos que percorri morando em Florianópolis, sendo estudante na Universidade do Estado de Santa Catarina, a UDESC. Cursei a graduação em Design Gráfico no Centro de Artes da UDESC, participei dos processos que reativaram o Centro Acadêmico do curso e juntos ajudamos a fundar alguns outros CAs. Fiz parte também do movimento estudantil de Design e de reuniões do seu conselho, que apesar de nacionalizado, tinha sua forma e suas instituições próprias, não ligadas a instituições explicitamente políticas e clássicas do Movimento Estudantil, como UNE ou CONUNEs. Havia, nos espaços que frequentei, uma certa negação da política como forma de ação coletiva, o que talvez explique a desilusão de muitos estudantes, como eu, destes espaços.

Dada a insatisfação com a área projetual, eu me aproximei de grupos de estudos, coletivos e jornais independentes como o Maruim, e de organizações políticas mais amplas, passando a fazer parte da extinta Frente de Comunicação das Brigadas Populares – SC. Durante o ano de 2016, também fui bolsista do projeto O Sentido do olhar: os usos sociais do desenho, no qual eu tive um primeiro contato com o Planejamento Territorial e com a Cartografia Social. Com essa aproximação, comecei a frequentar espaços dos movimentos sociais e populares por moradia da cidade, entre eles a Ocupação Contestado que é organizada pelas Brigadas Populares, chegando inclusive a ter feito meu Projeto de Graduação (similar a um TCC, mas com requisitos e particularidades da área de design) na localidade.

O meu projeto de graduação foi a pintura de um singelo mural em homenagem a luta por moradia, e as demais lutas populares, apresentado junto a outros projetos de minha autoria em um *website*. Durante a realização do mural, frequentei por mais tempo a ocupação, foram cerca de duas semanas, to-

dos os dias por várias horas, o que me deu outra noção do território – mesmo já visitando a ocupação por cerca de um ano semanalmente. A partir desse convívio, somado ao meu tempo de militância junto às Brigadas Populares que comecei a perceber que o que diferenciava a Contestado de outras ocupações da região era o caráter da sua organização.

A partir desse vínculo, e da percepção que a produção de conhecimento científico não deveria estar alheia das auguras que os trabalhadores e sem tetos do Brasil atravessam, que é composta a justificativa do trabalho.

1 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

A presente pesquisa busca entender qual é exatamente o chão histórico[10] que a Contestado atravessa no momento atual, após quase dez anos de ocupação, a partir das seguintes perguntas iniciais: a) como a ocupação é sentida, vivida e percebida pelos moradores atualmente? b) quais as diferenças para os períodos anteriores? c) quais os instrumentos de organização e tomada de decisão que se mantém hoje na ocupação e como eles operam? d) qual o sentido que a organização política produz na vida dos sujeitos ocupantes? Isto é, o meu interesse é saber como eles se sentem sendo parte parte de uma totalidade, como classe trabalhadora; e a partir disso, e) como se situam em relação a outros sujeitos nessa totalidade, frente ao Estado na condição de sujeitos que compõem o déficit habitacional, frente aos ataques da mídia e das classes dominantes? como se situam na condição de ocupantes, e em relação as outras lutas da classe trabalhadora na cidade?

Teço alguns apontamentos iniciais, constituintes da hipótese da pesquisa: I) a ocupação vive um momento diferente do que foram os aos iniciais, marcados por outra conjuntura política; II) a crise do Capital que se aprofunda no país desde 2014, tem consequências diretas na sociabilidade e organização popular nos territórios; III) o país atravessa agora, com a pandemia do Covid um aprofundamento dessa crise, com rebatimentos espaciais ainda mais graves, como o aumento do desemprego, a escalada da violência, policial e do crime, despejos forçados e aumento no déficit habitacional etc.

Para a questão do surgimento das ocupações urbanas e demais assentamentos informais, há um plano de fundo bem delineado. Sendo um espaço privilegiado da reprodução do capital, as cidades também concentram em maior grau suas contradições e desigualdades. Em outras palavras, o lugar que no ideal romântico deveria possibilitar a união e encontros, a convivência com seus equipamentos socias, a facilidade de comunicação e circulação, e uma reunião de conhecimentos sem igual (LEFEBVRE, 2016), dentro do capitalismo, a cidade acaba por ser o seu oposto: um espaço a serviço do capital que concentra os trabalhadores, na medida em que eles precisam estar disponíveis para o trabalho diário, e que, ao mesmo tempo, os fraciona e divide, fazendo com que fiquem isolados entre si, indiferentes um ao outro, e vi-

[10] O termo é emprestado de Guerreiro (2016), e se refere à conjuntura específica sob a qual os movimentos caminham, da qual “Não é possível desvincular o processo de produção das ideias do chão histórico em que elas são produzidas” (p. 171).

vendo apenas no terreno dos seus interesses mais particulares (ENGELS, 2010, p. 68).

Com a primeira revolução industrial – processo que ajudou a criar e assentar as cidades modernas – o sentido de todos os desenvolvimentos de qualquer sociedade passou a ser dado pela industrialização. Essa gerou formas superiores de domínio da natureza, e de relação entre classes e indivíduos, e subjugou os sistemas de produção atrasados existentes em seu interior (BAMBIRRA, 2019). A cidade do capital é, então, o palco de luta que,

> se concentra basicamente entre dois grandes polos: de um lado, a classe trabalhadora, que precisa da cidade pelo seu valor de uso, e, por outro lado, os mais diversos capitais buscando explorar o espaço urbano em função do seu valor de troca (CALHEIROS, 2018, p. 4).

Devemos levar em conta, inclusive, que “as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição” (MARX, 1989), a partir das novas contradições e conflitos que o sistema capitalista apresentava. Assim, um novo tipo de classe trabalhadora se desenvolveu nas cidades: o proletariado industrial que, por necessitar de um uso do espaço urbano diferente daquele uso da terra no campo – voltado para a sobrevivência, o descanso e a manutenção da força de trabalho –, e passou a se contrapor às classes dominantes, que precisam do controle total do espaço para o desenvolvimento do capital, como valor de troca.

Mas depressa e com vigor maior do que a própria industrialização, as cidades nos países subdesenvolvidos na América Latina, crescem rapidamente, especialmente durante o século XX. E a hiperurbanização conforma “novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias” (DAVIS, 2006, p. 16) que, por sua vez, servem como fatores de atração para um grande contingente de migrantes que não são incorporados de forma plena nas cidades. A incorporação de uma parte da classe trabalhadora à produção, de forma aparentemente “marginal”, se faz extremamente necessária para a acumulação capitalista, baseada nos setores atrasados (FERRO, 2006a; KOWARICK, 1979) – que fornece uma grande quantidade de mão de obra e de mais-valia. Com isso, acaba também por produzir um outro espaço, reflexo dessas mesmas relações atrasadas e subjugadas pela lógica capitalista, que se destaca especialmente pela autoconstrução.

A questão habitacional passa a ser então, “uma sequela direta da contradição capital x trabalho” (MAYER, 2008) e faz com que a classe trabalhadora que vive do

seu salário, busque sobreviver como pode, abandonada por um Estado que responde aos de cima e aos interesses do capital. A partir do século XVIII, as cidades – que outrora foram o refúgio contra a opressão feudal – se estabelece com o espaço central da reprodução do capital, que comandou toda a lógica de crescimento, expansão e desenvolvimento das próprias cidades, tornando-as também objeto dessa reprodução. No século XX, especialmente a partir da década de 1980 e 1990, além do capital imobiliário e industrial, as cidades recebem uma investida do capital financeiro. Com isso, grandes negócios, administrados na lógica empresarial, aprofundam a lógica da dependência que vigora nas cidades desde o fim do período colonial.

Tomo como ponto de partida uma explicação geral do desenvolvimento do capitalismo e das cidades latino-americanas, tendo em vista que, ao longo da dissertação, buscaremos compreender como essa dinâmica se expressa na Área Conurbada de Florianópolis, onde se encontra o objeto da pesquisa. Essa ligação com o quadro geral se faz extremamente necessária, pois ajuda a entender melhor os fatores, sujeitos e atores, com seus interesses que impulsionam o desenvolvimento urbano no plano local, e as contradições que esse desenvolvimento pode gerar, como explicou Vânia Bambirra:

> Discutir as condições que tornam efetivo um dado processo histórico-social implica determinar os interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, seu desenvolvimento e seus limites, definindo assim as contradições geradas. E é somente a partir dessa base que se pode vislumbrar as formas para sua superação (BAMBIRRA, 2019, p. 62).

Desse modo, a pesquisa aqui é ancorada nos seguintes eixos temáticos: a contextualização da análise socioespacial da Área Conurbada de Florianópolis com um olhar mais atento para os espaços de pobreza nela contidos (I), dando destaque para o continente e nesse caso para o município de São José; a luta por moradia no Brasil, em especial a faceta mais radical da reforma urbana, as ocupações urbanas na ACF (II); e suas formas de organização política, que serão analisadas a partir das experiências organizativas e políticas dos sujeitos ocupantes da Ocupação Contestado (III). Analiso como os instrumentos de tomada de decisão, espaços coletivos e de organização política se desenvolveram – ou deixaram de existir – ao longo da história da Ocupação Contestado, entre eles estão as reuniões e assembleias citadas anteriormente. Além disso, faço uma análise desses instrumentos e espaços a partir da percepção e o sentido que eles criam e têm para os moradores, à luz das

categorias elencadas acima (III), sem, no entanto, isolar a ocupação do seu contexto socioespacial. Isto é, o objetivo foi entender como a Contestado se produziu e produz o espaço geográfico na qual está inserida. Portanto, ela carrega também uma história e condições próprias, singular, por um lado, em relação a outros espaços empobrecidos e outras ocupações (I) e, por outro, comum, como a sua organização faz parte de um movimento político mais amplo (II).

A pesquisa é um trabalho qualitativo que teve como objeto a Ocupação Contestado e seus moradores e, no meio do caminho, incluiu também a experiência de organização inicial da Ocupação Vale das Palmeiras. Os moradores ocupantes são também sujeitos ativos no desenvolvimento dessa pesquisa, pois são eles que "dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções" (MINAYO, 2012) dentro da sua vida cotidiana na ocupação. A partir dessa troca com os moradores e, por estar contido de forma interdisciplinar nas ciências sociais (de onde vem a maioria do ferramental metodológico), o presente trabalho fez uso do materialismo histórico dialético para analisar um caso particular. Esse caso é um objeto histórico e em movimento, no qual é tecida a sua relação com a totalidade, entendendo que a prática cotidiana é a forma como acessamos a realidade concreta, e que essa prática não acontece isoladamente, mas relacionada com o todo, em um movimento dialético, afinal "as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias" (MARX, ENGELS, 2007. p.43).

Para compreender melhor as "circunstâncias", repetindo o termo da passagem citada acima, o ponto de partida teórico da pesquisa foram obras do marxismo que tratam de explicar o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, sobretudo de uma perspectiva do subdesenvolvimento da América Latina, que foi aqui analisada a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Somado a isso, através das disciplinas oferecidas pelo PPGPLAN, pude ter contato também com diversos clássicos, tanto das teorias urbanas, como sobre a produção do espaço de forma geral. As aulas e o trabalho de produção de artigos me permitiram referências para trilhar um caminho próprio para analisar a questão da moradia. Dessas, destaco o Geógrafo Milton Santos que, além de meu aporte, é a base metodológica de diversas bibliografias aqui citadas, e o companheiro de Marx, Friedrich Engels, que se fez central, sobretudo no segundo capítulo, a partir de suas obras autorais, pelo pioneirismo na análise materialista das grandes cidades.

A escala da pesquisa se apresenta como local, compreendendo a escala como "uma estratégia intelectual para abordar o real" (CASTRO, 2014, p. 92), e é "**socialmente produzida por meio do processo de lutas e de compromissos a partir das sociedades locais** e das instituições globais." (CASTRO, 2014, p. 94, grifo meu). Nesse caso, são as escalas próprias das Ocupações na região do bairro Serraria, principalmente a Ocupação Contestado, analisadas em profundidade, uma vez que a pesquisa se desenvolveu próxima dos sujeitos, que, por sua vez, contribuíram para o trabalho. Ao mesmo tempo, a partir de fontes documentais e bibliográficas, exploro também a relação com aspectos gerais de contexto mais amplo – a relação com o a prefeitura, o município de São José e a Grande Florianópolis – pois eles são sentidos no cotidiano dos moradores.

Porém, é importante ressaltar que no método marxista devemos sempre considerar o todo, mesmo não manifestado na aparência das escalas, e as mudanças que o capitalismo realiza a nível global. O Capitalismo dissolve as relações naturais em relações monetárias e de troca, contribuindo, assim, para a destruição das relações nos territórios, criando novas relações; submetendo, e utilizando como convém, todas as formas de produção anteriores ao seu julgo (MARX, ENGELS, 2007, p. 60). Embora tenha descrito o quanto a indústria avançara na sua época – e mesmo não vivendo para ver a evolução dos transportes e meios comunicação – Marx não poderia prever os desdobramentos que vivemos hoje do desenvolvimento do Capital. No entanto, já afirmava sua hegemonia sobre as outras formas de produção e também sobre nosso cotidiano e sociabilidades – isto é importante para se pensar o *chão histórico* das Ocupações Urbanas.

O que está para além disso, é elevação do capitalismo para uma fase superior na qual a livre concorrência daria lugar ao monopólio, a concentração cada vez maior de renda e meios de produção,

> Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LÊNIN, 2011, p. 217).

E então "sob o açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos" (LÖWY, 1998, p. 77), fazendo com que se combinem

diferentes estágios de desenvolvimento, não de forma igualitária ou justapostos, mas engendrados hierarquicamente, do centro para a periferia capitalista – que podem ser visualizados no espaço, que passa a ser partilhado por grupos monopolistas entre si. A urbanização latino-americana é resultado desses "saltos", foi impulsionada por conglomerados monopolistas – desde a indústria do automóvel, até da construção civil – ao mesmo tempo que em seu interior manteve formas atrasadas, necessárias para a maior acumulação de capital. Ou seja, a coexistência de determinados setores atrasados da economia que não alcançarão o desenvolvimento pleno é justamente a condição de que alguns setores se desenvolveram.

Boa parte dos setores mais atrasados, como a construção civil, absorviam grandes quantidades de mão-de-obra. Sérgio Ferro destaca o papel que a classe trabalhadora, que era absorvida por essas áreas, desempenhou na urbanização brasileira:

> Entre outras, a exploração de setores 'atrasados' de produção, fornecedores generosos de mais-valia por causa da composição orgânica de seu capital, que sempre acompanha a acumulação primitiva e levanta a taxa média de lucros, socorrendo assim, via perequação, a baixa taxa setorial na indústria. A construção é um desses setores. Não penso que Brasília tenha sido construída ao mesmo tempo em que JK implantava sua industrialização por acaso; assim como a Transamazônica, as barragens e o BNH não são contemporâneos do 'milagre' da ditadura por mera coincidência. Delfim Neto, o mago do 'milagre', dizia que era preciso favorecer as atividades produtivas que absorvem muita mão-de-obra — ou seja, 'atrasados' tecnicamente — mas utilíssimos como fornecedores de montanhas de mais-valia (FERRO, 2007, p. 231).

E essas características que fundam a urbanização e industrialização nos países latino-americanos devem ser estudadas conjuntamente para não se tornarem inteligíveis (TONIN, 2015a, p. 73). Entendendo também aqui, que por mais que a interligação entre as escalas seja sentida cotidianamente, "o que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra" (HARVEY, 2004, p. 108), mas aparece em relações dialéticas dos sujeitos com os espaços. E isso inclui o sujeito pesquisador, que se torna também participante ativo do processo de pesquisa, via pesquisa militante. Com isso em mente, a seguir é apresentado o campo do trabalho, para aprofundar a escala local do trabalho.

1.1 EM CAMPO PELAS OCUPAÇÕES

Nesta sessão comento a forma como se deram os trabalhos de campo e faço a apresentação das e dos informantes. Durante a pandemia maioria das atividades de militância foram paralisadas, as Brigadas Populares não realizaram mais eventos públicos até meados de 2021, quando realizaram novamente algumas formações e festas comunitárias. Todavia, com o avanço da vacinação, maior conhecimento sobre a Covid-19 e suas formas de transmissão e prevenção, além de atividades militantes emergenciais, como o surgimento da Ocupação Vale das Palmeiras, fizeram com que algumas atividades voltassem a acontecer presencialmente. Enquanto durante a finalização da dissertação, no começo de 2022, as coisas voltaram a um ritmo comum, como em outros períodos. Ao invés de me alongar sobre como no início da pandemia as atividades presenciais foram reduzidas, ao mesmo tempo em que não paralisou a vida da classe trabalhadora de maneira geral, escolho ressaltar como o campo levou o trabalho para outros caminhos, sendo realizado de forma presencial no segundo semestre de 2021.

Antes de falar das entrevistas, é importante pensar que o método etnográfico nesta pesquisa é revestido pela pesquisa militante, e ultrapassa em certa medida a dimensão da observação participante, uma vez que estive envolvido nas programações de militância propriamente dita, como em atividades de estudo, aulas abertas e formações com os moradores das ocupações. Não se descarta na “experiência etnográfica” as desigualdades e diferenças, tanto sociais quanto de relações de poder, entre sujeitos pesquisadores e sujeitos ocupantes, e tenho ciência de que o que é apresentado aqui são “textos etnográficos – portanto, escolhas, possibilidades, refinamento dos debates e complexificação das questões […]” (TORNQUIST, 2004, p. 40).

Cabe pontuar que, a partir das entrevistas, não me apoio somente no texto obtido em campo de maneira “espontânea”, pois eles são construções, entendendo que “[…] é somente quando se apoia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que ela deseja registrar.” (BOURDIEU, 2007, p. 706), por isso a importância da etnografia e da pesquisa militante. Sobre o método etnográfico, é interessante entendê-lo aqui como "mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender" (URIARTE, 2012, p. 5). O mergulho não é limitado por uma ou outra técnica em es-

pecífico (embora aqui se façam escolhas), mas "ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos" (MAGNANI, 2002, p.17). Sobre a pesquisa militante, destaco que:

> As experiências latino-americanas, no campo da Pesquisa Militante, giraram e giram em torno da idéia de compromisso das e dos pesquisadores com os setores populares, com a transformação social, com o povo oprimido. É assim que, desde matrizes teóricas e políticas diversas, referidas experiências se assentaram neste vínculo para a produção de conhecimentos (JAUMONT; VERSIANI, 2016, p. 446).

Compreendemos também aqui que a produção de conhecimento científico não está apartada dos acontecimentos sociais e que, portanto, o pesquisador militante se distancia dos "atributos ideais" da pesquisa positivista, que "seriam a isenção subjetiva e neutralidade objetiva, afastando juízos valorativos e po*sic*ionamentos políticos da esfera do conhecimento." (JAUMONT; VERSIANI, 2016, p. 425). A pesquisa militante passa a ser então "o embricamento efetivo entre a teoria crítica e ações e articulações efetivas no campo das lutas sociais" (JAUMONT; VERSIANI, 2016, p. 425) – que aqui são expressos pela forma como a coleta de dados empíricos se seguiu nas entrevistas; entendo os moradores das ocupações não como objetos a serem estudados, mas como sujeitos ativos, produtores da sua história, informantes que auxiliaram no entendimento das origens e transformações da comunidade, além de agentes fundamentais na luta pela moradia (conforme destaquei anteriormente).

Ao longo do período inicial da pandemia, contemporâneo ao início da pesquisa, aconteceram apenas pequenos encontros presenciais emergenciais, como atividades de auxílio a inscrição de moradores da Ocupação Contestado no programa de auxílio emergencial, e a garantia de testagem em massa dentro da comunidade, que na época foi realizada pela prefeitura com a alcunha de testagem em locais de "maior incidência", no dia 25/08/2020. A testagem revelou, no entanto, que dentre as três localidades testadas naquela data, foi a de menor incidência da doença. Já as primeiras notícias sobre um possível despejo, e posteriormente as atividades relacionadas ao começo da organização da Ocupação Vale das Palmeiras, se iniciam em dezembro de 2020 e tiveram uma breve pausa, retornando em março de 2021.

Durante esse período, entre o começo de 2020 e até março de 2021, foram realizadas anotações sistemáticas dos principais acontecimentos nas ocupações, de forma resumida e mais direta, que servem como base para alguns dados que apresentarei. Com a programação de vigílias e reuniões na Vale das Palmeiras, em abril

de 2021, passo a incrementar os diários com mais informações, percepções e descrição das atividades, que são incorporadas ao texto. Ao final de abril também auxiliei na gravação de um documentário curta-metragem, do qual cito algumas falas de moradores do Vale das Palmeiras, que nos ajudam a conhecer melhor os sujeitos ocupantes daquele território.

No segundo semestre de 2021, no período de agosto a outubro, foram feitos seis relatos mais completos de eventos/acontecimentos em campo, que incluíram desde assembleias, reuniões e conversas até atividades de lazer com lideranças registradas de forma mais detalhada por mim. Essas anotações foram realizadas paralelas às entrevistas realizadas entre agosto e setembro, e também às atividades de militância, o que conferem a elas um caráter de registro “no calor do momento” (*sic*). Ainda, para cobrir alguns buracos deixados pelas entrevistas, retomo algumas conversas informais com as lideranças da Ocupação Contestado, meus informantes principais, para sanar algumas dúvidas e completar minhas anotações nos cadernos de campo.

As entrevistas tiveram início no dia 14 de agosto, e ao todo foram realizadas 7 entrevistas (anexo II), com cerca de 45 minutos de duração cada uma. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado planejado anteriormente, mas que tiveram que ser adaptados conforme cada informante, pois o grau de envolvimento com atividades da ocupação era diferente. O roteiro (anexo III) é composto de 5 blocos com 4 perguntas cada um, totalizando 20 questões. Tanto o roteiro quanto a forma de realização das entrevistas, presencial, foram submetidas e aprovadas pelo comitê de ética da UDESC e CONEP, via Plataforma Brasil.

O roteiro semiestruturado para as entrevistas foi escolhido por conta da possibilidade de permitir abertura para que o sujeito entrevistado discorresse sobre a temática em questão co mais liberdade (BONI; QUARESMA, 2005). No caso específico, o roteiro foi dirigido e não rigidamente aplicado, havendo espaço para que o informante se alongasse em determinadas questões que julgasse importante, ou que se encurtasse em outras de menor pertinência no momento, e também de alguns ganchos, ou provocações minhas – que fugiram ao roteiro preestabelecido – resultando em questões novas no momento da entrevista.

As perguntas seguem uma ordem. Passam primeiro pela retrospectiva na história de vida do sujeito, antes da ocupação e durante sua chegada à Contestado (blocos 1 e 2). Depois abordam a questão da organização interna e envolvimento

nas atividades da Ocupação e atividades gerais do que considero enquanto participação e atividades da luta política (blocos 3 e 4). E, então, terminam com perguntas mais genéricas sobre a situação do país e da pandemia (bloco 5), com as quais viso entender melhor sobre a percepção dos moradores acerca da conjuntura política nacional, como o aumento nos despejos durante a pandemia, e também aumento no custo de vida.

Compreendendo a relação científica de entrevista como uma "relação social", entendemos que "todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa." (BOURDIEU, 2007, p. 694). Cabe ao pesquisador, segundo Bourdieu, controlar os efeitos da estrutura social na entrevista através do que chamou de *reflexividade reflexa*, que seria baseada em um olhar sociológico. Em razão disso, não criei ilusões quanto as posições que ocupo para os moradores com quem tive contato, que é a de militante, intelectual e universitário. Pondero aqui também sobre os efeitos que elas provocaram nas próprias respostas (que aprofundo ao comentá-las mais adiante). Tais posições foram especialmente notáveis com relação as questões relacionadas à presença das Brigadas Populares na Ocupação. Nestas questões, principalmente a pergunta "b" do quarto bloco da entrevista (Anexo III) até informantes que não eram próximos da organização, e que em certos momentos foram, inclusive, contrários a muitas decisões e postulados, ressaltaram o caráter positivo e necessário da presença e importância das Brigadas Populares, diminuindo ou sem mencionar as críticas que já haviam colocado em outros momentos, que eu conheço pelo meu tempo atuando na Ocupação.

Assumo também aqui "os riscos da escrita" (BOURDIEU, 2007, p. 709), no que se refere as transcrições da entrevista. De maneira objetiva, todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador digital, transferidas ao meu computador e transcritas com apoio de *softwares*[11] que me permitiam voltar, cortar, pausar, alterar a velocidade para compreender melhor as palavras ditas rapidamente etc. Busquei manter a maior fidelidade com o que era dito, marcando nas transcrições algumas pausas, repetições de palavras e outras *marcas* do discurso e detalhes exteriores, como interrupções, causadas pela passagem de algumas pessoas, e até por animais domésticos que interagiram naquele momento.

[11] Foram utilizados dois softwares livres para essa função. Para converter audio em texto, usei *softwares* VOSK, que transcrevem falas em texto sem a necessidade de estar conectado à internet ou em núvem – para maior segurança. E para manusear as faixas de áudio, tirando ruídos e cortando alguns trechos, foi utilizado o Audacity, um conhecido *software* livre de edição de áudio.

Destaco que tive limitações quanto a interpretação de gestos corporais, primeiro, pela minha pouca experiência com este tipo de observação, e insegurança quanto a realizar tal tarefa de forma vulgar, em segundo, pelo uso de máscaras. Todas as entrevistas foram todas realizadas de forma presencial, geralmente na varanda das casas, ou em seu interior com as janelas abertas e ambiente arejado. Em todas elas foram utilizadas máscaras PFF2, para maior proteção, e nenhuma delas foi realizada em meio a refeições, ou atividades de lazer, foram feitas em momentos próprios para tal.

Entre os outros materiais que utilizo estão as falas públicas de moradores lideranças da Ocupação, realizadas no seminário Atores e Práticas Espaciais Insurgentes, realizado no ano de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina, os documentários *A casa que o prefeito deu para nós* (2012) e *Jardim Zanelatto, Vida no ginásio* (2013), que foram realizados no começo da Ocupação, e o documentário *Sobre o amanhã ou como a cidade de São José resolve a questão da moradia* (2021), realizado por mim e colegas, em uma oficina para o 27º Congresso Mundial de Arquitetos, no ano de 2021, que entrevista moradores da Ocupação Contestado, e também da Ocupação Vale das Palmeiras.

Para abordar a questão fundiária e jurídica da Ocupação Vale das Palmeiras – com o objetivo de contextualizar melhor as disputas e exemplificar o papel da prefeitura nas questões referentes a (falta de) políticas habitacionais – uso também os processos jurídicos que recaem sobre a comunidade. Por último, e bem importante, o uso do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social da cidade de São José, frequentemente referenciado como fonte para dados do primeiro capítulo. Esse foi importante para coletar alguns dados sobre os loteamentos da Serraria que me permitiram tecer interpretações sobre o surgimento da Vale das Palmeiras, e até utilizado em conjunto com reportagens e outros materiais.

A seleção das pessoas entrevistadas se deu valorizando a representatividade qualitativa, isto é “um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto” (THIOLLENT, 2009, p. 67). Isso não significa que foram selecionados apenas moradores mais antigos que ocupação posição de liderança, embora as palavras desses sejam de grande valia, pois possuem melhor capacidade de falar dos instrumentos e formas de organização, já que são “orgânicos” no processo.

Busquei contrabalancear as informações com moradores mais novos, e outros que se envolvem um pouco menos, ou mais recentemente, com a luta por moradia, que se mostram interessados nas reuniões e atividades de maneira geral. O que todos eles têm em comum – e aqui estendo essa análise para os moradores da Vale das Palmeiras em geral – é que são integrantes da classe trabalhadora, em sua maioria trabalhadores precarizados em todos os sentidos, com duplas ou triplas rotinas diárias, de cuidados com a família e também trabalhos domésticos.

Durante a preparação do campo, eu tinha como objetivo entrevistar pelo menos outras três pessoas específicas, que por questões particulares não foram localizadas em minhas visitas: um casal, que estava visitando parentes fora no período em que eu estava realizando as entrevistas, e um jovem, que estava estudando para o vestibular em outra cidade, enquanto morava na casa de parentes. Antes de apresentar os sujeitos da Contestado, ressalto a privacidade e a integridade dos informantes como parte fundamental da pesquisa. Por isso, não descrevi o interior de suas casas e eles são apresentados por nomes fictícios.

A questão relacionada aos nomes parece óbvia, uma vez que, no caso de uma ocupação pequena, a localização dos moradores de cada habitação é bastante fácil. A não declaração da localização das habitações nas quadras e descrição das casas é essencial por dois motivos. O primeiro é que geralmente detalhes que saltam aos olhos de determinadas moradias são percebidos por várias pessoas, por exemplo, quando estamos entre militantes das Brigadas é comum algum comentário sobre a “casa que tem mais plantas na frente”, ou quando falamos alguma “vendinha” (estabelecimento comercial), a quantidade de estabelecimentos desse tipo são contados nos dedos de uma só mão, e talvez a quadra seja um elemento identificador; a descrição do interior das casas seria ainda mais significativo neste quesito. O segundo é que a Contestado ocupa um espaço relativamente pequeno, sendo possível atravessar a ocupação inteira em mais ou menos 5 minutos de caminhada, então essa divisão perde a relevância durante as falas.

Para concluir – considerando que atuo como militante das Brigadas Populares, e por isso acompanho processos de disputa territoriais na ACF, em ocupações e outros territórios – pretendo trabalhar com dados obtidos nestas ocasiões, que foram sistematizados nos cadernos de campo. Nesse sentido, foi escolhida a observação participante, pois permite ser possível “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas” (MINAYO, 2012, p. 60).

Utilizo alguns materiais institucionais que versam sobre o panorama da moradia em nível nacional, como os relatórios de déficit habitacional produzidos pela Fundação João Pinheiro, e os produzidos pela ABRAINC, dos quais extraio dados e discorro sobre a metodologia. No caso de Santa Catarina, recorro a materiais da imprensa local, já que os dados das secretarias sobre o mesmo indicador não foram tornados públicos em sua integridade. Utilizo ainda o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de São José, que permite a compreensão da visão institucional da prefeitura sobre o primeiro despejo da Contestado. Por último, outras fontes de dados a respeito das ocupações são retiradas de plataformas abertas, como a Comunitáreas.

1.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os primeiros entrevistados são o casal Débora e Paulo[12], moradores da ocupação desde o início, informantes principais da pesquisa. Ambos são, além de moradores e lideranças, militantes das Brigadas Populares. São filiados ao PSOL, embora tenham opiniões não tão amigáveis sobre a atuação do partido nas ocupações. Até algum tempo atrás, moravam em uma casa formada por duas construções vizinhas, em cerca de 8 pessoas, entre o casal, filhos e netos. Com o passar dos anos, a casa que era um pouco mais alta, construída sobre vigas de madeira começou a ceder e quase caiu, foi onde precisaram fazer a primeira reforma, que durou mais de um ano, por falta de recursos. Moram atualmente em uma casa térrea de construção única, que possui o piso de concreto sem revestimento, e as paredes de madeira emparelhada, e o banheiro de tijolos. Vivem atualmente junto de 5 dos seus 6 filhos e com uma neta, apenas o mais velho mora fora. Ambos são negros e naturais de Santa Catarina – ela é de Joinville, e ele da capital – e vivem há mais de 20 anos na ACF.

Débora nasceu no norte do Estado, em Joinville, mas sua família veio da serra, foi para o norte e depois para a Grande Florianópolis. Morou na porção continental da capital, posteriormente na Palhoça, e depois na Serraria com sua mãe e marido, Paulo. Pela proximidade, ocupou o primeiro terreno, na Avenida das Torres, na esperança de dar um futuro melhor para seus filhos, e esse foi o primeiro ímpeto que a fez ficar na Ocupação Contestado. Possui Ensino Médio completo e trabalhava

[12] Esses e todos os nomes de moradores de ocupações trazidos a seguir são fictícios.

como cozinheira em diversos locais como terceirizada para a Prefeitura de Florianópolis. Atualmente envolve-se em outras esferas da participação popular, principalmente em conselhos relacionados à assistência social em São José.

Paulo é natural do Maciço do Morro da Cruz, sempre morou no morro até se casar com Débora, com a qual viveu em Florianópolis, na Palhoça e em São José. Sempre lembra de muitas histórias para contar sobre a Ilha de Santa Catarina, sejam atuais ou da sua juventude, conhece todas as ruas e caminhos que percorreu, mesmo que tenha o feito há vários anos, possui muitos amigos na capital. A profissão ajuda colabora nessas questões, atua como mú*sic*o, e é um sambista reconhecido na noite, principalmente por causa de seu pai, com o qual tem uma banda. Além de liderança na ocupação, é um militante destacado nas Brigadas Populares como figura pública, tendo se lançado a candidatura de vereador em 2020. Já trabalhou em inúmeros comércios e lojas, foi ambulante com a sua esposa em carnaval e outros eventos. Durante a pandemia fez diversos bicos por conta da paralisação das atividades de eventos e shows.

Suzana é a filha mais velha de Débora e Paulo, moradora da Contestado desde o início, tem 22 anos, é mãe de uma filha de 4 anos. Ela cursava pedagogia em uma universidade particular da região, mas gostaria de fazer Serviço Social. Ela poderá ser a primeira, ou uma das primeiras moradoras da Ocupação com Ensino Superior completo. Em todos os anos que frequento a ocupação, Suzana esteve sempre empregada, ou em curtas transições entre um serviço e outro, já trabalhou em uma escola no bairro e atualmente trabalha para uma empresa da Palhoça.

Clarissa é uma das moradoras com idade mais avançada na ocupação, nasceu no Sudeste e é funcionária aposentada da Prefeitura de Florianópolis, e já foi membra do SINTRASEM – tempo o qual referencia e lembra das lutas, mas também das dificuldades. Sobre aquele tempo, ela sempre comenta das dificuldades que era utilizar os equipamentos de saúde do município sendo funcionária, e também que nunca conseguiu receber uma moradia, mesmo inscrita na lista de espera da prefeitura. Participa ativamente das atividades das Brigadas Populares na medida em que a saúde e o isolamento social permitem, se identifica muito com os textos e notícias que as BPs difundem via grupo de *whatsapp* e sempre emite comentários, muitos deles bastante críticos a situação atual do país. Além disso, diz com orgulho ser uma das poucas moradoras que ainda tem guardado o regimento criado na época da entrada no terreno.

Mora em uma casa térrea feita sobre vigas de madeira, com o piso pouco mais alto que o nível da rua, divide sua residência com um cachorro e um gato, ambos estiveram presentes e bem ativos durante a nossa entrevista. Sua casa também é de madeira, tem uma pequena área de serviços na frente, onde fica o tanque, a máquina de lavar que é decorada com plantas. Frequentemente recebe visita das filhas para ajudá-la com as tarefas domésticas, passeios, entre outras atividades.

Galega mora em uma casa de dois pisos, feita toda de madeira emparelhada, com exceção do banheiro que é de material. Seu terreno é um pouco mais estreito e comprido, ele dá frente tanto para o beco quanto para a rua de trás, possivelmente fruto de alguma expansão para algum espaço vazio, ou da junção com outros lotes, prática que pode ser observada em diversas casas. Vive lá com seus quatro filhos, três meninos e uma menina. Já passou por duas casas dentro da Contestado, entrou na ocupação depois que o terreno já estava ocupado, cerca de um ano depois, foi primeiro morar em uma rua próxima, pois soube por conhecidas que ali estavam "dando casas". A partir daí, participava das reuniões, atos e outras programações, e assim, em determinada assembleia, foi escolhida para entrar na Ocupação junto com outras famílias da lista de espera. Desde então procura sempre participar das atividades, conforme pode, é bem presente em atos, assembleias e demais programações da ocupação.

Gustava nasceu e cresceu em Lages, na serra catarinense, se mudou para São José à procura de emprego. Morou com sua cunhada, e quando seu marido se aposentou, alugaram uma casa pequena no Bom Viver, com as dificuldades em pagar aluguel e os outros gastos, recebeu a oportunidade de entrar no terreno da Avenida das Torres do próprio Djalma Berger, de forma pessoal e bastante calorosa – segundo seu relato. Ela já tinha relação com o candidato, pois trabalhava em sua campanha e era eleitora de seu irmão, Dário, ex-prefeito de Florianópolis. Entrou na Contestado bem no início, viveu o período da lona, e na hora de construir a casa, mudou de quadra conforme as decisões coletivas, tendo conformado o núcleo Dandara. Atualmente se identifica com o Partido dos Trabalhadores e diz que "quer tirar Bolsonaro do poder", simpatiza principalmente com a figura de Lino Peres, que ajudou a ocupação no começo, quando era vereador na capital. Ela também trabalha fora, como cuidadora ou diarista, e recentemente abriu uma pequena venda em sua casa para complementar renda.

Michele surgiu para mim no trabalho de campo de forma inesperada. Durante uma das assembleias de 2021, notei que uma moradora antiga estava conversando com uma mulher estranha, como se estivesse confidenciando algo, ou repassando informações, parecia enfim, uma curiosa ali, despertando também olhares de outros moradores e militantes presentes. Posteriormente, durante a assinatura da ata de presença, entendi que se tratava de uma moradora nova, que estava ali a mais ou menos um mês e que havia pegado a casa de uma moradora que desistiu da ocupação.

Conversando sobre a reunião que acabara de acontecer na quadra 1, ela se mostrou feliz com a atividade política na Contestado, comentou que havia feito parte do Grêmio Estudantil em sua cidade, do passado da sua mãe, ex-presidente de sindicato, e de que vinha do “covil dos Prestes”. Depois de algumas horas, a visitei em sua casa para a realização da entrevista. A casa que é de madeira, pequena e térrea, dá frente para o beco. Vive lá com seus dois filhos, enquanto o marido, por causa do trabalho, mora na Palhoça, na casa da mãe dele onde já moravam antes de irem para a ocupação. É natural do Rio Grande do Sul, e veio para a Grande Florianópolis à procura de melhores oportunidades. Morou na Palhoça por cerca de 7 anos, onde, segundo ela, era inscrita na fila para acessar moradias sociais desde sempre, que nunca andou. A mesma necessidade que a fez morar na Palhoça, a trouxe para São José. Ela trabalha como cozinheira, então, a possibilidade de estar mais próxima do serviço e a oportunidade da casa própria atraíram-na para a Contestado. Atualmente cuida da casa e dos filhos, enquanto o marido sai para trabalhar.

Essas foram as entrevistas formais que coletei, todas elas foram realizadas em momentos únicos, embora pela proximidade com alguns dos informantes, ainda obtive outros relatos seus em momentos diversos, que registrei nos cadernos de campo, conforme mencionado anteriormente. Assim como eles, outras pessoas oradoras me forneceram relatos informais, seja em conversas individuais ou em atividades da militância. Tratei de registrar também alguns desses relatos, principalmente de assembleias e formações, de moradores do Vale das Palmeiras, onde não coletei entrevistas para além daquelas do documentário.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO: A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Para compreender melhor a dinâmica causada pelo imperialismo no plano local, faço uso da Teoria Marxista da Dependência (TMD), formulada na América Latina por diversos intelectuais, dentre eles, André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, principalmente ao longo das décadas de 1960 e 1970. Hoje essa teoria é continuada por acadêmicos mais jovens, ainda vivos e atuantes no nosso país – diferente da geração exilada que citei acima[13] – que recorrem a esta vertente para interpretar o crescimento das cidades, das desigualdades e dos movimentos da sociedade capitalista. Em sua dissertação de mestrado, Tonin (2015a) avalia como as teorias da dependência eram conhecidas nos estudos urbanos em meados da década de 1980, e que essas pesquisas foram interrompidas sem uma alternativa teórica superior. Portanto, retomar essa tradição é requalificar alguns conceitos, além de recuperar as tradições críticas dos estudos urbanos que foram derrotadas na prática e não se massificaram.

A TMD apresenta a noção de dependência, que é uma modalidade particular de integração de determinados países ao sistema capitalista mundial. Alguns países, como é o caso do Brasil, se inserem no capitalismo em condições desiguais, e passam a ser subordinados aos países industrializados centrais – são subsoberanos, como coloca Jaime Osório, **um Estado em descompasso com a sociedade que o constitui, subordinado a outros poderes estatais** (OSORIO, 2020, p. 57). Essa situação, a qual os países da América Latina são condicionados, por sua vez condiciona o desenvolvimento interno do próprio país:

> a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma *situação condicionante*, A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. […]
> Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. […]
> b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais. (Theotonio Dos Santos *apud* BAMBIRRA, 2019, p. 38, grifos do autor).

Marini (2013) explica, então, como que se dá o processo de subordinação nos padrões da dependência, que a partir do século XIX, através da economia exportadora de alguns bens primários, se estabelece uma relação na qual uma parte variável da mais-valia relativa produzida nos países latino-americanos é drenada por diversos mecanismos para as economias centrais. No Brasil, a base dessa economia é assentada em mais de 300 anos de colonialismo e trabalho escravo. Milton Santos

[13] Que se encontrou e produziu sobretudo no Chile pré, e durante, o governo de Salvador Allende.

(2004, p. 171), que não é um teórico da TMD, também nos chama atenção para a ordem do fluxo de mais-valia, que como uma regra geral, se dirige à cidade grande[14] e que o retém, e/ou o reenvia para o estrangeiro, como diz ser mais frequente.

Para recompor a parte que é subtraída e enviada para fora do país por meio de mecanismos de transferência de valor – ações, lucros por investimentos, juros da dívida pública etc. –, as elites locais precisam extrair a maior quantidade possível de mais-valia dos trabalhadores, consolidando assim a **superexploração do trabalho,** como explica Jaime Osório:

> As modalidades de inserção no mercado mundial e de reprodução do capital **encorajam que o capital no mundo dependente tenha condições de apropriar-se de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores para transferi-lo ao fundo de acumulação do capital.** A esta modalidade particular de exploração se denomina superexploração, a qual se vê possibilitada pela presença de enormes contingentes de população excedente em relação as necessidades do capital, gerados pela própria dinâmica da acumulação (OSORIO, 2020, p. 57, grifos nossos).

Este "mecanismo interno de compensação diante das transferências internacionais de valor" (TONIN, 2015a, p. 56) opera de diversas formas, não apenas da forma literal, no sentido de ampliar as horas trabalhadas, mas de inserir novos meios, materiais e métodos capazes de extrair a maior quantidade de valor em um menor período de tempo como: os avanços tecnológicos, e até novas formas organizacionais da rotina laboral. Essas formas acabam por desgastar mentalmente o trabalhador, exigindo dele maior esforço cognitivo, além do desgaste físico. E também através da violação do fundo de consumo:

> […] através do bloqueio da reposição de suas energias pelos baixos salários que inviabiliza a aquisição dos bens e serviços necessários para sua reprodução nas condições histórico-morais dadas. (TONIN, 2015a, p. 107).

A superexploração deve ser então compreendida como uma das bases da urbanização brasileira, e nas cidades adquire um contorno próprio. Foi destacado anteriormente a afluência de um grande contingente de migrantes para as cidades e sua integração incompleta ou não integração na modernidade; Osório (2020) coloca como a população excedente, o exército de reserva que se formava nas cidades, compunha a massa **vítima da superexploração**.

Entende-se, então, como um desdobramento da superexploração no espaço urbano, a espoliação urbana, conceito aprimorado por Lucio Kowarick:

> Assim, o chamado "problema" habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de ex-

[14] Exploraremos melhor adiante como a Ilha de Santa Catarina faz esse papel através de investimentos públicos

> ploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *pauperização absoluta* ou *relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: **é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência** e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59. Itálicos do autor e negritos nossos).

Como explicado por Kowarick, a Espoliação Urbana diz respeito à apropriação pelo capitalismo do "tempo livre", e vai além da "pauperização" do tempo de trabalho. Ela diz respeito aos recursos gastos a partir da precariedade ou inexistência de serviços necessários para a recomposição da força de trabalho e para a reprodução da vida, tais como moradia, transporte etc. Em sua obra da juventude, Engels (2010) discorre sobre a situação da classe operária na Inglaterra, explicando como as casas da classe trabalhadora eram uma soma de condições faltantes, desde a falta de espaço físico internamente, passando pelas camas divididas por famílias inteiras, falta de drenagem de água e saneamento, até a falta de uma boa localização, chegando ao ponto em que os trabalhadores simplesmente morriam devido as péssimas condições ou sucumbindo as intempéries. Além disso, o autor levanta que a questão habitacional servia de régua para avaliar a forma como outras questões eram tratadas pelo Estado, como a saúde, entre outras (ENGELS, 2010).

Em um exemplo prático, abstrato e ilustrativo, não bastando a venda da força de trabalho para um patrão por baixos salários, ou a partir de alguma forma autônoma precarizada de trabalho "sendo seu próprio patrão" (*sic*), o trabalhador terá que, no seu tempo livre, garantir a sua sobrevivência na cidade, construindo sua casa a partir da autoconstrução quando não tem nem o "privilégio" de acessar o mercado imobiliário. Provavelmente em uma localização afastada, ou de risco, ele construirá sua casa em seu tempo livre, e a partir da localização que ocupa, gastará longas horas no transporte público, ou terá dificuldade de acessar serviços públicos e por aí vai. E nessa dinâmica, a construção da sua casa, através do trabalho não pago, refletirá não só na maior exploração da sua força física, mas também dá a "oportunidade" de a burguesia de reduzir o seu salário, já que o trabalhador não arca mensalmente com aluguel.

Apesar de aqui falarmos de um processo específico do continente latino-americano, vemos que a influência do espaço para a extração de mais valia é inerente

ao capitalismo. Mesmo não sendo um teórico da TMD, Engels sintetizou (em parte) este processo de espoliação ainda no século XIX, ao comentar sobre as vilas operárias:

> […] o salário se reduziria, em média, no mesmo montante poupado com o valor médio do aluguel, isto é, o trabalhador pagaria o aluguel por sua própria casa, mas não, como antes, em dinheiro entregue ao dono da casa, e sim em forma de trabalho não pago ao dono da fábrica para quem ele trabalha. Assim, todavia, as economias que o trabalhador investe em sua casinha de certo modo se converteriam em capital, mas não em capital para ele, e sim para o capitalista que lhe dá emprego (ENGELS, 2015, p. 77).

Dentro da chave com a qual trabalhamos aqui, que é posterior a Marx e Engels, o binômio superexploração-espoliação particular da América Latina combinou com a forma com a qual o capitalismo se instaurou em nosso país. Sobre isso, Lúcio Kowarick explica:

> Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, sobre-trabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. **Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho** (KOWARICK 1979, p. 61, grifos meus).

Entendido isso, é preciso ter em mente duas coisas ainda: a primeira é que a TMD de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Sérgio Ferro, Rui Mauro Marini e outros, versa sobre a América Latina a partir, mais exatamente do século XX. Tais autores descrevem as particularidades e situações do nosso continente, mas há outros intelectuais que estudam a dependência em outros continentes, como em África e na Ásia. E a segunda é que a superexploração não é um critério moral, no sentido em que não se pode acusar a superexploração apenas pela aparência da exploração, por exemplo, se um trabalho aparenta ser mais ou menos cansativo ou vexatório etc. O critério da superexploração vem da constatação da quantidade a mais extraída de mais valia, acima da capacidade de reprodução da força de trabalho, do próprio processo de trabalho no caso da superexploração latinoamericana. No caso da espoliação, da dinâmica do espaço urbano no tempo livre. Ainda sobre a espoliação, adiante no próximo capítulo, algumas das bibliografias já apresentadas serão somadas a outras, que darão conta de exemplificar ainda mais o processo de espoliação pela via do transporte e locomoção nas cidades, além da moradia, e também no tipo específico de segregação que a ACF gera.

2 O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ[15]: A ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

O segundo capítulo da dissertação tem como objetivo apresentar o plano de fundo no qual a pesquisa se insere, tendo em vista que o "plano de fundo" não é compreendido aqui como uma paisagem estática, mas como um espaço em movimento, onde as relações sociais acontecem, o qual influencia e é influenciado por elas. Portanto, considera-se aqui o espaço ele mesmo como social (SANTOS, 1982). Desse modo, o capítulo foi construído parte de diversas bibliografias para apreender como se dão as relações entre a microrregião de Florianópolis, e principalmente a Área Conurbada da capital, como parte de uma totalidade, sendo assim, inserida no desenvolvimento capitalista no Brasil. Posteriormente, empreendo uma análise sobre os dados referentes a falta de moradia, com base em referenciais da teoria marxista, as limitações desta dimensão estritamente, ou, prioritariamente quantitativa.

Para tanto, o capítulo está dividido em 2 seções que servem mais para uma melhor organização do texto do que como uma ruptura entre temas ou assuntos. Elas seguem uma ordem do geral ao particular, começando pela Área Conurbada de Florianópolis, destacando brevemente o seu desenvolvimento, e tratando com atenção especial a configuração socioespacial do continente, ou melhor, a porção continental de Florianópolis, e os outros municípios da ACF.

O litoral Catarinense foi colonizado durante o século XVI, e em um primeiro momento, a Ilha de Santa Catarina foi ocupada pela sua posição estratégica militar e para a navegação, já que ela se localizava no meio da rota entre o porto do Rio de Janeiro e o Rio da Prata. Nossa Senhora de Desterro, atualmente Florianópolis (chamada assim de agora em diante para facilitar), é fundada no século XVII em 1673, mas efetivamente povoada e ocupada no século XVIII a partir da instalação de bases político-militares (PEREIRA, 2003, p. 105), com colonizadores vindos do arquipélago de Açores.

Além da atividade portuária, a "economia tradicional", como coloca Margareth Pimenta (2012), era baseada na agricultura de subsistência e na pesca, que geravam um pequeno excedente que era trocado no mercado central, local que "que estabelecia um papel articulador das diferentes comunidades dispersas ao longo da

[15] Trecho da música "Da ponte pra cá", do grupo paulista de Rap Racionais Mcs.

costa, tanto insular quanto continental", que se desenvolviam com pouco contato e de forma independente entre si (p. 4).

Já a constituição de São José, enquanto o Povoado de São José da Terra firme ocorreu em 26 de outubro de 1750, era "composto de 182 casais açorianos" (SILVA, 2006, p. 32), que se instalaram onde atualmente é o Centro Histórico do município e posteriormente "povoaram o Rio Maruim e as terras férteis que o cercavam" (SILVA, 2006, p. 32). Ainda vale também comentar que: "[...] em 1750, havia ocupação da área da 'Serraria Del Rei da Terra Firme', onde atualmente localiza-se o bairro da Serraria. Residiam ali um cabo, um soldado e sete índios" (PIMENTA, 2012, p. 13 *apud* Farias, 2001b). A região desde cedo cumpria uma importante função logística e comercial, principalmente através da "passagem Valente", que era o principal trapiche de acesso à Ilha de Santa Catarina e receptor de pessoas e mercadorias, além dos produtos da agricultura da região. Em março de 1833, o Povoado se torna Vila, município, incorporando terras da Freguesia da Enseada do Brito, posteriormente se tornando a vila mais importante do Estado.

Mesmo contendo o centro administrativo, a Região da Grande Florianópolis empobrece ao longo do século XVIII e XIX, sobretudo em relação ao interior do Estado. Isso se deve, entre muitos fatores, porque "a pequena produção mercantil açoriana não desembocou em relações capitalistas de produção" (PEREIRA, 2003, p. 106). Florianópolis apresentava uma singularidade entre as metrópoles e grandes cidades brasileiras, a de não contar com a industrialização como motor principal, mas sim com o setor terciário, ainda assim era a maior cidade do Estado até 1930. A estagnação econômica e populacional começa a ser revertida apenas na metade do século XX, com o alto grau de investimentos estatais na Capital (PEREIRA, 2003, p. 112-113), como veremos a seguir.

Na mesma época, o município de São José contava ainda com atividades predominantemente rurais que se modificavam na virada do século XIX para o XX:

> De acordo com o Relatório de Governo de Santa Catarina datado de 1866, dentro de um universo de 20.602 habitantes, 84,2% da população que trabalhava era constituída por lavradores. Na sede, 78% trabalhava nas atividades agrícolas.
> Em 1892, este número cai para 39% e 39,7%, devido ao aumento das atividades comerciais e profissionais liberais, depois da abertura para a Serra e da comercialização entre núcleos de povoamento e Desterro através de São José (SILVA, 2006, p.41).

A construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, junto da expansão das atividades públicas a partir da década de 1930, foi fundante para tornar Florianópolis um

polo administrativo. Se, por um lado, a capital não realizou o papel centralizador de desenvolvimento do Estado como um todo, o mesmo não ocorreu com sua região metropolitana e área conurbada, a qual passou a capitanear de forma total –concentrando principalmente investimentos e serviços públicos na sua porção insular. Após a construção da ponte, Florianópolis anexou em 1944, terras do município de São José – o antigo distrito de João Pessoa – que, ao ser desmembrado, foi renomeado como distrito do Estreito, ocasionando uma estagnação econômica de décadas no município Josefense, pois ele havia perdido sua principal área comercial (PIMENTA, 2012, p. 26). E assim, “São José começa a configurar-se como cidade dormitório, enquanto suas principais atividades econômicas eram desenvolvidas no município de Florianópolis. Este quadro demoraria anos para começar a ser revertido.” (PIMENTA, 2012, p. 68).

Margareth Pimenta, arquiteta e geografa, destaca 3 fases importantes do desenvolvimento da Microrregião de Florianópolis durante o século XX. Para a autora, a primeira delas vai do início do período até as décadas de 1950 e 1960, e se caracteriza por um lento desenvolvimento dos municípios da ACF. A segunda fase coincide com o período de intenso crescimento urbano no continente, e é atravessada pela estagnação que sofria São José após o desmembramento do distrito do Estreito e pelo aumento vertiginoso do crescimento populacional no município nas décadas seguintes. Esse período vai até a década de 1980, quando, segundo a autora, “se esgota o modelo de acumulação iniciado no pós-guerra e se inserem grandes alterações na estrutura produtiva nacional e nas relações internacionais” (PIMENTA, 2012, p. 7). Essa fase é também o momento na qual temos o crescimento do setor turístico, e consequentemente, o direcionamento de obras públicas e infraestrutura também para atendê-lo, privilegiando o norte da Ilha de Santa Catarina. A terceira fase, após os anos 90, seria então quando os municípios começam a estabelecer “estratégias próprias de desenvolvimento”, na medida em que o país se volta para as a economia do agronegócio exportadora.

A ideia das estratégias próprias de desenvolvimento dos municípios que a autora traz não é entendida aqui como uma desvinculação do projeto estabelecido até então pelas classes dominantes da região (que será desenvolvida adiante), pois o projeto nunca foi rompido. Havia uma liberdade relativa das cidades da ACF para desenvolverem-se dentro deste projeto criando focos de investimentos públicos, novas centralidades, áreas segregadas, espaços para a especulação urbana dentro

dos seus limites administrativos, tentando, por vezes, repetir os processos de valorização de terras e espaços da capital.

A Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) foi instituída em 1998, extinta em 2007 e recriada em 2010, através da Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 495 de 2010, e se mantém inalterada desde então. É composta por 22 municípios e dividida em duas partes: o Núcleo Metropolitano, com 9 municípios[16], e a Área de Expansão, formada pelos outros 13. Sendo a RMF e sua Área Conurbada (ACF) a escala que merece destaque para alcançar o nosso objeto, trataremos sua interação – e influência mútua – como um "todo intraurbano" (SUGAI, 2015), que se desenvolveu por um mesmo projeto para a Capital, que condicionou o crescimento, e a estagnação dos outros municípios. De acordo com o IBGE, em sua última estimativa populacional (2020), a ACF possui mais de um milhão de habitantes, sendo que mais da metade reside na capital (508.826 habitantes). É importante entender que a definição de Florianópolis e de sua RM são definições, acima de tudo, políticas. Tanto que a região é tratada com inúmeras especificidades dentro da sua condição de metrópole a partir de pesquisas que comentadas a seguir.

Florianópolis só foi alçada ao status de metrópole em 2018, com a divulgação da pesquisa de Regiões de Influência das Cidades, a REGIC (IBGE, 2020b). Essa pesquisa eleva Florianópolis de categoria, de centro regional para a de metrópole, por causa do seu Arranjo Populacional (AP), que engloba dez municípios[17]. Esse é o arranjo menos populoso do Brasil, e possui uma região de influência pouco extensa – que na nova pesquisa passou a incorporar a área de influência da Capital Regional Joinville (POZZO, 2021). Ainda a pesquisa do IBGE destaca que:

> A Metrópole de Florianópolis se insere em um contexto estadual específico, com diversas Capitais Regionais presentes em Santa Catarina para as quais convergem as ligações das Cidades de menor hierarquia e, a partir dessas Capitais Regionais, estabelece-se a influência de Florianópolis. Trata-se de uma rede bem-encadeada, composta por diversos níveis hierárquicos intermediários e Capitais Regionais com grande dinamismo econômico, fazendo com que a participação da renda produzida por Florianópolis perfaça apenas 14,1% do PIB produzido por toda sua região de influência. […] A região de influência de Florianópolis é pouco extensa em comparação com as demais, sendo a quarta menor com menos de 100 mil km^2 (IBGE, 2020b).

O arranjo populacional se constitui por "agrupamentos de Municípios muito integrados por possuírem deslocamentos frequentes de populações para trabalho e

[16] São eles: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.
[17] São eles os nove municípios do Núcleo Metropolitano mais Paulo Lopes.

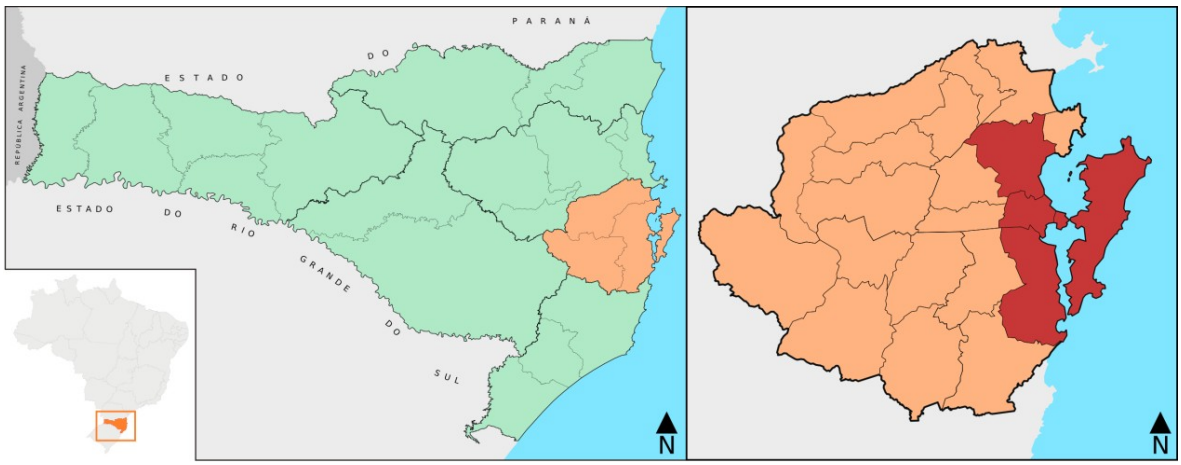
estudo" (IBGE, 2020b), de grande integração e que formam áreas contíguas da mancha urbana (IBGE *apud* POZZO, 2021). E dentro do AP de Florianópolis, cabe destacar que os municípios da ACF representam os maiores deslocamentos populacionais para estudo e trabalho, especialmente entre ilha-continente, e ainda:

> Dentre os municípios que fazem parte do AP Florianópolis, 4 apresentam PIB's bilionários, sendo eles Biguaçú (1,9 bi), Palhoça (5,5 bi), São José (10,6 bi) e Florianópolis (21 bi), segundo dados de 2018 do IBGE-Cidades, **e são os municípios que formam uma densa mancha de urbanização conurbada**. Florianópolis sozinha corresponde a 51% do PIB do arranjo (cujo valor total era de 41,3 bi em 2018). Somando o PIB destas 4 cidades temos o valor de 39 bi, chegamos a quase 95% do valor total do PIB do Arranjo (POZZO, 2021, p. 14, grifos nossos).

A escala da AP de Florianópolis é importante aqui por diversos fatores, entre eles, o destaque de Florianópolis no processo de desenvolvimento da ACF, e de certa forma do Estado de Santa Catarina em si – se considerarmos a centralidade da gestão e administração na sua região de influência.

É essa a escala (ACF) que será referida na presente pequisa, pois ela dialoga melhor com as outras referências relacionadas à temática habitacional e urbana, tanto por ser a escala que privilegia São José como a cidade de entrada para a Ilha. Ela também se apresenta como escala mais razoável de interação social, por ser a região onde estão a maioria das ocupações urbanas politicamente organizadas do Estado, e também de onde vieram a maioria dos moradores da Contestado, como veremos no capítulo seguinte.

Figura 2 - Esquema representativo da Área Conurbada de Florianópolis



Elaborado pelo autor recursos abertos da wikimedia, e software vetorial livre Inkscape.
Fonte: Acervo pessoal.

A arquiteta e professora Maria Inês Sugai (2015), aponta duas particularidades da disposição fí*sic*o-territorial da ACF. A primeira é que a capital, que se configura como o núcleo urbano central, sofreu um processo de transbordamento da sua área urbana nas últimas décadas, absorvendo os núcleos urbanos vizinhos; têm sua quase totalidade territorial na Ilha de Santa Catarina. A segunda é o fato de São José ser o único município que "possui limites político-administrativos terrestres com a Capital", e o único município que possui limites com os outros dois municípios da ACF, ou seja, São José é a ""antessala" de acesso à Ilha" a partir do transporte rodoviário (p. 49).

Apesar do contínuo crescimento populacional, a capital, e consequentemente sua área de conurbação, apresentam – atualmente – dificuldades de centralizar o desenvolvimento do Estado como um todo, que ocorre de forma mais autônoma entre as regiões. Principalmente no que diz respeito aos processos de industrialização, mais fortes ao Norte e na região do Vale do Itajaí. Portanto, Florianópolis se desenvolveu, principalmente como uma cidade administrativa, e posteriormente – com mais força na segunda metade do século XX – investiu na "vocação turística", aproveitando-se da sua geografia e dos investimentos públicos, que serviram para impulsionar a valorização do setor (PIMENTA, 2012; LOHN, 2002).

A ideia de uma cidade industrial – como foi idealizada no Plano Diretor da década de 1950, que propunha um desenvolvimento que partia do continente para o eixo sul da ilha – é subvertida pelas vontades e interesses das classes dominantes locais. Essas detinham a propriedade das terras que iriam se valorizar (como queriam seus caprichos), com uma orientação do desenvolvimento focado principalmente na porção insular, direcionado para o eixo norte, onde estavam as melhores praias que iam se convertendo em balneários.

Já os outros municípios da ACF "cresceram lentamente e sem vínculos entre si", e eram, sobretudo, municípios "com características marcadamente rurais, [que] forneciam, desde o século XIX, produtos primários demandados pelo núcleo urbano da Capital." (SUGAI, 2015, p. 53).

Figura 3 - População da Área Conurbada de Florianópolis, 1949-2020*

População da Área Conurbada de Florianópolis, 1949-2020								
Município	**1949**	**1959**	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**	**2020***
Biguaçu	12.265	13.751	15.337	21.441	34.063	34.063	58.206	69.486
Florianópolis	67.630	98.520	138.337	187.880	255.390	342.315	421.240	508.826
Palhoça	11.716	14.266	20.652	38.023	68.430	102.742	137.334	175.272
São José	14.562	21.537	42.535	87.822	139.493	173.559	209.804	250.181
Total	**106.173**	**148.074**	**216.861**	**335.166**	**497.376**	**652.679**	**826.584**	**1.003.765**

Adaptação do autor. Fontes: SUGAI 2015 p. 219; IBGE/SIDRA – Tabelas 202 e 6579 *Estimativa aproximada, o Censo não ocorreu em 2020. Fonte: Acervo pessoal.

O crescimento acelerado, mesmo com a estagnação econômica dos municípios ao redor da capital, dava início aos processos de especulação da cidade e loteamentos clandestinos e irregulares, que somados às leis sanitaristas de décadas anteriores, contribuíam para a expulsão das classes empobrecidas dos morros localizados na porção central da Ilha. Como coloca o historiador Reinaldo Lohn (2002), a cidade foi pensada antes mesmo de ser erguida conforme os interesses das classes dominantes e os anseios das classes médias em seus projetos individuais.

O que acarretava um modelo social perverso “dual”:

> Enquanto os “funcionários” estatais constituíam os novos bairros residenciais – nos arredores do centro ou nas proximidades aprazíveis -, seus construtores dispersavam-se pelo outro lado da cidade, ocupando a área conurbada da Grande Florianópolis. Comunidades pesqueiras cedem lugar ao uso residencial ou turística da orla insular. A expansão da ocupação inverte-se. Se num primeiro momento, as comunidades pesqueiras localizavam-se dispersas na costa, fazendo uso do mar como fonte de reprodução da vida, agora o processo de ocupação avança a partir das áreas centrais, desorganizando os processos iniciais e trazendo novos padrões culturais e de consumo. (Pimenta, 2012, p. 5).

O que aconteceu naquele período na Capital de Santa Catarina não foi uma exceção no Brasil. Diversas cidades litorâneas tiveram processos de expulsão da classe trabalhadora de suas áreas centrais e regiões próximas da orla, algumas delas de maneira mais violenta e repentina, outras de forma gradual e “silenciosa”, para usar a expressão de Maria Inês Sugai. O que vemos aqui é uma das características intrínsecas ao sistema capitalista, a necessidade de reorganização espacial junto à acumulação de capital que exige um suporte geográfico, um espaço fí*sic*o para acontecer, no qual os territórios inserem-se desigualmente nas dinâmicas de mercado.

Essa característica pode ser vista como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica, na qual os territórios são inseridos desigualmente

no mercado globalizado, onde a terra é também mercadoria. O fato é que, sem esse "ajuste espacial", como chamou o geógrafo David Harvey (2004), o capitalismo não teria durado e se desenvolvido ao longo da história, afinal, "a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica" (p. 40).

A urbanização de Florianópolis e dos municípios do entorno se insere num quadro de urbanização tardia, comum em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil e da América Latina em geral. O período pós-guerra, especialmente entre 1945-1960, é marcado pelo aumento vultuoso das cidades latino-americanas. Algumas chegaram a inclusive a duplicar de tamanho em uma década. Entre os vários motivos, destacam-se a saída das famílias do campo para a cidade e até as migrações de cidades maiores para as menores. Diferentemente do que ocorreu na Europa, aqui a tendência foi que o crescimento urbano **precedeu a industrialização**, fazendo com que essa se inserisse em um processo já em andamento, (CEPAL, 1969) e que se esgota no final da década de 70 (ARUTO, 2019).

Destarte, a industrialização que ocorria em nosso país teve que se adaptar: encontrava nas cidades um número volumoso de trabalhadores disponíveis, que eram também carentes em especialização técnica. E assim, absorvia menos trabalhadores do que o setor de serviços, especialmente as atividades comerciais. A predominância dos serviços sobre o setor industrial – que atualmente continua ocorrendo nos municípios da ACF – constituiu, então, uma constante na urbanização da América Latina pós segunda guerra, e não é sua exceção (CEPAL, 1969). O pilar estrutural dessa urbanização. é formação de um setor aparentemente "marginal" que consistia nas massas da classe trabalhadora que não se integravam na modernização capitalista em termos políticos, econômicos, sociais, sua consequência direta (CEPAL, 1969). Quando olhadas de um ponto de vista espacial, as massas "marginais" foram, e são, também segregadas territorialmente. No caso de Florianópolis, como veremos adiante, os processos segregativos tratam, em um primeiro momento, de expulsar a classe trabalhadora do centro para os morros, e posteriormente para o continente e outros municípios.

Sobre esta forma de marginalização, o economista Rui Mauro Marini (2013) comenta que, em economias de países dependentes, como o Brasil, o que predomina não é o desenvolvimento com uma integração das classes trabalhadoras ao consumo no mercado. Mas o contrário, um desenvolvimento com superexploração da força de trabalho, que exclui as massas do consumo, e do "emprego produtivo cria-

do pela acumulação de capital". (MARINI, 2013, p. 31). Há ainda que se ponderar que essa exclusão não paira no ar, ou seja, ela é refletida nos locais de circulação, e principalmente moradia dos trabalhadores e trabalhadoras, como coloca Kowarick:

> […] a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma "massa marginal", entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana […] (KOWARICK, 1979, p. 58).

É isso então a "não integração", "marginalidade" ou "integração incompleta": a não inserção de parte da classe trabalhadora no mundo do trabalho formal, somada a não inclusão dela no mundo do consumo, que gera consequências socioespaciais, afinal, a moradia, e a terra acabam por ser incluídas nesses mundos na sociedade capitalista.

Ao analisar a formação dos morros de Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, o geógrafo André Luís dos Santos (2009) relata como que as populações pobres, compostas especialmente por negros e negras descendentes de escravizados, mestiços e também colonos de origem açoriana, eram expulsas para fora do perímetro urbano, sendo obrigados a fixar suas residências nos morros:

> Sob os signos da modernidade, do higienismo, sanitarismo e do embelezamento de Florianópolis, os planos e ações sobre a cidade incluíram a demolição de casas, cortiços e bairros que ainda abrigavam a população pobre. As demolições abriam espaço para a nova cidade da elite econômica e política e diminuíu ao extremo as possibilidades de moradias baratas aos pobres. Os Morros tornaram-se uma das poucas possibilidade de permanecer próximo a cidade tradicional […] (SANTOS, 2009, p. 519).

Desde a década de 1950, com a ocupação das áreas periféricas do continente a partir e com a efetivação da conurbação na década de 1960 – muito por conta da BR-101[18] – esse todo intraurbano passa a ser articulado, resguardando questões específicas de cada município, em torno de um mesmo projeto de suas classes dominantes. A burguesia criou e mantém um projeto, de "cidade turística e de qualidade de vida" para a cidade de Florianópolis e seu entorno (CANELLA, 2015; SUGAI, 2009), a partir do qual conseguem esconder e maquiar a pobreza e os problemas urbanos costumeiros em outras capitais do país.

Esse projeto condicionou, e condiciona a cidade, a se desenvolver a partir de um crescimento acelerado da construção civil, e do capital imobiliário (CANELLA, 2015), criando enclaves de alto luxo e buscando expulsar a população espoliada, e

[18] – cujo trecho catarinense foi concluído em 1971, que ajudou a romper a fragmentação de SC com os centros dinâmicos do país (PEREIRA, 2003)

de maioria negra, do centro da cidade, onde a renda da terra passa a ser maior. Esse processo gera imensas contradições na cidade. Se por um lado as classes dominantes querem valorizar suas terras, por outro, dependem da mão de obra dos trabalhadores que ali viviam, e que expulsos e morando mais distante do trabalho, trariam custos maiores para seus empregadores.

O resultado direto desse processo foi a ocupação dos morros e áreas de expansão nos municípios vizinhos. O saldo deste processo para a classe trabalhadora é o aumento da superexploração e da espoliação urbana – características da economia dependente. Impedida de acessar o mercado imobiliário formal, a classe trabalhadora autoconstrói seus espaços no tempo livre e com recursos próprios. As casas são localizadas geralmente em espaços carentes de infraestrutura urbana, mesmo nas favelas já existentes, gerando inúmeros problemas: desde pouco acesso a serviços de saúde, ou até o impedimento de algumas mães de trabalhar fora porque não conseguem vagas em creches para seus filhos, por exemplo. Os trabalhadores também perdem longas horas no trânsito, e nas baldeações do transporte público, o que dificulta seu acesso também a serviços essenciais, e possibilidades de aproveitar a cidade para seu lazer.

Esse processo é acelerado na segunda metade do século XX (MAGALHÃES, TONIN, 2015, p. 225), e ganha destaque a partir da década de 1990, considerado por Sugai como “um terceiro período de expressiva expansão da ocupação informal”, ela explica:

> Um terceiro período de expressiva expansão da ocupação informal desponta na década de 90, concomitante à elevação do rendimento médio da população de Florianópolis, ao aumento do processo migratório e também ao aumento das desigualdades sociais no contexto conurbado. Nesse período tornou-se mais evidente o surgimento de assentamentos irregulares e precários mais distantes das áreas centrais, tanto ao longo da Ilha como no continente, além do processo de adensamento das favelas já existentes, da remoção pelo poder público de alguns desses assentamentos e da consolidação do fenômeno da segregação socioespacial no contexto conurbado. Constatou-se, mais recentemente, também o aumento significativo do número de assentamentos precários nas periferias da Ilha e do continente, em função do menor custo do solo urbano. (SUGAI, 2009, p. 169).

Para ocultar os problemas que o projeto das classes dominantes ocasionava, bem como para expandir a mercantilização da Capital, desde mais ou menos os anos 80, as elites locais tentam criar uma noção ideológica de “Ilha da Magia” (SUGAI, 2009, 2015), por meio de estratégias de propaganda e *marketing*. Além disso,

seguindo a linha de maquiar os problemas urbanos, a população é representada como um amálgama, que não é atravessada por questões de classe, raça e gênero.

Além disso, muitas vezes as “precariedades” e outros problemas não figuram nos indicadores sociais, que são muitas vezes divididos por municípios, mascarando os problemas urbanos e permitindo que os indicadores da Capital se destaquem ainda mais. Essa ideologia foi recentemente recoberta com projetos *city-branding,* a chamada “Minha Floripa”, etapa avançada do processo de consolidação da “cidade-empresa”, que visa inserir Florianópolis em uma dinâmica internacional de concorrência e disputa por investimentos e capital. Por isso, ela precisa apresentar os interesses das classes dominantes como interesses da população em geral, e figurativizando essa representação, e estigmatizando aqueles que. desde meados dos anos 90, vão contra esse projeto (FANTINI; CANELLA, 2019; VAINER, 2001).

O que se nomeou por outros autores de “as elites”, aqui chamaremos de classes dominantes; nelas estão uma mistura de sujeitos e atores que detém o capital, não apenas o dinheiro[19] e investimentos, mas também o capital simbólico, e produzem e reproduzem a cidade fi*sic*amente, mas também culturalmente e ideologicamente. Nesse aspecto, o filósofo Henri Lefebrvre, ao falar do “assalto à cidade promovido pela industrialização”, já apontava para a necessidade de não naturalizar tal processo, e considerar a intervenção ativa e, às vezes, até voluntária das classes dirigentes (LEFEBVRE, 2016, p. 23).

Classes essas que buscam se apropriar do espaço pelo seu valor de troca, isto é, querem o espaço pela possibilidade de transformá-lo em mercadoria: seja através da apropriação direta, colocando nele seus negócios e empreendimentos e assim atraindo capital; ou indireta, na qual buscam se apropriar de terras, e condicionarem o desenvolvimento da cidade visando valorizá-las, seja pela proximidade de investimentos e infraestruturas públicas, seja por atrativos naturais, enfatizados por meio de um poderoso aparato de propaganda, para posteriormente negociá-las com o poder público ou investidores privados.

Para alcançarem seus objetivos, as diversas frações das classes dominantes, desde o capital imobiliário – donos de terras e construtoras – se unem aos empresários de diversos ramos da indústria, sobretudo a do conhecimento[20]. Juntos, movem

[19] Não há aqui necessariamente uma correlação direta entre classes dominantes, burguesia, elites e altos salários, sobretudo em uma cidade na qual uma parcela dos trabalhadores que compõe as classes A e B são funcionários públicos – como no caso de Florianópolis.

[20] Em Florianópolis, as empresas de serviços de áreas relacionada as Tecnologias de Informação e Comunicação usam essa denominação, visando criar um consenso sobre uma indústria “limpa”, “sus-

no tabuleiro da cidade outros atores, que servem a eles como “títeres”. Em outras palavras, são fantoches altamente substituíveis que bancam publicamente as ideias das elites e que aparecem no palco das relações sociais como os promotores de um bem-estar geral a partir desse projeto, pois são capazes de uma melhor interlocução com a classe trabalhadora. Algumas vezes são também capazes de mobilizar recursos em prol da burguesia, com projetos em laboratórios das universidades, resolução de entraves burocráticos no aparato estatal, entre outros (BERTOLI, 2017; CANELLA, 2019; SUGAI, 2015; COELHO, 2019).

São eles os gestores do funcionalismo público, professores universitários, membros de associações locais e de organizações da sociedade civil, que atuam junto da imprensa local para convencer a opinião pública não apenas da validade de seu projeto, mas de sua pertinência para todos. Aqui poderiam entrar as “camadas médias” (ZIBECHI, 2015, p. 24) de maneira geral. Contudo, apesar de participarem da exploração dos extratos mais baixos da classe trabalhadora (enquanto gerentes, controladores, capatazes, etc.), eles não são os promotores principais do projeto das classes dominantes. E mesmo sendo numerosos na ACF, são também prejudicados, e sofrem – em menor grau – com os problemas urbanos gerados pelo projeto excludente das Elites, os quais muitas vezes inclusive apoiam[21].

A ideia de colocar vários sujeitos e atores sob a mesma classificação abstrata (elites) não pode ser entendida como uma forma para encobrir os interesses das classes dominantes por meio do Estado, antes seu contrário: “para as classes dominantes no capitalismo, deixar a administração do aparato de Estado nas mãos de outras classes lhes permite alimentar a ficção de um Estado socialmente neutro, ocultando seu caráter de classe” (OSORIO, 2020, p. 47, grifos do autor).

Portanto, a atual forma de desenvolvimento do projeto de cidade aqui relatada é capitaneado por essa aliança entre classes dominantes, e operacionalizado, também, através do Estado, que deve ser compreendido não como um ente neutro, um mero suporte, ou apenas sequestrado pelas classes dominantes, mas como um ins-

tentável” e que está na fronteira tecnológica e do trabalho intelectual, e até impulsionando Florianópolis para o futuro, tentando encobrir as mudanças que realizam no território da capital, incluindo ali diversos desmatamentos, e outras alterações não tão limpas assim (BERTOLI, 2017).

[21] Aqui não teremos tempo de aprofundar sobre a atuação das classes médias nos projetos das Elites, e são poucos os trabalhos que detalham como esse extrato age individualmente, pois estão sempre ligados as classes dominantes. Alguns aparelhos privados mostram bem essa relação: mesmo as ONGs com representação “do povo manézinho” (sic), vão ter em seu quadro gestor algum membro das elites locais, a exemplo da Floripa Amanhã, que já contou com representantes do setor imobiliário e empresarial, como as famílias Koerich e Becker, e também com membros da imprensa tradicional. Sobre a influência que a ONG exerceu sobre o poder público e o Estado, ver Bertoli, 2017.

trumento central na dominação e promoção da segregação, especulação e, em muitos casos também a repressão à classe trabalhadora. Portanto, o Estado é também capitalista – sendo ele o mediador de quase todas as instituições coletivas, “a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX, ENGELS, 2007, p. 76).

2.1 A FALTA DE MORADIA E AS ÁREAS EMPOBRECIDAS

Até aqui realizamos um caminho mais ou menos padrão para comentar a formação socioespacial da ACF. Podemos dizer que andamos por estradas pavimentadas, atravessamos a ponte e chegamos ao continente, mais perto de São José, onde também fica a Ocupação Contestado. No entanto, de maneira geral, estamos mais próximos da periferia, onde aqueles que trabalham na Capital moram, ou até, onde quase já não estão conseguindo mais morar. Não que não haja pobreza na “Ilha da Magia”, mas o continente – que é composto de outros três municípios da nossa Área Conurbada merece uma atenção especial.

A *segregação* até este momento no trabalho foi apresentada quase como um “adjetivo-consequência” da urbanização e industrialização promovida nos moldes do sistema capitalista na América Latina. Neste subcapítulo, abordaremos de forma mais precisa os resultados do projeto de desenvolvimento levado a cabo pelas classes dominantes, e enfim, como a dinâmica da sociedade de classes se reflete no espaço físico.

Daqui para frente, trataremos com diferenciação as formas de ocupação da terra pela classe trabalhadora. Usaremos a denominação 1. *Ocupação Urbana* para tratar de áreas em que os próprios moradores, sujeitos do processo, ou rede de apoio, tenham elaborado previamente uma prática espacial organizativa e bem como um discurso sobre o território ocupado – seja através de formação e organização política prévia, ou em processo, e pela resistência às tentativas de despejo. Nas Ocupações, responde pelo território o sujeito coletivo, o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores que se dispõem a lutar por moradia – por regulação fundiária, um projeto habitacional, ocupação de terras, imóveis etc.; 2. *Assentamentos informais*, para definir toda a gama de ocupações irregulares, favelas e aglomerados subnormais que carecem de dados, ou pesquisas sobre sua organização; 3. A denominação *Aglomerados Subnormais* (AS), que é concebida em uma metodologia própria pelo IBGE,

será utilizada quando nos referirmos aos dados e pesquisas da instituição, tendo em vista que as ocupações e demais assentamentos urbanos deveriam estar inseridas nesses dados.; e 4. *Espaços de Pobreza*, para abordar as áreas onde se situam os assentamentos, ocupações e a classe trabalhadora na ACF. Tal nomenclatura é uma síntese minha e derivada de algumas das pesquisas utilizadas aqui como referência.

Sugai (2009) apresenta o uso do termo *favela* tendo como principal pilar "o estatuto jurídico da terra" (p. 167) e não a qualidade de infraestrutura. Ela compactua com as definições apresentadas pelo organizador da coletânea de textos na qual o artigo está inserido, que *favela* seria um termo análogo a assentamentos populares informais, cujas características seriam a ocupação de forma irregular do solo, carência de infraestrutura e fundamentados a partir da autoconstrução e autourbanização. Nessa definição da autora, e no contexto da obra, a irregularidade tem um sentido a mais, a partir da formação de um mercado de terras paralelo ao mercado imobiliário formal (ABRAMO, 2009, p. 7).

Por sua vez, Canella (2019) discorre sobre como o termo *favela* é uma forma genérica de se referir ao conjunto heterogêneo de situações habitacionais. E que por isso, pode conter inúmeras diferenças e variações entre elas, como, por exemplo, uma favela mais antiga e consolidada, possuir uma renda mais elevada que uma favela recente. Para o autor, importa menos o grau jurídico da propriedade e as formas de construção da mesma, do que como "a cidade territorializa a sua pobreza". Por isso adota o termo *espaços de pobreza*, o qual traz uma relação mais íntima com o desenvolvimento socioespacial do que diretamente com relações de troca e posse ilegais/irregulares.

A denominação *espaços de pobreza* também é usada aqui (de forma similar a utilizada por Canella), compreendendo que as dinâmicas de ajuste espacial conformam espaços segregados e empobrecidos, que podem ser distinguidos por essa característica. Todavia, por ter relação com a base metodológica do trabalho – a Teoria Marxista da Dependência – esse termo tem um conteúdo adicional que merece ser pontuado aqui. A ideia de que a palavra pobreza traz pode ser vista como decorrente de um acaso, como uma condição imanente ou até natural daqueles espaços. Entretanto, com os ajustes espaciais promovidos pelo sistema capitalista em nível global, compreendemos que o que ocorre na verdade é uma transferência de capitais de determinadas áreas para outras, gerando concentração de um lado, e a pobreza

de outro. Portanto, **os espaços de pobrezas são aqui tratados como os espaços da classe trabalhadora – que é ativamente empobrecida pelas classes dominantes via superexploração e espoliação**.

2.1.1 Aspectos quantitativos dos espaços de pobreza da ACF

Em uma mesa realizada durante o evento I° Congresso de Direito à Cidade de Santa Catarina, intitulada “Direito à Moradia e Estatuto da Cidade”[22], Sugai nos conta como a região conurbada de Florianópolis produz uma segregação que se apresenta como um verdadeiro processo de apartação. Sendo visíveis as áreas de segregação, os espaços de pobreza, tanto da população empobrecida, como a autossegregação das elites – termo que ela usa para chamar as classes dominantes.

Em sua tese de doutorado, *Segregação Silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis* (2015), ela nos apresentou o dado de que cerca de 10% da população da ACF vivia abaixo da linha da pobreza segundo o CENSO de 2000, e destes, “quase 36% habitavam na ilha e 64% no continente” (p. 31), e a partir de outras pesquisas anteriores (SUGAI, 2009), foram mapeadas 171 áreas de informalidade na ACF, no qual a maioria naquele período se localizava em São José:

> O levantamento efetuado [pela rede Infosolo na primeira etapa desta pesquisa, em 2004, confirmou a existência de 61 assentamentos informais apenas em Florianópolis e constatou outras 110 áreas de ocupação irregular nos municípios da área conurbada, assim distribuídos: **67 em São José**, 27 em Palhoça e 16 em Biguaçu. **Totalizavam 171 favelas e assentamentos consolidados informais** cujos habitantes representavam mais de 14% da população da área conurbada de Florianópolis (Idem, p. 169, grifos nossos).

Sugai (2009, p. 168) nos informou a respeito de uma quantidade de mais de 13.180 edificações nestas áreas. Na falta de pesquisas mais recentes desta envergadura, os dados serão usados como base para avaliar a situação atual, em comparação com outras fontes diferentes de informações mais recentes.

Em levantamento preliminar sobre AS em 2019, “Santa Catarina tem 32.416 domicílios (1,46%) em Aglomerados subnormais”, distribuídos em 171 áreas de aglomerados subnormais em 31 municípios, isto é, 10,5% do total no Estado, que conta com 295 municípios (IBGE, 2019b). De acordo com as notas técnicas, “Os municípios com maior número de aglomerados subnormais são Blumenau (42), **Flo-**

[22] Disponível em: <https://youtu.be/PjywYfruqMk>. Acesso em: Dezembro de 2020.

rianópolis (28), Joinville (10), Chapecó (9) e Lages (8)", seguidos diretamente por São José, com 7 – Palhoça (5) e Biguaçu (4) estão um pouco mais abaixo. Já em números de domicílios, temos Florianópolis em primeiro lugar, com 11.416 domicílios, seguido por Blumenau (7.207) e Palhoça, com 1.954. São José possui 838 e Biguaçu, 613. Ou seja, de acordo com os dados, a pesquisa nos mostra **44 áreas em Aglomerados Subnormais na ACF, distribuídas em 14.821 domicílios**.

Os dados do IBGE (que seguem metodologia própria) estão ligeiramente distantes das pesquisas anteriores na região: a primeira etapa é a informação das prefeituras, cabe ao poder municipal apontar os aglomerados, situação essa que, por algum motivo, pode não acontecer, ou o poder público pode, ainda, desconhecer a situação de determinadas áreas. A partir disso, o IBGE realiza um trabalho em bases de dados e de campo, que comprova o caráter da propriedade alheia (1), e o padrão urbanístico irregular (2), apontados nas notas técnicas como a falta de infraestrutura, como precariedade de serviços públicos, padrão urbanístico irregular etc. (IBGE, 2020).

Em um primeiro momento concluímos que, a partir das diferenças metodológicas, a pesquisa do IBGE apresenta um número menor de áreas do que a da rede Infosolo. Mesmo assim, é uma quantidade maior de domicílios com uma diferença que acaba por não ser tão expressiva. Temos a necessidade de considerar, para esse tipo de pesquisa, a possibilidade de subnotificação, entendida aqui como a falta de informações de forma ampla, isto é, que decorre de diversos fatores. A própria metodologia do IBGE, por exemplo, não quantifica com precisão os aglomerados que não formam um setor censitário, isso é, com menos de 51 domicílios, que totalizaram 2100 aglomerados em 2019 em SC – e que não tiveram suas edificações contabilizadas.

A eles é atribuído um número médio de 30 domicílios. A mesma questão já era considerada e confrontada a partir da pesquisa da rede Infosolo, realizada por Sugai (2009, p. 168). Os mapas responsáveis pelas informações demográficas e sociais disponíveis no site[23] da prefeitura de São José, por exemplo, datam 2003 e 2004, e o seu PMHIS foi apresentado em 2013. Ou seja, os dados são anteriores a várias ocupações e assentamentos. Por consequência, fica difícil saber com qual

[23] Mapas elaborados para o plano diretor que ainda não entrou em vigor, paralisado desde 2017. Fonte: https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/plano-elaborado-em-2004

acuidade a prefeitura informa o IBGE sobre possíveis “novos” aglomerados subnormais na cidade.

Em 2020, por causa dos impactos da pandemia do Covid-19 nas periferias, foi criada a base colaborativa de mapeamento de assentamentos informais Comunitáreas, uma iniciativa do PET de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, em parceria com o Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Estado, o CAU/SC. A plataforma visa “localizar e caracterizar as comunidades e grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu”[24], com vias de fortalecerem diferentes sujeitos e atores, como universidade, movimentos sociais em busca de direitos e políticas públicas, usando informações coletadas em bases de dados diversas, como PMHIS municipais, IBGE e outras, e ainda, aceitando contribuições de forma colaborativa via formulário no site.

Sem entrar na discussão das questões acerca da chamada vulnerabilidade, e dos pormenores do conceito, já que este não é o objetivo do trabalho, pude utilizar dos dados disponíveis – diga-se de passagem ainda incompletos – para ter um retrato mais fiel da atual situação de assentamentos informais e ocupações na ACF.

Figura 4 - Tabela de Levantamento COMUNITÁREAS

Cidade	Qtde Assentamentos	Edificações	População
Biguaçu	22	não consta	1370
Florianópolis	72	12146	16683
São José	27	3628	14512
Palhoça	15	não consta	1875
Total	**136**	**15774**	**34440**

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados alfanuméricos da plataforma colaborativa Comunitáreas, para o levantamento dos Assentamentos Informais, Ocupações e demais Espaços de Pobreza da ACF. Fonte: Arquivo pessoal

A partir dos dados da plataforma, e cruzando eles com os anteriores, podemos esboçar algumas considerações. Primeiro, que há na região da ACF uma quantidade muito maior de assentamentos informais do que de aglomerados subnormais como o IBGE nos apresenta. Se formos considerar pelo número de edificações, **há praticamente um terço de AS mapeados em relação ao número de Assentamentos da plataforma Comunitáreas**. Já o número de domicílios é ligeiramente menor no le-

[24] Fonte: site Comunitáreas, disponível em: <https://www.comunitareas.com/o-que-faz>. Acesso em março de 2021.

vantamento do IBGE – e se levarmos em conta que a plataforma tem dados declaradamente incompletos, a diferença pode ser ainda maior. Em relação à pesquisa apresentada por Sugai, o número de áreas informais é menor na plataforma Comunitáreas, ao mesmo tempo em que o número de edificações é ligeiramente maior, ainda considerando que não há informações de dois municípios.

2.1.2 O Déficit habitacional

Há ainda outra evidência para atestar a não diminuição significativa dos espaços de pobreza na ACF, antes o contrário: ao que tudo indica há na verdade um crescimento, que pode ser atestado pelos números crescentes do **déficit habitacional de Santa Catarina e no Brasil.** Embora o crescimento não esteja diretamente relacionado aos espaços empobrecidos das cidades, é formado principalmente a partir das habitações precárias nestes locais. Historicamente o déficit habitacional do Brasil era calculado pela Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, que teve sua série interrompida por um breve período, e passou por mudanças metodológicas. Até o ano de 2015 ele era calculado através da PNAD, desde 1990 até 2015, e pelos censos, em 1991, 2000 e 2010, e atualmente via PNADC, a partir de 2016, por conta da quebra da série histórica e alterações metodológicas do próprio IBGE (FJP, 2021).

A fundação João Pinheiro foi criada em 1969, e está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Como instituição de pesquisa e ensino, produz indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. O conceito central que utiliza em seus trabalhos sobre moradia – déficit habitacional – é também usado por diversas instituições governamentais e de pesquisa, tanto como elemento para diagnóstico de problemas urbanos, quanto para a promoção de políticas públicas desde 1995, sobre o déficit a fundação coloca:

> Basicamente o conceito de déficit indica a necessidade de construção de novas moradias para atender à demanda habitacional da população em dado momento. A inadequação de domicílios, por sua vez, não está relacionada ao dimensionamento do estoque de moradias, mas sim às especificidades dos domicílios que prejudicam a qualidade de vida de seus moradores (FJP: 2018, p. 10).

Como referido anteriormente, os dados coletados pela Fundação têm sido recuperados não apenas por setores dos governos, mas também por movimentos sociais, já que a produção desses dados permite visualizar o tamanho do problema da moradia, no sentido da população brasileira. O relatório de 2015, em particular, foi

bastante referenciado por alguns destes movimentos, como o MTST, movimento de luta que adquiriu proeminência nos últimos anos:

> Déficit habitacional é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender todos aqueles que precisam no país. Existem dois modos de definição deste déficit: o quantitativo (número de famílias que não tem casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados juntos formam o quadro do problema habitacional brasileiro (Boulos, 2015, p. 13).

Destacamos nesta fala os elementos **qualitativos** citados pelo autor, que foram incorporados ao déficit ao longo dos anos na metodologia da FJP, a partir do conceito da **inadequação de domicílios** que, segundo o relatório da fundação, "reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas." (FJP, 2018, p. 10).

Alguns autores consideram essas duas dimensões como parte do mesmo problema, **afinal a falta de moradia se articula também com a precariedade das habitações**, que vão se degradando com rapidez ao longo do tempo. Boa parte dos movimentos de luta por moradia, e dos/as moradores/as de ocupações urbanas de caráter espontâneo, questiona, muitas vezes, se a ocupação em si é a garantia de uma moradia digna, ou um passo para tal, já que, em diversas dessas ocupações, mesmo com quatro paredes e teto, as habitações são paupérrimas. –Mesmo assim, com o trabalho de campo realizado, podemos notar que houve um salto qualitativo dos moradores ao se instalarem na Ocupação.

O déficit habitacional, segundo a FJP, seria resolvido a partir da construção de novas habitações, com vias de repor o estoque de moradias. Por isso, o déficit é dividido entre **déficit por reposição de estoque** e **déficit por incremento de estoque**. O primeiro é associado à necessidade de substituir as habitações já existentes por novas, seja pela precariedade ou desgaste da estrutura física; o segundo advém da necessidade de novas habitações.

Na categoria da **reposição** estão os **domicílios rústicos**, que precisarão ser repostos pelo seu grau de deterioração no tempo. Domicílios com alto grau de depreciação podem fazer parte dessa parcela de déficit, ou da inadequação, a depender do seu estado e uso. Porém, a falta de dados e informações, junto das dificuldades de acesso sobre a situação de tais imóveis, impedem sua incorporação às estimativas das necessidades habitacionais. (FJP, 2018, p. 20). Embora seja metodologicamente relevante, "a separação conceitual em déficit por reposição de estoque e déficit

por incremento de estoque possui pouca relevância do ponto de vista dos cálculos." (FJP, 2018, p. 21).

Já o **déficit por incremento** inclui todas aquelas habitações que precisarão surgir para atender uma demanda crescente. Estão inclusos os **domicílios improvisados,** que são os locais sem fins residenciais, e todo tipo de habitação que não foi feita para receber moradores, como carros, viadutos, imóveis comerciais, entre outros. As habitações em situação de **coabitação** ocorrem quando há, pelo menos, outras duas pessoas convivendo junto da família principal – caracterizada como família convivente secundária – no mesmo domicílio. A forma como se contabilizam as famílias em situação de coabitação que estão no déficit se alterou muito no decorrer dos anos. O presente documento, considera "a média do percentual de famílias com intenção de estabelecer novo domicílio no período entre 2011 e 2014" (FJP, 2018, p. 23).

Outro componente é o **ônus excessivo com aluguel urbano**. Correspondente "ao número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários-mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel". (FJP, 2018, p. 21-23). E por último, o **adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados**, que se caracteriza pelo "número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório" (FJP, 2018, p. 24) é incluído no déficit, e não mais na inadequação desde 2007. Essa inclusão se deve pela impossibilidade de venda ou ampliação do imóvel pelo inquilino.

A **inadequação de domicílios** compreende os domicílios que "não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades" (FJP, 2018, p. 25), localizados em áreas urbanas e que não são incluídos no déficit habitacional. Cada domicílio pode também apresentar diversos componentes da inadequação, porém, eles são apresentados de forma separada, para possibilitar a elaboração de políticas públicas específicas para cada variável (FJP, 2018, p. 26). Estão inclusos nessa categoria os domicílios que possuem **carência de infraestrutura**, aqueles que não possuem algum serviço básico, como energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo; o **adensamento excessivo em domicílios próprios**, que são aqueles no qual o número médio de moradores é superior a três por dormitório e se diferencia do componente do déficit apenas pelo fator da propriedade do imóvel; também são incluídos as habitações em situação de **inadequação fundiária**, situação na qual pelo menos um dos morado-

res possui a propriedade da moradia, mas não a do terreno; as **habitações sob cobertura inadequada**, que são aquelas que possuem telhados precários ou improvisados. E por último, a **inexistência de unidade sanitária exclusiva**, representa as moradias que não dispõem de banheiro próprio.

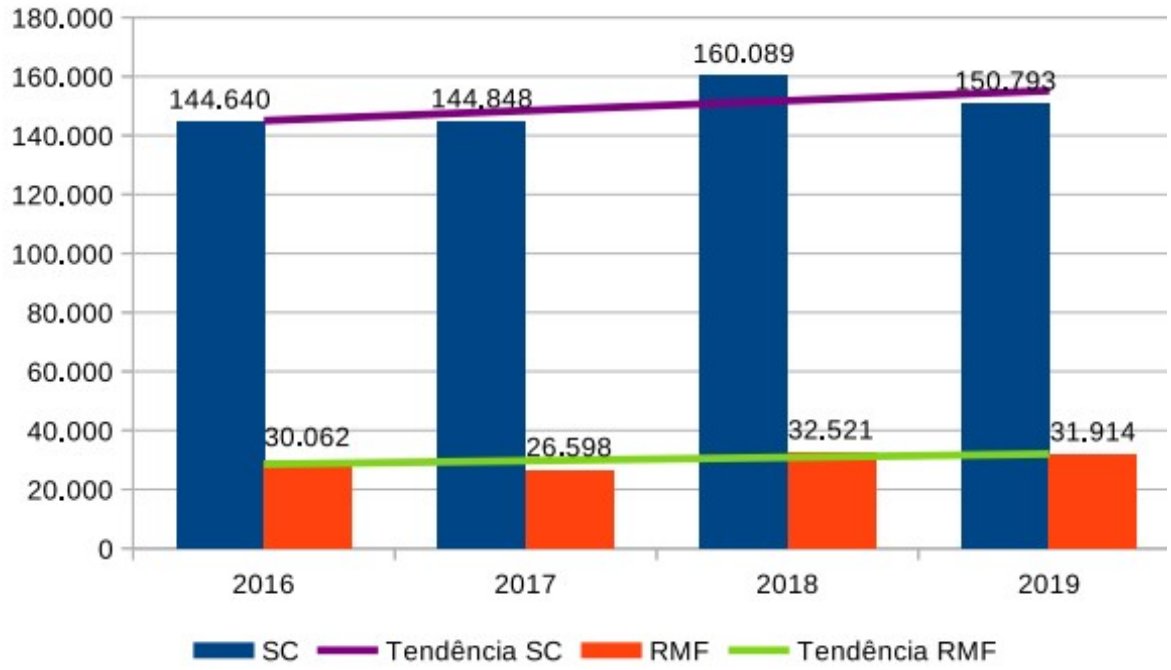
Ao longo dos anos, a metodologia do cálculo de déficit vem se modificando. Em síntese, a pesquisa que apresenta o conceito de forma mais refinada é a última divulgada, que foi lançada em 2021. Ela apresenta dados para o período compreendido entre os anos de 2016 e 2019 (FJP, 2021). Entre suas diferenças para a versão anterior (FJP, 2018) é a já citada troca para a PNADC, mas também que a noção de déficit é ligada ao “acesso” à moradia, para além da oferta dela, enquanto mercadoria. E que seu papel “é dimensionar a quantidade de moradias, num determinado momento, que não estão conseguindo atender o ”direito” de “acesso” a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos” (FJP, 2021, p. 18), incorporando aos debates metodológicos a perspectiva do “acesso à direitos, como o da moradia. Na questão qualitativa, compreende-se que, entre os aspectos que devem ser considerados, embora nem sempre capaz de serem mensurados, estão também aqueles relacionados às características da vizinhança, bairro, ou comunidades na qual a habitação está inserida – ainda que ressaltem que esse aspecto só poderia ser mensurado através do Censo. Agora, partiremos aos dados do déficit em SC.

2.1.3 Dados quantitativos do Déficit Habitacional

Como este não é um trabalho sobre o conceito de déficit em si, já aprofundado por mim em outra publicação[25], trataremos aqui apenas dos dados numéricos do déficit para SC e para a RMF, disponibilizados em seus valores absolutos, e segmentados por componentes. Eles se encontram disponíveis nas publicações através do site da Fundação (FJP, 2021).

[25] Ver TORNQUIST, Carmen Susana; MAIER, Jefferson. Adriano, 2021.

Figura 5 - Déficit habitacional em Santa Catarina e na Região Metropolitana de Florianópolis em número de habitações.

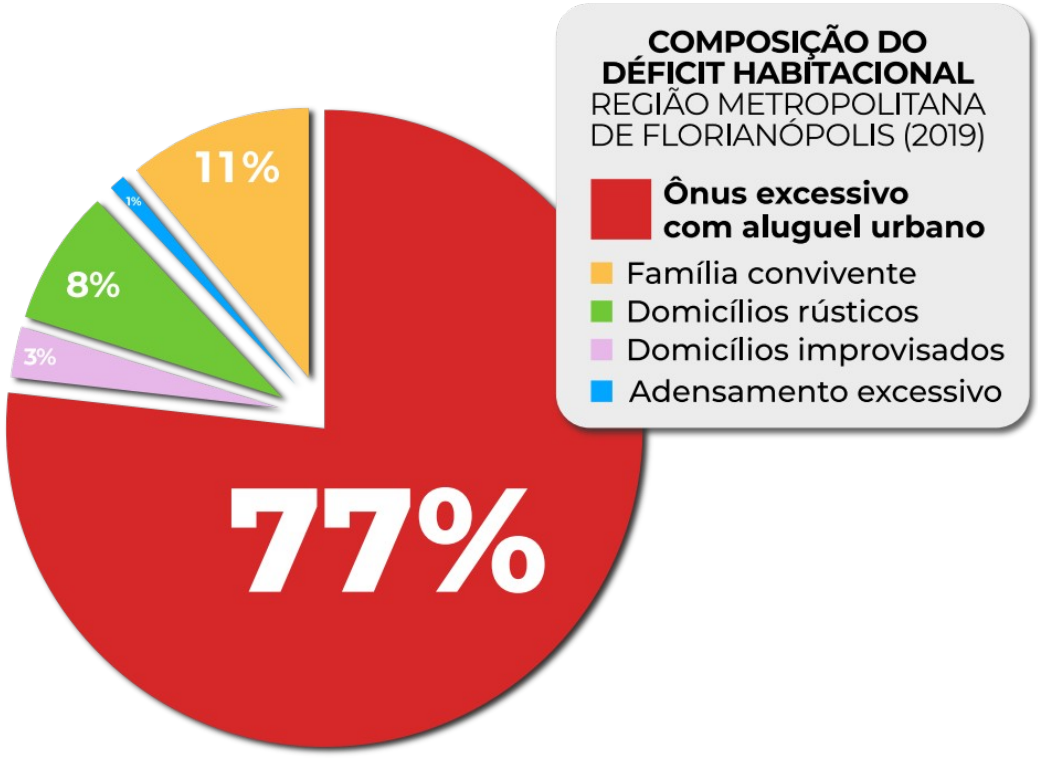


Elaboração do autor com base nos dados de déficit habitacional da Fundação João Pinheiro (2020). Fonte: acervo pessoal.

O Gráfico acima apresenta os números absolutos de déficit habitacional no Estado de Santa Catarina e na Região Metropolitana de Florianópolis. Podemos observar que ocorre uma oscilação ano a ano no número absoluto, mas que **a tendência é de aumento do número do déficit ao longo dos anos**. Não nos aprofundaremos de forma extensiva dentro de cada componente, porque faltariam dados para analisar todos eles com o mesmo rigor, mas cabe um breve comentário a respeito da distribuição do déficit na RMF.

Entre os componentes, o número que mais chama a atenção no fim da série histórica que temos acesso, 2019, é o de ônus excessivo com aluguel urbano, principalmente se olharmos para a RMF. O gráfico disposto a seguir (figura 6), apresenta a distribuição dos componentes em números absolutos. Através dele podemos ver que o componente do Ônus representa 77% do déficit na Região (24.510 unidades), e é um componente também em tendência de crescimento quando avaliamos a série de dados, tanto na RMF como em SC.

Figura 6 - Gráfico de Déficit habitacional na Região Metropolitana de Florianópolis separado por componentes.



Elaboração do autor para divulgação em mídia externa, com base nos dados de déficit habitacional da Fundação João Pinheiro (2020) no ano de 2019. Fonte: OcupaSC.

No interlúdio entre a interrupção da PNAD e novas metodologias de cálculo pela FJP, outras pesquisas foram encomendadas por entidades ligadas ao setor da construção civil. Além delas, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina apresentou números próprios no ano de 2019. Destaco aqui o estudo encomendado pela ABRAINC – Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias, realizado pela consultora ECCONIT (ABRAINC, 2020), e aponto que, por diferenças metodológicas, este apresenta números absolutos mais elevados. Vale pontuar que essa pesquisa não é a primeira encomendada pela Associação. Em outros anos eles divulgaram um material semelhante, produzido pelo mesmo coordenador, mas vinculado a FGV.

A pesquisa da ABRAINC se baseou na PNADC do IBGE, diferentemente das pesquisas da FJP, que até então se baseava na PNAD, e posteriormente na PNADC, com mais as “inovações” – como mesmo chamam – de incluir registros administrativos e um cálculo novo de coabitação (FJP, 2021). Os pesquisadores contratados pela ABRAINC alertam para essa diferença na sessão metodológica do trabalho, e eles mesmo afirmam que o cálculo é menos preciso, mas acreditam terem

conseguido harmonizar as duas séries de dados, recuperando a série histórica desde 2004 – embora não apresente nem graficamente nem em tabelas essa divisão por Estado ou região como faz a FJP.

É necessário que se pontue essa mudança de metodologia porque disputas em torno das estatísticas eram comuns, mesmo nas pesquisas da FJP, especialmente entre dados da PNAD e do Censo, pois os dados eram estruturalmente diferentes entre si, e esses mais confiáveis e rigorosos segundo técnicos e técnicas da própria fundação, do que aqueles da PNAD (TONIN, 2015b). Também é importante mencionar que mesmo os apoiadores das políticas habitacionais dos governos do Partido dos Trabalhadores se valeram da disputa e de "manipulam taxas percentuais a fim de atingir a maior capacidade de marketing para a política governamental." (TONIN, 2015b, p. 37). Além disso, o número divulgado pela ABRAINC é anterior as novas pesquisas da FJP e acaba por ser maior do que os dados desta.

Indo direto aos números, segundo a ABRAINC (2020, p. 27), o déficit habitacional em 2019 no país seria então de 7.797.903 unidades, enquanto, para o Estado de Santa Catarina, seria de **261.656 domicílios** (p. 36). A pesquisa apresenta os dados segmentados por faixa salarial; vemos, então, um déficit de **221.900** unidades se considerarmos as faixas de renda até 5 salários-mínimos, sendo a maior parte dele concentrada na camada de renda entre um e três salários-mínimos (146.886).

Por último, em números divulgados pela imprensa catarinense, posteriores aos cálculos da ABRAINC, e anteriores aos novos dados da FJP, um estudo de 2019 do Governo do Estado calculou o **déficit em 203.724 domicílios**[26]. Tal número chama atenção por dois fatores. O primeiro, um por ser mais baixo do que o levantamento produzindo pela ABRAINC, e outro por ser maior que o cálculo mais recente da Fundação mineira (FJP, 2021). Em contato via *e-mail* com a Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de SC não consegui acesso à pesquisa na íntegra, nem a sua metodologia. Mas fui informado que:

> Os dados referidos na matéria são decorrentes de uma pesquisa declarada pelos entes municipais, em específico com a Secretaria de Assistência Social ou de Habitação, e reflete especificamente a camada vulnerável. A ABRAINC considera déficit habitacional com mais de 5 salários habitacionais o qual não é o foco desta Secretaria. (caderno de campo do autor, 11/02/2021).

[26] Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/deficit-habitacional-supera-200-mil-moradias-em-santa-catarina>

Figura 7 - Comparação do Déficit Habitacional segundo diferentes metodologias e fontes.

Qtde déficit SC/Ano	Unidades em Déficit	Porcentagem em relação ao total do déficit no Brasil
FJP/2019	150.793	2,6%
ABRAINC/2019	261.656	3,35%
ABRAINC/2019 – até 5 SM	221.900	2,84%
SDSSC/2019 – até 5 SM	203.724	-

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da FJP, 2018; ABRAINC, 2020 e da reportagem que divulga a pesquisa da SDS/SC, citada acima. Fonte: Acervo pessoal.

A partir dos números agrupados na tabela acima, podemos entender que não só existem disputas pelos dados e estatísticas na forma como se calcula o déficit, mas também que as diferentes metodologias chegam em resultados discrepantes. Contudo, o que podemos concluir é que a tendência de crescimento é atestada em todas elas, apesar das variações ano a ano, tanto nas séries históricas da FPJ e ABRAINC, quanto na matéria veiculada na imprensa Catarinense, que divulgou os dados da SDS – sendo que esta última fonte não informa uma série histórica. O número do déficit informado para a RMF (31.914), apesar de bem alto, não pode ser transposto diretamente para a ACF, contudo, somando-a com a pesquisa dos Aglomerados Subnormais, podemos inferir que a maioria das áreas em déficit provavelmente estão também na ACF.

Ainda, cabe mencionar que dentre as fontes consultadas, a FJP é a instituição que fala abertamente das dificuldades e dos percalços das recentes adaptações metodológicas, informando os leitores da queda na qualidade dos dados, mas também do avanço em torno de uma discussão mais profunda sobre habitação, dando a entender que só os dados do déficit não são suficientes para avaliar a diversidade do problema encontrado em nosso país. Por exemplo, o déficit em si não nos permite a aproximação com uma estimativa real do número de pessoas em déficit, já que a escala é o domicílio, assim, nessa escala também não entram as pessoas em situação de rua – que, com certeza, também necessitam de políticas habitacionais[27].

[27] Em texto com minha orientadora, nós propusemos um exercício de imaginação: se tivermos uma média de 3 pessoas por domicílio, o Défit habitacional no Estado de Santa Catarina a partir das fontes oficiais do Governo nos são um número maior de pessoas do que o encontrado em qualquer município catarinense. A "cidade dos sem-teto", como chamamos, seria maior até do que Joinville, município mais populoso de SC. O texto pode ser lido em: <https://desacato.info/a-falta-de-moradia-e-a-maior-cidade-de-santa-catarina-por-jefferson-maier-e-carmen-s-tornquist/>. Acesso em junho de 2022.

Não tivemos nenhuma pesquisa institucional para o ano de 2020, nem o Censo do IBGE, o qual traria dados mais precisos. A partir das minhas observações em campo e da militância na luta por moradia, é visível que a tendência não se alterou, antes o contrário, como veremos no capítulo seguinte, a expansão de algumas áreas se deu justamente durante o período de pandemia. Essa tendência não é exclusiva do nosso Estado, o surgimento, e também o despejo de novas ocupações – sejam elas organizadas ou não – é um fato nacional ainda pouco sistematizado.

A campanha Despejo Zero, uma frente nacional formada por diversos movimentos sociais, partidos, organizações políticas e entidades que combatem despejos e remoções forçadas apresenta em seu site[28] a informação que entre março de 2020 e o mês de maio de 2022, cerca de 31.421 famílias foram despejadas no Brasil, enquanto o número de famílias ameaçadas foi de 142.385 famílias. Ainda, a campanha estima que cerca de mais de 24.231 famílias tiveram seus despejos cancelados, e não estão na rua por ora. Por se tratar de uma campanha construída de forma comunitária por diversas organizações políticas e de direitos humanos, seu caráter de subnotificação é sempre reforçado, dada a dificuldade de conseguir dados oficiais.

Aqui faço uma breve comparação para melhor dimensionar os dados da campanha Despejo Zero. O cenário de despejos na Pandemia, apesar de caótico, é comparável com o número de despejos e remoções por conta dos megaeventos realizados no Brasil, em específico, a Copa do Mundo (2014), e as Olimpíadas (2016) que, segundo estimativas sempre tidas como conservadoras, ameaçaram mais de 170 mil famílias de suas casas[29] nas regiões metropolitanas dos municípios afetados pelas competições.

2.1.4 As limitações da dimensão quantitativa

Após a análise dos dados do déficit, cabe apresentar e responder uma outra questão: o que faz do déficit um conceito utilizado tanto por movimentos sociais, como para justificar a criação de um programa habitacional como o PMCMV, quanto por uma associação patronal (ABRAINC)? A resposta breve que desenvolveremos,

[28] Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org/>
[29] Fonte: Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acesso em Novembro de 2021.

é que **o déficit é um indicador que tem servido também para o mercado**, um ente que não tem compromisso em resolver a crise habitacional do nosso país.

Como assinala o relatório de 2018 da FJP: “Especula-se que muitas dessas moradias **não sejam adequadas ao perfil do consumidor** que realmente precisa ser atendido” (FJP, 2018, p. 39, grifo nosso). Essa passagem, para além de constatar o fato de que as pessoas que estão em situação de maior precariedade em relação ao déficit e inadequação – geralmente as mais empobrecidas –, não poderão comprar uma casa, nos revela que a inclinação do documento é de tratar do problema como uma questão passível de ser resolvida através do mercado, dentro do sistema de produção capitalista.

Todavia, o relatório metodológico mais recente (FJP, 2021), aponta para uma perspectiva um pouco diferente, afirmando que:

> O deficit – diferença entre a oferta e a demanda por habitações – seria representado por aqueles cujas necessidades por moradias não são minimamente satisfeitas, como é o caso da população em situação de rua (FJP, 2021, p. 15).

De certa forma, houve uma mudança no discurso, em vez de explicitar que essa classe pode não ser atendido pelos atualmente inexistentes programas de habitação popular, compreendem o problema por meio de uma abordagem que coloca a falta de acesso não como uma opção, mas como uma imposição do mercado e da sociedade. Esse processo faz com que as famílias das classes de menor renda tenham que procurar outros meios para garantir a sua moradia, com construções improvisadas, coabitação, etc. Ou seja, o documento trabalha com uma ideia de que os excluídos do acesso à moradia via mercado formal, poderiam ser incluídos caso aumentasse sua opção de escolhas, via programas habitacionais, ou maior oferta de imóveis – e não que simplesmente não estavam sendo atendidos, como no documento de 2018.

Porém, essa dinâmica não tem sido a regra nas cidades brasileiras, mostrando que não há muito espaço para a resolução do problema via mercado para as classes mais empobrecidas, pois:

> Uma das características dessas cidades periféricas é um mercado formal ou legal limitado que frequentemente oferece um produto de luxo para uma minoria da população. Os lucros, decorrentes de atividades especulativas com imóveis, ocupam um lugar muito importante nesse mercado, pressionando a disputa por terras e ampliando seu preço. A retenção de terras ociosas nas cidades é parte estrutural desse modelo que combina: mercado restrito e frequentemente luxuoso, lucro especulativo, ausência de políticas sociais em escala significativa (isto é, uma escala que vá além das festejadas *best practices*), escassez de moradia, segregação e informalidade (MARICATO, 2011, p. 8).

O que a autora traz está, de certa forma, ligado ao que Engels apontava nas suas análises para a indústria da construção civil, “as moradias mais caras representam um campo de especulação muito mais atrativo” (Engels, 2015, p. 40). Não obstante, o fato de que ele não se referia a uma cidade do século XXI, nem muito menos às cidades situadas na periferia do sistema capitalista, tal aproximação permite que se perceba a continuidade “lógica” entre ambas as reflexões. Engels explica como os trabalhadores, ao não conseguir adquirir uma moradia por via da compra, são forçados a acharem outros meios, como por exemplo a se deslocarem para longe dos centros das cidades, e mesmo assim as vezes não conseguem comprar um lar. Tal processo sobre a ocupação da Ilha e Continente foi abordado anteriormente, e será detalhado adiante, apresentando a localização dos empreendimentos do PMCMV na ACF e análises sobre o tempo de trajeto entre casa e trabalho.

A leitura dos documentos sobre déficit passa a impressão de que os problemas ocorrem isolados uns dos outros, como se em “cada casa fosse um caso”, e a própria metodologia do déficit, por exemplo, é mutuamente excludente[30]. Quando a realidade desses territórios é de uma precariedade completa, a regra era que cada “barraco” (*sic*) contemplava em poucos metros quadrados todos, ou a maioria, dos componentes do déficit e inadequação de uma só vez, sem contar outras questões que também são problemas urbanos, mas não entram na metodologia apresentada.

Engels mostra praticamente todos os aspectos levantados acima nos conceitos de déficit e inadequação – de forma menos sistematizada em estatísticas e gráficos, porém com um amplo trabalho em registros da época e observação *in loco*, a partir da noção de **escassez de moradia** –. Engels mostra que seriam parte da mesma problemática. Inclusive vários “componentes” utilizados pela FJP foram indicados, literalmente, em suas obras como fazendo parte da noção de escassez observada nas grandes metrópoles que surgiam em seu tempo. Assim, após páginas dissertando sobre a situação em que vivia a classe trabalhadora na Inglaterra, Engels diz que a maneira como a necessidade de moradia era uma espécie de régua, pela qual podia também constatar como as outras necessidades dos trabalhadores eram atendidas. Ele conclui apresentando-nos as reais condições nas quais vivam os operários:

[30] Por esta metodologia, quando o domicílio é contado a partir de uma certa ordem, em um dos componentes, não se investigam os critérios seguintes para fins de déficit. Isto não quer dizer que não se notem apenas um problema por moradia, mas para efeitos de contagem é como se ocorresse isso. (FJP, 2018: 28-29).

> Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis (ENGELS, 2010, p. 115).

E delineia melhor a escassez em sua obra posterior:

> O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento (ENGELS, 2015, p. 38).

Trazendo essa noção de escassez de moradia e a questão habitacional de Engels para o presente trabalho, podemos observar os desafios das ocupações. As lutas são diárias, e envolvem desde mutirões para construir a infraestrutura necessária para levar água e luz até as comunidades, até mobilizações para garantir que estas pessoas acessem aos serviços ditos “universais” – no âmbito do Sistema Único de Saúde, no campo da educação (vagas em creches e escolas) e centros de assistência social, fundamentais para acesso a programas como Bolsa família e outros. Muitos desses direitos são negados aos moradores das Ocupações, a partir de alegações como “falta de comprovante de residência” e outras, mas que na verdade são desculpas usadas como pretexto de criminalização das lutas por parte do poder público (GONÇALVES, 2018).

2.1.5 A expressão concreta da exclusão à moradia

Partindo agora para aspectos qualitativos da moradia, e sobre as tentativas recentes de diminuir o número do déficit empreendidas em nosso país, como a construção de moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – estratégia do governo do Partido dos Trabalhadores para combater a forte crise de 2008, anunciado em 2009 como uma iniciativa para acabar com o déficit habitacional no país[31]. Embora algumas pessoas possam ter acessado crédito ou acedido a ponto de financiar um imóvel próprio, não é lógico nem provável supor que os conjuntos habitacionais construídos na última década tenham tido impactos substanciais na alteração

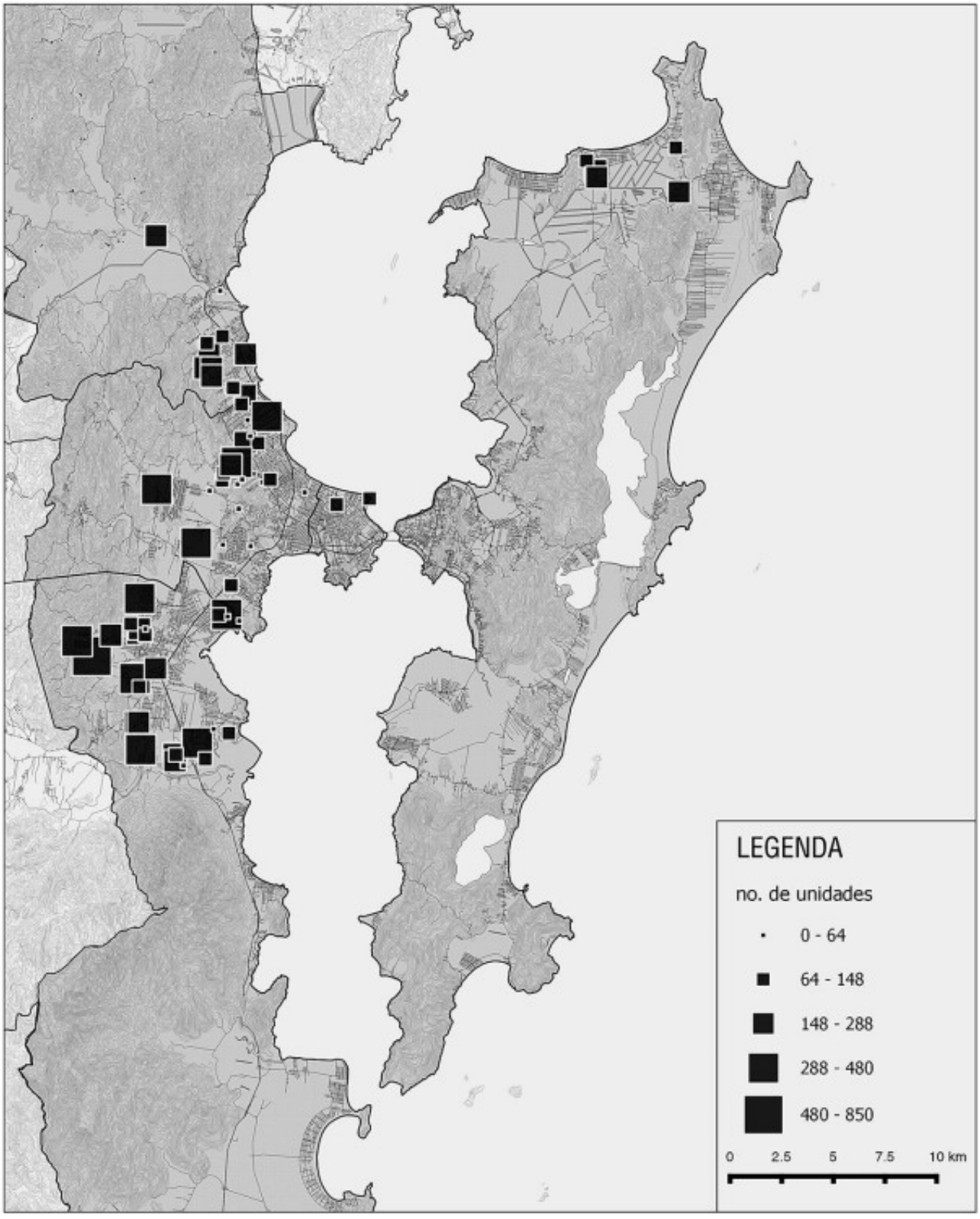
[31] Aqui não será avaliado o impacto do Programa enquanto medida contracíclica, por faltar espaço e fugir ao escopo do trabalho. Mas cabe mencionar que entendo o PMCMV enquanto uma estratégica para atrasar os efeitos da crise de 2008 em nosso país, principalmente no setor da construção civil, embora eu não teça uma avaliação quantitativa sobre isso para além desta percepção.

do número de assentamentos informais, ou mesmo nos impactos da segregação sobre o cotidiano do povo catarinense. Frequentemente, devido a péssima localização dos empreendimentos do programa citado, eles acabaram sendo uma das causas da segregação, é o que evidenciado na ACF o estudo de Souza e Sugai (2018).

A pesquisa de Sugai também apresenta a composição por faixas e localização dos empreendimentos do PMCMV na região. Por meio da construção, em sua maior parte por construtoras privadas, o Governo Federal dividia o programa em 3 faixas, a primeira destinada para as famílias de mais baixa renda e frequentemente subsidiada pela Caixa Federal, sendo essa a que corresponde ao menor número de unidades construídas no período (12%), e a 2 e 3 para estratos entre 3 e 10 salários-mínimos, que foram responsáveis por 88% do total de 12.379 unidades construídas desde 2009 na ACF. Vale mencionar que São José foi a única cidade que não construiu nenhum conjunto habitacional na faixa 1, onde está a maioria da população incluída no déficit habitacional, o que revela um pouco sobre as prioridades do município (SOUZA, SUGAI, 2018, p. 89-90).

Sobre a localização dos conjuntos, dos 76 empreendimentos contratados pelo programa, apenas 7 foram construídos na capital, e entre os 5 localizados na ilha, nenhum pertence a faixa 1. Além disso, 94% das unidades estão localizadas na porção continental da ACF, sendo 92% destas construídas fora da capital. O mapa abaixo incluído na pesquisa é reproduzido aqui para uma melhor visualização da espacialização dos conjuntos. Compreendemos, a partir disso, que a ACF apresenta uma “uma disposição urbana hipócrita, comum a todas as grandes cidades”, repetindo aqui a expressão utilizada por Friedrich Engels, ao refletir como a cidade inglesa de Manchester havia sido construída de modo que se pudesse atravessá-la inteiramente sem cruzar com um bairro operário (Engels, 2015, p. 90).

Figura 8 - Disposição das unidades habitacionais construídas pelo PMCMV.



Fonte: Caixa Econômica Federal (2016).

Fonte: SOUZA, SUGAI, 2018, p. 88.

Para elaborar de forma qualitativa sobre a segregação (reforçando a definição que emprestamos de Harvey na introdução junto da ideia de Escassez de Moradia de Engels), precisamos compreender a periferia não apenas como um componente geográfico que pode ser mais perto ou mais longe de um ponto de referência em específico, mas social (CANELLA, 2019, p. 86), ou como diria a urbanista Ermínia Maricato (2002), onde "a exclusão é um todo". Ainda que, para o caso da ACF, a maior parte da periferia também seja de fato geograficamente distante das áreas centrais – e muitas vezes com acessos comprometidos devido a estrutura viária precária.

Em algumas visitas na Ocupação Contestado anteriores à 2020 eu tive a oportunidade de dividir assentos de ônibus em horários diversos com moradores, frequentemente cansados, não apenas pela rotina mas também pela demora do translado – a questão do transporte é latente e gritante, mas, ainda assim, apenas um dos vários problemas que afeta os moradores segregados nas periferias, diferentemente da autossegregação das classes dominantes, onde o Estado trata de levar uma infraestrutura viária de qualidade e serviços públicos. A introdução do trabalho de Tonin (2015) cita alguns casos de moradoras e moradores da Ocupação Contestado, relatando as dificuldades para se chegar ao local de trabalho que eles precisam atravessar, em um relato ele descreve: "Rosana[32] levanta todo dia às 5 horas da manhã para trabalhar. […] São quase 2 horas de deslocamento, num trajeto que poderia ser feito em 30 minutos. Ao todo ida e volta são mais de 3 horas de deslocamento." (p. 21).

A pesquisa de Souza e Sugai, trazendo dados do Plamus (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis), reforça a informação contida no relato da moradora: as viagens de transporte coletivo têm uma duração média de 78 minutos, enquanto as realizadas com modais privados, carros e motocicletas, duram em média 35 minutos – menos da metade do tempo. Para além do tempo maior no transporte coletivo que é gasto para chegar ao trabalho, a região não possui uma integração completa de ônibus, vans e outros modais, principalmente entre os diferentes municípios. O que faz com que um passageiro que saia de São José precise pagar outra passagem quando chega ao Terminal de "Integração" do centro de Florianópolis, por exemplo, encarecendo ainda mais o custo do transporte.

A "magia da Ilha" (*sic*), com todo o desenvolvimento trazido com a grande concentração de investimentos e serviços públicos acaba por atender de forma sa-

[32] Nome fictício.

tisfatória apenas as classes com maior poder aquisitivo, devido ao alto grau de espoliação que a configuração espacial da ACF apresenta. Essa percepção é compartilhada, em maior e menor grau, por alguns dos trabalhos já citados.

Um dos exemplos foi observado no Bairro do Monte Cristo, onde alguns jovens das comunidades não conheciam sequer a ponte para a Ilha, eles eram “locais” do continente, e alguns podiam muito bem viver a vida toda por ali. Para além de um “não-fazer-parte”, um não pertencimento ao centro da cidade, havia um não pertencimento à “cidade” de maneira geral. Florianópolis apareceu para os sujeitos no máximo um espaço de trabalho, e ocasionalmente para serviços, mas dificilmente como um espaço de lazer e convívio. E a partir disso, sua integração no sentido de pertencimento, passa a ser com o continente em si e com os outros municípios da ACF, como a cidade de São José, local onde várias das famílias nasceram e se criaram, e principal referência para moradores, em termos de acesso a equipamentos públicos, como, por exemplo, atendimento hospitalar (TORNQUIST, 2012, p. 27-28; 34).

A pesquisa percebeu também um aspecto, aparentemente geral e diverso nas comunidades de acordo com sua tipologia e localização, que já identifiquei em conversas dentro da Contestado: mesmo que muitas trabalhadoras e trabalhadores precisem atravessar a ponte para chegar ao serviço, a ilha não faz parte do seu momento livre, eles dificilmente a acessam para seu lazer, compras ou para exercer o chamado direito à cidade de alguma maneira (TORNQUIST, 2012, p. 29).

3 AS DISPUTAS PELO URBANO E A LUTA POR MORADIA

Neste capítulo trataremos dos sujeitos que buscam alternativas de sobrevivência e outros meios de habitar, que tentam fugir da superexploração e espoliação urbana. Reconstruiremos um pouco da história do pensamento crítico sobre o urbano e como este se articulou com as lutas nas cidades, e as formas como o Estado lidou com a habitação popular, especialmente nos assentamentos informais: não só contra os assentamentos existentes, mas também contra as tentativas diversas de organização política pela moradia. Cabe mencionar que aqui não abordaremos extensivamente todos os programas habitacionais e entes empenhados na construção e financiamento de moradias populares ou sociais. Embora existam relações entre os temas, estaríamos desviando do escopo da presente pesquisa.

Sobre a forma como a classe trabalhadora produz seu espaço, Roberto Lobato Corrêa, enquanto discorre sobre os diferentes agentes modeladores do espaço, pontua:

> É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2004, p. 31).

Essa pequena passagem do geógrafo resume, em parte, o que já tratamos anteriormente: a classe trabalhadora depende da cidade pelo seu valor de uso, diferentemente das classes dominantes, e suas estratégias de sobrevivência, sejam elas individuais ou organizadas, muitas vezes entram em conflito com os interesses da burguesia e das demais classes dominantes. Sublinhamos, na sua afirmação, a noção de que essa produção é uma forma de resistência que tenta resolver um duplo problema, o de acesso à moradia e ao local de trabalho – ou seja, a tentativa dos trabalhadores de atenuar os efeitos da superexploração e espoliação.

Por si só a “solução” encontrada pelos trabalhadores não é homogênea nem consensual. Há diferentes formas de ocupação e uso do solo por parte dos trabalhadores, mesmo quando tratamos daqueles buscam a terra porque precisam dela pelo seu valor de uso. Por isso vale reforçar que trataremos aqui de uma **estratégia de**

ocupação específica, ou melhor, de estratégias que, embora distintas, tentaram e tentam, através da luta organizada politicamente, construir formas de *poder popular*:

> Dizemos com isso, em síntese, que são as massas trabalhadoras segregadas no espaço urbano que devem protagonizar a formulação e a implementação do seu projeto de cidade. Ao nosso ver, isso passa pela construção de estruturas concretas de poder popular capazes de fazer frente ao poder do capital imobiliário, à própria especulação imobiliária e, em última instância, capaz de contrastar ao poder das elites (MAYER; ASSIS, 2008, p. 7).

O que é chamado aqui de estruturas de poder popular está relacionado à ideia de "controle coletivo", ou melhor, a direção de diferentes processos (no caso aqui, na formulação e implementação de um projeto de cidade) de forma democrática, a partir de instâncias de participação, formação e tomada de decisões nos próprios territórios – como núcleos e assembleias, que veremos adiante. Quando organizada, a ocupação passa a ser então mais um instrumento da luta por moradia e não seu fim. Muitas vezes este depende das organizações em conjunto com a necessidades dos moradores. De forma abstrata, a construção dessas instâncias é vista também como "um processo pedagógico" (MAYER, 2016, p. 135-136), no qual os sujeitos tradicionalmente excluídos podem ter voz.

Apesar da diversidade de grupos e organizações políticas que reivindicam as Ocupações Organizadas como um instrumento, é fato que praticamente todas elas seguem, em linhas gerais, preceitos da reforma urbana. Sem pretender fazer um histórico exaustivo das lutas pela reforma urbana no país, faz-se necessária uma pequena digressão, passando por contextualizar a luta por moradia na conjuntura da Nova República e breve recorrido acerca de suas características político-econômicas.

Com o avanço do neoliberalismo nos países centrais como resposta às crises dos anos 1970 e 1980, por causa da ditadura, o Brasil "chegou exaurido na década de 1980 devido à Crise da Dívida" (SANTANA SANTOS, 2020, p. 206). Somando os fortes descontentamentos populares com a orientação nacional desenvolvimentista – ainda autoritária – de uma pequena parte dos militares, com a perda de apoio externo dos Estados Unidos, a ditadura não era mais o sistema ideal para a inserção dependente do Brasil na nova dinâmica mundial:

> A renovação da dependência brasileira não poderia ser feita pela Ditadura, pois o modelo econômico desta não respondia às novas imposturas do grande capital, da mesma forma como seria inviável uma nova rodada de concentração de renda e desemprego (como pretendiam os neoliberais) pelo governo então vigente. O fim da Ditadura e a adoção de uma república liberal foi uma necessidade do capitalismo para o Brasil se adequar à nova dinâmica mundial do capital. O país passou, como todas as outras nações

> latino-americanas, por uma renovação de sua condição dependente, que deixou de lado um modelo industrializante (substituição de importações) e de investimento do capital estrangeiro no mercado interno para o modelo de globalização neoliberal […] (SANTANA SANTOS, 2020, p. 206-207).

Como consequência, temos uma intensificação da urbanização, com baixos salários, a superexploração, e a espoliação urbana nas décadas pós-ditadura que – a partir do contexto de financeirização e globalização da economia – marcam o início da Nova República. O desemprego, as dificuldades de locomoção nas cidades, a desindustrialização crescente e a queda tendencial dos salários relegaram o proletariado a recorrer, mais ainda, à autoconstrução e aos assentamentos informais – a "superurbanização" foi, então, impulsionada pela reprodução da pobreza (DAVIS, 2006, p. 26).

Destacamos que os setores que encampavam as bandeiras da reforma urbana já se mobilizavam desde antes da ditadura militar. Por exemplo, na década de 1960, em um contexto de forte mobilização popular pelas reformas de base, aconteceu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963) que ocorreu em duas etapas, sendo a primeira em Petrópolis, e a segunda na sede do IAB, em São Paulo.

O "Encontro de Quitandinha", como ficou conhecido – por ser realizado no palácio de mesmo nome – reuniu diversos sujeitos entre quadros políticos, técnicos e institucionais, com o objetivo de refletir sobre a questão habitacional, que havia recebido pouca atenção no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1962), de João Goulart. O resultado do encontro foi uma série de proposições que consideravam a questão urbana similar à questão agrária, principalmente no que se referia a questão da propriedade privada como um entrave para o desenvolvimento do país (KOURY, 2013).

Com o golpe de 1964, imediatamente as reformas foram interrompidas, porém o clima de convulsão social continuou. Assim, certa política habitacional ganhava corpo mesmo dentro da ditadura militar, tornando-se, inclusive, um instrumento desta para esvaziar as lutas populares. Para os profissionais e militantes progressistas da época, o que aconteceu foi que eles "aderiram ao toque de recolher dos militares" (ARANTES *apud* FERRO, 2011, p. 42). Isso significou, em linhas gerais, tanto o arrefecimento das lutas políticas, quanto a aderência de importantes arquitetos e projetistas em empreitadas da ditadura, que moldou programas e projetos ao seu interesse e aos das classes dominantes:

> A política habitacional e urbana programada sob o autoritarismo esvaziou-se das propostas mais progressistas contidas nos instrumentos idealizados em Quitandinha, como a restrição ao direito de propriedade e o incentivo à indústria nacional da construção civil em uma forma mais concorrencial e derivada. O potente instrumento social da política habitacional, criado sob o regime de 1964, foi incluído em seus objetivos políticos para fortalecer os grupos privados nacionais e controlar a base social de apoio ao regime, majoritariamente os setores médios. A organicidade entre os instrumentos da política habitacional e urbana, e o regime autoritário foi tamanha que eles não poderiam sobreviver após a abertura democrática, encerrando as suas atividades em 1986. (KOURY, 2013).

Como forma de frear os ímpetos por reformas e mudanças das décadas anteriores, a ditadura militar criou um dos primeiros programas de habitação a nível federal[33]. O Banco Nacional de Habitação (BNH) era o programa pelo qual o governo tentou elevar sua popularidade. O modelo do BNH seguia o já presente no mercado, praticamente não havia subsídio, ou seja, os "mutuários" deveriam financiar o valor inteiro do imóvel, e as parcelas seguiam as regras do sistema bancário. O programa, como explicou Kowarick (1979), se tornou um grande instrumento de acumulação de capital, usando o FGTS dos próprios trabalhadores, e ainda produziu mais moradia para as faixas mais abastadas, como ele explica:

> De fato, o BNH, entre 1964 e 1977, aplicou a não desprezível soma de 135 bilhões de cruzeiros financiando 1.739.000 habitações, que foram destinadas, de modo particular, a famílias com rendimentos superiores a 12 salários-mínimos. (Idem, p. 69).

O dirigente do MTST, Guilherme Boulos, apresenta-nos mais alguns dados em seu livro *Por Que Ocupamos? (*2012), que reforçam essa visão sobre o BNH. Ele ainda aprofunda e comenta sobre a intenção do programa em transformar o trabalhador em proprietário, como parte da estratégia frustrada de aumento de popularidade. Boulos explica que o BNH

> [..] não fez nada diferente de um banco privado ou de uma grande empreiteira. Seu objetivo sempre foi o lucro com a produção e financiamento de moradias. A moradia, tratada pelo próprio Estado como mercadoria, permaneceu sendo privilégio dos que podiam pagar alto por ela. Os números não mentem: das cerca de 5 milhões de casas financiadas pelo BNH, apenas 25% (1 para cada 4) foram destinadas a famílias com renda menor que 5 salários-mínimos. E isto correspondeu a somente 12% do total de recursos aplicados pelo Banco [...] (BOULOS, 2012, p. 19).

Alguns dados sobre o BNH divergem da quantidade exata de unidades produzidas pelo programa (em números absolutos). Segundo Azevedo (1988), foram cer-

[33] Em Florianópolis, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, já eram construídas casas de maneira isoladas e não contínuas ou encadeadas em outros programas durante o Governo Vargas, em 1942 (PIMENTA, 2009).

ca de 4,5 milhões, um pouco a menos do que Boulos. Quanto aos dados censitários da época sobre a questão da destinação para as faixas de renda, ele afirma:

> […] somente 27,66% das moradias construídas se beneficiaram de alguma linha de financiamento oficial. Entre as unidades financiadas pelo BNH apenas 33,5 foram formalmente destinadas aos setores populares. (AZEVEDO, 1988, p. 116).

Contudo, entre arquitetos e estudiosos da questão urbana, as críticas quanto ao caráter das moradias que eram construídas pelo programa seguem a mesma tônica: as moradias do programa tinham projetos de baixa qualidade, eram monofuncionais, levaram as classes médias para as franjas urbanas, e geralmente se situavam distantes de locais de trabalho e serviços, entre outras (ROLNIK, 2018).

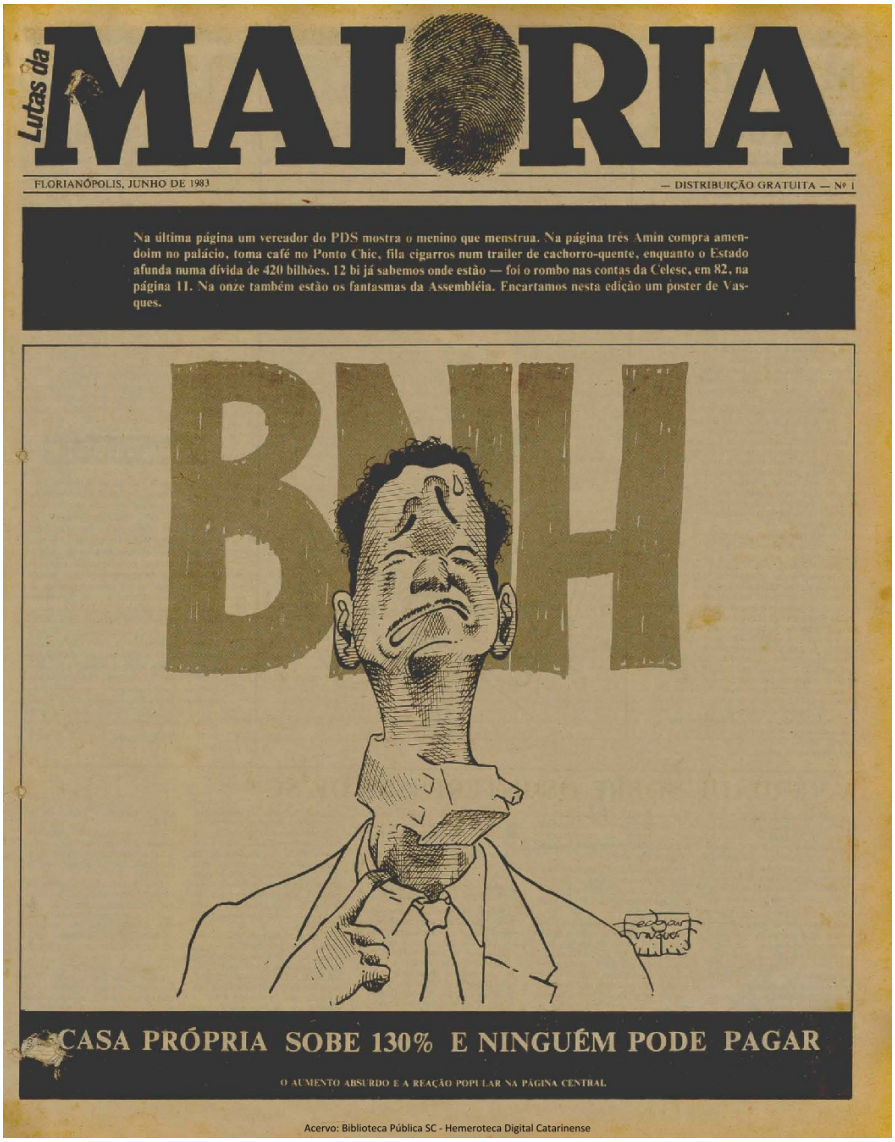
Naquele contexto, sob essa perspectiva, empresas públicas destinadas a promover a construção de moradias foram sendo criadas no país. Em 1966, é fundada a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, COHAB-SC, como parte do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), para operacionalizar a construção de moradias com os recursos do BHN no Estado. A empresa era responsável pelos conjuntos habitacionais mais populares, enquanto as classes médias realizavam a construção via cooperativas e associações. Com a crise econômica dos anos 80 e a diminuição de verba federal para o SNH, “a produção de novas habitações populares entra em colapso”, e “o estado e os municípios revelam-se incapazes de sustentar qualquer programa habitacional, em parte por falta de recursos, em parte por falta de compromisso com políticas sociais” (PIMENTA, 2009, p 2).

O jornal Lutas da Maioria[34], periódico de Oposição à ditadura militar[35] veiculado em Florianópolis no ano de 1983, apresenta ainda outro problema. Em sua edição de número um, podemos ler na capa a Manchete: “Casa própria sobe 130% e ninguém pode pagar”, para abordar o problema que os mutuários enfrentavam com o aumento de juros no financiamento através do BNH. O artigo no impresso ainda propôs a união entre os mutuários através de uma associação nacional destes, já que o problema não era apenas da capital catarinense.

[34] Disponível na Hemeroteca Catarinense: <hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/LUTAS%20DA%20MAIORIA/LDM1983001.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022

[35] E consequentemente aos seus apoiadores no estado, em específico ao então governador Esperidião Amin – que era financiado pelo gabinete do senador Jaison Barreto – na época PMDB, posteriormente PDT e PSDB.

Figura 9 - Capa do jornal Lutas da Maioria



Fonte: Hemeroteca Catarinense.

Nas matérias, o jornal apresenta mais charges, várias críticas ao Governo Federal e ainda denúncias de cobranças ilegais que seriam realizadas pela COHAB de Santa Catarina, que supostamente serviram para financiar as campanhas do então governador Esperidião Amin (na época PDS, atualmente senador pelo PP), ameaçando os mutuários de não receberem as chaves da casa em caso do não pagamento.

Naquele momento (anos 80), alguns setores partidários, populares e técnicos já retomavam às lutas do período anterior; organizados contra o planejamento desenvolvimentista, centralizado e autoritário da ditadura militar. Em consonância com as lutas pela redemocratização, surgiam movimentos nas grandes cidades que con-

tinham uma atuação conjunta com outras iniciativas comunitárias de bairros e dos partidos políticos em formação. O arquiteto e urbanista Flávio Villaça (1999) menciona:

> As populações urbanas marginalizadas, os milhões de clandestinos manifestavam-se, pressionando as forças cio atraso e trazendo à luz aquilo que os vários tipos de planos diretores vinham ocultando havia décadas. Não reivindicaram planos diretores, pois estavam conscientes de que eles vinham servindo apenas para tentar perpetuar a inanição do Estado." (VILLAÇA, 1999, p. 232).

Para o autor, o *Plano Diretor* (PD) era justamente a reação da classe dominante para com interesses urbanos às políticas habitacionais e legislações urbanísticas de zoneamento e loteamento. Tais políticas e legislações de zoneamento e loteamento funcionaval como instrumentos independentes de Planos que surtiam mais efeitos práticos na (auto)produção do espaço pela classe trabalhadora do que os planos em si. Mais à frente, ele pontua que, mesmo assim, o movimento obteve pequenas vitórias, com os instrumentos legais que poderiam ser implantados de maneira participativa na produção dos PDs. Sobretudo com a criação do Estatuto da Cidade, desenvolvido posteriormente em 2001, contendo diretrizes para a elaboração dos Planos Diretores participativos.

Contraditoriamente, é em parte por dentro dos PDs que atuam hoje tanto as forças das classes dominantes, quanto os movimentos em luta. Villaça (1999) acerta na aposta da politização dos Planos, ou melhor, na acentuação das disputas, e acerta também na reação que a burguesia que tentaria para barrar, atrasar ou desvirtuar o sentido do plano, enquanto um "instrumento desgastado" (p. 238), como "o Fundo Municipal de Urbanização, a regularização fundiária de favelas e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)" (p. 240).

Destarte, não podemos retirar deste chão histórico o surgimento das ocupações por moradia da Grande Florianópolis que surgiram na década de 90, pois a forte presença dos movimentos sociais da época se refletia no cenário local. A partir da união entre setores ligados à igreja (teologia da libertação) e às organizações políticas de esquerda, nasceram as ocupações Novo Horizonte e Nova Esperança, ambas localizadas no continente e compreendidas dentro do que se convencionou chamar de "1º ciclo de lutas por moradia", a partir das pesquisas do professor Francisco Canella (2019), e posteriormente incorporado em trabalhos de outras pesquisadoras e pesquisadores locais.

A partir de uma série de mobilizações em meados da década de 1980 incluindo uma Ocupação de famílias sem-teto em protesto na sede do Governo do Estado de SC em 1984[36], a primeira ocupação, nascida em Julho de 1990, a Novo Horizonte, surge com cerca de cem famílias em um terreno no bairro Monte Cristo que já era destinado para a construção de moradias populares. Na época a prefeitura de Florianópolis adiava as construções sob a desculpa de não dispor de recursos. No mesmo ano, apenas quatro meses depois, surgiu a Ocupação Nova Esperança, localizada no Bairro Coloninha, também na área continental da cidade; posteriormente seus moradores foram deslocados também para o Monte Cristo.

Na época, ambas as ocupações obtiveram vitórias nas negociações com o Estado, conseguindo não só os lotes, como também recursos para a construção das casas. Segundo Francisco Canella (2019), a neogiação foi bem sucedida pela capacidade organizativa e de mobilização do movimento. Além disso, Canella destaca o forte elemento religioso, presente não só nos moradores mas também na composição da rede de apoio e refletida não só nos nomes das ocupações mas também nas práticas comunitárias da época.

Após essas duas ocupações organizadas, a década de 90 apresenta uma continuidade na luta por moradia em duas vias. Por um lado, uma fragmentação da luta organizada, por outro, a desarticulação da organização política. Sobre o período, ainda vale destacar:

> De modo paradoxal, o período marcado pela fragmentação da luta vai coincidir, justamente, com o momento em que a Capital passa a apresentar um alto crescimento populacional, com índices de mais de 5% ao ano, combinando-se com as taxas ainda altas dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu no final da década de 1990 (CALHEIROS, 2020, p. 66).

Segundo Canella, com essa “fragmentação” e falta de unidade em torno de um projeto político, as lutas e disputas socioespaciais ocorridas durante a década de 90 adquiririam menor expressão na cidade, e acabaram por não entrar na literatura da mesma forma que as ocupações do Monte Cristo. Na mesma análise, os ciclos são retomados a partir do surgimento da Ocupação Contestado em 2012, como um segundo período. Hoje conseguimos olhar em retrospecto para algumas **outras experiências** e considerar que obtiveram vitórias, no sentido do acesso à terra urbana e até projetos. Apesar de movimentarem o cenário local de lutas, fogem a linearida-

[36] Informações em: <http://escritosemmovimento.blogspot.com/p/fotos.html>. Acesso em maio de 2022.

de dos ciclos[37]. Entre elas podemos destacar a *Vila do Arvoredo*, conhecida popularmente como Favela do Siri, que disputava espaço em meio as dunas no norte da ilha e não deixou ser removida, e principalmente a chamada *Ponta do Leal* na área continental de Florianópolis, comunidade que se estabelecia na localidade homônima desde a década de 60, que conquistou um projeto do PMCMV.

Sobre esta comunidade, existem alguns trabalhos que mostram a organização na comunidade, sinalizando que existiram várias lutas e processos de mobilização por moradia que atravessam a temporalidade dos "ciclos". Chama à atenção, como a comunidade não esperou passivamente para ser atendida por um projeto de habitação, mas foi protagonista nas negociações, inclusive com práticas projetuais – desenhando a planta do apartamento oferecido na rua para ter noção de que os 37m² por unidade habitacional que a prefeitura tinha proposto eram muito pouco. Assim, reivindicaram um projeto de qualidade superior ao que foi oferecido num primeiro momento, e conquistaram apartamentos na beira mar continental, em um processo que se estendeu de 2009 a 2019, que foi construído via PMCMV (RIVAS, 2020).

Compreender a realidade como um processo contínuo nos coloca também o papel de entender que o plano de fundo estrutural para a escassez de moradia, a segregação e a espoliação urbana não se findaram. Em suma, a ordem capitalista do século XX para o XXI – apesar de trazer modificações culturais, avanços tecnológicos, alguns golpes de estado e até uma pandemia – não caiu por terra dando lugar a algo novo.

O que diferencia então um período do outro, não é apenas a aparência, mas o número e o grau de antagonismos e contradições que aparecem nos processos de luta. Sendo elas atualmente "qualitativamente diferentes", exigem métodos qualitativamente diferentes para sua resolução (TSÉ-TUNG, 1982, p. 103). Ao longo dos anos, alguns processos e contradições desapareceram e surgiram outros; o vazio de programas habitacionais pós BNH, COHAB e iniciativas individuais das prefeituras locais é respondido no governo do PT com uma "solução" para a crise habitacional: o Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu em 2009 como resposta ao agravamento da crise mundial que se aprofunda em 2008 com o estouro da bolha imobi-

[37] Segundo Francisco Canella (em conversas e durante a banca), a ideia de ciclos seria menos uma demarcação histórica e mais uma fotografia, ou uma percepção, relacionada a conjuntura do momento, o momento em que a luta por moradia se entrelaçava com outras lutas na cidade, o que não é tão aparente nos exemplos que atravessam mais ciclos.

liária nos Estados Unidos. A ideia era então injetar dinheiro nas empreiteiras, para que construíssem casas sob demanda, ou seja, a União entrou com os recursos (mais de 34 bilhões para as empresas) e caberia ao Estado apresentar os compradores ou possíveis beneficiários. O programa reverteu a tendência de baixa nos lucros do setor já no ano de 2009. Segundo Boulos (2012, p. 21) as empresas do setor da construção civil foram responsáveis pela alta da Bolsa de Valores de São Paulo naquele ano e 75% das ações das maiores construtoras do país estavam nas mãos de investidores estrangeiros, que por sua vez ficaram com os lucros do programa. Tratou-se então de um programa para aquecer a indústria, envolvendo a habitação popular enquanto mercadoria.

São muitos os trabalhos que questionam os limites do Programa, alguns o comparam com iniciativas anteriores (como o BNH), em função de diversos aspectos: a questão da localização dos projetos habitacionais, e qualidade arquitetônica dos projetos do programa. Além disso, cabe ainda ressaltar que o programa não conseguiu realizar o que pretendia na propaganda: diminuir o déficit de forma substantiva.

A urbanista Raquel Rolnik (2018) explica que o programa em seus 7 anos de existência produziu mais de 4 milhões de unidades na época. Porém, isso não se traduziu na redução do déficit habitacional. Pelo contrário, o problema havia aumentado no mesmo período por consequência daa adoção do “modelo único”, da produção de habitação enquanto mercadoria, em vez de optar por soluções diferentes para a resolução da crise urbana. Ou seja, o PMCMV deveria ser trabalhado junto de outros programas e instrumentos visando sair da lógica da habitação privada unifamiliar.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de notar algumas ações virtuosas [38] no interior do PMCMV, dentre as quais a modalidade *Entidades*, que permitia a construção cooperativada, via associações e movimentos sociais (na forma de entidades habilitadas). Essa modalidade foi um instrumento qualitativamente relevante que produziu habitação popular com qualidade arquitetônica superior aos projetos padrões, além de ter carregado certas práticas e discurso da autogestão, e vantagens competitivas como pagamento antecipado do projeto. Todavia, em termos quantitativos, a modalidade teve baixa participação, até 2015, o PMCMV Entidades

[38] Emprego aqui o termo no sentido em Francisco de Oliveira classificava os mutirões autogeridos (OLIVEIRA, 2006).

participava com 1,3% dos recursos e 1,15% das unidades contratadas (CAMARGO, 2016). Inclusive, vale dizer que ao início da mesa de negociação da Ocupação Contestado, havia a possibilidade da Ocupação ingressar no modelo. Isso não se concretizou não só pelos entraves burocráticos, da prefeitura, mas também pelo próprio programa, que exigia associação com tempo mínimo de fundação.

Outra diferença com relação ao BNH está na característica anticíclica do programa, ele funcionou a partir da oferta de moradias e não para suprir a demanda, e segundo Isadora Guerreiro,

> Nesta lógica, deixam de importar diretamente as necessidades próprias da produção habitacional e urbana, mas as necessidades de reprodução do capital. Isso é expresso claramente na mudança da estrutura de financiamento do BNH para o PMCMV: no primeiro, o preço pago pelas unidades habitacional era calculado segundo as necessidades próprias de sua produção. No segundo, aparece a figura do "repasse", que tem papel específico na conformação do neodesenvolvimentismo (GUERREIRO, 2017, p. 15).

O *repasse* então formava um "preço regulador" do mercado, fazendo com que o valor da terra aumentasse, pois o programa deu preço ao que antes não tinha. As piores terras urbanas passaram a ser compradas pelos agentes imobiliários e acumuladas em bancos de terra, e assim, o preço das terras em geral aumentaram (GUERREIRO, 2017; ROLNIK, 2018). O que,, por sua vez impactou diretamente os preços de aluguéis e financiamentos em geral, o PMCMV continuou então o "modelo único", de construção e venda de moradias próprias, conforme os programas anteriores (ROLNIK, 2018).

Destarte, o programa serviu ao capital, e aos interesses privados, em um mercado mais globalizado e encaixando perfeitamente na nossa condição dependente, garantindo as remessas de lucro para o exterior. Boulos ainda discorre sobre quem então realmente foi atendido pelo programa:

> Na verdade, ao definir como meta central atender os interesses do capital, o programa manteve a mesma lógica que vimos no caso do BNH. Em relação à população atendida, cerca 75% do recurso e 60% das habitações do programa foram destinadas a famílias com renda maior do que 3 salários-mínimos, exatamente porque – se tratando de imóveis mais caros – as empreiteiras ganham mais. Apenas 40% das moradias do programa são para famílias com renda menor do que 3 salários-mínimos, o que representa menos de 10% do déficit habitacional nesta faixa de renda. É um filão que interessa menos às construtoras (BOULOS, 2012, p. 22).

Em grande parte, isso se deu porque no período em que o programa existiu, os governos do Partido dos Trabalhadores – no qual esteve em prática o Projeto Democrático Popular – não rompeu com o neoliberalismo. Pelo contrário, nele ocorreu a "intensificação da renda da terra, na sua face rural e urbana" (GUERREIRO, 2017,

p. 3). O Partido inclusive se colocou como um agente dos despejos, no caso específico do primeiro terreno da Ocupação Contestado, tanto com o cargo de vice-prefeito no comício, nos cargos institucionais que ocupava no município, como a secretaria de assistência social – que cumpriu, inclusive, um papel de intimidação dos ocupantes.

E por fim, uma constatação é que a existência do programa MCMV não trouxe uma solução pacífica (nem muito menos mitigou o problema habitacional do país para a maioria da classe trabalhadora) para os conflitos por terra urbana no Brasil. Os despejos continuaram a ocorrer e os movimentos sociais seguiram sendo adversários tanto do Governo Federal, como no caso dos megaeventos a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), mas principalmente dos Governos Estaduais e Municipais, como explicaremos a seguir. Além disso, no caso da terra rural, apesar das expectativas de mudança geradas originalmente com seu ascenso ao Governo federal, o PT continuou as políticas dos tempos de Fernando Henrique Cardoso, através do fortalecimento do Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que também seguia a lógica do mercado de terras (GOLDFARB, 2007).

3.1 OS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA E OS CONFLITOS POR TERRA RECENTES NA ACF

Antes de entrarmos na ocupação objeto do trabalho, apresentarei um pouco do chão histórico da última década, em termos de Ocupações Urbanas organizadas e os conflitos que as envolve que pude mapear. A necessidade de fazer esse levantamento serve tanto como um prelúdio para nosso objeto, como para dar ao leitor uma noção mais geral e atualizada dos territórios que se organizam em torno de algum projeto político para evitar despejos.

Primeiramente, cabe mencionar que o cenário político de Santa Catarina conta com menor variedade de organizações políticas, movimentos sociais e de luta por moradia do que em outras unidades da federação, como no sudeste, onde a luta é mais antiga e muito maior (pelo menos quantitativamente). Cito o fato do MTST, apesar das várias citações de obras da sua principal figura, Guilherme Boulos, neste trabalho, não possui atuação territorial no Estado de Santa Catarina até o presente momento – ou seja, o MTST é um dos movimentos que atuam em diversos estados mas não em Santa Catarina, assim como vários outros.

Em segundo, algumas relações são mais contraditórias do que parecem. Alguns militantes do PT, por exemplo, foram antagonistas da Ocupação Contestado, no sentido em que compunham não só a coligação de Djalma Berger em São José, mas também secretarias em sua gestão na prefeitura, ao mesmo tempo em que outros militantes do mesmo partido prestavam apoio e assistência social no início da Contestado. E também outros setores próximos ao PT e a CUT também auxiliaram na organização da Ocupação no terreno em que ela está hoje, seja via sindicatos e militantes individualmente, como o Professor Lino Peres, ou via a movimentos ligados à questão da moradia, com histórico de atuação na região como o *Movimento Nacional de Luta Pela Moradia* (MNLM), que historicamente é próximo do partido.

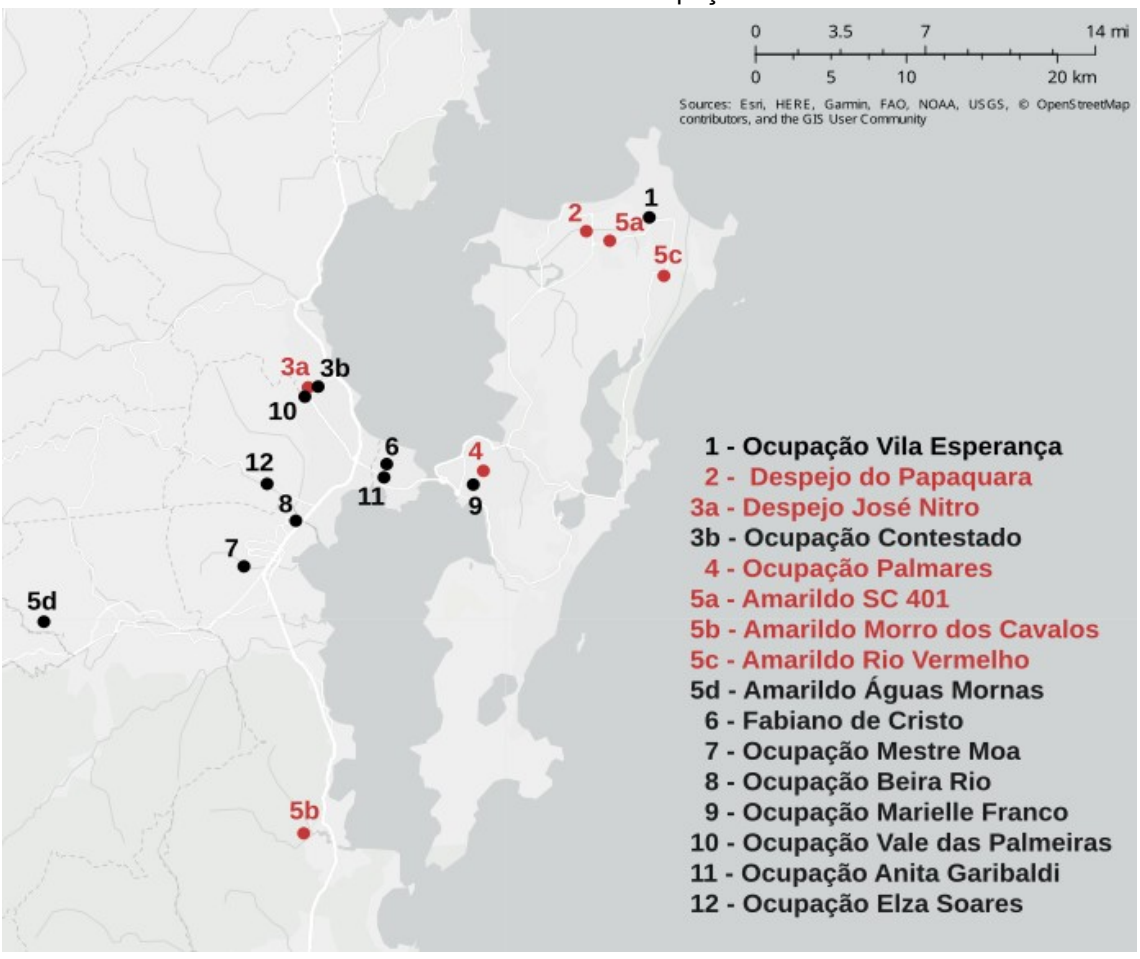
É evidente que, ao apresentar algumas comunidades, corremos o risco de deixar outras de fora. Por isso, faz-se necessário contextualizar o leitor de que aqui serão apresentadas apenas áreas que tiveram algum envolvimento com a rede[39] de ocupações urbanas da ACF – na qual eu me inseri durante minha atuação militante – que se definem enquanto Ocupação Urbana, ou que tiveram contato com alguma das organizações que compuseram a rede. Portanto, não entram na lista a Casa de Passagem Indígena, localizada no bairro Saco dos Limões na Capital, nem as comunidades que lutam por regularização fundiária através de associação de moradores formalizadas ou com um histórico comunitário forte, como o Monte Serrat, no Maciço do Morro da Cruz. Eu, autor da pesquisa, não descarto a importância dessas localidades, o recorte se dá por essas não estarem inseridas na mesma rede de atores, ocupações e campanhas como a Despejo Zero.

O mapa abaixo tem por objetivo apresentar, em ordem cronológica, algumas das Ocupações Urbanas que existem ou que sofreram despejos em um período de cerca de pouco mais de dez anos – de certa forma a abrangência do dito segundo ciclo de Ocupações organizadas. Foram escolhidas as que, em algum período, tiveram algum contato com movimentos sociais, seja de forma pontual ou através de um trabalho mais contínuo, bem como apresentar brevemente tais movimentos e organizações políticas que atuam em conjunto com as Ocupações na Grande Florianópolis. Entendendo também aqui que a própria rede de ocupações que se formou na última década é ela própria composta de movimentos sociais diversos, e não apenas organizações e partidos consolidados, como coletivos independentes, agrupamentos

[39] A rede de apoio às ocupações, ou coletivo de ocupações em SC não é um grupo institucionalizado ou formal.

de advogados populares, associações de moradores e filantrópicas, entre outros. Esta pesquisa não presente aprofundar sobre a situação jurídica de cada Ocupação, nem sobre os detalhes de suas formações e dados sociais. Ela recorre a trabalhos, reportagens e outros materiais que discorrem sobre estes aspectos, que serão citados quando possível.

Figura 10 - Mapa das localizações aproximadas das Ocupações Urbanas organizadas politicamente em torno da Rede de Ocupações.



Elaboração própria do autor a partir de base de mapas abertas do *Openstreetmap*. Fonte: acervo pessoal.

A linha do tempo inicia a partir da Ocupação Vila Esperança (1), ocupação espontânea que surgiu com 7 casas no ano de 2009, no bairro dos ingleses (na capital), e em 2019 já contava com 79 edificações[40]. A Ocupação é próxima do MNLM, e foi a convite dos seus militantes, em um momento que sofriam repressão da prefeitura municipal de Florianópolis que se aproximaram da rede de ocupações e passaram a se organizar coletivamente, denunciando as tentativas de despejo, motivadas

[40] Disponível em: <https://averdade.org.br/2019/04/ocupacao-em-florianopolis-tem-casas-demolidas-pela-pm/>. Acesso em março de 2022.

pela questão ambiental. Até o ano de 2019, foram derrubadas mais de 25, mas a comunidade “segue de pé” (*sic*).

Também no norte da ilha, em 2012, as Brigadas Populares iniciam sua atuação para fora da universidade em SC, trabalhando junto das famílias despejadas em janeiro do ano anterior[41] em uma região do norte da Ilha, próximas do Rio Papaquara em uma área de preservação conhecida pelas enchentes (2). A comunidade despejada chegou a realizar um ato na SC em protesto contra o despejo sofrido. A situação também foi registrada em um documentário curta-metragem *A luta pela moradia em Florianópolis* (2012)[42], realizado pela jornalista Elaine Tavares e pelas Brigadas. O curta-metragem apresenta relatos dos despejados, nas falas ocupantes contam como adquiriram as casas via compra, às vezes em muitas parcelas, e discorrem sobre a dificuldade de sair daquele espaço para outro local, e que embora indenizados, a quantia não era suficiente. Deste tempo em que pude acompanhar as atividades das Brigadas, soube apenas do relato da tentativa de organizar os moradores, que não prosperou por uma série de questões diversas. Esses serviriam como uma primeira experiência de contato entre militantes do movimento estudantil e sindical com vias de construir uma atuação na pauta da luta por moradia.

Naquele mesmo ano, no mês de outubro, os moradores foram despejados do terreno no José Nitro (3a) e então ficaram no ginásio. Em novembro ocuparam outra área próxima, fazendo surgir a Ocupação Contestado (3b), organizada pela recém fundada Brigadas Populares, junto de outras organizações e movimentos sociais como já mencionados anteriormente. Por se tratar do objeto da pesquisa, a Ocupação Contestado será abordada na sessão seguinte.

No mesmo ano, surgiu no Maciço do Morro da Cruz, no bairro da Carvoeira, entre a comunidade da Serrinha e do Alto da Caeira do Saco dos Limões, a Ocupação Palmares (4), que passou a ocupar uma área de risco nas margens de uma via que receberia obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal. O contato dos moradores com a Ocupação se deu a partir do mês de julho de 2013, quando militantes do Coletivo Anarquista Bandeiras Negras souberam da demolição de algumas casas na localidade através da mídia local (VELA, 2015). A Palmares resistiu por quatro anos e foi despejada no início de 2016, e possuía cerca de 26 casas.

[41] Sobre o despejo, ver: <https://floripamanha.org/2011/01/prefeitura-proibe-retorno-das-familias-a-comunidade-do-papaquara-em-canasvieiras/>. Acesso em março de 2022.
[42] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLr62fhceEw>

Ainda em 2013, surgiu a Ocupação Amarildo de Souza (5), nome em referência ao ajudante de pedreiro que foi sequestrado e assassinado por policiais militares naquele ano. A Ocupação foi organizada principalmente por ex-membros e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por uma rede ampla de partidos políticos de esquerda, movimento estudantil e coletivos independentes, que garantiam não só doações e possibilitavam financeiramente as atividades da Ocupação, mas também ajudavam a organizar politicamente o movimento (CALHEIROS, 2016). A Ocupação passou por 3 despejos até ser assentada em um terreno no município de Águas Mornas, se convertendo em um assentamento “rural-urbano” (5d). A Amarildo é talvez a comunidade mais estudada na região, juntamente com a Contestado, tanto por ter passado por quatro terrenos diferentes, tanto por, atualmente, ser um assentamento reconhecido pela produção e venda de produtos agroecológicos para toda região.

Os trabalhos de Fernando Calheiros (2016, p. 200) e Miriam Santini de Abreu (2019, p. 250) apresentam o percurso mais detalhado da ocupação a partir de figuras próprias, que serviram de fonte para o relato aqui. O primeiro terreno (4a) se localizava nas margens da SC-401, na parte insular da capital. Segundo a sua organização, no início, a ocupação Amarildo era composta por 50 famílias, chegou a ter 725. Segundo Calheiros, sua duração naquela localidade foi de 16/12/2013 até 14/04/2014. Em seguida, cerca de 70 famílias se deslocaram para a Terra Indígena do Morro dos Cavalos, na Palhoça (5b), e permaneceram lá até 03/07 do mesmo ano. Posteriormente, cerca de 60 moradores tentaram ocupar uma área no Bairro Rio Vermelho (5c), também no norte da Ilha de Santa Catarina. Foram despejados logo em seguida, em uma ação truculenta que contou não só com a presença da polícia, mas também com a presença moradores da região que com ofensas, ameaçasse e foguetes disparados para cima, expulsaram os ocupantes que tiveram que sair escoltados (ABREU, 2019). Por fim, após uma ocupação da sede do INCRA em São José, cerca de 20 famílias foram para o município de Águas Mornas onde constituíram o assentamento referido a partir de julho de 2014.

A partir de 2018 – com os encontros periódicos de moradores, apoiadores e organizações políticas em uma rede de Ocupações Urbanas – o acompanhamento das Ocupações, quanto as suas ações de despejos e organização, passou a ser frequente. Várias comunidades ameaçadas de despejo que tinham algum contato com os movimentos sociais, ou que ficaram sabendo da existência da rede de ocupações

e de ativistas e militantes da causa da moradia, entraram em contato e começam a se organizar a partir daquele ano. Naquele momento, surgiu também, de forma planejada, a Ocupação Fabiano de Cristo (6), que em abril daquele ano era formada por 28 casas (CALHEIROS, 2020); atualmente conta com 64 edificações (FERNANDES, 2022), localizada no Bairro Monte Cristo – o mesmo das Ocupações da década de 90 – em um terreno cedido por uma entidade religiosa local para a Prefeitura de Florianópolis. A cessão tinha por objetivo a construção de um projeto que contemplasse tanto habitação de interesse social, quanto serviços, mas boa parte do projeto não chegou nem a ser iniciada.

No mesmo ano também se organizam duas Ocupações espontâneas da Palhoça. A Ocupação Mestre Moa (7) localizada na região do Caminho Novo – próxima da região central do município, com cerca de 44 casas – passa a responder um processo de despejo por causa de um projeto do município para a construção de uma via em cima do território da Ocupação (cadernos de campo do autor). A Ocupação Beira Rio (8) – que se organizou a partir da derrubada de algumas casas – está localizada no bairro periférico Brejaru, do mesmo município. Possui cerca de 90 casas, das quais algumas são ameaçadas de despejo por estar, justamente, na Beira do Rio Imaruí, que faz divisa com São José, em uma área de preservação. A decisão sobre as demolições que ocorreram na comunidade é amplamente contestada pelos moradores uma vez que as indústrias que ocupam as mesmas margens não receberem o mesmo tratamento da Ocupação. O mesmo valeria para as edificações do município de São José[43], que ficam na margem oposta.

Na capital, ainda em 2018, a ocupação Marielle Franco (9) – nomeada em homenagem a vereadora assassinada por milicianos no Rio de Janeiro naquele ano – passa a se organizar na mesma região da Ocupação Palmares, no Maciço. A situação fundiária da Ocupação é complexa, pois ela está localizada em dois terrenos, um público e outro privado, e existe desde meados dos anos 2000 de forma espontânea. A partir do crescimento do número de moradores, que hoje passam de 200 famílias segundo moradores, a comunidade passa a ser alvo de constantes pequenas demolições de casas realizadas ou de forma ilegal ou por atos administrativos, e ordens de reintegração para as duas áreas ocupadas. E a partir de então constitui uma organização coletiva junto da rede de ocupações (CALHEIROS, 2020).

[43] Disponível em: <https://portalpalhoca.com.br/noticias/comunidade/prefeitura-derruba-moradias-na-ocupacao-beira-rio-e-deixa-cinco-familias-desabrigadas>.

As últimas três Ocupações citadas – que se organizam junto da rede mais ampla de Ocupações Urbanas – não possuem uma predominância de filiação com organizações; são articuladas de forma independente, ou com moradores com filiações distintas em coletivos diferentes. cCom exceção da Marielle Franco, na qual pude ver nos últimos tempos uma identificação maior com o MNLM por parte da sua coordenação de moradores em atos e outras programações.

O ano de 2018 também foi marcado pelo surgimento de forma espontânea da Ocupação do Vale das Palmeiras (10), que passou a ser alvo de duas ações no final de 2020 quando, através do contato com moradores da Ocupação Contestado no mesmo bairro em São José, se organizou. A área ocupada que responde a duas ações, que abordaremos a seguir, se divide em duas comunidades, sendo a Vale composta por um terço dos moradores, cerca de 50 edificações.

Em meio a pandemia do Covid-19, surge em Florianópolis a primeira ocupação predial, em um galpão abandonado de propriedade do Governo do Estado, que originalmente era uma fábrica de bicicletas, e posteriormente serviu como prédio de arquivos da Secretaria de Administração, no bairro Capoeiras. A Ocupação Anita Garibaldi (11), é organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), filiado ao partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP), e foi realizada de forma organizada no mês de setembro de 2021, com famílias que viviam nas proximidades, no Bairro Monte Cristo, e adjacentes. A Ocupação é a única que está localizada em uma edificação previamente construída, tendo uma tipologia completamente diferente das outras da região. Ela enfrenta uma ordem de reintegração de posse do Governo do Estado.

Em janeiro de 2022, também na Palhoça, moradores da região da Frei Damião, uma das maiores favelas da ACF se organizam e ocupam um terreno privado destinado para descarte e queima de lixo, incluindo materiais hospitalares, junto de alguns militantes de coletivos variados e o movimento negro local. Com cerca de 100 moradias atualmente, a ocupação Elza Soares (12), como foi chamada em homenagem a cantora recém-falecida, sofreu uma primeira operação de despejo no dia 04 de fevereiro deste ano, e posteriormente voltou a ocupar a mesma localização.

O pequeno levantamento acima elencou as doze Ocupações que atuam de forma coletiva e são organizadas politicamente. Elas participam de uma rede mais ampla que, eventualmente, realizam atos, manifestações, cursos e outras programa-

ções. Não há como entrar em detalhes sobre qual o caráter organizativo de cada uma, se possuem coordenações ou presidências, nem o quão ativas estão seus instrumentos de tomada de decisão e debates, mas podemos tecer algumas considerações breves a partir do exposto.

Das doze Ocupações citadas, duas sofreram despejo total e não voltaram a se rearticular nem de maneira igual ou semelhante (2 e 4). Outras três sofreram despejos integrais, com todas as famílias removidas, mas voltaram a ocupar outros terrenos (3 e 5), ou a mesma área (12). Todas elas respondem a algum tipo de ação ou processo. A distribuição das Ocupações por município mostra que a maioria das ocupações que se organizaram são da capital, sete delas (considerando a Amarildo que mudou de município), seguida da Palhoça, com quatro (considerando a Amarildo, novamente), e São José com duas – as quais aprofundaremos o estudo a seguir. Outro aspecto que chama a atenção é que o ano de 2018 é marcado por um aumento de ações de despejo que levaram algumas das Ocupações a se organizarem politicamente.

Para concluir, entendo que há uma impossibilidade contar todos os grupos de apoio, sindicatos e coletivos que apoiaram as Ocupações, primeiro pela relação cambiante deles com relações entre partidos e outras entidades, segundo porque apesar de uma lista grande em um primeiro momento, uma atuação sistemática/perene deste tipo de organização é pouco documentada, por terem menos alcance que os partidos e suas organizações.

3.2 “A NOSSA LUTA AQUI VALE MAIS QUE OURO EM PÓ”: A OCUPAÇÃO CONTESTADO[44]

A Ocupação Contestado é expressão e da situação que se tornou recorrente no país nas últimas décadas, fruto direto das questões estruturais que foram expostas até então, consequência do projeto de expansão do capital imobiliário e da burguesia. Projeto esse, estruturado sobre a superexploração e espoliação urbana da classe trabalhadora. A história específica desta ocupação, que é considerada a primeira do “segundo ciclo” de ocupações organizadas na ACF do período pós-ditadura empresarial-militar, é comentada por diversos autores – Canella (2017), Magalhães

[44] O título do artigo faz referência ao “Funk da Ocupação Contestado”. Disponível em: <https://youtu.be/gkTRcqiZJs>. Acesso em: junho de 2020.

e Tonin (2015), Tornquist (2017b. etc.). Pode ser considerada um caso de estelionato eleitoral perpetrado pelo candidato a prefeito Djalma Berger, quadro histórico das elites locais junto de seu irmão Dário Berger.

Aqui não entraremos nos detalhes da história do início da Ocupação da forma como é apontada em outros trabalhos citados acima. O texto da presente seção é entrecortado por trechos da fala dos moradores e militantes das Brigadas Populares, Débora e Paulo em um evento[45], na qual contaram suas experiências de luta junto de outros participantes de outros territórios, e a partir das fontes – especialmente orais – utilizadas nesta pesquisa.

A Ocupação Contestado possui pouco mais de 100 casas, é dividida em três quadras. A maioria das casas é construída de madeira emparelhada, seja de descarte, doações, ou comprada em alguma das lojas de materiais de construção das redondezas. Algumas possuem chão de concreto e piso de cerâmica – algumas vezes colocado por capricho, outras por necessidade: em certas casas a terra foi cedendo, causando desníveis nos pisos de tábua. Com o passar dos anos, algumas casas construíram um segundo piso, geralmente sobre vigas de madeira. Assim como o perfil do morador, a tipologia das casas é heterogênea, de certa forma, mantendo em comum apenas um tamanho médio, fruto da divisão igualitária dos lotes no início, que algumas vezes é rompida quando uma casa avança sobre um espaço vazio ou em direção à rua. Nas imagens a seguir, a rua debaixo seguinda da passagem de pedestres do meio, conhecida como beco.

[45] “Atores e Práticas Espaciais Insurgentes”, realizado no dia 21 de agosto de 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 11 - Ruas da Contestado. Na imagem de cima, aparece a rua debaixo, e na imagem abaixo, a passagem de pedestres do meio, nomeada “beco” pelos moradores.

Frame de vídeo. Imagens captadas pelo autor. Fonte: documentário *Sobre o Amanhã* (2021).

Entre os anos de 2013 e 2014, um projeto de pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina intitulado "O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetória de vida dos moradores" realizou um questionário em 82 das casas da ocupação. A partir da pesquisa e de trabalhos subsequentes, constatou-se que a população que residia na Contestado a época, era de 245 pessoas, das quais 126 eram homens (51,42% da população total), e 119 eram mulheres (48,57% da população total)" (MAGALHÃES, TONIN, 2015, p. 243). Em sua maioria, os moradores eram jovens; havia bastantes crianças com idades entre 0 e 14 anos.

De todos os moradores, 76,6% residiam anteriormente em casas alugadas, e 21,3% moravam de favor. E a maioria das famílias (63,41%) vieram do município de São José e de cidades da Grande Florianópolis[46] – principalmente dos municípios mais próximos da Área Conurbada, Biguaçu, Florianópolis e Palhoça. Entre aqueles que vieram da mesma cidade, chama a atenção o predomínio de moradores dos loteamentos e bairros próximos, o que contraria a cobertura da mídia local, que afirmava que os "invasores" viriam de outros Estados e seriam principalmente nordestinos que não se adequaram a maneira catarinense de trabalho e, portanto, ocupar seria uma opção, e não uma necessidade (MAGALHÃES, TONIN, 2015, p.).

Aqui vale um comentário breve. A ideia de que os "invasores" seriam de outros Estados não surge de imediato, não consta nas matérias do dia do despejo. O próprio PMHIS (IGUATEMI, 2013) de São José afirma que se tratava de moradores do entorno (p. 334). Mesmo assim, essa passa a ser a estratégia para combater todas as ocupações dali em diante, torna-se também a narrativa principal da Prefeitura de São José contra a Ocupação Vale das Palmeiras em 2021,.

Voltando a pesquisa desenvolvida por Magalhães e Tonin, sobre a ocupação Contestado foram:

> Os questionários aplicados na Ocupação Contestado revelaram que os responsáveis pelos domicílios possuem outra origem: em grande maioria, são catarinenses, produto das desigualdades e contradições catarinenses, não constituindo-se, com isto, em elementos estranhos à realidade estadual. São despossuídos da terra e filhos de despossuídos da terra. **Alguns são pequenos produtores** que perderam suas terras devido à concentração fundiária e ao empobrecimento dela decorrente. Outros, **ex-trabalhadores rurais desempregados** da produção do campo. **Também há filhos destes**, já nascidos no meio urbano, **explorados no trabalho em construções, comércio e setor de serviços** (MAGALHÃES, TONIN, 2015, p. 245, grifos nossos).

Ou seja, a Ocupação foi formada por aqueles que integram a classe trabalhadora. A pesquisa vai além, cita que mais da metade dos responsáveis pelo domicílio estava trabalhando (54,88%), e destes uma grande parcela tinha carteira assinada, revelando uma característica perversa da segregação socioespacial da região. Mesmo morando na periferia de São José, em sua maioria o aluguel é demasiado oneroso para as famílias que tinham rendimento médio entre R$ 200,00 e R$ 300,00 por morador da casa. E por necessidade permaneceram na ocupação do terreno da Serraria.

[46] Os dados apontam para o seguinte: 12,2% vieram de Biguaçu, 8,54% de Florianópolis, 7,32% de Palhoça e 1,22% de Governador Celso Ramos (MAGALHÃES, TONIN 2015, p. 245).

Ainda, dentre os moradores que haviam chegado a Grande Florianópolis há mais tempo, a pesquisa destaca a progressiva debandada da capital para os outros municípios principalmente a partir da década de 90, apresentando na prática os efeitos do projeto elitista que a Florianópolis empreende desde, pelo menos, a segunda metade do século XX – conforme primeiro capítulo. Aqueles que chegaram depois "já haviam entendido que a cidade de Florianópolis é para poucos." (MAGALHÃES, TONIN, 2015, p. 252).

3.2.1 O início da ocupação e organização coletiva

Na introdução deste trabalho, contamos como se deu a ocupação de uma área na região do José Nitro pelas famílias. Falamos também do processo de organização no ginásio até a ocupação do terreno atual, na Serraria. Aqui, para evitar repetições, passaremos aos relatos dos ocupantes. Caso seja necessário relembrar datas e acontecimentos, consulte a linha do tempo no ínicio da dissertação. Passamos então para as falas dos moradores no seminário Atores e Práticas Espaciais Insurgentes, em conjunto com trechos das entrevistas coletadas durante a presente pesquisa. Voltando ao dia 10 de outubro de 2012, Débora, que estava presente no momento da ação policial do primeiro despejo, relata como foi aquele momento:

> Muita gente com o sonho da casa própria viu o sonho ir por água abaixo, porque simplesmente chegaram no terreno, deram 2 horas pro pessoal tirar o que tinha que eles iam derrubar tudo. Mas nessas 2 horas muita gente tinha ido trabalhar, muita gente estava com os filhos em casa, muita gente não tinha nenhum recurso para tirar as coisas. Isso criou uma grande revolta no pessoal. O pessoal colocou fogo nas casas porque não aceitava ver a máquina passando por cima. Várias mães foram intimidadas pelo conselho tutelar também, enquanto eles deveriam dar apoio pras famílias e não intimidar as mães falando que iam tirar seus filhos dela. Nesse dia chegaram alguns militantes das Brigadas Populares (a qual eu faço parte hoje) e a Solange do Sindicato dos Bancários, eles começaram a mobilizar o pessoal, fizemos uma assembleia ali mesmo, conseguimos um ônibus e fomos pra Prefeitura. (Fala pública de Débora).

Os minidocumentários[47] gravados na época expressam os fatos relatados pela moradora, entre eles, o documentário *A casa que o prefeito deu para nós* (2012), trazem filmagens amadoras do momento do despejo, e áudios das promessas no evento político. As imagens mostram um efetivo enorme de policiais muito

[47] Ver "A casa que o Prefeito deu pra nós". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VQog9kguWM>, Jardim Zanelatto, Vida No Ginásio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=evxagLTeG7Q>. Acesso em fevereiro de 2021

bem armados, com cavalaria e até tratores que passaram por cima das casas e pertences dos ocupantes. Os moradores comentam que vários dos despejados chegaram até a atear fogo nas suas casas, como forma de protesto à violência sofrida, porque não conseguiriam tirar todos seus pertences em apenas uma hora, tempo dado pelos policiais. O documentário *Jardim Zanelatto, Vida no ginásio* (2013) chama a atenção ainda ao terror relatado com relação às crianças e idosos, e a forma como descreveram que foram tratados/as: “pior que bichos”.

Ainda sobre essa data, há uma disputa de narrativas sobre o ocorrido que revela bem a posição da prefeitura. A página 334 do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (IGUATEMI, 2013) retrata a operação, dizendo-se baseada em uma reportagem do dia 10 de outubro de 2012 do Diário Catarinense[48], mas que adiciona fatos não descritos na reportagem citada. A matéria confirma a fala dos moradores sobre a entrega do pedido de reintegração de posse naquela manhã sem aviso prévio, mas coloca que os ocupantes tiveram apenas uma hora para retirarem seus pertences, e não duas. Também confirma que alguns ocupantes, em protesto, atearam fogo em seus pertences e resistiram no terreno até que foram retirados. O PMHIS acrescenta detalhes não confirmados por nenhuma outra fonte, **nem sequer pela matéria na qual se baseia**, afirmando que a tropa de choque entrou para dialogar com as famílias, e que “as pessoas que estavam no local fecharam a entrada do terreno com uma fogueira e explosivos para tentar impedir que os policiais entrassem na área”, quando segundo todos os outros relatos o fogo foi feito em protesto.

Há um detalhe curioso, já citado na introdução do presente trabalho, que contradiz a narrativa criada pela mídia e poder público nos conflitos fundiários recentes na ACF: o PMHIS cita que “todas são moradoras das proximidades, de bairros como José Nitro, Ceniro Martins, Jardim Araucária e Jardim Zanelatto”, ou seja, não coloca os tais “invasores” como migrantes, conforme descrevemos acima.

Nenhuma das duas reportagens citou a promessa realizada pelo ex-prefeito e seu irmão, nem o aumento no número de famílias que ocorreu a partir disso, nem a truculência com qual foi feito o despejo – embora a reportagem do DC cite a presença da cavalaria. A ausência destes fatos listados pode explicar por si só o lado da narrativa o qual tanto o jornal, quanto o documento encomendado pela prefeitura, assumem na história.

[48] Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/maquinas-derrubam-casas-de-familias-em-terreno-invadido-em-sao-jose> Acesso em junho de 2021.

O relato de Débora sobre o que se seguiu posteriormente ao despejo, descreve a ida até a prefeitura como realizada em conjunto com alguns militantes das Brigadas Populares, do Coletivo Anarquista Bandeira Negra e demais apoiadores, que apareceram no momento do despejo, em um processo de organização que aconteceu entre os presentes, resultando na concessão do Ginásio Municipal do Jardim Zanelatto para o abrigo provisório das famílias. “Entre 10 de outubro e a madrugada do dia 07 de novembro de 2012, cerca de 80 famílias abrigam-se no Ginásio” (MAGALHAES; TONIN, 2015, p. 238), contudo, nesse período de 26 dias, as famílias sofriam com diversos problemas, desde a não suspensão das partidas e competições no local, quanto de fornecimento de água.

Figura 12 - Página do jornal Notícias do Dia, destacando o apoio que a Ocupação recebia das diversas organizações políticas e a situação do estelionato eleitoral.

Invasores recebem apoio

São José. Brigadas Populares, MST e associações ligadas à UFSC organizam famílias

LETÍCIA MATHIAS E RAFAELLA MARTINS
leticiam@noticiasdodia.com.br
@leticiam_ND

As famílias que estavam abrigadas desde o dia 10 de outubro no Ginásio Municipal do Jardim Zanelatto, em São José, após terem sido retiradas do terreno invadido no bairro José Nitro, ocuparam o local na madrugada de ontem e ocuparam outro terreno próximo. Agora no bairro Serraria. Mais de 30 famílias levaram seus pertences para um terreno particular na rua Eduardo Manoel da Rosa, onde começaram a construir novamente barracos com madeira e lona.

Mais organizados, os invasores tiveram o apoio da organização Brigadas Populares, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e de alguns integrantes de movimentos e associações da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) que auxiliam na orientação e organização das famílias. Inclusive, foram criadas comissões, coordenadas pela própria comunidade, para organizar o espaço e a convivência. São comissões de segurança, limpeza, alimentação saúde, negociação, entre outros.

Eles alegam que o local onde estavam instalados era insalubre, havia muita gente e a água estava contaminada, fazendo com que alguns adultos e crianças passassem mal. Jonathan Jaumont, integrante da Organização Brigadas Populares, afirmou que esta foi a única saída encontrada pelas famílias já que a comunidade não é atendida por nenhuma política pública e não tem respostas sobre uma ação imediata do governo. "Não há programa habitacional que atenda estas famílias no município", disse.

Maira Teixeira, uma das ocupantes do terreno, afirmou que o problema não acabou e que era impossível continuar no ginásio. "Parecia uma prisão, tudo fechado, estávamos amontoados. Ninguém invadiu aquele primeiro terreno, fomos para um local dado, o prefeito (Djalma Berger) prometeu e depois voltou atrás", reclamou. Para Leonilda Dias da Luz, 58, responsável por organizar a alimentação, o novo terreno ainda não é adequado, mas pelo menos está mais arejado. "Enquanto não ganharmos um lugar pra morar, não vamos parar. O problema não acabou, pode ser que assim eles nos enxerguem novamente", afirmou.

Novas casas. Famílias têm apoio do MST, Brigadas Populares e integrantes de associações da UFSC

Organizados. Invasores criaram diversas comissões no novo acampamento

MP denuncia prefeito por crime eleitoral

Os invasores fazem questão de afirmar e ressaltar que a ocupação do primeiro terreno no bairro José Nitro foi uma ocupação incentivada pelo prefeito de São José, Djalma Berger. Segundo eles, o prefeito fez um comício na região no dia 3 de outubro, semana da eleição, prometendo ceder o terreno e espalhou cópias de um decreto publicado e assinado por ele no dia 21 de setembro em que declara a área de utilidade pública e de interesse social com a finalidade de atender programas habitacionais de baixa renda.

O promotor do Ministério Público de Santa Catarina, Jádel da Silva Junior, decidiu instaurar processo administrativo investigatório para apurar a prática de crime eleitoral em que o prefeito teria anunciado a regularização da área em troca de voto. Consta do processo um vídeo onde Djalma participa de um comício, afirmando que reagiria o decreto caso não fosse eleito. Derrotado nas urnas, Djalma revogou o decreto [imagem abaixo] na semana seguinte à eleição, e os moradores tiveram que deixar o espaço por decisão judicial. Procurado pela reportagem, Djalma não atendeu nem retornou as ligações.

Solução está distante e secretaria não garante permanência

No dia 31 de outubro as famílias sem casa reuniram-se com representantes da prefeitura de São José e SPU (Superintendência de Patrimônio da União) na intenção de discutir alternativas de moradia. Sem sucesso. A superintendente do SPU destacou o desejo do órgão em conceder um o terreno de mais 20.000 m², localizado na avenida das Torres, em São José, para que 750 moradias fossem construídas no local, desde que houvesse um projeto para tal. As famílias querem uma solução mais imediata e alegam que a proposta da assistência social e SPU só se concretizará a médio ou longo prazo.

Segundo o secretário de Assistência Social do município, Rui Ricardo da Luz, as famílias estão recebendo todo acompanhamento social, inclusive doação de alimentos e colchões, desde a primeira desocupação. Ele afirmou que embora tenha restrições orçamentárias, a equipe da secretaria está tentando auxiliar o máximo possível. "Não é para fortalecimento da ocupação, mas sim sobre a questão humanitária. Queremos também proteger a integridade física deles, evitando qualquer ato de violência", esclareceu.

Paralelo a esta assistência, Luz afirma que segue negociando com o Patrimônio da União sobre a cessão do terreno e trabalhando na elaboração de um projeto habitacional em parceria com AHBC (Associação Habitação Brasil Cidadã), única cooperativa habitacional do Estado autorizada pelo governo federal a construir moradias pelo programa "Minha Casa, Minha Vida".

Quanto a soluções imediatas o secretário Rui Ricardo da Luz salienta que compreende a angústia das famílias, mas não tem garantias de que elas possam permanecer no novo terreno. O ideal, segundo ele, é buscar abrigo na casa de parentes ou conhecidos até que a situação seja resolvida.

Decreto. Djalma assinou em setembro

Fonte: Clipping da Agecom UFSC.

Os documentários e reportagens feitos por simpatizantes do movimento destacam como os moradores entenderam, naquele momento, que foi a luta e união deles que garantiu tanto a ida para o ginásio, como posteriormente a ida para o terreno na Serraria. Não há a benevolência do poder público, pelo contrário, começavam a se desfazer as ilusões que a prefeitura daria uma casa para os ocupantes. Na ida ao terreno da Serraria esse sentimento se reforça “um ajudando o outro”, a partir das dificuldades para conseguir água, no cuidado com as crianças (dado que os moradores não conseguiam creche por não ter comprovante de residência), e demais tarefas.

Na madrugada do dia 07 de novembro, após diversas reuniões no ginásio, as famílias que se organizaram coletivamente realizaram a ocupação de outro terreno no Bairro Serraria. Débora relata como foi o momento de ocupação:

> Muita gente com carrinho de mão, com carrinho de bebê, muita gente a pé com martelo, com enxada e várias coisas na mão. A gente entrou no terreno as 3h da manhã e às 3h15 a polícia já tinha fechado as ruas. Quem entrou, entrou, quem não entrou não conseguiu entrar. Eu estava com minha filha recém-nascida e meu marido estava em casa com outros filhos. Quando ele chegou já não conseguiu entrar. Essa situação não foi só minha, foi de muitas mulheres. (Fala pública de Débora).

A fala de Débora e alguns trabalhos acadêmicos, como o de Magalhães e Tonin (2015), nos contam como foi projetada a organização interna da ocupação. Do ponto de vista espacial, a ocupação foi dividida em três quadras, mantendo a divisão a partir das ruas que já cruzavam o terreno perpendicularmente. No interior das quadras se formavam os núcleos, compostos por cerca de pouco mais de dez casas, foram formados 8, sendo eles: Dandara, Vida Nova, Che Guevara, Zapata, Guerreiros de Fé, Mansidão, Estrela-Guia e Anita Garibaldi.

Na entrevista, Gustava, que participou do núcleo Dandara, comentou na entrevista que, a partir do momento em que a Quadra 1 foi ficando cheia, as famílias foram subindo para as outras duas quadras, e tiveram que abrir o terreno por conta própria, com o auxílio de ferramentas, e até mesmo contratando serviços de terceiros para fazer a limpeza (Entrevista formal com Gustava). O planejamento da ocupação se deu, então, na medida em que o terreno era ocupado, e não *a priori*. A partir disso, realizou-se a divisão do terreno em lotes para as famílias que foram construindo ali suas casas, com o auxílio de acadêmicos da rede de apoio, que juntos auxiliaram a projetar também como deveriam ser feitas as valas para a passagem de canos de esgoto, e os locais de fixação dos postes de luz. O professor Lino Peres, na

época professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, ajudou bastante as famílias nessas tarefas.

Figura 13 - Foto aérea com a área da Ocupação destacada

Captura de tela de abril de 2020. Fonte: Google Earth.

A imagem acima apresenta o resultado da ocupação do novo terreno, 9 anos depois. As três quadras possuem mais ou menos a mesma quantidade de casas, e são numeradas da esquerda para a direita, se utilizarmos a foto como referência.

A metodologia de organização por núcleos não é original das Brigadas, mas apropriada de outras organizações, o MST por exemplo apresentava a construção de núcleos temáticos em suas comunas da terra e em outros acampamentos (GOLDFARB, 2007). Porém, na ocupação nascente, e em algumas outras experiências brigadistas, **o núcleo é designado pela proximidade geográfica entre as casas**. E dentro de um mesmo núcleo existem diferentes funções, de acordo com as necessidades específicas, como organização da limpeza, coordenação, entre outras. A semelhança que o núcleo territorial de ocupação mantém com a ideia de núcleo para outras organizações pode ser a de que o núcleo é a base, ou a estrutura mais interna de um todo.

Na Contestado, para além de que os núcleos possuíam coordenadores que se reuniam semanalmente na reunião das coordenações (MAGALHÃES; TONIN,

2015), eles serviram para estabelecer a Ocupação de forma mais rápida de maneira que os ocupantes despendessem menos recursos. Os banheiros e cozinhas comunitárias eram divididas entre os núcleos. Por último, e talvez mais importante, as questões maiores ou urgentes, que saiam do âmbito das quadras e núcleos, eram decididas nas assembleias coletivas, que respondiam por toda a ocupação. Além disso, havia sido criado um regimento interno que todos os moradores deveriam cumprir, que teria como objetivo, mediar a convivência:

> A convivência é mediada por um regimento interno, que estabelece, entre outras normas, a centralidade do debate para todas as decisões – e a rejeição ao emprego de qualquer forma de violência, em qualquer âmbito de convivência. Ocorrências desta natureza são levadas à discussão coletiva em assembleia e estão sujeitas à expulsão dos envolvidos da ocupação. (MAGALHÃES; TONIN, 2015, p. 240)

A rede de apoio, que se conformou no momento do despejo, era composta por diversos atores políticos já atuantes na região, alguns mais conhecidos e outros menos, era também diversa em termos de orientações políticas, embora a maior parte dos envolvidos eram declaradamente progressistas ou de esquerda. As características organizativas principais foram uma síntese dos métodos, instrumentos e debates das organizações políticas e movimentos sociais. Dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra e as Brigadas Populares foram os mais importantes, e também os que são lembrados atualmente pelos moradores informantes.

Os pesquisadores Victor Hugo Tonin e Luis Felipe Magalhães (2015) argumentam que existiu uma “dificuldade de compreensão” da parte dos moradores, sobre a divisão coletiva dos lotes proposta pelos grupos políticos que estavam à frente da rede de apoio. Para os autores (também militantes envolvidos com a Ocupação) essa dificuldade se devia ao fato de, em um primeiro momento, os moradores estavam imbuídos na ideologia da casa própria, que naturaliza a lógica da propriedade privada, estranhando as propostas que apontavam para outro sentido.

O “sonho da casa própria” e “sair do aluguel”, bem como casas unifamiliares, são ideias que se situam neste contexto. Porém, as famílias sem-teto não percebiam que “é justamente a propriedade privada e a mercantilização do direito de moradia que os condena a habitações precárias, imóveis de aluguel e moradia de favor, quando não, a rua.” (MAGALHÃES; TONIN, 2015, p. 239). Ao mesmo tempo em que a posse da propriedade privada almejada também criava contradições, a “benção” que é possuir a casa própria, o seu terreno, a sua horta etc., é descontado do valor da força de trabalho, e faz com que o capitalista reduza o salário do trabalhador,

pois aquela família que não precisaria juntar todo mês uma quantia para pagar a um locatário, pois havia construído sua casa, portanto poderia valores mais baixos de salário justamente por não ter custos de aluguel – Embora a construção da sua casa fosse paga com seu próprio trabalho de todo modo (ENGELS, 2015; KOWARICK, 1979).

Em um segundo momento, eles refletem sobre como as famílias haviam lutado até então para sair dessa situação usando do mesmo mecanismo da propriedade. Na opinião dos pesquisadores, de diversos movimentos sociais em atividade no país, e mesmo do MNRU, essa percepção deveria ser contornada através da formação "sobre as contradições e mitos da sociedade capitalista, e formação sobre o significado da Reforma Urbana e do sentido coletivo que a luta por moradia, via ocupação" (MAGALHAES; TONIN, 2015).

Esse processo ocorre, pois a habitação se configura como "um bem de acesso seletivo" no capitalismo (CORRÊA, 2004 p. 29), e a maneira como a classe trabalhadora acessa a este "bem" dificilmente rompe com a lógica da mercadoria, ou seja,

> No interior do regime capitalista em que vivemos, **a casa, a habitação, é uma mercadoria como não importa qual outra**, que é produzida tendo por objetivo a finalidade geral da produção capitalista, isto é, o lucro. (SINGER *apud*. FERRO, 2006a, p.105, grifo meu).

Inclusive, essa afirmação pode ser estendida para a cidade de maneira geral, afinal ela se conforma como parte da dinâmica de acumulação do Capital, de forma privilegiada, que por sua vez domina de forma geral todos os espaços contidos nela, não apenas o da habitação, e faz da falta de moradia uma "instituição necessária" (ENGELS, 2015). A forma como a "falta de moradia" é resolvida nas periferias brasileiras com todo o tipo de ocupação, assentamentos irregulares, geralmente não visa necessariamente combater a dinâmica citada. A ocupação organizada seria o instrumento mobilizado para travar esse combate, através da formação e organização popular.

Por isso, a proposta de corte popular de lotes – feita de forma democrática e justa segundo as necessidades das famílias – e a criação de instrumentos para tomada de decisões coletivas cumpre um importante papel pedagógico, apontando para novas formas de sociabilidade e poder sobre o território. Ao mesmo tempo que essas propostas democráticas e igualitárias enfrentam – como ocorreu na ocupação Contestado – resistência subjetiva de uma forma de pensar que interiorizou a noção de propriedade privada como natural. Daí, ao nosso ver, o enorme desafio que re-

presenta, tanto o ideal coletivo, como também, os métodos de decisão e organização cotidiana na Ocupação Contestado e em outros processos similares. Por fim, veremos adiante, em subcapítulo separado, um pouco das diferenças entre o período inicial, tratado aqui, e o período mais recente da ocupação, abaixo.

3.2.2 Transformações socioespaciais da Ocupação Contestado

Do começo da ocupação até o final de 2021, a Contestado passou por diversas mudanças. Alguns dos “espaços de respiro” entre os lotes e o Barracão coletivo – construído para a realização de atividades – não existem mais. Por vezes, as reformas das casas avançam para dentro de áreas vazias, entre uma habitação e outra, ou sobre a rua, na medida em que as famílias precisam de mais espaço. Com as diversas saídas e entradas de novos de moradores, e com o crescimento de várias unidades familiares, podemos ver que a organização política se alterou substancialmente. Ademais, a impossibilidade burocrática de acesso ao PMCMV, sempre barrada pela prefeitura, e a permanência no terreno provisório nestes 9 anos, levou a novos arranjos cotidianos, decorrentes da dinâmica da reprodução da vida de cada indivíduo ou família da Ocupação.

O processo de negociação por um outro terreno está em estado adiantado, porém paralisado. A prefeitura atuou de forma morosa para garantir a finalização da matrícula do terreno de forma que ele possa estar apto para a construção. No momento atual, ela se recusa a dar prosseguimento em aceitar o terreno e se comprometer com a construção de habitação popular.

A Contestado, ao contrário de diversas ocupações, não visa a permanência no atual terreno do bairro Serraria, mas a construção de um projeto habitacional conquistado para este fim na Avenida Osvaldo José do Amaral (conhecida como Avenida das Torres). O terreno em questão foi destinado pela Secretaria de Patrimônio da União para a construção de moradias de interesse social, e sua matrícula foi publicada no Diário Oficial da União apenas no dia 23 de outubro de 2014, quase dois anos após o início das negociações. No 03 de maio de 2016, foi firmado em reuniões com a prefeitura, Brigadas Populares e Ocupação a intenção de construir moradias tanto para a Ocupação, quanto para a área de risco vizinha do terreno, a comunidade do Solemar (anexo IV).

É constante a tentativa de negociação por parte dos ocupantes, para uma alternativa de construção de casas e não de um modelo de projeto verticalizado. Por outro lado, a prefeitura nunca apresentou alternativas, como busca de editais de ATHIS, mostrando o desconhecimento das diversas formas de assistência e assessoria que são possíveis para a realização de projetos de qualidade na região, seja de casas ou mesmo prédio. Tal postura reafirma a falta de vontade política da prefeitura em atuar em prol do direito à moradia digna para a classe trabalhadora.

A organização por núcleos é lembrada ocasionalmente, para fins específicos para resolução de problemas cotidianos; ela foi subsumida em questões mais amplas, na medida em que as quadras ganharam protagonismo. A assembleia passou a ser o principal instrumento de organização do atual período, sendo muitas vezes convocada de forma extraordinária por qualquer morador, até para a resolução de problemas simples, como, por exemplo, vazamentos de água, que ora são resolvidos com conversas e internamente, e hora viram assuntos da ocupação inteira. Na época do surgimento da ocupação, ela apenas era convocada para realização de tarefas que os outros níveis de organização não davam conta de resolver.

Em entrevista, ao ser perguntada, Gustava comenta que não vivia momentos de reunião e organização em outros espaços, apenas na Contestado. Seu relato exemplifica como o aprendizado ali serve para a resolução de todo tipo de problema, e como as quadras, atualmente, resolvem pequenas questões:

> Só no Contestado, mas também eu aprendi também, com as Brigadas né? Que às vezes tem um probleminha na quadra onde eu moro e é pra resolver o problema, então vamos fazer o seguinte "a gente vai ali no beco vai fazer uma reuniãozinha de quadra pra resolver o problema". Esse fato aconteceu ontem, brigaram numa casa e estouraram o cano d'água, todo mundo se prejudicou, não veio água pra um não veio água pra outro. Me chamaram, eu fui até eles de noite, eu disse, "gente não precisa assembleia, não precisa nada, vamos resolver nós mesmo." Um deu o registro, eu dei a cola, eu arrumei a pessoa pra ir ali colar o cano que tinha estourado. […] Quadra... É, mas tudo isso o meu aprendizado está nas Brigadas, porque eu não sabia. Ah está. Eu não sabia, não sabia nem como me explicar pras pessoa o que era, o que não era, entendeu? (Entrevista formal com Gustava).

Esse novo momento não pode ser visto como uma simples "regressão da organização política", pois essa reorganização metodológico-espacial abriu espaço para um tipo de atuação auto-organizada[49] dos moradores, que parece indicar até

[49] As ações vão desde apoio em vigílias e ajuda na organização de outras ocupações, a exemplo de outras ocupações (ocupação Beira Rio, na cidade de Palhoça e Vale das Palmeiras, em São José). A mobilização constante em atos políticos, como o bolo de aniversário para a Câmara de São José no sétimo aniversário da Contestado, e o ato no dia mundial do Sem-teto realizado no centro de Florianópolis, que contou com a participação das e dos moradores da contestado. Alguns desses eventos podem ser visualizados em fotos na página do *facebook* da ocupação. Disponível em: <https://facebo-

então uma apropriação parcial dos métodos das organizações que compuseram a rede de apoio, sobretudo das BPs, a única que continua atuando cotidianamente na Contestado.

Parte dessas idas e vindas das organizações estão associadas ao modo como atuam, ou a partir da definição de prioridades e capacidades de se manterem no território. Em uma conversa, Paulo comentou como as Brigadas foram a organização que atuava melhor cotidianamente na ocupação, e não apenas em uma das quadras, com incidência em um menor número de moradores. Além disso, a característica de "militante popular", da organização, diferente da ideia da formação de quadros especializados, deu espaço para que moradores fossem se envolvendo mais, e participassem ativamente da construção não só da Ocupação, mas da organização em si, enquanto militantes.

Quando lembrado o caminho pelo qual as vitórias conquistadas até então se deram, é reconhecido o papel da luta organizada nisso. Débora comenta como as ordens de despejo foram barradas: "Conseguimos nos organizar, derrubar liminar de despejo - já derrubamos 5!". A fala de Paulo, durante aquela mesa reforça esse sentimento:

> O prefeito disse pra gente sair do aluguel, sair das nossas casas que teria lugar pra gente. E não teve. **Nossa ocupação é política.** A gente decide tudo em assembleia e todo mundo tem voz na Ocupação pra ser uma coisa democrática. A gente pensa que sem organizar a gente tá perdido. A gente trabalha em cima do povo. A gente tá fazendo o papel do Estado! Eles reclamam da gente mas a gente faz o papel deles, que é dar moradia para esse povo! **Não tem moradia o povo ocupa.** (Fala pública de Paulo).

Débora e Paulo não apenas estão cientes de como operam essas metamorfoses – de como a luta nesse momento da ocupação ficou mais difícil, especialmente desde o esvaziamento dos programas habitacionais Minha Casa Minha Vida – como estão cientes também dos objetivos e percalços da luta política. Sobre o fato, ela diz:

> Através de uma batalha, um passo de cada vez, a gente tá conseguindo alcançar nossos objetivos. a gente dá dois passos pra frente e um para trás. Mas sempre tendo em vista uma meta: **moradia digna para nossas famílias, um acesso à cidade, direito à saúde e educação**, isso hoje nos é negado. A gente é tratado com muita discriminação. (Fala pública de Débora).

Algumas das imagens que foram apresentadas no seminário em que Débora e Paulo falaram, reproduzidas abaixo, reforçam o cunho e o conteúdo político da Ocupação Contestado, a partir da apropriação dos símbolos das Brigadas Populares pelos moradores. Nelas também se faz presente outro elemento comum na luta por

ok.com/contestadovive>. Acesso em: junho de 2020.

moradia: a participação majoritariamente feminina. Tal constatação está presente na fala de ambos, mas vale ser rememorada. No momento inicial da ocupação, foram as mães que formaram a “linha de frente”, elas que ocuparam o terreno enquanto alguns dos pais estavam no trabalho. Essa participação é também referenciada em letras de músicas cantadas em atividades, o Funk da Contestado traz: “a mulherada não tem moleza não, dando duro e trabalhando para manter a ocupação”. Também há outra música que diz: “as mulheres brasileiras já tomaram a decisão, construir a casa própria através da ocupação" – que é uma letra trazida pela militância das Brigadas Populares para as Ocupações onde atuam.

Figura 14 - Fotografia do Encontro de Comunidades de Resistência em 2019.

Fonte: Acervo do autor.

Na foto acima, é possível ver algumas moradoras da Contestado, Fabiano de Cristo, e militantes das Brigadas Populares Santa Catarina numa fala ao público no primeiro Encontro de Comunidades de Resistência realizado em Santa Catarina pelas Brigadas Populares e Ocupação Contestado. O evento já havia sido realizado em Minas Gerais, pela mesma organização, e foi reproduzido aqui no Estado a partir de uma parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo[50], como parte de um projeto a nível nacional para a realização de eventos em diversos territórios nos quais as BPs atuam. Além da faixa confeccionada para o evento, podemos observar as moradoras usando a camiseta das Brigadas Populares, uma espécie de uniforme da organiza-

[50] Instituição alemã sem fins lucrativos vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda).

ção, e na esquerda, a bandeira da mesma organização. À direita está exposto o *banner* com os dizeres “Contestado Vive”, grito de guerra da ocupação e símbolo da Ocupação, baseado em um memorial da Guerra do Contestado, localizado no município de Irani, considerado o “berço do Contestado”.

Figura 15 - Moradoras e moradores durante a visita do então candidato à presidência da república, em 2018, Guilherme Boulos (PSOL/MTST).

Fonte: Acervo do autor.

A segunda foto apresenta moradoras e moradores sentados assistindo ao evento com o presidenciável em 2018, Guilherme Boulos. Na ocasião o líder do MTST visitou a ocupação com outras figuras do PSOL e apoiadores. O “uniforme” das Brigadas Populares, bem como camisetas com os dizeres “Despejo Zero” se tornaram comum na ocupação em dias de atividades, ou em atos e demais programações fora dela. Embora nem todos os moradores e moradoras militem ou participem ativamente das programações, a identificação com a rede de apoio e organização política é grande, e vista de forma bastante positiva. Assim como as fotos mostram, o protagonismo das mulheres nas atividades também foi bastante acentuado.

3.2.3 A Atuação do Estado

Ao longo do processo de organização da Ocupação, o Estado interveio a partir de várias instituições e das diferentes esferas (municipal, estadual, federal). Já citamos como o Conselho Tutelar do município atuou ameaçando os moradores no momento inicial da ocupação. A dissertação da acadêmica Lívia Espíndola Monte, intitulado *"Minha casa, Minha Luta*": *experiências e práticas políticas da Ocupação Contestado* (2016) trata dessas questões de forma mais ampla. Apesar de não abordar com muita precisão os métodos organizativos das Brigadas a partir das suas bases teóricas, Monte apresenta um rico material coletado na ocupação, principalmente sobre a violência do Estado. Ela relata outro ocorrido em que o conselho tutelar interveio diretamente e reflete:

> A violência de Estado que sofrem as pessoas de camadas populares ultrapassa qualquer tipo de violência institucional que comumente afete as camadas médias. A intervenção diretiva e inconstitucional do Conselho Tutelar, que praticamente sequestrou uma criança, argumentando que a estava protegendo, demonstra como a falta de direitos humanos básicos é uma das marcas das populações de baixa renda no Brasil (MONTE, 2016, p. 100).

Débora descreveu algumas das formas como o Estado atua, e atuou em relação aos moradores dentro e fora da Ocupação. Infelizmente, situações como essa são a regra, e não exceção na atuação do Estado em diversas ocupações da ACF e do país. Assim, os direitos mais fundamentais para além da moradia – como creche, atendimento em unidades básicas de saúde e vagas de emprego – são constantemente negados aos moradores, principalmente pela falta de um comprovante válido de endereço e as soluções aparecem sempre com morosidade, quando não são inexistentes. Os trabalhadores ocupantes são os "sem nome", aqueles que são "mantidos pelo Estado numa monstruosa insignificância" (BADIOU, 2016, p. 142).

Durante o trabalho de campo, busquei entender melhor a visão dos moradores sobre essas questões, principalmente relacionada a creches, serviços de saúde e assistência social. A maioria dos informantes destacou que a situação de atendimento em serviços melhorou nos últimos tempos, sobretudo após a construção da UBS da Serraria. Entretanto, a mesma discriminação referida por Débora em fala já citada, foi vivida por outras informantes. Clarissa cita que ouviu de uma médica que só ficou na cadeira de rodas por causa da falta de atendimento do antigo posto do Zanellato, onde dizia que havia um grande preconceito com moradores da Contestado. Seu relato não trouxe informação inédita, ao longo dos anos, tem sido muito co-

mum relatos parecidos nas minhas visitas na ocupação. Embora majoritária nas entrevistas, a questão de discriminação não foi consenso, Suzana acredita que era mais falta de organização e bagunça, um mau atendimento do que outra coisa.

Em relação à educação, a maioria das informantes, por serem um pouco mais antigas, já conseguiram colocar seus filhos na creche e escolas do bairro, e muitas delas no Marista, colégio particular que possui uma unidade que trabalha a partir de bolsas sociais na Serraria. Ainda, o serviço de assistência social foi elogiado, apesar das lembranças da prefeitura em colocar o conselho tutelar contra as ocupações em processos de despejo, os CRAS e CREAS são bem-vistos pelos moradores, por conta dos seus atendimentos e por resolverem algumas questões materiais, com doações de cestas básicas e afins. O CRAS também tem servido como garantia para outros direitos, a partir do cadastramento dos moradores e a emissão de comprovante de residência, que permite que as famílias consigam ser atendidas em outros serviços, matricular as crianças na escola etc.

Quando as entrevistas foram para questões relacionadas a estrutura das casas e condições de habitação, apesar do salto qualitativo que a ocupação representa – como veremos adiante – todos foram enfáticos que falta, de alguma forma, dignidade onde vivem. Essa dignidade frequentemente era associada à maneira como eram, principalmente no início da ocupação, tratados pelo Estado. Clarissa, por exemplo, comenta como o ambiente da Contestado possui ratos, e que as condições de moradia são terríveis, com a falta de infraestrutura, que frequentemente descamba em problemas como canos improvisados vazando, água empoçando nas ruas, entre outros.

Por sua vez, Gustava relatou problemas de ordem da repressão que, embora venha de um caso particular, se relacionam com a questão do preconceito e discriminação que os moradores sofrem por parte do Estado:

> Olha eu vivo bem por não pagar o aluguel, mas com dignidade eu não acho que eu vivo. Primeiro que a gente, pela polícia, todos nós que moremos aqui dentro somos considerados vagabundos, tanto que já invadiram minha casa, já teve mais de cinquenta policiais aqui dentro da minha casa com fuzil na minha cabeça. O que eu tinha é de alimento a polícia destruiu tudo, revirando pra ver se achava droga, sendo que todo mundo me conhece ué, eu não uso droga daí inventaram “que denunciaram que porque eu era uma pessoa do bem, e ah os bandido estavam me usando pra guardar droga e arma”. Mas os bandido, eu não sei onde que eles acharam esses bandido porque aqui num tinha bandido, só tinha pessoa que precisava de um local para morar. (Entrevista formal com Gustava).

A situação vivida pela moradora é uma constante, o relato apresenta uma mudança de atitude do Estado com relação aos ocupantes que, ora são ignorados e/ou, não estão aptos para usufruir de direitos básicos por falta de comprovante de residência, ora passam a ser “inimigos”. Para serem atendidos nos serviços, foi necessária a ação da comunidade. Débora foi enfática ao afirmar que hoje tem assistência dos aparelhos do Estado, “[…] mas pra isso acontecer a gente teve que brigar também, né? Correr atrás…” (Entrevista formal com Débora). E ainda aprofunda sobre a temática da criminalização das ocupações:

> Tudo pra uma pessoa que mora numa ocupação é mais difícil, acesso aos aparelhos públicos, o acolhimento na sociedade, né? E a partir do momento que a pessoa é de uma ocupação, ela é criminalizada, ela é virou marginal mesmo trabalhando segunda a segunda. Mesmo tendo sua família, mesmo tendo, né? A sua luta diária, né? (Idem).

É muito importante entender aqui como a forma que a Contestado lidou, e tem lidado com os aparelhos do Estado, é construída historicamente. A Ocupação passou a se integrar cada vez mais no bairro no tempo em que está lá, ela acaba também por atrair curiosidade, como no caso das colegas de trabalho de Galega, mas também por contrastar com o restante do bairro, onde dificilmente os moradores passaram por experiências parecidas.

3.3 VALE DAS PALMEIRAS, MAIS UMA OCUPAÇÃO

Embora a pandemia tenha diminuído as atividades presenciais na Ocupação Contestado, a vida cotidiana dos moradores – trabalhadores – não parou um minuto. Como sabemos, as poucas mudanças promovidas pelos governos para “enfrentar” a pandemia não tiveram efeito entre os setores mais explorados da classe trabalhadora, que seguiram trabalhando durante os anos de 2020 e 2021, recorrendo ao transporte público, expondo-se as possibilidades de contágio, e muitas vezes precisando encontrar outro emprego. Além disso, com a necessidade de fechamento das escolas, sobretudo em 2020, as crianças e adolescentes tiverem que permanecer em casa, trazendo problemas adicionais as famílias, e mulheres, em particular[51].

Todavia, não podemos reduzir a origem da questão habitacional da Ocupação Vale das Palmeiras, e da expansão do morro do Boa Vista, somente a partir do Co-

[51] Ver: “Mulheres estão ainda mais sobrecarregadas durante a pandemia”. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mulheres-estao-ainda-mais-sobrecarregadas-durante-a-pandemia-aponta-pesquisa1> Acesso em: outubro de 2021.

ronavírus. Afinal, o assentamento onde as comunidades estão localizadas surge de forma “espontânea”[52] mais ou menos a partir de 2018, ao lado de outra comunidade igualmente precária com pelo menos 20 anos de existência, o morro do Boa Vista. O que temos na localidade durante o período pandêmico é a agudização de um problema geral enfrentado pela classe trabalhadora, e a consequente necessidade de procurar alternativas de moradia que permitiriam as famílias a continuar com a reprodução das suas vidas e atividades cotidianas.

Segundo conversas com moradores, no território específico aconteceu inicialmente com a ocupação da área citada via compra de pequenos lotes, às vezes facilitada por lideranças locais. Posteriormente, pela necessidade de famílias ainda mais exploradas, que não tinham como pagar algum dinheiro em troca dos melhores lotes, e por isso formaram outra comunidade, na outra margem de uma vala que corta o terreno, a Vale das Palmeiras. Em resumo, a Ocupação passou a se organizar depois da entrada no terreno, foi formada a partir do “crescimento desordenado” de uma comunidade mais antiga, e cresceu muito durante a pandemia. A área total foi alvo de diversas operações de fiscalização e derrubada de casas, além de ser alvo de dois processos que visam desalojar todos os moradores – como veremos adiante.

Por causa do documentário *Sobre o Amanhã: ou como a cidade de São José resolve a questão da moradia* (2021)[53] – produzido por mim, autor do presente trabalho, e equipe – pudemos entrevistar alguns moradores mais recentes da Ocupação Vale das Palmeiras que chegaram entre 2018 e 2020. Eles nos informaram que foi a necessidade econômica que os fez procurar a localidade para construir sua moradia, a perda de renda, seja durante a pandemia ou pouco antes é trazida no documentário por um morador, mas era também um relato geral. Nas palavras de uma entrevistada, a situação era que “ou você comia, ou você pagava aluguel, um não combinava com o outro”. Ela ainda explicou que, após estar no terreno, começou a se engajar na luta por moradia. O documentário também dialoga sobre a relação de solidariedade que se formou entre as duas ocupações da Serraria, a partir da presença nas atividades e vigília e mobilização contra o despejo, abraçada por vários moradores da Contestado pela identificação com a luta da outra ocupação, mas também nas

[52] (comentaremos a respeito do uso deste termo e justificaremos as aspas a frente)
[53] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gm_N9Uuw4Bk> Acesso em: outubro de 2021.

atividades formativas e de organização, que seguiram, em passos diferentes, os moldes da primeira ocupação.

A maioria das casas foram construídas pelos próprios moradores ou vizinhos e amigos. E era comum, durante as visitas no território, que alguns deles relatassem com orgulho a forma como se esforçavam para realizar as tarefas heroicas que eram subir o morro com baldes de areia, cimento e tábuas. Ao mesmo tempo, as famílias nunca deixaram de frisar as dificuldades que enfrentavam em tarefas básicas. O documentário mostra as consequências da falta de uma moradia adequada nas pequenas e corriqueiras atividades do cotidiano, como tomar um banho com pressão, ter água limpa ou poder conviver com hóspedes (familiares) para passar um tempo nas casas. Houve o caso do pai que trouxe o filho para passar algum tempo na ocupação, mas que logo retornou para seu estado de origem por causa da dificuldade que enfrentou e pela pressão que a avó exercia pela preocupação com seu neto.

Como já descrito, as estruturas construídas de quase todas as casas são de tábuas de madeiras justapostas. Algumas são ainda de madeira de tapumes ou outro tipo de resto de material improvisado, como troncos locais, forros de plástico, telhas, e afins, que servem como paredes, janelas etc.. Frequentemente as casas apresentam apenas o banheiro e parte do piso feito com tijolos e cimentos, e poucas têm algum tipo de revestimento cerâmico interno. Alguns dos banheiros são construídos fora das casas, e divididos entre dois ou três vizinhos mais próximos, e todos eles têm fossas, não conectadas com a rede pluvial da cidade. No acabamento, a maioria das casas tem apenas as marcas dos materiais selecionados para as obras, madeiras oriundas de doações possuem cores diferentes e encaixes que deixam frestas, janelas possuem vidros de cores diferentes, ou apenas cortinas, e poucas casas são inteiramente pintadas.

Diversos lotes não são planos, fazendo com que as casas necessitem de vigas de apoio, geralmente de feitas de madeira, com algumas exceções que têm fundação rasa e vigas em concreto (baldrame). Embora haja duas ruas mais amplas, a Rua dos Enfermeiros para acessar o lado do Boa Vista, e uma rua principal, ainda sem nome, na Ocupação do Vale das Palmeiras, algumas casas somente são acessadas a partir de caminhos mais estreitos, com escadas esculpidas na encosta, revestidas de lajotas, ou tábuas, ou apenas de restos de material de construção para evitar que a chuva transforme tudo em lama.

3.3.1 O surgimento “espontâneo” e o crescimento da área

A questão da área ocupada é complexa e os processos judiciais que visam realizar os despejos são ainda mais. A área é alvo de duas ações, um de reintegração de posse pela proprietária, e outro por crime ambiental, via Ministério Público de Santa Catarina, e comentaremos ambas após a descrição do território. O território ocupado é a porção remanescente do Loteamento Araucária I, o mesmo que passa em frente a Ocupação Contestado. De acordo com o zoneamento da cidade de São José, parte do assentamento está em Área de Preservação e uso Limitado, e parte em Área de Preservação Permanente. A terra é de propriedade da J.A. Urbanismo, empresa criada em 1991 e atualmente chamada Alínea Urbanismo, uma construtora local responsável por alguns loteamentos na região da Grande Florianópolis e em outras cidades do Estado. A área faz divisão de um lado com a área remanescente do loteamento Jardim Zanelatto, na qual havia uma comunidade até a conclusão das obras da Avenida das Torres, que foi removida com a finalização da mesma, e de outro com a comunidade do Boa Vista, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 16 - Esquema representativo das Comunidades Boa Vista e Ocupação Vale das Palmeiras a partir de imagens aéreas.

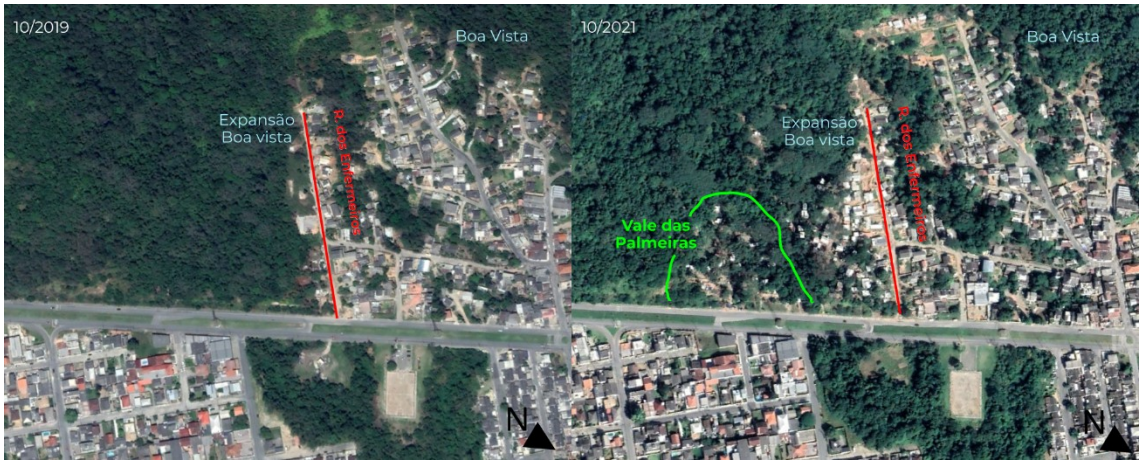


Ilustração elaborada pelo autor a partir de capturas de tela de mapas do mês de outubro de 2019 e 2021. Fonte: Google Earth.

Como podemos observar, a ocupação da área parte da expansão da comunidade do Boa Vista. Por isso faremos um breve recorrido sobre ela, para entender melhor a formação da Ocupação Vale das Palmeiras. A comunidade do Boa Vista é um assentamento informal anterior aos anos 2000. Foi apontada no PMHIS (IGUA-

TEMI, 2013) como um *assentamento precário*, agrupado junto dos loteamentos *José Nitro* e *Morar bem*, também pertencentes ao bairro Serraria. Os três totalizavam, segundo a empresa de consultoria, 1119 edificações e uma população de 4476 pessoas (p. 124). Segundo o mesmo documento, no Morro do Boa Vista havia aproximadamente 225 imóveis e 900 pessoas em risco, para as quais a sugestão do documento era de "remoção das moradias da encosta e da base" (IGUATEMI, 2013, p. 459).

Ainda, a equipe responsável pela construção do Plano Municipal realizou reuniões técnicas com moradores da localidade junto com o José Nitro, nas quais foram elencados problemas referentes às localidades. Para além das questões ambientais, de atendimentos nos equipamentos públicos, fundiárias, e estruturais relativas as qualidades construtivas das habitações, chama a atenção que entre os problemas enfrentados pela comunidade estavam "casas pequenas (em relação ao preço do aluguel);" e "aluguel caro" (IGUATEMI, 2013, p. 294).

A área da J.A. começou a ser ocupada a partir da margem da Rua dos Enfermeiros em direção ao terreno do Jardim Zanelatto. O relatório de fiscalização da prefeitura, anexado no processo público do TJSC, No. 5007721-76.2020.8.24.0064 aponta que havia na área 223 pessoas, que viviam em 66 casas, no primeiro semestre de 2020. Além disso, através do processo, podemos ver que demolições realizadas pela prefeitura ocorriam desde 2019, e mesmo assim a área seguiu crescendo. A matéria veiculado no dia 06 de abril de 2021 pela NDTV[54], no contexto da primeira operação de despejo frustrada, informa que haveria mais de 150 casas no local, um número praticamente três vezes maior do que durante as primeiras fiscalizações, o que comprova o crescimento da área.

Entre os relatos dos moradores, destacamos que alguns informam que apenas foram entrando, construindo sua casa conforme suas necessidades, que eventualmente eram derrubadas após fiscalização da polícia e prefeitura, ou por ordem de lideranças locais que queriam alocar outras pessoas em determinados pontos da área. Enquanto outros comentam que compraram, às vezes em várias parcelas, lotes de 10x20m ou de 20x20m de uma das lideranças do Boa Vista, liderança essa que foi impedida de participar da tentativa de mesa de negociação na prefeitura, que

[54] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nhJUgsbmFy8>. Acesso em novembro de 2021.

aconteceu no dia 13 de abril de 2021, pelos próprios funcionários da prefeitura que já a conheciam por tais práticas (caderno de campo do autor, 14/04/2021).

Destarte, cabe aqui fazer uma pontuação em relação à questão da ocupação realizada de forma “espontânea”. O termo é usado por diversos movimentos de luta por moradia e por pesquisadores para designar territórios que se organizam diferentemente das ocupações “organizadas” ou “planejadas”, ou seja, aquelas sem necessariamente passar por processos participativos, com decisões coletivas e de entrada em conjunto em determinado território. As ocupações ditas espontâneas surgem e crescem, inclusive, reproduzindo a lógica do mercado imobiliário, com vendas de lotes precificados por tamanho, possibilidade de aluguel de casas, entre outras práticas (VALLE, 2015). Portanto, a forma “espontânea” nada mais é do que a forma com que as periferias, de maneira geral, foram sendo autoconstruídas.

Ainda em 2020, a entrada das Brigadas Populares no território, de imediato, se opôs a essa lógica vigente, seguindo seus postulados e programa político que se opõem à ideia da propriedade enquanto mercadoria, na tentativa de organizar o território em torno de outros valores – do direito à moradia digna como está na constituição e da organização política. A referida reunião na prefeitura ocasiona um rompimento mais profundo entre as comunidades, por parte das lideranças do Boa Vista, sendo posteriormente apenas a porção que faz lado com o Jardim Zanelatto, Vale das Palmeiras, que adere as atividades de assembleia e regimento para reger a comunidade, enquanto a área de expansão do Boa Vista, continuou da mesma forma.

Considerando que os encontros do PMHIS se deram em 2012, e o Plano foi entregue em 2013, entendemos que a prefeitura teve, pelo menos, 7 anos para tomar alguma providência com relação ao crescimento desordenado da região, o que não foi feito até então. A falta de alguma atitude, seja por meio de políticas públicas de habitação e assistência social, ou com medidas para combater o aumento dos preços dos aluguéis na cidade, acaba por abrir brechas para que os sujeitos encontrem as soluções como podem, e recorrem a elas de forma individual. Nesse processo, algumas famílias acabaram sendo vítimas de sujeitos com mais força no local, e do mesmo sistema que às condenou a falta de moradia: o mercado imobiliário – só que desta vez, informal. Afinal, havia no território alguns sujeitos que trabalharam ativamente para perpetuar os mecanismos da propriedade privada nas margens da Avenida das Torres. Veremos a seguir, de forma breve, qual foram as ações do Estado em relação aos ocupantes da área.

Por último, não há aqui motivos para explicarmos essa série de acontecimentos somente pela “falta de planejamento”, ou de um “Estado mais presente”. A função do Estado Dependente passa por aumentar a superpopulação relativa nas cidades, concentrando mão de obra, que ao não se enquadrar no mercado formal, passa a compor o exército de reserva, e buscar seu sustento no subemprego, a busca por uma alternativa habitacional, via autoconstrução, neste caso nas margens da Av. das Torres, é uma forma de conseguir sobreviver com baixos salários .Vale mencionar que a avenida, além de estar paralela e não muito distante da BR101, apresenta também condições privilegiadas de locomoção na cidade, tanto em direção à Capital, quanto ao município da Palhoça.

Na época, não foram poucas as conversas em que perguntei o que os moradores poderiam fazer com a parcela de R$ 770,00 que a prefeitura ofereceu como aluguel social[55], e a resposta era de que aquele valor não pagaria um mês de aluguel mais contas (luz, água e gás) naquele mesmo bairro. Alguns moradores, inclusive, lembraram que quando o valor de aluguel não era tão caro – por volta de R$ 500, R$ 600 – o problema estava ainda nas dificuldades de achar um proprietário que aceitasse crianças e, ou, animais por preços acessíveis.

3.3.1.1 Os processos de despejo

No mês de maio de 2020, a J.A. Urbanismo entrou com uma ação de reintegração de posse, contra as famílias que ocupavam seu terreno. No princípio, a Vara Cível de São José indeferiu o pedido, visto que a empresa não havia comprovado sua posse sobre o terreno, o que faz a empresa ter que recorrer, em recurso ao TJSC, que reforçou o indeferimento. Ao mesmo tempo, e enquanto as famílias montavam a sua defesa no processo, assessoradas por advogadas populares, o Ministério Público de Santa Catarina entrou com a Ação Civil Pública Ambiental (ACP) nº 5003640-50.2021.8.24.0064, contra o município de São José e a J.A, em março de 2021.

Nessa ação, as famílias não foram convocadas para realizar sua defesa, ou seja, as famílias não eram parte da ação e não tiveram direito ao contraditório, a defesa dentro do processo. O MPSC requereu que a prefeitura realizasse a demolição

[55] É um benefício financeiro definido por lei municipal (5067/2011), para famílias que não tenham onde morar, em situação emergencial por tempo limitado.

de todas as casas que estavam sobre área de preservação – sem indicar os tipos diferentes do próprio zoneamento ou proprietário do imóvel.

A partir da ação do MPSC, a ocupação sofreu, ao todo até então, duas tentativas de operações de despejo com teatro de operações policiais montados. Os moradores receberam uma notificação de despejo sem nenhuma assinatura, timbre ou identificação da ação em questão no dia 01 de abril, esse ato foi amplamente denunciado, a partir dos canais das Brigadas Populares e demais apoiadores, pois até então, nem as famílias nem as advogadas que cuidavam do processo da reintegração de posse tinham tido acesso à ação civil do MPSC. Vale também mencionar que a Ação Civil Pública utilizava-se da pandemia como uma das justificativas para despejar as famílias, pois a aglomeração de muitas pessoas em uma mesma casa poderia ser um vetor para o vírus.

Durante a madrugada do dia 06, os moradores das duas ocupações, junto de apoiadores, montaram vigília na Av. das Torres, ao passo em que a prefeitura reunia uma estrutura com mais de 20 viaturas para realizar o despejo. Este não ocorreu, devido a uma liminar acatada pelo juiz plantonista, produzida pela Defensoria Pública do Estado, alegando direitos em conflito – a proteção ambiental e o direito à moradia. Pouco antes do meio-dia, as famílias foram até a frente da prefeitura requerer a presença do prefeito, com o intuito de estabelecer um diálogo e uma "mesa de negociação" – similar ao processo da Ocupação Contestado.

A posição da prefeitura frente a essa ação, durante fala aos moradores, foi de se colocar enquanto "vítima", pois era ré do processo e que, no caso, só estava cumprindo as determinações do MPSC, ao mesmo tempo em que oferecia para as famílias apenas uma parcela de aluguel social. Tal parcela tinha valor de R$ 770,00 e uma cesta básica, não era uma proposta de realocação, ou acolhimento que daria conta de resolver a situação habitacional delas, função essa que poderia ser exercida independentemente de qualquer processo. Nem sequer o cadastramento via assistência social havia sido realizado naquele momento, apenas posteriormente por pressão da organização coletiva[56].

Na matéria já citada do veículo ND[57], em tom de se contrapor ao desembargador que estava de plantão e quebrou a liminar de despejo, o jornal diz que o despejo daria fim a "vários crimes cometidos no morro da Boa Vista", e culpa a justiça pelos

[56] Inclusive com a criação de um Grupo de Trabalho com o conselho de Assistência Social do município.
[57] Ver nota 49.

gastos de quase cem mil reais na operação que havia mobilizado 85 policiais, e mais de 200 pessoas. Entre elas, havia inclusive moradores da região contratados por empresas privadas para fazer a demolição. Foram eles que se aproximaram da vigília na Ocupação e, de dentro de um micro-ônibus, informaram que o despejo havia sido cancelado, ao amanhecer, em 06 de abril.

A fala do atual secretário de Segurança de São José, Vânio Dalmarco, foi exemplar na tentativa de criminalização de todos os moradores da área e rede de apoio. Ele disse que teriam informações que as famílias estariam sendo “agenciadas” por pessoas de fora (se referindo aos apoiadores e moradores da Contestado provavelmente), e que as pessoas envolvidas no processo não chamam o território de invasão, mas assentamento – palavra que nunca havia sido utilizada. A sua fala seguiu reclamando que a maioria das pessoas da área seriam de fora de Santa Catarina, e por isso “não tem como resolver”.

Relatar o caso aqui, mesmo sem o ferramental teórico e metodológico da análise de discurso (que seria necessário para um trabalho mais pormenorizado), tem sua importância, pois trata-se de dado empírico que permite analisar criticamente a atuação do poder público frente a área ocupada. Infelizmente, não foi possível trazer novidades nas conclusões. O que temos aqui é a reedição de uma posição que, não é apenas do secretário, mas de amplos setores dominantes, de combater “os de fora”, culpando-os pelos problemas urbanos. Ao mesmo tempo em que deixam claro que a região cresce, gera renda e lucro, atestam, a partir da prática, que esse crescimento não é para todos.

Posteriormente, as ações de intimidação do poder público contra os moradores não cessaram. As tentativas em realizar o despejo por parte da prefeitura só cessaram após a aprovação do PL 827/20, que impediu os despejos urbanos na pandemia. No entanto, aconteceram ações de intimidações que vão desde a atualização de cadastro das famílias sem a presença da assistência social, apenas para fiscalização, passando pela interrupção de uma assembleia pela PMSC (Caderno de campo, 28/05). Elas aconteceram após o questionamento se os apoiadores eram de esquerda ou direita, sem contar a derrubada de algumas casas via processo administrativo pela Defesa Civil do município.

3.3.2 O início da organização coletiva

Entre os meses de novembro e dezembro de 2020, militantes das Brigadas Populares, lideranças e moradores da Contestado foram informados de que haveria um processo de despejo em um assentamento informal localizada também no bairro Serraria, na Avenida das Torres, em um terreno de encosta e preservação. A informação veio primeiramente a partir de um ex-morador da Ocupação Contestado para as lideranças de lá, afinal, ele conhecia o histórico de barrar despejos que havia na Ocupação Contestado e sobre a organização interna. Na época foram marcadas algumas conversas com a comunidade que ainda não tinha nome, mas já se diferenciava do Boa Vista. Por causa do contato com as lideranças, decidiu-se tentar organizar o território para barrar a reintegração de posse. Entre algumas atividades, destacamos a realização de uma primeira assembleia, no dia 12 de dezembro, com o intuito de informar o máximo de famílias possíveis sobre a situação do terreno e saídas, jurídicas e políticas, além de uma programação agitativa de denúncia, com cartazes e pintura de faixa. Foi nessa atividade que a comunidade foi batizada de Vale das Palmeiras, em votação entre os presentes.

Figura 17 - Foto da primeira assembleia realizada em frente da casa de um dos moradores.

Fonte: Acervo das Brigadas Populares.

Naquele momento se conformava então a rede de apoio do Vale das Palmeiras, constituída tanto pelas Brigadas Populares e por advogadas populares, quanto por moradores e moradoras da Ocupação Contestado, que conheciam várias famílias da nova ocupação, pela proximidade territorial ou até por relações de amizade ou parentesco.

Com o processo em andamento dentro do prazo de defesa, as tarefas ficaram esparsas. O final do ano e fortes chuvas na época acabaram arrefecendo um diálogo que estava em andamento. A ausência de contato entre as duas ocupações fez com que as antigas práticas tácitas de uso e ocupação do solo, praticada por moradores – alguns com maior poder sobre os outros – voltassem a ganhar força, ao ponto de a faixa com os dizeres “Vale das Palmeiras” ter sido arrancada por uma liderança local do Boa Vista.

O contato com o território é retornado apenas ao final de março, com os avisos que os moradores recebiam de pessoas de fora que o despejo viria no começo de abril, o que se confirmou, conforme relatado anteriormente. No dia 27/03 foi realizada uma primeira atividade formativa, na qual eu estive presente, sobre o papel das Brigadas e o que era a luta por moradia. A participação foi pequena, mesmo entre moradores da Vale das Palmeiras, pois havia na área das duas comunidades mais uma divisão. Várias famílias estavam pagando um advogado privado, e as que estavam presentes na reunião eram aquelas que não tinham possibilidades financeiras para tal. Naquele momento não havia algum compromisso com a luta por moradia, mas uma necessidade mais imediata de permanecer no terreno, afinal, não tinham para onde ir; pairava a incerteza do que a prefeitura ofereceria pós despejo.

No dia 01 de abril, a comunidade recebeu um comunicado informal, sem timbre nem entregue por oficial ou autoridade competente, mas por pessoas que diziam ser da prefeitura, informando a comunidade da intenção de despejar as famílias da área sem data definida. A partir desta data, foi construído um primeiro espaço coletivo destinado às vigílias e almoços coletivos na entrada da Ocupação (que posteriormente foi desmanchado e reconstruído em outra área), mas que servia como espaço de trocas e atividades entre moradores e rede de apoio e entre os próprios moradores.

No dia 06, após a operação de despejo que foi frustrada na madrugada por causa da ação da Defensoria Pública do Estado, foi realizada uma ida para a prefeitura. A partir da pressão, as secretarias de Segurança e de Planejamento se com-

prometeram em receber os moradores na semana seguinte, o que aconteceu mas não rendeu uma negociação de imediato. A prefeitura continuou com a proposta de despejo sem contrapartida ou realocação das famílias, que eram cada vez mais numerosas no território. Há de se pensar como **o conflito foi um primeiro elemento mobilizador para a comunidade**, e aproveitado pela organização política para mobilizar as famílias em torno da pauta do direito à moradia.

O método de organização não fugiu do que são e foram outras experiências Brigadistas, com algumas diferenças que se deram pelo fato da ocupação não ter sido planejada previamente:

> […] a garantia da função social da propriedade se torna, portanto, o principal argumento jurídico, político e ético em defesa dos ocupantes. Para permanecer no terreno, as famílias efetivam a posse ao produzir novos valores de uso urbanos para o terreno até então ocioso (VALLE, 2015).

Os novos valores de uso podem ser entendidos como a criação de instrumentos de tomada de decisão coletiva, as assembleias, que garantem direito a voz aos sujeitos ocupantes, e **tenta substituir os acordos tácitos preexistentes por acordos formais**, construídos a partir do diálogo, consensos e as vezes, votações. Entre as atribuições da assembleia, estava a regulação de novos moradores – que eram aceitos mediante a participação em mais de três reuniões, e que não poderiam mais deixar casas vazias nem construir abrindo novos terrenos, para não degradar mais ainda a área. Além de momentos de formação sobre a situação jurídica da área, alguns PLs que poderiam impactar as ocupações, e questões políticas como a existência e função da Organização Brigadas Populares.

Quase de um mês para outro, durante as gravações para o minidocumentário ao final de maio, pude perceber como as falas de alguns moradores foram tomando outros contornos. Não apenas os momentos registrados, as falas em assembleia, e outros momentos refletiam uma tônica geral de que a organização por assembleia ajudava contra “as opressões” que aconteciam anteriormente, o termo foi trazido pelos próprios moradores.

Mesmo assim, algumas das relações anteriores ainda se mantiveram presente no território, como a preferência por quem se candidatava nas assembleias a entrar em alguma casa desocupada por questões de afinidade, ou até mesmo a redução do número de assembleias necessárias para tal ato em determinado momento. Era preferido algum companheiro da mesma igreja, em relação a outro visitante, ao mesmo tempo que parentes de moradores mais antigos também eram, por exemplo.

Havia também justificativas, de segurança principalmente, na qual os moradores podiam – devidamente – se respaldar. Ou seja, a organização em torno da luta por moradia acontecia sem dar conta de eliminar todas as relações tácitas anteriores.

Todavia há acordos comuns que foram de ampla aceitação, o combate à venda de lotes foi um deles. As Brigadas Populares atuaram nesse sentido a partir de um discurso que enfatiza a lógica da propriedade privada como uma derrota, afinal, se fosse para discutir que havia ali um dono/a ali, não seriam os moradores, mas a J.A., ou a prefeitura. A proposição de ir contra essa lógica produziu no espaço algumas tarefas, como a fiscalização de casas e terrenos vazios, para que fossem discutidos nas assembleias, afinal a casa serviria para quem precisa morar, e não para negociar posteriormente.

Figura 18 - Foto de assembleia realizada no espaço coletivo construído por moradores.

Fonte: Acervo das Brigadas Populares.

Ao mesmo tempo em que apenas as assembleias não estavam dando mais conta da demanda organizativa crescente, eram então marcados alguns mutirões, atividades formativas em conjunto com militantes e outras atividades coletivas –

como conversas com vizinhos que colocavam cercas, para explicar como as coisas funcionavam na ocupação, organização de doações, construção do espaço coletivo etc. Dessas novas tarefas e atividades formativas periódicas, no mês de outubro veio a criação dos núcleos, que são unidades menores definidas por proximidade geográfica das casas, conforme criadas na Ocupação Contestado, e que serviriam para organizar as tarefas cotidianas, e destacar algumas funções, como coordenadores, e responsáveis por outras atividades, como doações, organização da limpeza da lixeira da comunidade, entre outras.

A partir da organização da Ocupação Vale das Palmeiras, a dissertação que pretendia estudar como a organização política dentro da Contestado se desenvolvia e era vivida no cotidiano de seus moradores. Ela é coroada com um exemplo prático de solidariedade entre trabalhadores que compartilham o mesmo bairro e a mesma luta. A seguir vem o subcapítulo que apresenta os dados empíricos produzidos durante a pesquisa e as entrevistas realizadas na Ocupação Contestado, que buscam, de algum modo, responder as perguntas de pesquisa originalmente formuladas, diante da dinamicidade adquirida pelo processo de trabalho militante e de campo.

3.4 O TERRITÓRIO E A ORGANIZAÇÃO PRODUZIDA

No dia 25 de maio de 2020 recebo mensagens de um número desconhecido em meu celular, e depois, uma ligação. Era uma ex-moradora da Ocupação Contestado, que atualmente vivia em um assentamento informal em Biguaçu, ela havia recebido meu contato de moradores da Contestado, pois “estavam precisando de um apoio das Brigadas”. A comunidade na qual residia havia tido a luz cortada, e soube por meio de assistentes sociais que poderiam sofrer um despejo, afinal, aquela ocupação era em área de risco e irregular. O que me marcou em nossa conversa, foi como ela se referia a Contestado na época em que morou lá, dizia que lá havia organização, assembleias e que precisava de uma “brigada” onde morava, pois não sabiam como evitar este tipo de problemas.

Durante as entrevistas na Contestado, Galega comentou sobre a “curiosidade” que a ocupação despertava em suas colegas de trabalho professoras, a partir da questão sobre se ela participava de outras atividades, como assembleias, em outros espaços na sua vida:

> Mas assim ó, as vezes as pessoas do meu serviço tem curiosidade. […] "Aonde é a ocupação que eu nunca fui? Eu nem sei onde é." Aí eu falo pra elas, entendeu? Eu explico como que é, eu explico como eu entrei, entendeu? As regras, essas coisas assim sabe? É o dia a dia assim… […] É porque elas acham que é diferente, no caso [elas] são professoras, entendeu? Até uma professora mora lá em cima ela perguntou "tu mora, eu soube que tu mora na ocupação, como que é aonde que é que eu nunca fui nunca vi?" Aí eu fui, eu expliquei assim… (Entrevista formal com Galega).

A mesma história, sobre informar outros territórios sobre como as coisas funcionam na Contestado se repetiu na entrevista de Gustava, comentando sobre a Vila Martins, ocupação espontânea que existe na divisa entre São José e Biguaçu, onde conhece algumas pessoas. Nesse caso, ela comentou como lá era diferente da Contestado porque "ninguém apoiava eles lá" (Entrevista formal com Gustava).

Essa mesma constatação de que a Ocupação Contestado se constitui em um espaço, de certa forma singular, diferente, aparece em meus cadernos de campo:

> [...] Débora estava na varanda e tinha recém-tomado seu café. Nos recebe [militantes das Brigadas] com a hospitalidade de sempre, e nos interroga a respeito se comemos bem, se queremos café ou comer algo. Entre algumas recusas ela chama por sua filha mais nova, para que buscasse a chaleira elétrica que havia ficado com o vizinho, que a usava para preparar o café para seu serviço noturno como pedreiro. […] Ele não responde, provavelmente dormindo, e Débora insiste que sua filha o acordasse, ou entrasse na casa para pegar a chaleira. A pequena sempre cumpre as tarefas domésticas com má vontade, e dessa vez não a cumpriu. **É inclusive interessante como o espaço da ocupação, e a proximidade - entre relação de amizade e companheirismo, e mesmo espacial - de uma casa com a outra permite que se realizem tarefas inimagináveis em outros tipos de bairro, ou mesmo na Serraria**, que é tida como uma área estigmatizada pela violência na cidade. Coisas como pedir para uma criança entrar na casa de um vizinho para pegar algum eletrodoméstico emprestado, ou alguma panela ou item para emprestar ali parecia normal, corriqueiro. É claro que não há motivos para que eu romantize esse tipo de situação, porque também já ouvi relatos de pequenos furtos, inclusive das crianças, de doces e presentes, ou mesmo de alimentos, mas a ação, ou a possibilidade dela, merece destaque aqui, por ser parte de um conjunto de relações próprias de espaços como a Ocupação, relações de ajuda mútua que já foram relatadas em outros momentos. (Caderno de campo, 05 de setembro de 2021, grifos meus).

Em outro momento, anterior às entrevistas, na noite do dia 21 de agosto para o dia 22, na qual pernoitei na casa de Débora e Paulo, assistimos ao filme "Cadê Edson?" (2019)[58], da diretora Dácia Ibiapina, que retrata a trajetória de Edson, militante que "rachou"[59] com o MTST e fundou o MRP, o Movimento de Resistência Popular, um movimento de luta por moradia de Brasília, que realizou a ocupação do Torre

[58] Os detalhes do filme podem ser vistos no seu IMDB, disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt13198014/>. Acesso em: set. 2022.

[59] Termo utilizado no ambiente das organizações políticas de esquerda para se referir a divisões entre organizações que ocorrem de forma coletiva, em vias de constituir outro agrupamento político, de oposição ou não.

Hotel Palace, despejada em 2016[60]. Além disso, o filme traz cenas do seu período no MTST, organizando diversas outras ocupações do movimento na região metropolitana do Distrito Federal.

O longa-metragem inicia com imagens do despejo do Torre Palace, entrecortada por imagens de protestos pró-Bolsonaro, em que os participantes estão apontando o celular para a mesma direção, como se estivessem a filmar aquele despejo – cena que seria retomada, e mostrada na íntegra no meio do filme. Haviam além de um grande efetivo de homens, caminhões de bombeiros jogando água para dentro do prédio, helicópteros jogando bombas de cima e drones filmando. Já começamos a sessão com os dois, Débora e Pedro, falando da importância de realizar sessões de filmes assim para "o povo" saber que despejo não é brincadeira. Logo, o filme passa para cenas do passado, apresenta o MTST realizando a ocupação de um terreno vazio, para construir a Ocupação Novo Pinheirinho, uma homenagem a ocupação despejada naquele ano em São Paulo, que tinha o mesmo nome. O filme trouxe à tona algumas memórias das lideranças, que tratei de registrar:

> […] Débora explicou como a entrada no terreno da Contestado teve uma técnica mais aprimorada do que ali na Novo Pinheirinho, a amarração de cinco estacas e lona, e cada morador que ia entrando recebia um "kit", e não precisavam fazer isso na correria do momento. As cenas do início do filme e das crianças fazem Paulo relembrar do começo da ocupação Contestado, quando Paulo recebeu um jornal de sua mãe na qual estava seu filho mais velho, deitado em uma sacola de doações no ginásio, e sua mãe ligou desesperado ligou perguntando o que eles estavam fazendo da vida. Débora interrompe dizendo que precisou bloquear no *Facebook* umas 4, 5 pessoas da família do Paulo. [...] Para ele no filme, através dos pequenos comentários que fazia, chamou bastante a atenção as tipologias diferentes das ocupações, como uma era prédio, outra galpão, e a Novo Pinheirinho um terreno. E ao mesmo tempo, como "toda ocupação é igual", de certa forma, nas cenas em que apareciam pessoas tocando e cantando, ou crianças pedalando ou montando pipas. (Caderno de campo, 21-22 de agosto de 2021).

A sessão, se é que podemos chamar assim, analisada posteriormente com as entrevistas e outras anotações me levam então a concluir o que estou formulando até então, que a ocupação urbana é um espaço diferenciado, mas que também, mantém certa similaridade com outras ocupações de características parecidas. Mas é diferente de outros espaços de habitação e moradia informais, como as comunidades, "os morros". Paulo destaca isso em nossa entrevista:

> […] eu sempre morei em morro, sempre morei em morro, mas o morro é diferente do morar em uma ocupação. […] tem a diferença. Porque no morro, é o seguinte, todo mundo que se conhece, vai crescer, vai se criando ali "ah

[60] Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/06/05/torre-palace-e-desocupado-na-manha-deste-domingo/> Acesso em: set. 2022.

> o filho do fulano, da ciclana, bla bla bla". Na ocupação não, na ocupação vem um cara do Estreito, da Palhoça, vem um da Barra e assim vai...
>
> *[…] Tchau minha filha, fica com Deus, tá? […]*
>
> Então voltando, tem essa diferença aqui. A ocupação parece uma tribo com várias gente diferente. O morro também tem, hoje tem mais, só que com morro é o seguinte, tu nasceu ali, então tu vê as pessoas crescendo... Hoje a Ocupação Contestado, claro nasceu, temos o meu filho e a minha neta, Tem várias crianças nascendo aqui. Então pra essas crianças vai ser como se fosse o morro. (Entrevista formal com Paulo, em itálico está uma interrupção na conversa).

Ainda, entre as diferenças, Clarissa – que foi uma das únicas entrevistadas que disse ter vivido experiências de organização (nesse caso política), antes de ir morar na Contestado – em seu ex-sindicato destaca as diferenças entre as lutas, sindical e por moradia:

> É diferente porque assim oh, o sindicato ele luta por questões mais sociais, sabe? A questão do salário, a questão dos teus direitos trabalhistas, e não é por... Politiza pra esse lado assim, duma dignidade pra trabalhar, pra viver. E o Contestado não, o Contestado ele priora [prioriza] tudo, desde o trabalho, a moradia, que em primeiro lugar vem a moradia, porque sem moradia, tu não tem dignidade, tu não tem trabalho, tu não tem nada, né? Então eu acho que o sindicato, ah, não prioriza esse lado. (Entrevista formal com Clarissa).

Da mesma forma que Paulo reconheceu com o filme as semelhanças entre ocupações urbanas de diferentes organizações em diferentes estados, Clarissa atesta as semelhanças dos movimentos, a partir do que ela entende como a "conscientização", e de politização; um trabalho que estava relacionado a uma vantagem que via entre os moradores da Ocupação Contestado. Tal vantagem era o fato de moradores serem politizados, terem uma certa união e entendem o que fazem ali, que mesmo que não participem de tudo, sabem agir na hora que precisam (Entrevista formal com Clarissa).

Essa primeira reflexão a partir dos dados de campo nos mostra que o espaço da Ocupação é então um espaço *diferente*, ao mesmo tempo em que guarda semelhanças e comparações com outras Ocupações e outros espaços de moradia. Espaço que se desenvolve em seu próprio passo, não de forma hermética. Em conversa na casa de Paulo no dia 22, na tarde após o filme, ele expôs que recebeu informações conversando com moradores do Vale das Palmeiras sobre as coisas estarem mais lentas, mais difíceis. Ele conclui dizendo que aquilo era assim porque os moradores de lá não haviam passado pela mesma experiência de despejo, lona, tenda, estruturas comunitárias, ou seja, pela ocupação organizada logo no início. O fato de

cada um ter entrado ao seu modo, como e quando quis, fazia as coisas serem diferentes. Outra moradora interrompeu nossa conversa, ela assentiu, e comentou como lá era muita conversa e pouca resolução de problemas com as assembleias. (Caderno de campo, 22 de agosto de 2021).

Longe de criar uma briga entre ocupações, ou um manual sobre qual o melhor modelo organizativo a ser seguido, o exposto aqui nos levou a compreender algumas coisas. Entre elas estão fato da ocupação ser a primeira experiência de organização e participação popular da maioria de seus moradores, e que mesmo para aqueles que não, a organização popular na ocupação tinha diferenças comparados ao que vivenciaram em outros espaços e assentamentos informais onde já moraram. Esse *contraste* produzido é sentido e vivido pelos próprios moradores, e percebido pelas pessoas do entorno, seus conhecidos, vizinhos, ex-moradores, entre outros. Ao mesmo tempo, possui semelhanças, principalmente com outras ocupações – organizadas ou em organização.

A facilidade de visualização deste *contraste* pode indicar que, no caso da Contestado, os meios de organização formais e as atividades organizativas substituíram os antigos acordos tácitos no território, que podem ser verificados a partir de conversas e convivência com os moradores. É preciso ficar atento a como essas práticas não são fixas e estáticas. Ao longo da história da Ocupação Contestado, por exemplo, elas foram se modificando, ganhando mais ou menos importância, fazendo mais ou menos parte do cotidiano a ponto de que o que foi levado para a organização da outra ocupação, Vale. Dentre as práticas trazidas, foi primeiramente a assembleia e não os núcleos, por ser a estrutura que mais fazia efeito na Contestado.

3.4.1 A moradia e o sentido de “sair do aluguel”

Explicar as diferenças entre uma ocupação para o resto da cidade implica também explicar a diferença que a ida para esse território teve na vida dos ocupantes. São frequentes as descrições dos movimentos de luta por moradia e organizações, e aqui também, de como a Ocupação Urbana é um instrumento de luta e pressão. Seu caráter mais imediato não é negado: a necessidade de fornecer habitações e garantir direito o direito à moradia para quem está na luta. Não se nega também as dificuldades de oferecer a dignidade em conjunto da ocupação, por uma série de li-

mitações e desafios que, em partes, já descrevemos aqui quando tratamos da relação das ocupações da Serraria com o poder público.

Quando caracterizamos a Ocupação Contestado a partir das pesquisas anteriores, mostramos que a imensa maioria dos moradores veio do aluguel (76,6%) para a ocupação, ou da moradia de favor (21,3%) – geralmente com parentes (MAGALHÃES, TONIN, 2015). Já no meu campo, entre os valores citados nas entrevistas, as cifras citadas para a época do começo da Ocupação, ou seja, no momento em que entraram na Contestado, eram acima dos R$ 400,00 para as informantes que se recordaram. Considerando os anos entre 2012-2014, quando o salário-mínimo[61] ficava entre R$ 622,00 e R$ 724,00, respectivamente, o peso do aluguel mensal era cerca de três quartos dele, enquanto o rendimento médio dos moradores, já no terreno da ocupação se situava entre R$ 200,00 e R$ 300,00. Outro aspecto que surgiu nas entrevistas era o fato de que as casas anteriores eram melhores, em termos construtivos, ou porque eram maiores, ou feitas de material, ao mesmo tempo em que os outros problemas que vão além da questão do aluguel, eramgeralmente relacionados a divisão do imóvel com familiares, ou outras pessoas como a família de companheiros, sogros e sogras, e afins.

De certa forma a mesma história se repete, mas sem dados sistematizados, em relatos dos moradores do Vale das Palmeiras no ano de 2021. Quando a prefeitura oferecia um aluguel social de R$ 770,00 em parcela única, os moradores rebatiam que não seria possível pagar o aluguel de forma completa com aquele valor, pois uma quitinete na região poderia custar cerca de R$ 500,00, e uma casa “completa” seria mais cara, sem adicionar as contas mensais, como água, luz e gás. Soma-se ainda uma questão que, embora fosse uma prática ilegal, era relatado recorrentemente para a rede de apoio, de que as casas da região recusavam animais e crianças, limitando ainda mais as opções das famílias.

Ainda durante as entrevistas, quando eu questionava se ir para ocupação trouxe alguma melhoria para as informantes, todas eram enfáticas ao dizer que sim; associavam essa ida a um aumento na qualidade de vida, principalmente no que se relaciona com a capacidade de compra de alimentos, cuidados com os filhos, e na compra de medicamentos e tratamentos de saúde. Sobretudo no depoimento de Galega que sistematizou melhor todos os elementos colocados acima:

[61] Fonte DIEESE, disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em fevereiro de 2022.

> Ai meu Deus, foi um descanso! Foi uma melhoria na minha vida, é um é um dinheiro que a gente pode guardar pra ver futuramente, entendeu? É, é olhar pra frente, olhar o amanhã, entendesse? Sem o aluguel está na tua mesa, entendesse? É dias melhores.
> [...]
> Foi muito melhor, pra mim, pra minha família foi muito melhor. Oportunidade de dar outras coisas pra eles, entendesse? É assim, até o fato da comida, até o fato de tudo assim, porque se tu está no aluguel tu tens que saber assim, "oh o aluguel tá na mesa", tendesse? Mas tu tem que te dar conta de luz, água e tu tens que dar conta da comida e tu tens que dar conta do leite pro teu filho pequeninho de um ano, né? Então assim ó, pra mim não teve coisa melhor. (Entrevista formal com Galega).

Com sua entrada na ocupação, ela não precisaria mais dar conta do aluguel, das contas de luz e água e conseguia "olhar para frente", para "dias melhores", principalmente para seus filhos (Entrevista formal com Galega). Paulo também mencionou muito a questão dos filhos, o que molda até sua visão sobre a luta, entende que na verdade a casa própria ficará para seus filhos, e não só para ele e para a esposa (Entrevista formal com Paulo).

Apesar da melhoria, construir e viver na ocupação apresentava também pontos negativos. Clarissa comenta que antes da ocupação ela passava o "mês a pão", ou seja, tinha dificuldades de comprar alimentos, e em virtude disso, ficava doente frequentemente (Entrevista formal com Clarissa). Mesmo assim ela compreende que a Ocupação não oferece boas condições de infraestrutura por causa do ambiente, tanto pelos espaços reduzidos das casas quanto por conta do problema com os ratos que dizia ter ali.

Gustava também coloca como o fato de que estar na ocupação apresentava várias limitações, principalmente de espaço e infraestrutura, ela não tinha ali espaço para sua hortinha, para plantar um temperinho, e sobre as casas serem pequenas. Na fala de Débora a ocupação no terreno em que estão seria um "quebra-galho", para pressionar o poder público e garantir uma "casa digna" de fato, evidenciando um caráter contínuo da luta (Entrevista formal com Débora).

Na Vale das Palmeiras, durante a assembleia do dia 19 de setembro de 2021, durante atividade formativa, os militantes das BPs foram questionados a respeito de se a organização e alguma ocupação que atua junto dela já havia alcançado alguma vitória. Prontamente fomos interpelados por um morador que estava recentemente terminando de construir sua casa, dizendo que para ele, *sair do aluguel* representava uma vitória todos os dias, apesar das questões das dificuldades que morar naquele terreno. Outros moradores assentiram e compartilharam alguns relatos seme-

lhantes, eram enfáticos com relação à vitória que era não precisar pagar aluguel, apresentando também as dificuldades específicas daquela comunidade na questão de construir a própria casa, pela questão da própria geografia do local. (Caderno de campo, 19 de setembro).

A ocupação toma, em um primeiro momento, um sentido prático para os moradores: a possibilidade de saírem do aluguel, e com isso tirar de seus ombros uma parte do peso da *espoliação urbana*, para que suas necessidades básicas de consumo e sobrevivência caibam dentro da renda mensal de suas famílias. A melhoria que a moradia na ocupação traz é dotada, em parte, de um sentido individual. Explico, ela é para quem está na casa, e para sua família. Essa melhoria individual suplanta os pontos negativos, a ponto de eles serem levantados em uma perspectiva que mira o futuro, como sair da Contestado para um conjunto habitacional melhor, ou ao menos serem mais bem atendidos pelo poder público, em infraestrutura, direitos, etc.

Enquanto outra parte das melhorias e benefícios vem da própria convivência e construção ao longo prazo dentro do território, de maneira coletiva. A própria *vitória*, a possibilidade de barrar despejos, fazer as assembleias e as atividades de *luta* funcionar e manter a ocupação existindo, são partes das atividades e necessidades coletivas – sem as quais a ocupação não existiria mais, podendo ou ser derrotada, ou se transforar em outro tipo de espaço não organizado. Passaremos agora a olhar mais atentamente para estas questões e o sentido que elas foram tomando ao longo do tempo para os moradores.

3.4.2 A organização, as assembleias e o sentido coletivo da luta por moradia

Apesar das atividades esparsas e pouco numerosas por conta da pandemia, ao todo, registrei nos cadernos de campo seis atividades de assembleia entre a Contestado e Vale das Palmeiras entre os meses de agosto e outubro de 2021, algumas de maneira mais detalhada, outras mais breve. Ainda pude participar em 2021 de três assembleias realizadas na Ocupação Anita Garibaldi, e outra no Loteamento Benjamin, que não entraram no trabalho, mas certamente tiveram influência na maneira como observo as atividades das Brigadas Populares em contraste com outras organizações. Também não cobri com detalhes as atividades de 2022 da

Contestado por não ter pensado nelas como parte do campo, por isso elas não serão aprofundadas aqui.

As atividades em baixa, para mim, significam tanto a realização de poucas agendas – que geralmente voltadas para resolver problemas e impasses pontuais, ou situações que não podem esperar – mas também a participação de um pequeno número reduzido de moradores, percepção essa compartilhada durante as entrevistas, realizadas justo nesse período. A ideia de que a baixa era passageira se confirmou logo no início de 2022, quando voltaram a acontecer reuniões de quadra para definir o calendário de panfletagem[62] de moradores da Contestado contra o despejo, programação que foi levada a sério pelos ocupantes e realizada em janeiro.

Detalhando melhor a estrutura das assembleias, elas são reuniões convocadas previamente objetivando a presença do máximo número de moradores e apoiadores, na qual todos os participantes têm direito a voz e voto (quando há). Nelas as questões trazidas obedecem a uma pauta, organizada e apresentada ao início do encontro, que é aprovada e discutida ponto por ponto. É durante as assembleias que são repassadas as questões jurídicas e políticas da luta; ao longo do tempo (conforme foram substituindo outras reuniões na Contestado), passaram a se debater questões mais pontuais, como o lixo em alguma quadra, a recepção de doações de alguma campanha, a organização de alguma festa ou celebração, entre outros. As decisões são tomadas após um período de debates, no qual se tenta chegar a um consenso. Na falta deste, a decisão é tomada a partir da votação.

A forma como as Brigadas Populares (e diversos outros movimentos de moradia atuam) são conduzidas giram em torno desse tipo de atividade para mediar as relações e organizar a luta política. Da mesma forma que uma primeira assembleia aconteceu durante o despejo em 2012 no José Nitro, os ocupantes da Contestado que foram chamados para auxiliar a Vale das Palmeiras no processo contra o despejo. Ainda em 2020, realizaram uma assembleia para reunir apoiadores, advogados e moradores enquanto a primeira atividade de luta.

Já explicamos como o espaço vivido nas ocupações é diferente de outros territórios; as reuniões, assembleias e outras atividades mobilizadas para organizar a comunidade são elementos constitutivos desta *diferença*, como falamos também anteriormente, ao substituir os acordos tácitos por outros – aos quais chamamos de formais. Até aqui parece está evidente a importância das assembleias para a organi-

[62] Informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/CyrwjydlNoS/> Acesso em: set. 2022.

zação de Ocupações Urbanas, o próximo passo consiste em expor as diferentes interpretações dos entrevistados sobre essa atividade, ponderadas com minhas observações em campo e relacionando ambas as ocupações observadas para tentar entender o sentido que a assembleia produz para os moradores.

Durante o trabalho de campo, notei a diferença entre as assembleias de uma ocupação mais recente e de outra mais experiente na realização de atividades. A diferença foi notada principalmente porque na Vale das Palmeiras quase sempre a assembleia era referente a assuntos relacionados ao despejo – voltamos ao conflito como primeiro elemento mobilizador – gerando até situações na qual um ou outro morador insistiu que as assembleias só se restringissem a esse tipo de conteúdo; e nada de debates de outros assuntos, como momentos formativos ou de cunho explicitamente político, como convites para atos Fora Bolsonaro, por exemplo. (Caderno de campo, 08/09).

Dentre as pessoas entrevistadas na Ocupação Contestado, todas haviam participado das atividades da ocupação pelo menos uma vez, muitas participaram de várias assembleias, reuniões de quadra, de núcleo e de demais atividades da Ocupação. Há também duas moradoras que só entraram[63] na Contestado a partir da assembleia nos primeiros anos da Ocupação, ou seja, frequentavam as atividades desde antes de serem moradoras.

Paulo e Débora, são para quem observa a Ocupação, o casal mais atuante e participante das atividades (pela própria posição de lideranças). São eles que geralmente dão a palavra inicial, ou que frequentemente cuidam do caderno de atas – que é um caderno escolar, no qual algum outro morador registra os acontecimentos da assembleia, e depois uma das duas lideranças passa adiante para que todos assinem. Para eles, não apenas a assembleia, mas as atividades nas quais a ocupação participa possuem significados diferentes, principalmente com relação ao seu *sentido político*.

Débora entende a assembleia como um espaço político, por estar se colocando neste local:

> Não sei, é o que eu penso, eu acho que... É, eu fazer uma assembleia eu vou definir… Eu acho que eu estou alimentando alguma coisa, eu tô fazendo política, eu tô nos espaços, eu acho que a vida é isso. (Entrevista formal com Débora).

[63] Durante o ano de 2021 houve apenas uma situação parecida com essa, na qual foram selecionados famílias e moradores que já viviam na Contestado, em coabitação, para um sorteio de quatro casas desocupadas, no mês de julho (Caderno de campo, 04 de julho).

Paulo, apesar de compartilhar (em parte) dessa visão de que a vida é uma política, não entende as assembleias no Contestado dessa forma. Compreende-as como um espaço democrático, uma atividade comunitária, enquanto a política seria para fora, feita pelas Brigadas, nos atos, e nas outras programações relacionadas à luta por moradia. Sobre as atividades internas ele comenta:

> As assembleias eu não entendo como atividade a política. Não as assembleia do Contestado... Por mais que a gente "ó tem que ser assim oi, oi" sabe? Mas eu, no meu, no meu ver, a gente não tá fazendo "a política" em si, sabe? Porque a gente dá liberdade pro povo, se nossa assembleia tiver um Bolsonarista e ele levantar a mão, eu vou deixar ele falar.
> […]
> Não [afirmação], eu acho isso bom, eu estou numa democracia, tenho que ouvir falar, por mais que fala um monte de merda na minha frente, fala um monte de besteira, eu eu tenho que deixar ele falar, porque eu estou na democracia. Então é por isso que eu não entendo que a assembleia, é isso é meio confuso, que elas sejam um espaço político mas é um espaço democrático. É democrático! Então ali o seguinte, sabe? É um caso assim: nós estamos tentando resolver o problema da água mas vai levantar alguém a mão "mas aquela pipa que ficou no meu fio?" Então eu não entendo esses espaços políticos, é espaço democrático ali. Não político, da militância nossa… (Entrevista formal com Paulo).

A assembleia teria então um caráter organizativo-operacional, servindo para organizar o espaço e manter o contato entre os moradores. Servia, inclusive, para entender as posições e escolhas deles, enquanto as atividades políticas teriam uma posição definida, como na militância nas BPs – uma linha política decidida que haveria de ser seguida. Esse caráter organizativo e comunitário é compartilhado por Débora, que acrescenta o seguinte em sua fala a função pedagógica da assembleia:

> […] Eu acho que na realidade a importância das nossas assembleias é conscientizar as famílias, né? Que nada vem de graça, e, tudo precisa de uma dedicação, de uma atenção, de um esforço maior…
> […]
> Eu acho que seria [nas] assembleias pra mim… Eu acho que nas assembleias é aonde a gente pode… Não é ver o que é certo e errado, mas eu acho que ali é o espaço coletivo que a gente tem pra tomar nossas decisões, né? Pra conscientizar o pessoal, pra dar aquele puxão de orelha, né? Pra falar o que que tá acontecendo, pra explicar as coisas, pra trazer os benefícios pra ocupação… (Entrevista formal com Débora).

As duas opiniões convergem em alguns pontos, mas divergem em outros, ambas resumem (em parte) os dois "polos" sobre como as outras entrevistadas se relacionam com as atividades políticas e assembleias. Entre os consensos, está o fato que as assembleias cumprem uma função organizativa-comunitária e pedagógica, ou seja, todos entendem sua importância para ordenar a ocupação, e não deixar com que ela vire "terra de ninguém", como colocou Débora.

Suzana, filha do casal, diz que a assembleia, têm um caráter formativo, na qual ela se informa e aprende a ter um "olhar diferenciado" sobre as coisas – corroborando a observação da mãe – e estende sua percepção para as atividades fora da Ocupação, as quais não separa tanto da programação dentro da Contestado. As atividades fora seriam os atos, protestos, marchas e atividades em ambientes distintos, para ela, as programações seriam todas ligadas (Entrevista formal com Suzana).

Essa unidade, ou melhor, continuidade que existia entre as assembleias e as atividades de fora, ou o contrário, sua falta de ligação, me levaram a querer entender melhor o sentido que a *luta por moradia* e a *política* tinham para as informantes. Foi ao conversar com Clarissa e Gustava que entendi o lugar do que seria a *política* para os moradores de maneira abstrata, e porque, então, a *luta por moradia* ocupava um lugar diferente. Clarissa – para quem as atividades internas eram políticas, no sentido em que politizavam os moradores e lhes abriam os olhos – comentou que para os moradores da ocupação, política era quando algum candidato passava na televisão pedindo votos, o que para ela seria a antipolítica (Entrevista formal com Clarissa).

Gustava, que confia muito no professor Lino Peres (PT), diz que "a gente não fala em político nenhum", mas que falamos por nós, os que precisam de uma moradia digna, e que se dependesse dos apoiadores e moradores, a situação era outra, já teriam saído do terreno onde estão. Para ela, o problema não era em si a questão política eleitoral, mas a forma como essa disputa é feita dentro da Contestado e outras comunidades pelos atuais políticos, que é diferente do trabalho realizado pelas Brigadas e pelas assembleias na ocupação. Conversando sobre isso na entrevista, ela destaca que: "Tinha que entrar um prefeito, um deputado, um brigadista, um brigadista! Porque daí o brigadista sabe a luta de quem não tem um teto…" (Entrevista formal com Gustava).

Paulo qualifica a questão da separação entre as programações da *política* e da *luta por moradia,* colocando como nem sempre as atividades políticas faziam diferença na luta por moradia. Ele entende a necessidade e importância de levar a luta em diferentes espaços, mas compreende esses atos como eventos distintos. Inclusive exemplificou sua opinião através da diferença (em termos de prática militante) entre os sujeitos que compõem as programações *de esquerda*, como os atos Fora Bolsonaro, dos atos que são organizados pelas BPs e pela própria Ocupação, ele comenta:

> Tem diferença porque, eu vou dar um exemplo, quando é um ato como teve essa semana, né? E esse ato a gente conseguiu ir na SPU (Secretaria de Patrimônio da União), que era coisa da PEC [do PL de despejo zero em SC] sobre ocupação, da PL coisa e tal, sabe? Aí eu acho que harmoniza as coisas [com a Ocupação], né? Agora quando é um ato, então vamo lá, o fora Bolsonaro e pá, e aí que a minha cabeça de vez em quando mexe... Não vejo diferença em… E vou ser bem sincero, não vejo diferença em ajudar a Ocupação. (entrevista formal com Paulo).

Essa noção de que determinadas programações políticas não fazem diferença na luta da Ocupação parece ter a ver com a forma como Paulo entende que os sujeitos da luta política atuam: de forma fragmentada em questões que deveriam ser convergentes. Ele ainda reforça um sentimento sobre como a esquerda, em especial o partido das Brigadas Populares (PSOL) está pouco presente nas periferias, seja atuando diretamente nas ocupações, ou a partir de seus instrumentos próprios, como a setorial (grupo temático interno) do movimento negro:

> São diferente, são diferente. Eu já tiro pelo que eu estou no grupo do movimento negro do PSOL aí, pelo amor de Deus, eu botei uma coisa sobre ocupação, e tem mais de trinta cabeça ali mas ninguém pra dizer assim ó "Força aí!", que loucura e eu sou negrão, por isso que eu não gosto dessas coisas, porque cara a luta é a mesma!
> [...]
> A luta é a mesma! O movimento negro é a mesma luta da ocupação. Entra aí no nos morro, nas vielas, na ocupação, quantos negros tem na favela? Um monte. E por que que o movimento não vem? Porque que o movimento não vem não vem um pouco? [...] (Entrevista formal com Paulo).

Para ele, a fragmentação entre as lutas políticas de esquerda vem no sentido de que são outros sujeitos que faltam ao compromisso com a luta por moradia. Por isso, para ele, a falta de comprometimento com essa luta por outros atores nas programações fora ocupação fariam pouca diferença para a Contestado em si – divergindo da opinião das outras informantes, para as quais "levar a voz" da Ocupação nestes atos seria importante – mesmo que nestes espaços exista o que não existe nas assembleias internas, a *linha política* única.

Essa questão da diferenciação entre a *luta por moradia*, e a *política* apareceu também em uma formação sobre o que eram as Brigadas e a Organização Militante, realizada no dia 19 de setembro de 2021 na Vale das Palmeiras. Durante o debate, um morador comenta que, mesmo com o Partido dos Trabalhadores no poder por vários anos, eles ainda não tinham casas, e mesmo entendendo que Bolsonaro era ainda pior para as ocupações e movimentos sociais, ele não entendia porque confiar na política. Tal fala evidenciou que, para alguns, esse termo carrega muito do que é apenas o cenário político-institucional:

> As falas da militante D. foram entrecortadas poucas vezes, mas com comentários bem formulados, que giravam em torno das questões referentes a partidos e bandeiras, alguns moradores comentaram que não tomam posição por serem leigos, outro comentou que confiou muito no PT, mas não tem casa desde sempre, como então que o PT voltando solucionaria o problema, continuou dizendo que entende que o atual presidente está contra as ocupações, mas que a atual oposição, antes "posição, pouco fez". Outras falas foram em tom de não tomar partido, mas carregar a bandeira da ocupação, como a bandeira da luta, o que me faz pensar que algumas questões ainda não foram resolvidas, como a ideia de fazer política: as falas que continham essa palavra, a tratavam como política eleitoral clássica, o que respondíamos como sendo a "politicagem", que é diferente da política do cotidiano, que tentamos realizar enquanto organização e nas ocupações, da participação popular, e da criação de espaços democráticos de tomada de poder. (Caderno de campo, 19 de setembro de 2021).

Entre os moradores que se pronunciaram, eles entendiam que a luta tinha um caráter geral, mas que era diferente da política tradicional, por isso a palavra *política* apareceu descolada da palavra *luta,* era a *luta por moradia*, e a *política*, e não a luta política que é a luta por moradia, ou a organização política que é as Brigadas, afinal, como seriamos políticos se nos diferenciamos daqueles que vem ali pedir voto? (*sic*). A palavra luta não aparece exatamente como um termo êmico, entendendo que as Brigadas sempre a usaram, mas foi largamente apropriada pelos ocupantes ao longo do tempo, sendo praticamente naturalizada em ambas as Ocupações.

As assembleias então, apesar de serem introduzidas pelas Brigadas nos dois territórios, tomaram sentido próprio para os moradores, sendo também a atividade mais importante para o funcionamento da comunidade enquanto ocupação organizada. Ela é a expressão maior das atividades de *luta* internas, o meio pelo qual uma ocupação se organiza e decide que vai *lutar*. Portanto, ela é como os próprios moradores entendem que as comunidades têm de se organizar para resolução de conflitos e conquistar melhorias, e alcançar seus objetivos. Além disso, na Contestado a assembleia tomou também o espaço e a autoridade que antes era destinado a maioria das outras reuniões, como as de quadra e núcleo, fazendo com que essa última se tornasse inexistente atualmente.

Nas minhas entrevistas certamente seria impossível ouvir de algum dos entrevistados que a assembleia é ruim, péssima, ou de maneira mais contundente que ela nunca serviu para nada. Porém, críticas foram feitas, não sobre a condução ou a falta delas, mas sobre a participação e implicação dos próprios moradores nas assembleias e, consequentemente, sobre a dificuldade em realizar as decisões tomadas. Para aprofundar sobre isso, discorrerei sobre outro termo muito falado durante as entrevistas e anotado nos diários, a questão da *união* na *luta por moradia*.

3.4.2.1 A questão da "união"

Ao passo em que as atividades na Vale das Palmeiras estavam acontecendo sempre com muitas pessoas participando, na Contestado, que estava sem programações relacionadas às questões do terreno ou mesa de negociação, aconteciam assembleias mais vazias do que o comum. A assembleia que acompanhei no dia 05 de setembro (2021) foi uma delas: durante uma pauta sobre a instalação de um parquinho para as crianças da comunidade, as falas giraram em torno de como os moradores poderiam garantir o cumprimento do mutirão para a limpeza do terreno, já que naquele momento havia poucas famílias na assembleia para se comprometerem com a tarefa. Havia um clima de que muitos se beneficiariam em cima do trabalho de poucos, e de que a comunidade estava desmobilizada, caso o despejo fosse naquela semana, não haveria resistência.

Ao mesmo tempo, outra pauta foi a programação dos Atos Fora Bolsonaro e de uma "ida na prefeitura" no aniversário da Ocupação. ambas foram bem recebidas e debatidas, com garantias de quem estava presente de que aquelas programações iriam acontecer – mostrando que mesmo diante da baixa participação dos moradores, a luta seguia de pé. Foi a partir das falas dos moradores ali, e da lembrança de outros tempos – de atividades lotadas – que entendi que havia então uma questão com a *união* que não era retórica nem meramente quantitativa, mas que estava relacionada com a própria história da Contestado, e com a lembrança dos momentos de maior coletividade do início da Ocupação.

E a *falta de união* não era uma questão exclusiva da Contestado, pois na Vale das Palmeiras, mesmo com atividades internas cheias, a questão aparecia principalmente porque as atividades de mutirão e programações fora da Ocupação tinham pouca adesão. Lá, em assembleia do dia 19 de setembro, uma das lideranças da Vale pautou essa questão extensivamente em sua fala, comentando como que na hora da vigília havia união, mas a partir da impossibilidade de despejo, essa união diminuiu a ponto de a ocupação não conseguir cumprir as tarefas cotidianas de manutenção da própria ocupação, como conserto da rua principal, e do próprio espaço coletivo, que ficou pronto pouco tempo depois (Caderno de campo, 19 de setembro). Há então uma questão de fundo que paira nas ocupações estudadas. Além do mais, esse sentimento de falta de união, foi descrito em praticamente todas as entrevistas, por isso nos debruçaremos sobre elas para entender melhor essa questão.

Nas entrevistas, a questão da união apareceu em diversos momentos com diferentes sentidos. Na parte em que os informantes eram questionados acerca das diferenças entre o começo e o momento atual da ocupação, a união estava em falta. Sobre as assembleias e entre a diferença da ocupação para outros espaços onde haviam morado anteriormente, a união era tida como importante e fundamental para o bom funcionamento da Ocupação. As opiniões foram expostas em depoimentos com contradições em si, embora, entre as aproximações, o momento inicial é descrito como tendo mais união do que o atual. Mas as informantes também frisaram que a ocupação se une quando há questões mais graves, como a ameaça de despejo – e em minhas observações noto que nas programações relacionadas às celebrações comunitárias, também.

Em um primeiro momento, como coloca Gustava, a união foi trazida como algo positivo e um elemento que fundamentou a luta desde o início, no qual havia muita união entre moradores, apoio militante e advogadas para barrar os despejos. Mas havia também todo um cotidiano compartilhado entre ocupantes, nas cozinhas, banheiros, plantões, entre outras tarefas. Ao mesmo tempo, essa união era também um diferencial da Contestado, que suplantava dificuldades maiores como infraestrutura e até atendimento do Estado:

> Aqui a gente tem uma coisa que tu não tem em lugar nenhum que tu more em casa própria: a união do povo. Aqui o que acontece com um acontece com todo mundo, se cair uma telha, quebrou, deu uma chuva, quebrou uma telha, corre todo mundo. Caiu uma casa, corre todo mundo, então todo mundo se ajuda. E a assim uma cesta básica, o pessoal dá pra todo mundo, se divide-se entre todo mundo o que tem, né? Quando chega e divide pra todo mundo, uma marmita, uma cesta básica, assim acolher, socorrer as pessoas.
> [...]
> Assim, tem vantagem porque a gente tem um lado político, né? Todo mundo aqui é politizado, sabe o que que está acontecendo, luta pelos seus direitos. Tem a união do pessoal que sempre a gente precisa estar todo mundo junto. Querendo ou não, pode não ir numa assembleia, mas se acontecer uma coisa mais grave todo mundo ajuda, entendeu? E e eu acho que é bom por esse lado assim, da união do pessoal que está politizado, que é muito importante, né? Agora as condições da casa, do lugar é terrível. Viver aqui é terrível, agora que a gente conseguiu que o povo consertasse as águas que estava vazando. (Entrevista formal com Clarissa).

Clarissa explica nessa fala como a *união* é também um elemento de diferenciação entre a Ocupação organizada em comparação com a casa alugada. A partir da "*união* do povo" é que era possível superar dificuldades distintas, como de infraestrutura, e até de sobrevivência – como no caso da alimentação. Para ela, a união tam-

bém é relacionada com a *politização* que o espaço da Ocupação possui, na sua opinião, o ocupante é politizado e consciente de sua condição.

Débora e Paulo foram os que mais associaram a *união* com as relações de solidariedade entre os moradores, no sentido de um cotidiano compartilhado, a qual se expressava a partir da ajuda e cooperação nas tarefas vividas no momento inicial da Ocupação, seja para construir as casas, cuidar das crianças ou preparar refeições:

> Não, tipo assim, no começo da ocupação eu acho que existia mais, mais união assim, né? No barraquinho de lona, aonde um precisava de um copo emprestado, de um prato de comida, ou um "deixa eu usar", quando tinha os banheiros coletivos. Eu acho que as coisas eram mais... Tinha mais união, eu acho, tinha mais luta né? Eu acho que depois que as coisas vão tomando uma diferente, que as coisas não são mais tão precárias [do] que quando a gente vem pra cá… Era muita loucura assim. Eu acho que as pessoas que começam a se inserir [depois], eles não sabem o verdadeiro sentido disso aqui, né? (Entrevista formal com Débora).

Para as lideranças, a percepção sobre a falta de união no momento atual está associada tanto a diminuição da presença dos moradores nas atividades de *luta*, quanto também a uma questão temporal, no sentido de que quem chegou depois, que não pegou o período mais coletivo e mais precário do início e, por consequência, não entendeu direito como a Contestado poderia funcionar. Confirmam que há um momento de maior individualidade, sobretudo daqueles que participaram, ou viram, menos assembleias, reuniões de quadras e outras atividades, principalmente, formativas, ao mesmo tempo, a individualidade tem seu limite até a hora "que o bicho pega" como colocou Paulo.

Então, a *união* é a categoria êmica que se contrapõe aos valores típicos da sociedade urbana capitalista, como o individualismo e a "atomização do mundo", que atingia seu ápice nas grandes cidades (ENGELS, 2010). É expressa pelos moradores como a forma que encontram para afirmar que algo não está funcionando, principalmente nas assembleias e atividades decorrentes de seus encaminhamentos. A falta da *união* é associada a comportamentos com tendências individualistas.

Fazendo um breve recorrido aqui às minhas anotações e lembranças, percebo que as cobranças entre os moradores para que houvesse mais comprometimento e união eram frequentemente em tom de apelo para que aqueles que não estavam tão firmes na luta, se comprometessem mais com o coletivo. Essas cobranças surgiam de diversos modos. Com moradoras afirmando que precisavam largar tudo o que faziam para comparecerem nas programações da ocupação, quanto em afirmações

do tipo: independente de sol, chuva, ou que mesmo levando os filhos no colo (*sic*), estariam nas atividades, entendendo a necessidade da luta. As cobranças com relação à (falta de) união têm também um caráter de classe, entendendo que quem deve lutar é quem precisa da moradia. Em certos momentos era dito, inclusive que: quem não precisa lutar, poderia sair da ocupação e repassar a casa para uma família mais necessitada.

A *união* se relaciona com a *luta* na medida em que ela surge como uma categoria para expressar uma série de práticas coletivas e socializadas na Ocupação Contestado e na Vale. Não que a união signifique a luta em si, ou que a baixa da união seria o fim dos processos de luta, mas que ela é um componente essencial para avançar na luta, que é compreendida pelos ocupantes, como um processo coletivo. Os moradores entendem também que a responsabilidade pelo andamento, continuidade e avanços do processo de luta depende da força que a coletividade possui, por isso as "cobranças" com o comprometimento e participação, bem como os sentimentos de insegurança e mesmo de perda na qualidade de vida, associadas ao avanço da individualidade dentro do território, mesmo que ocupação tenha sido uma melhoria. Afinal, se havia mais união, haveria mais luta, e vice-versa.

Ainda, ao ver uma fala sobre união, vindo de um morador da Vale das Palmeiras, pude ver que ela é uma categoria que é construída dentro da própria ocupação, a partir das atividades formativas e dos processos coletivos propriamente ditos. Mais do que uma consciência que se adquire por ocupar um terreno em determinado momento – ou seja, não é restrita às Ocupações Planejadas – novamente, reforço o caráter de classe dessa categoria. A consciência da necessidade da união, e da forma coletiva como a luta por moradia funciona não deve ser dissociada dos processos de assembleias e reuniões, que possuem justamente esse objetivo:

> Todos esses instrumentos de organização interna da ocupação cumprem uma importante função política: ao democratizar e coletivizar ao máximo as decisões sobre a vida cotidiana dentro da ocupação e sobre as estratégias para a conquista da moradia, promove experiências efetivas de novas formas de poder. São pequenos embriões de poder popular que promovem alterações substantivas na consciência dos moradores (MAGALHÃES; TONIN, 2015, p. 240).

A citação acima resume, em parte, a noção de *diferença* que entendi da ocupação para outros espaços, o contraste entre o território da ocupação é socialmente produzido a partir da organização interna, que é composta por diferentes instrumentos, que se mobilizam, desmobilizam e se modificam ao longo do tempo, bem como,

das necessidades que a luta por moradia produz. No caso das ocupações analisadas, instrumentos são entendidos como políticos para a organização Brigadas Populares, esses possuem um sentimento e um entendimento polissêmico para os moradores, no sentido em que eles se relacionam com a *luta por moradia* que é, acima de algo eminentemente político, uma ação coletiva, baseada na *união*, para alcançar objetivos de curto e longo prazo, como a melhoria da qualidade de vida, uma moradia digna, etc.

Por fim, o entendimento de que a ocupação se une em momentos difíceis, conseguindo integrar mesmo aqueles que não participam das atividades cotidianas. É também um entendimento de que a luta é mais ampla do que apenas a falta união cotidiana, e que esta pode ser reavivada nos momentos de maior conflito, provavelmente entendendo que a dinâmica da ocupação em todos seus anos, se conformou dessa maneira, no sentido da naturalização desses momentos de altos e baixos. Prova disso são as recentes mobilizações da Contestado em torno da nova audiência pelo terreno, agendada para o começo de 2022 (já citadas) no mês de maio, com a qual os moradores se comprometeram com uma campanha de resistência e denúncia, que tem incluído desde reunião com moradores mais novos, como também atividades de panfletagem no centro de São José e Florianópolis, e aumento da sua rede de apoio, principalmente para a defesa jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seção busca avaliar o trabalho, bem como tecer comentários adicionais que não couberam no texto da pesquisa ou precisam ser reforçados para um melhor entendimento do todo. Além disso, buscamos responder às perguntas de pesquisa e às hipóteses colocadas inicialmente – fazendo também uma avaliação do percurso de pesquisa até aqui, abrindo caminhos para trabalhos futuros. Partiremos, então, das “formais”, ou “protocolares”, para apontamentos mais gerais e com relação à possíveis trabalhos futuros e apontamentos que julgo necessário para o melhor entendimento do trabalho e da questão da moradia.

Em um primeiro lugar, cabe mencionar que a hipótese da pesquisa é confirmada parcialmente a partir de seus apontamentos. O primeiro apontamento (I) fazia referência a Ocupação Contestado viver um momento diferente de seus anos iniciais, o que foi confirmado pelas entrevistas, tanto na questão da *união* quanto nas questões relacionadas às diferentes funções e reformulações dos instrumentos de organização, como por exemplo a maior importância que a assembleia tomou na organização coletiva da comunidade.

O segundo ponto (II) fazia referência ao aprofundamento da crise do capital, e o terceiro (III), que versava sobre o aprofundamento desta crise, em especial no período de pandemia, são confirmados parcialmente. Eles se confirmam dentro da Contestado, a partir das questões relacionadas à pandemia, principalmente no que diz respeito à renda e poder de compra dos moradores, e ao governo do país de forma geral. As consequências na organização da comunidade foram também advindas do chão histórico, tornou-se mais difícil mobilizar a ocupação em torno do projeto habitacional com a carência de programas e recursos desde 2016. Ainda, dentro da Contestado, alguns dos aspectos mencionados não tiveram uma acentuação, como a violência policial (critério incluído no apontamento) de maneira generalizada dentro da comunidade, o que é completamente diferente quando olhamos para a Vale das Palmeiras, na qual a repressão se mantém em alta por parte do Estado. É preciso lembrar que a Vale das Palmeiras é consequência direta do aprofundamento da crise brasileira, como explicamos sobre seu surgimento e expansão.

As perguntas de pesquisa, de certo modo, foram respondidas a partir do subcapítulo 3.4 do trabalho. Para pontuar algumas questões, resumo aqui as formulações realizadas anteriormente. As questões “a” e “b” – que tratavam da percepção

dos moradores sobre o espaço e da diferença do momento atual para os anteriores – são respondidas a partir das questões da *(falta de) união*, mas também sobre a ideia de uma maior *individualidade* que é colocada pelos entrevistados.

A ocupação é percebida pelos moradores como um espaço *diferente* do resto da cidade, no sentido de que a Ocupação gera curiosidade em diferentes sujeitos. e A Contestado acabou se tornando exemplo e referência em termos de organização até mesmo para outras Ocupações. Os informantes têm ciência que ela é assim por causa dos métodos e instrumentos de organização do território, ao mesmo tempo em que reconhecem que essa organização já esteve em outro patamar, vendo de forma mais positiva o início da Ocupação que era mais coletiva, na qual havia mais união.

Sobre questão "c", é importante entender que os instrumentos não foram prontamente descartados, mas substituídos de acordo com as transformações que ocorreram no território. Ganhou maior importância e legitimidade a assembleia, contraditoriamente, ela é tida como esvaziada em diversos momentos. As atividades como reuniões de núcleo foram incorporadas nas quadras, que por sua vez só são chamadas para questões pontuais. Porém isso se alterou no último período, após o campo, quando voltaram a ocorrer reuniões de quadra para tratar da mobilização contra o andamento do processo de despejo, e moradores voltaram a se organizar em comissões de mobilização de cada uma das quadras. Os instrumentos operam a partir da participação popular, com voz e voto para os presentes. Apesar das reclamações, têm certa legitimidade, na medida em que os moradores reconhecem sua necessidade e como eles foram essenciais para a comunidade seguir existindo até então.

A partir as entrevistas, a assembleia pode ser compreendida, então, como um instrumento que possui uma função tripla: a de organizar o território; a de operacionalizar – no sentido de garantir a realização de tarefas necessárias para a Ocupação ou para a luta por moradia –; e também uma função pedagógica – no sentido de informar, formar e conscientizar os ocupantes em questões distintas, tanto as específicas sobre moradia, como também as mais amplas.

As perguntas "d" e "e" são respondidas nos subcapítulos sobre a *luta coletiva* e sobre *sair do aluguel*. Nesses são desenvolvidos o que a organização política produz na vida dos ocupantes, e como eles se situam em relação a outros sujeitos, como parte de uma totalidade. A organização *política* produz nos moradores um

sentido para a *luta*, que é construído não só historicamente a partir da posição de classe, mas também a partir das experiências dos sujeitos enquanto *ocupantes.* Cabe mencionar que, para boa parte das informantes, a *luta* se distancia da *política,* na medida em que entendiam a *politica* enquanto atividade institucional. Ao mesmo tempo em que os ocupantes entendiam que da luta eles eram sujeitos protagonistas e, as vezes, até que deveriam assumir a frente da política institucional. Há ali tanto um sentimento de pertencimento enquanto uma categoria própria, o sujeito social ocupante, quanto um antagonismo de classe contra os políticos, as classes dominantes e o Estado em si.

A *falta de união* foi um elemento trazido em ambas as comunidades investigadas, mesmo elas sendo tão diferentes em diversos aspectos. Ao mesmo tempo em que essa falta era relativa e momentânea, pois de um momento de poucas programações a Ocupação Contestado passou para outro momento de intensas atividades acontecendo, especialmente entre 2021 e 2022. Diversas programações eram geradas a partir de encaminhamentos de reuniões de quadra, e a baixa nas atividades se alterava em poucos dias: começavam panfletagens, campanhas de solidariedade e as Brigadas eram demandadas para todo tipo de tarefa em conjunto e a partir dos moradores.

Entendo então que há na Ocupação Contestado é uma prática cotidiana e uma subjetividade própria, construídas historicamente. Tais características são derivadas das condições de moradia, não só no sentido mais imediato (ter um teto), mas também em vistas a manter a sua casa e conquistar seu direito efetivo, garantir a moradia contra despejos ou conquistar um projeto habitacional, por exemplo – cumprindo também a necessidade prática de aliviar a superexploração e espoliação urbana. Nomeei aqui este sujeito de *ocupante.* Após a reflexão sobre o trabalho de campo, entendo que o *sujeito ocupante* é aquele que participa das lutas a partir do seu território, a ocupação, e se mobiliza em prol de alcançar seus objetivos através da *luta* (que é multifacetada e composta de diferentes eventos em diferentes escalas), não sendo restrita ao local da sua moradia, desde que aconteça em torno deste objetivo. A dimensão conflitual, embora mobilizante no processo de luta, não é a única condição para a mobilização. Entretanto, atesta-se que nos momentos mais “tranquilos” há uma diminuição na participação dos moradores, é aí que falta a *união*, essencial e entendida como parte e condição para a própria luta.

Admito que a pesquisa ainda deixou uma lacuna, ou melhor, uma necessidade maior de aprofundar sobre mais elementos que levam a *mobilização* das comunidades de um modo geral. É necessário entender como os *ocupantes* se mobilizam para além do conflito imediato (como um despejo) e traçam estratégias para se manterem ativos, junto das organizações políticas e rede de apoio, mas também para além delas, com pautas, demandas e novos instrumentos e métodos políticos e organizativos internos. É fato que as informantes da Contestado entendiam as atividades de luta de forma ampla, isto é, levar a ocupação em atos e manifestações políticas, panfletar sobre ela na cidade e compor outras lutas, como na assistência social. Mas sinto que ficou uma lacuna na pesquisa entre a passagem da dimensão conflitual de um despejo para uma organização cotidiana que não tive tempo hábil para responder, pois o processo da Contestado já estava em um estado avançado neste sentido, enquanto o da Vale das Palmeiras era muito inicial. O preenchimento de tal lacuna poderia também ajudar a compreender melhor porque outras Ocupações (em especial as que compuseram ou compõem a rede de Ocupações) se organizam tardiamente, normalmente quando há um processo de despejo, e seus frequentes ciclos de mobilização e desmobilização, que geralmente acompanham as questões jurídicas.

Outra limitação foi a escassa comparação entre a Ocupação Contestado com a organização de outras comunidades da rede de Ocupações da ACF. Pretendia realizar algo assim quando ingressei com o projeto no PPGPLAN, mas é evidente que a pandemia atrapalhou meus planos neste aspecto também, portanto não acho que é um erro ou desvio da pesquisa. A Contestado apareceu para as informantes, e para o processo da Vale, como uma referência, e não consegui mensurar muito até onde isso vai, se se repete em outros locais.

O fato é que a Ocupação estar na luta da forma em que está, se faz também de um exemplo para dentro da própria organização Brigadas Populares, a qual acumula vitórias, mas também derrotas[64]. Compreendendo também, a partir das minhas observações de militância, que as BPs foram fundamentais para manter a Contestado em luta.

Sobre a importância da organização política, cabe aqui pontuar novamente a questão de que mesmo as informantes mais distantes politicamente da organização

[64] Como os apontamentos expostos por Joviano Mayer na entrevista ao canal Terra Comum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wzVc_U3XYhE>. Acesso em: abril de 2022.

não relataram nenhuma insatisfação ou discordância com as Brigadas em si, ou seus militantes – coube então a mim enquanto pesquisador, entender essa questão e refletir até onde valeria a pena citar e utilizar, ou não, os trechos em questão.

Quando estudamos a habitação a partir dos relatórios, planos e documentos institucionais, incluindo os de déficit habitacional, somos apresentados a um problema setorizado, definido e divididos por critérios rígidos, como se “em cada casa fosse um caso”, quando na verdade (e para além da falta de dados precisos) os problemas vão além das quatro paredes da moradia – como no caso das dificuldades e luta por atendimento em diversos serviços públicos, e violações de direito perpetradas pelo Estado. Engels (2010), em sua obra sobre a situação da classe operária destaca como as classes dominantes à época percebiam que a falta de solução habitacional trazia outros problemas nas grandes cidades, como de saúde coletiva, de locomoção, de força de trabalho, entre outros. E que por isso a burguesia procurava resolvê-lo, sempre a partir de seus interesses de classe.

Ainda em sua outra obra, sobre a questão da moradia (2015), Engels também avalia como já em sua época existiam conjuntos para alojar os trabalhadores nas grandes metrópoles – percepção similar ao que indicam os relatórios de Déficit Habitacional frente ao número de imóveis declarados ociosos em nosso país, atualmente. E preconiza uma das maneiras de começar a resolver o problema da escassez de moradia: a partir da revolução deveria ocorrer a expropriação dos donos destes imóveis, e a ocupação deles pela classe trabalhadora. É importante ter em mente que para o pensador, o problema não poderia ser resolvido dentro dos marcos do capitalismo, justamente porque no atual sistema econômico, a raiz do problema – a propriedade privada – é também um dos seus pilares de sustentação, e sempre defendida pelas classes dominantes.

A Ocupação Urbana organizada, além de uma das principais estratégias dos movimentos de luta por moradia, seria um dos possíveis exemplos de como atingir os objetivos desenhados pelo pensador alemão, enquanto sua noção de *escassez de moradia* também tem muito a contribuir no estudo de nossa realidade atual. Mas as Ocupações são um instrumento do nosso tempo, em nossa geografia e inseridas também em contradições específicas da América Latina – principalmente considerando a necessidade prática das classes trabalhadoras ocuparem e autoconstruirem suas moradias, de aliviar a superexploração da força de trabalho e espoliação urbana – portanto, precisamos estar cientes também das limitações dessa estratégia.

Isto é, as ocupações, assentamentos e favelas são formadas por pessoas que possuem uma necessidade prática de reprodução da força de trabalho, são um mecanismo que mantém os baixo salários, do ponto de vista dos capitalistas, que não vão precisar incluir o preço do aluguel na remuneração do trabalhador.

Chegando ao final do trabalho, preciso pontuar aqui uma espécie de autocrítica geral (tanto nos termos da pesquisa, quanto enquanto militante na questão urbana e pela luta por moradia), que não deve ser vista como grande polêmica ou crítica direcionada. Não houve neste processo de pesquisa indícios de que as Ocupações da ACF estão em um chão histórico capaz de avançar **radicalmente** em vias de modificar como o mercado imobiliário brasileiro atua, nem alterar as condições gerais da concentração fundiária e especulação urbana nas cidades.

É claro que não quero parecer descolado da realidade, mas cabe mencionar como os movimentos de luta na região ainda se estruturam de forma reativa, garantindo o mínimo, enquanto o Estado de Santa Catarina segue desestruturando conquistas de décadas. Os motivos para isso são diversos, e poderiam ser assunto para outros trabalhos específicos, mas em suma, também não há movimento de massas nas ruas para alterar a conjuntura, não sendo “culpa” exclusiva dos movimentos de moradia a situação atual. E admitir isso não significa vetar a possibilidade de conquistar conjuntos habitacionais, projetos ou uma ou outra lei mais progressista – pois como vimos, cada dia morando Ocupação é uma vitória.

O fato é que falta ainda avançar no Brasil movimentos que proponham projetos que tenham em seu conteúdo desde propostas para um cumprimento mais firme até das legislações já existentes, como o Estatuto da Cidade (que dificilmente é mobilizado em questões que enfraqueçam a lógica propriedade privada) até diferentes modos de habitar a cidade, como habitações que não sejam exclusivamente unifamiliares etc.. Embora as BPs pautem, com muita coerência, que seguir pela via da propriedade privada é assumir o lado dos inimigos de classe – entendendo que o combate à venda de lotes nas ocupações estudadas tenha tido êxito em vários momentos – na hora de debater novos projetos, os movimentos ainda estão presos a cadastros municipais, unidades habitacionais de dois ou três quartos e a projetos que se relacionem minimamente com a ideia de casa familiar. A própria noção de lote/terreno ainda é presente nas ocupações. Algumas organizações ainda conseguem debater propostas calcadas em modelos mais coletivos da casa para fora (*sic*), como o PMCMV Entidades, ou via mutirão de associados ou termos territoriais

coletivos, onde as próprias comunidades gerenciariam o espaço – terreno e condomínio construído.

Não se trata de uma crítica a tais modelos construtivos no abstrato, pelo contrário, é ideal seguir eles cada vez mais nas direções que eles nos mostram serem superiores à arquitetura e construção capitalista que o Estado e classes dominantes querem para os projetos de habitação de interesse social. Assim, concordamos com a afirmação de Engels, de a raiz do problema é a propriedade privada, e a questão da moradia só será resolvida com a mudança de sistema econômico e político. Por agora, cabe observar que ainda precisamos de movimentos de massas que pautem mudanças ainda mais profundas e urgentes. Ainda encontramos empecilhos para debater e aplicar o IPTU progressivo no tempo e outros instrumentos do Estatuto da Cidade que combateriam a maior parte do déficit habitacional na RMF, e são poucos os movimentos que têm êxito em aplicar projetos que relacionem moradia e produção agroecológica em terras urbanizadas em nível de país, por exemplo.

Portanto, *"lutar, criar, poder popular!"* dentro do contexto das Ocupações Urbanas Organizadas passa por considerar a realidade dialética desse tipo de território. É preciso compreender que ali está o sujeito revolucionário com condições de mudar essa situação, passando a organizar a Ocupação para além de um local apenas de moradia precarizada, como uma estratégia de pressão que denuncia a situação vivida e tensiona com as classes dominantes, em vias de mostrar que outro tipo de habitar é possível. Um habitat a partir da coletividade, com união e luta.

REFERÊNCIAS

ABRAINC, Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias. **Estudo Técnico Dedicado À Atualização Das Necessidades Habitacionais 2004-2030**. Contratante: ABRAINC – Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias. Produto 2: Relatório Final. Novembro, 2020. Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Deficit_Habitacional_-V-8-dez-2020.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2021.

ABREU, Miriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

ARANTES, Pedro F. **Arquitetura Nova**. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2011. v. 2500. 254p.

AZEVEDO, S. V**inte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986)**: criação, trajetória e extinção do BNH. Revista de Administração Pública, n. 4, out.-dez. 1988.

BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. 4 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BERTOLI, João Luis Abrantes. **Blocos Hegemônicos Metropolitanos**: a relação entre o público e o privado na (re)produção do espaço urbano de Florianópolis (2005-2016). Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Economia. Florianópolis, 2017.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 no 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

BOULOS, Guilherme; KAPP, Silke; CRISTIANE, Charlene; PÉRICLES, Leonardo; GONÇALVES, Isabella. **Se morar é um direito, ocupar é um dever**. In: PISEAGRAMA (Org.). Urbe Urge. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2018.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. 1 ed. São Paulo: Scortecci, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 693-713.

BPs. **Programa das Brigadas Populares**. **I Congresso Nacional das Brigadas Populares – 2012/2013**. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares/> Acesso em: janeiro de 2021.

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”:** Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CALHEIROS, Fernando. **Quando a Reforma Agrária vai à cidade**: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por “Terra, Trabalho e Teto” na Região Metropolitana de Florianópolis. 2018. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CALHEIROS, Fernando. **Ocupações Urbanas e os efeitos socioespaciais Da disputa pela terra em Florianópolis:** O caso das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo. Dissertação apresentada ao programa de Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CAMARGO, Camila. M**inha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. Tese de Doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP), Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2016.

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes:** movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, no2, p.209-236, ago/dez. 2015.

CANELLLA, Francisco. **Entre o local e a cidade**: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010). 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2019.

CANELLA, Francisco. **Cidade turística, cidade de migrantes**: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). Revista Libertas, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.215-242, ago./dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18457/9646>. Acesso em: junho de 2020.

CASTRO. I, E. **Escala e pesquisa na geografia**. Problema ou solução? In: Revista Espaço Aberto. v. 4 n. 1. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2435>. Acesso em fevereiro de 2021.

CEPAL. **Urbanização na América Latina**. In: FRANK, ANDREW Gunder; CEPAL; PEREIRA, Luiz; GERMANI, Gino; GRACIARENA, Jorge. Urbanização e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

COGGIOLA, Osvaldo. **Engels: O segundo violino**. São Paulo, editora Xamã, 1995.

CMI - Centro de Mídia Independente. **A Casa que o Prefeito deu prá nós**. [Vídeo], postado por SIEMAN, Norberto, 17 nov. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VQog9kguWM&t>. Acesso em: 22 de junho de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Bárbara Guimarães. **Ocupar para Morar:** Urbanização da Ocupação Fabiano de Cristo Florianópolis/SC. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho**. In: Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006a. v. 3000. 456p.

FERRO, Sérgio. **A Casa Popular**. In: Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006b. v. 3000. 456p.

FERRO, Sérgio. **Nota sobre "O vício da virtude"**. In Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/mYKBN6wxQcbykwsVhjfNzPh/?lang=pt> acesso em abril de 2022.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2018.

FJP. **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019** / Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte: FJP, 2021

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **Habitação à contrapelo:** As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **A produção do espaço urbano pelo Lulismo:** contradições específicas da dependência. in Anais XVII ENANPUR, 2017 disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.8/ST%203.8-02.pdf> Acesso em junho de 2020.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **O urbano e as lutas**, 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/02/129892/>. Acesso em: junho de 2020

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019**: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Nota técnica 01/2020, 19 de maio de 2020, Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018** - Nota Metodológica. 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em Agosto de 2021.

IGUATEMI, Consultoria e Serviços de Engenharia. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São José**. CONTRATO 700/2011. São José, 2013.

JAUMONT, Jonathan; VERSIANI, Scott Varella, Renata. **A Pesquisa Militante na América Latina:** trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 13, 2016

KOURY, Ana Paula. **A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou?** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/14.159/4846>. Acesso em: fevereiro de 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Edição Eletrônica (e-book) com apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, Unicamp, 2011.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro:** relações de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950-1970. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em História. Porto Alegre, 2002.

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, Edição 01, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/edicao-1/> Acesso em: Fevereiro de 2021.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Volume I. Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG. Belo Horizonte, 2014.

MAGALHAÊS, Luís F.; TONIN, Vitor H. **Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis**: raízes e características da Ocupação Contestado. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 244-255, jul-dez, 2015.

MAGNANI, José Guilherme C. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.

MAIER, Jefferson Adriano. **Lutar, Criar**: Uma Análise Sobre Os Instrumentos De Tomada De Decisão E Estruturas Coletivas Na Ocupação Contestado. In: Anais do evento "Territórios, cidades e migrações: diálogos interdisciplinares". Anais. Florianópolis (SC) UDESC, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/lutarcriar>. Acesso em: junho de 2020.

MAIER, Jefferson Adriano.; RIVAS, Clara; PERIN, Julia. Sobre o Amanhã: ou como a cidade de São José resolve a questão da moradia. **Brigadas Populares (Youtube)**. 6m40s. 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gm_N9Uuw4Bk>. Acesso em: abril de 2022.

MARICATO, **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. in: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Editora Vozes, 3ª ed, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Impasses da Política Urbana Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução** / Ruy Mauro Marini. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX Karl. **Prefácio**. In: Contribuição para a Crítica da Economia Política.São Paulo: Mandacaru, 1989, p. 27-33.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo., 2007. 616p.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista; Teses de Abril**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MAYER, Joviano. G. M.; ASSIS, Mariana. P. F. **Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.

MAYER, Joviano. G. M. **Depoimentos: Brigadas Populares**. In: Saberes [auto]construídos, Org: Denise Morado Nascimento. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária (AIC), 2016. Disponível em: <https://issuu.com/praxisufmg/docs/saberes_auto_construidos> Acesso em: junho de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 21a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MONTE, Lívia Espindola. **"Minha casa, Minha Luta"**: experiências e práticas políticas da Ocupação Contestado. Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

NETTO, José Paulo. Apresentação. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 2006. Disponível em<https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfzbTN3Pw/?lang=pt> Acesso em: abril de 2022.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **América Latina na Encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 420 p.

PEREIRA, Elson Manoel. A política urbana brasileira e o ideário crítico da reforma urbana introduzido na constituição de 1988. **CONFLUÊNCIAS** | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 20, no 2, 2018. pp. 73-87.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Dinâmica sócio-espacial da micro-região de Florianópolis após a Segunda Guerra Mundial**. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2012.

PIMENTA, Luís Fugazzola. **Habitação popular e espaço urbano na Região Metropolitana de Florianópolis**. 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/70.pdf>.

ROLNIK, Raquel. **Produzir cidade**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, 2018. Páginas 90 - 97,.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTANA SANTOS, Roberto. Brasil: O fim da Nova República – Quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpes de Estado no ocaso da república liberal brasileira. In**: América Latina na Encruzilhada:** lawfare, golpes e luta de classes. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 420 p.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. **Cad. Metrop**. [online]. 2018, vol.20, n.41, pp.75-98. ISSN 2236-9996. http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4104.

SUGAI, Maria Inês. **Há favelas e pobreza na "Ilha da Magia"?**. In: Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras, Org. Pedro Abramo. Porto Alegre: ANTAC, 2009. Coleção Habitare, v. 10. 336 p.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: Investimentos Públicos e Dinâmica Socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Editora UFSC, 2015. 255p.

TAVARES, Elaine. **Nascem as Brigadas Populares**: um movimento nacional no rumo do socialismo, 2015. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/as-brigadas/>. Acesso em: junho de 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

TOFANELLI, Vivian Franchi, 2018. **Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho**: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

TONIN, Victor Hugo. **Muita Gente Sem Casa, Muita Casa Gente. Entre Superlucros E Superexploração:** A Dialética Da Habitação Em País Dependente. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2015a.

TONIN, Victor Hugo. **O déficit habitacional nos países dependentes**: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho. in Anais XVI ENANPUR, v. 16 n. 1, 2015b. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2206> Acesso em: 23/01/2020.

TORNQUIST, Carmen Susana; OLÍVIO, Maria Cecília. **Mulheres e lutas pela moradia**: ambiguidades entre o protagonismo e o patriarcado. Anais do Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2015.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Delicadas Escolhas**: as razões, o universo e os métodos de uma pesquisa. In: Aborto e Contracepção - histórias que ninguém conta. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TORNQUIST, Carmen Susana; MAIER, Jefferson Adriano. **A Moradia Como Questão**: Uma Comparação Entre As Ideias de Engels e o Conceito de Déficit Habitacional. Revista Novos Rumos v. 58 n. 1, Marília: 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12090>. Acesso em Setembro de 2021.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Parto e Poder:** O movimento pela humanização do parto no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em Antropologia. Florianópolis, 2004.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Jardim Zanelatto, Vida no ginásio**. Divulgado por Marcio Papa (Youtube). 19m23s. 4 de março de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=evxagLTeG7Q>. Acesso em fevereiro de 2021.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Contradição**. In: Política, org Eder Sader. São Paulo: Editora Ática, 1982.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Revista Ponto Urbe, n. 11. São Paulo, 2012.

USINA. **Arquitetura como prática política**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw>. Acesso em 25 de Abril de 2019.

VAINER, Carlos. **Pátria, Empresa e Mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

VALLE, William Azalim do. **Produção colaborativa de valores de uso em ocupações urbanas**: concepção técnica e política do espaço. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VELA, João. **O caráter educativo dos/nos movimentos sociais urbanos:** o caso da ocupação palmares em florianópolis/sc. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. p. 169-243.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Bibliografias adicionais:

BRASIL, 2021. ADPF, n° ADPF 0052042-05.2021.1.00.0000 DF 0052042-05.2021.1.00.0000 de 03 de junho de 2021. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.-com.br/jurisprudencia/1227496037/medida-cautelar-na-arguicao-de-descumpri-mento-de-preceito-fundamental-adpf-828-df-0052042-0520211000000/inteiro-teor-1227496052>

LUTAS DA MAIORIA, N. 1. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/LUTAS%20DA%20MAIORIA/LDM1983001.pdf

ANEXO I – FALAS DOS MORADORES (III SEMINÁRIO ATORES E PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES)

“Boa tarde! Eu sou a Débora, moradora da ocupação Contestado e eu quero falar pra vocês como surgiu a ocupação. A Ocupação Contestado surgiu de um crime eleitoral, onde, em 2012, nós tivemos um comício do prefeito na época, Djalma Berger, e ele disse que se o pessoal votasse nele, ele iria regularizar as famílias num terreno que tinha um déficit com a prefeitura, que era inadimplente com o IPTU, que tinha uma dívida com a prefeitura e que ele podia apropriar aquelas famílias naquele terreno.

Muita gente largou o aluguel, saiu de onde morava e juntou toda a reserva que tinha, construiu suas casas, loteou lá o terreno etc. No domingo, dia da eleição, ele perdeu. Na terça chegou o despejo. Foi um momento bem triste e bem marcante na nossa vida, porque era um sonho. Muita gente com o sonho da casa própria viu o sonho ir por água abaixo, porque simplesmente chegaram no terreno, deram 2 horas pro pessoal tirar o que tinha que eles iam derrubar tudo. Mas nessas 2 horas muita gente tinha ido trabalhar, muita gente estava com os filhos em casa, muita gente não tinha nenhum recurso para tirar as coisas. Isso criou uma grande revolta no pessoal. O pessoal colocou fogo nas casas porque não aceitava ver a máquina passando por cima. Várias mães foram intimidadas pelo conselho tutelar também, enquanto eles deveriam dar apoio pras famílias e não intimidar as mães falando que iam tirar seus filhos dela. Nesse dia chegaram alguns militantes das Brigadas Populares (a qual eu faço parte hoje) e a Simara do Sindicato dos Bancários, eles começaram a mobilizar o pessoal, fizemos uma assembleia ali mesmo, conseguimos um ônibus e fomos pra Prefeitura.

A gente questionou né, muitas famílias não tinham pra onde ir! Ocupamos o ginásio por 27 dias, num estado precário com as crianças ficando doentes. Lá, nós mapeamos um o terreno (que é o terreno que a gente tá hoje) e a gente ocupou no dia 7 de novembro de 2012. Foi uma loucura esse dia! Eu lembro que a gente estava no ginásio e formaram uma ampla rede de apoio, chegaram e falaram ‘É hoje o dia, faz os telefonemas que vocês tem que fazer quem é hoje!’ 3h da manhã a gente foi encaminhado. Muita gente com carrinho de mão, com carrinho de bebê, muita gente a pé com martelo, com enxada e várias coisas na mão. A gente entrou no terreno as 3h da manhã e às 3h15 a polícia já tinha fechado as ruas Quem entrou entrou, quem não entrou não conseguiu entrar. Eu estava com minha filha recém nascida e meu marido estava em casa com outros filhos. Quando ele chegou já não conseguiu entrar. Essa situação não foi só minha, foi de muitas mulheres.

As nossas mulheres são umas guerreiras, elas foram e fizeram tudo, botaram a mão na massa. Aí a gente começou um movimento, começamos a nos organizar junto com a rede de apoio, apoio do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do movimento anarquista, com estudantes que se sensibilizaram com a nossa causa e as Brigadas Populares, que constroem a ocupação até hoje. Fizemos 9 núcleos de 3 quadras. Essas 3 quadras são pra conseguir se organizar de forma mais fácil se viesse uma ação da polícia ou qualquer intervenção. Nós nos dividimos em 9 núcleos, cada núcleo escolheu um nome (Zapata, Dandara, Anita Garibaldi, estrela guia, guerreiros de fé, Che Guevara, vida nova e mansidão). Desses núcleos temos

2 coordenadores por núcleo, reuniões semanais da coordenação, assembleia etc e decidindo tudo no coletivo.

Conseguimos nos organizar, derrubar liminar de despejo - já derrubamos 5! - sempre que a liminar vinha pegava todo mundo de surpresa como as outras ocupações. A gente sofreu bastante pressão da polícia também, há uns 3 anos atrás a gente veio sofrendo uma pressão bem violenta da polícia, onde entravam na nossa casa, quebravam tudo, furaram o pneu dos carros… Não dá pra deixar assim! Nos organizamos, ocupamos o comando da polícia, todo mundo recebeu voz de prisão (por que fomos de lenço preto tampando nosso rosto). Foi um momento bem crítico porque se não tivesse juiz e advogados lá eu não sei o que seria. Fizemos o comandante ouvir, no caso fui eu, fomos bem recriminados por ele, ele disse que a gente defende vagabundo, que ele fazia um círculo que podia se matar lá dentro que a polícia não estava nem aí. Se a polícia não ia entrar pra fazer o trabalho dela ela também não ia entrar pra fazer segurança e algum outro benefício para comunidade. Mas uma segurança dessa ninguém quer. A gente se auto-organiza e faz nossa própria segurança. Tudo tem seus prós e contras, nem tudo são flores, mas a gente tenta se organizar da melhor forma possível. Com a nossa organização a gente tem uma mesa de negociação com a Prefeitura Municipal de São José, (e já estamos num estágio bem avançado!). A gente conseguiu conquistar um terreno na Avenida das Torres, próximo ao Bosque das Mansões. A briga foi grande porque para a Prefeita não pode ter uma favelinha no centro da cidade.

A luta mostrou pra ela que nem tudo vai ser do jeito que ela quer. Através de uma batalha, um passo de cada vez, a gente tá conseguindo alcançar nossos objetivos. a gente dá dois passos pra frente e um para trás. Mas sempre tendo em vista uma meta: moradia digna para nossas famílias, uma acesso à cidade, direito à saúde e educação, isso hoje nos é negado. A gente é tratado com muita discriminação.

Tudo que a gente consegue é com pressão. Tem criança não atendida no posto, a gente vai lá e faz pressão para que tenha igualdade, mas a gente ouve "se é da ocupação pode procurar outro lugar". Não tem médico ou não tem vaga na creche. Tudo que a gente consegue é através de muita luta e muita batalha. A gente conquistou o terreno, estamos com o projeto para ser aprovado pela SUSP (Superintendência de Serviços Públicos), mas e a verba né? Até as coisas no cartório ficaram prontas estava tudo ok e agora não tem mais verba. A nossa ocupação, como as outras, se identifica e se solidariza com a ocupação Fabiano de Cristo, com o Brejaru, com a Marielle. É bem importante quando a gente de identifica com uma luta e pode ajudar outras famílias. É bem importante pra gente quando tem pessoas (e acho que a Universidade tem bastante alunos que vão lá) que interesse em estudar e entender nossa realidade. Somos pessoas como todas as outras, trabalhadores, e a gente está nessa situação não porque a gente quer, é porque a vida nos impõe isso. A sociedade é muito desigual. A burguesia e esse governo nos marginaliza e nos bota nessa situação.”

Paulo:

“Olá, meu nome é Paulo, faço parte da Ocupação Contestado e das Brigadas Populares também. A gente tá nessa batalha pelo terreno que é uma batalha muito difícil. O atual governo está bem complicado, não tem mais verba pra fazer moradia. A gente fala pra todo mundo que fala qualquer coisa, fala que não quer morar ali. A gente não quer ficar ali. Ali não é uma maravilha! A gente quer morar num lugar digno, a gente quer pagar nossos impostos. A luz é ligação social, tem risco de pegar fogo! A gente não quer isso, mas é o que a vida proporcionou. Tendo visto isso tudo, muitas pessoas que tratam a gente como vagabundo, marginal, ninguém saiu de casa de madrugada e foi lá pegar terreno.

O prefeito disse pra gente sair do aluguel, sair das nossas casas que teria lugar pra gente. E não teve. Nossa ocupação é política. A gente decide tudo em assembleia e todo mundo tem voz na Ocupação pra ser uma coisa democrática. A gente pensa que sem organizar a gente tá perdido. A gente trabalha em cima do povo. A gente tá fazendo o papel do estado! Eles reclamam da gente mas a gente faz o papel deles, que é dar moradia para esse povo! Não tem moradia o povo ocupa.

Pra finalizar, a gente convida quem quiser ir lá conhecer nossa Ocupação, pode ir! Tem gente de todo lugar, temos 102 famílias lá! Tem muita gente precisando de moradia nesse Brasil.”

Observação: A transcrição das falas foi enviada pela organização do evento.

ANEXO II – ENTREVISTAS DOS MORADORES DA CONTESTADO

Entrevista formal com Débora

J: Começa falando de onde que tu nasceu, qual que é a tua idade? Antes de vim pra cá mesmo assim né?

D: Eu nasci em Joinville e hoje eu tenho quarenta anos.

J: Tá, e tu é mãe de quantos filhos e filhas?

D: Eu tenho seis filhos.

J: Seis filhos?

D: É, são dois homens e quatro mulheres.

J: E tu é avó também, né?

D: Sou avó também de uma netinha e tá a caminho outra, né?

J: É, a gente vai começar um pouco pela situação da tua casa. Como é que era onde tu morava antes da Contestado? Onde que era e como que era a casa.

D: Eu morava aqui em São José mesmo, né? Eu morava de favor na casa da minha mãe, com duas peças, né? Assim que ela tinha separado.

J: Mas duas peças na mesma casa?

D: Na mesma casa.

J: Aí morava só tu? Ou morava com o teu marido?...

D: É, morava eu, meus filhos e meu marido, e tinha separado mais duas peças pra ela, quando ela vinha, né? Que ela usava. E era um banheiro, e a cozinha que era área que era comum.

J: E mas assim, era em qual bairro que era aqui em São José?

D: Era no Zanellato mesmo.

J: E tu trabalhava por aqui?

D: Na verdade eu sempre trabalhei… É nos últimos 15 anos eu trabalhei na… Nos últimos 13 anos eu trabalhei na rede pública de Florianópolis na alimentação.

J: Mas daí era lá em Florianópolis, na ilha?

D: Trabalhei lá na ilha, aí antes eu trabalhava nos Correios… Terceirizada.

J: E tu ia muito pra ilha, assim, aproveitava?

D: Todos os dias, hahaha.

J: Não, mas tu aproveitava, ou tu só ia pra trabalhar?

D: Não. Eu ia mas era o trabalho né?

J: Não pegava uma praia ou não?

D: Era bem raro assim eu ir pra praia.

J: Essa é só curiosidade, haha, mas enfim.

D: Não, eu ia assim, eu ia tipo pro Campeche pra casa do J. só que eu não ia pra praia, eles iam e pra praia e eu ficava em casa.

J: Entendi, mas isso é o J. já depois de estar aqui [na Contestado], né?

D: Não, é [em tom de afirmação]. Mas antes, na verdade eu morei muitos anos na praia de fora. Então eu ia todo dia, todo dia, todo dia, pegava minha bicicleta...

J: Ai, isso eu não sabia, quando que foi isso?
D: Foi... em 93, por aí, 94.

J: E Débora, como é que foi chegar aqui na ocupação, como é que foi construir tua primeira casa aqui? Foi sempre nesse lote?

D: Na realidade, quando a gente ocupou esse terreno aqui. Eu coloquei meu barraquinho de lona foi um pouquinho mais pro meio do beco, né? Aí quando foi feito as divisões, é tipo, o mapeamento da ocupação onde se iria ser cada moradia, aí a gente veio seguindo e a minha bateu aqui.

J: Foi, tipo assim, não foi sorteio, né? Foi de acordo que o pessoal tava ocupando...

D: Foi de acordo como o pessoal tava, o terreno ia dividindo e ia dizendo, essa casa aqui, aqui, aqui e assim por diante.

J: E como é que tu acha que era, como é que foi a tua primeira casa? Era menor e depois aumentou?

D: É, na verdade no começo aqui ocupou eu e o meu irmão, né? Aí depois o meu irmão saiu pra trabalhar, teve os projetos dele, daí a minha filha ficou no lugar dele.

J: E como é que é a tua casa atual? Como é que está sendo construir ela? O que que está sendo essa...

D: Olha, é, na verdade a minha primeira casa, ela foi guerreira e durou sete anos assim, depois caiu, deu perca total e é uma batalha assim. E eu ainda estou em processo de construção, tudo é muito difícil, é muito caro, mas eu ganhei bastante ajuda assim, né? A minha sorte.

J: Mas tu ganhou ajuda como? Explica isso melhor.

D: E eu fiz rifas, teve ONGs que me ajudaram, teve o pessoal, né? Da da organização, da minha, que eu faço parte das Brigadas, assim. Dois companheiros meus que também fizeram uma arrecadação, tipo, todas as maneiras… Tou fazendo, né, um brechó, né? Arrecadar pra mim o que precisa pra finalizar o que tá faltando.

J: E e como é que foi de construir, quem que tá construindo? Eles são vizinhos, são amigos, são…

D: Olha, são pessoas de luta, né? São pessoas que… É como eu digo, muitas vezes a gente é surpreendido, né? As vezes aquele que tu menos imagina vai te... e daí quando tu menos imagina, são as pessoas que estão te ajudando, né? E aqueles que estão ali dia a dia sempre... É, outra coisa assim, que também é difícil, é quando a gente tenta um dinheirinho, de repente, alguém fica doente. Eu também tenho um tratamento de saúde, né? E tudo é gasto, né? Aonde fica mais difícil, o D. tá desempregado. A pandemia também, né? Que tudo parou.

J: Como é que tu avalia tua casa hoje? Tu acha que é uma casa boa de morar? Tu acha que tu tem qualidade de vida, de moradia, o que que podia ser melhor assim?

D: Olha a gente tenta fazer da melhor forma, né? Mas é óbvio que pra mim, isso aqui, pra quem morava de favor, pra quem não tinha nada… Não éxcelente, né? Mas em questão assim de ter a vida própria, né? É melhor. Claro que as condições não eram as que tinham na casa da minha mãe, né? Tinha uma outra estrutura, mas aqui é meu, e se eu estou aqui eu estou lutando por uma coisa melhor, e se Deus quiser e, [com] muita luta a gente vai conquistar. Chegado ao objetivo de ter uma casa, uma casa digna, né? Porque aqui é, vamos dizer que aqui é um quebra galho, né? Falar bem a realidade, isso aqui é um quebra galho, isso aqui é um meio da gente pressionar, é, pra poder conquistar alguma coisa melhor.

J: Aham, entendi. E tu falou um pouco do teu marido, desemprego, como é que tá a situação da família em relação ao emprego? E serviços assim, todas as crianças são atendidas por creche, escola?

D: Hoje sim, hoje meus filhos estudam o Marista, né? Na rede Marista que é um ótimo colégio, né? O mais novo está na creche, então hoje eu digo que tem assistência sim. Mas pra isso acontecer a gente teve que brigar também, né? Correr atrás...

J: Enfim, como é...

D: Traz isso aqui pra mim criança! Deixa ele brincar, quando ele terminar de brincar daí tu traz, pode deixar ele brincar...

J: Enfim, tu falou pra mim como é que foi antes de tu chegar na Contestado, tu falou como é que foi no início, como é que montou essa casa, e aí de agora, né? Quais que tu acha que são as diferenças que tem do início da ocupação pra agora? Dentro da Contestado, nesses nove anos você está aí.

D: Olha, no começo tudo era mais difícil, mas tinha muita união. Hoje… é… Quando as coisas estão mais estáveis assim, a gente sente um pouco [de falta] daquele calor humano, sabe? Daquele da parceria.

J: Tu acha que hoje tu sente falta disso? Não entendi, desculpa.

D: não, tipo assim, no começo da ocupação eu acho que existia mais mais união assim, né? No barraquinho de lona, aonde um precisava de um copo emprestado, de um prato de comida, ou um "deixa eu usar", quando tinha os banheiros coletivos. Eu acho que as coisas eram mais... Tinha mais união, eu acho, tinha mais luta né? Eu acho que depois que as coisas vão tomando uma diferente, que as coisas não são mais tão precárias [do] que quando a gente vem pra cá... Era muita loucura assim. Eu acho que as pessoas que começam a se inserir [depois], eles não sabem o verdadeiro sentido disso aqui, né?

J: Quem começa a se inserir tu diz depois do...

D: Depois de ocupar, né?

J: Tendi.

D: Então ela só começa a dar valor depois que acontece algo que ela tenha que correr atrás, e ve que isso aqui, aqui, isso aqui é uma ocupação de luta, né? Que aqui a gente busca a moradia digna. Então quando a coisa aperta é que eles caem em si...

J: Como é que é teu, essa aqui… haha... Qual que é teu envolvimento com as atividades da ocupação, se tu e tua família costumam participar de assembleia? Hoje, antigamente, como é que era a participação... Eu vou ter que perguntar o mesmo pra todo mundo, hahaha.

D: Eu sou obrigadaa dizer que é 100%.

J: Você, sua família...

D: É 99,9%.

J:E tu já participou de outras reuniões, de quadra, de núcleo, de atividades públicas?

D: De tudo, hahaha e eu não tenho como falar não.

J: E e qual que é a tua opinião sobre a importância dessas atividades?

D: Ah eu acho muito importante porque assim ó é um aprendizado né? É um aprendizado, tudo que a gente faz, que a gente participa, tudo é um um aprendizado, é uma troca de experiência.

J: Pode falar.

D: Conhecimento. Ai, é muito bom, eu gosto assim, né? Às vezes eu me sinto um pouco limitada.

J: Em que sentido?

D: As vezes eu acho que eu pego muita coisa pra fazer e eu acabo me envolvendo o tempo todo.

J: Tu ve nessas atividades, é como atividades políticas? De luta por moradia? Quando tu participa tu acha que elas tem um caráter político, assim, fazer uma assembleia aqui, fazer uma reunião aí?

D: Olha, eu acho que a vida é uma política, né? Porque tu tais ali, tu tá fazendo política. Sei lá.

J: Não, pode falar, pode falar!

D: Não sei, é o que eu penso, eu acho que... É, eu fazer uma assembleia eu vou definir… Eu acho que eu estou alimentando alguma coisa, eu to fazendo política, eu to nos espaços, eu acho que a vida é isso.

J: O que que você acha das assembleias que a gente faz periodicamente aqui? Que elas cumprem uma função, que elas são positivas?

D: Eu acho que sim. Eu acho que na realidade a importância das nossas assembleias é conscientizar as famílias, né? Que nada vem de graça, e, tudo precisa de uma dedicação, de uma atenção, de um esforço maior...

- A fulana tá ali?
- Tá.

- Oi fulano!

J: Opa, tamo fazendo aqui a entrevista do mestrado, depois é tu Paulo!

P: Vai me entrevistar também?

J: Também.

P: Tá É pergunta difícil?

J: Não, não... A P. tá adorando!

[…]

P: Onde vocês estão?

J: A gente já tá no quarto bloco, falta pouco, falta pouco! Tá! Vamos lá, o que que tu acha das assembleias que acontecem aqui, qual que é a sua opinião sobre?

D: Eu acho que seria assembleias pra mim… Eu acho que nas assembleias é aonde a gente pode... Não é ver o que é certo e errado, mas eu acho que ali é o espaço coletivo que a gente tem pra tomar nossas decisões, né? Pra conscientizar o pessoal, pra dar aquele puxão de orelha, né? Pra falar o que que tá acontecendo, pra explicar as coisas, pra trazer os benefícios pra ocupação...

J: Tu avalia, assim, as assembleias positivamente, negativamente, como é que tu avalia isso?

D: Olha, positivamente na maioria das vezes.

J: O que que é na maioria? O que que é a minoria das vezes?

D: A minoria é quando a gente faz assembleia pa, pa, apagar incêndio, né? Eu acho que isso é um processo desnecessário.

J: E como tu acha como é que, tu acha que ia ser a ocupação se não tivesse essa cultura de assembleia?

D: Seria terra de ninguém.

J: Essa outra pergunta também [é um pouco redundante para você, como é que tu avalia a presença das Brigadas Populares na ocupação?

D: Eu acho que se não tivesse elas não existiriam a Ocupação.

J: Olha, tu participa de outros momentos assim de reunião, de assembleia em outros espaços, seja ele grupo de igreja, conselhos, alguma coisa assim. Costuma participar?

D: Eu faço parte, eu sou conselheira do SEMAS, né? É o Conselho da Assistência Social e atualmente eu sou faço parte da coordenação do fórum do SUAS, né. Também faço parte das Brigadas, né?. Eu acho que é isso.

J: E você acha que essa luta é política também?

D: Acho que sim.

J: E como é que e como é que você se sente em outros espaços? Tu acha que tu tem esse tipo de envolvimento em alguns locais de trabalho? Não sei se tu já teve experiências parecidas onde tu trabalhou.

D: Olha, a minha vida é uma constante guerra sempre. Eu não costumo, eu não consigo, ficar calada onde eu vejo uma coisa errada. Sempre estou lá metendo o meu bedelho e me muita gente me procura pedindo ajuda, daí eu sempre to tentando da melhor forma...

J: Como assim as pessoas te procuram?

D: Eu acho que as vezes elas se identificam com o que a gente faz aqui, né? Porque eu faço e vem pedir minha opinião, pedir ajuda.

J: E tu pode tu pode dar algum exemplo, assim, de algo que aconteceu?

D: Olha, tipo outras ocupações, né? Quando tiveram liminar de despejo, né? Coisa de reintegração de posse. Vieram aqui pedindo ajuda, vendo como é que a gente passou por isso, né?

J: Como é que tu avalia a situação do país em geral? Do governo na pandemia, das ocupações principalmente em relação aos despejos, ao período que a gente está passando agora.

D: Esse governo pra mim, olha, não me representa! Nem, nem, nem em sonho, nem em pesadelo ele me representa, nem nos meus piores pesadelos.

J: E, é, qual que é a tua visão sobre o poder público em relação as ocupações?

D: Qual é u…?

J: De forma ampla, assim, o poder público seja estrutura do estado, se tu é bem atendida na saúde, na educação, em direito.

D: Olha é o pior possível porque eu acho que assim… Eu acho que é muito falho, deixa muito a desejar em todos os sentidos.

J: Como assim?

D: Tudo pro, pra uma pessoa que mora numa ocupação é mais difícil, acesso aos aparelhos públicos, o acolhimento na sociedade, né? E a partir do momento que a pessoa é de uma ocupação, ela é criminalizada, ela é virou marginal mesmo trabalhando segunda a segunda. Mesmo tendo sua família, mesmo tendo, né? A sua luta diária, né? E também trabalho é mais difícil, porque a gente não tem um comprovante de renda, então assim fica mais difícil.

J: E aí tu acha que o poder público ele não ajuda, ele não age como deveria, ou ele é pouco presente, como é que tu acha isso?

D: Olha, ele é pouco presente e quando ele se faz presente não é pra ajudar, é pra piorar a situação.

J: Bom, como é que tu acha que a tua experiência aqui na Ocupação Contestado te ensina algo pra outras coisas da vida. Assim, tu acha que o tempo que tu lutou aqui, tu acha que o tempo que tu tá morando aqui pode te ensinar, pode te dar experiência pra outras lutas, né? Como é que tu avalia a tua experiência de organização assim?

D: Nossa gente, eu sou outra pessoa. Há anos atrás quando nem sonhava que morava numa ocupação, quando eu via assim na televisão, esse negócio do MST eu dizia “meu Deus, cambada de maluco”...

[…]

J: Vamos voltar que essa importante, é a última. Como é que você avalia essa experiência na Contestado, o que tu acha que ela te ensina?

D: Nossa, ela me ensinou muita coisa, ela me ensinou a ser uma pessoa melhor, mil vezes melhor. Eu aprendi a olhar pro lado, olhar pra trás, eu aprendi a olhar ao meu redor, né? Não só pro meu coração. Eu aprendi também que é a partir do momento que a gente ajuda as pessoas, a gente sente bem, sente melhor, tu vai se identificando com a luta das outras pessoas, né? Às vezes tu vai em algum lugar, em algum momento tu vê, “pô, já passei por aquilo ali”. E aí tu vai tentando ajudar, tu vai tentando contribuir pra que aquilo funcione porque tu já viveu aquilo ali, tu já passou por aquilo ali e às vezes quando tu encontra aquela pessoa assim que é bem tapada, que é bem sem noção, que defende uma coisa fora do comum, e tu começa “não, está tudo errado!” Tu vai tentando argumentar, vai tentando fazer ela ver que ela não precisa passar por tudo aquilo ali pra vida dela ser um pouco melhor né? Ela pode fazer diferente ela pode tentar diferente, né?

J: E, recupera um pouco aquele raciocínio que ele estava falando do MST, por ver eles na TV tu achava eles malucos e...

D: Eu dizia “meu Deus isso aí não existe, né? Como é que pode assim, ocupar uma terra e dali um tempo essa terra ser minha né?” Eu achava que isso não existia, na verdade nós somos muito leigos, né? A gente não sabe dos nossos direitos, a partir do momento que tu vai se inserindo na luta tu vai começando a aprender, tu vai tendo consciência de quanto direitos tu tem que te é negado e que muita gente não tem nem noção disso.

J: E isso veio a partir da tua experiência com a Contestado?

D: Com a Ocupação.

J: E qual que é a tua visão hoje sobre essas outras lutas, tipo MST?

D: Nossa me identifico super. É onde eu digo que é meu povo né? É um povo de luta, assim... Na verdade eu acho que aonde tem um pessoal precisando de ajuda, ocupando algum espaço, precisar de ajuda eu sempre vou estar lá.

J: Tu acha por que isso? Porque tu quer tár lá e o que que te move?

D: Porque a vida me ensinou. Eu não me vejo mais vendo uma pessoa na necessidade, fechando meus olhos e dizendo “ah dane-se, não é comigo”. Hoje é diferente.

Ah legal. É mais ou menos isso, tu gostou? Tu achou que precisa…

D: Achei legal!

Entrevista formal com Clarissa

J: Eu queria que você começasse falando um pouco de ti, onde tu nasceu, quantos anos tu tem assim.

C: Olha, eu sou paulista, nasci em 1964 em plena guerra da revolução de 64 ,no meio da revolução. O táxi não conseguiu passar e eu nasci dentro do táxi, eu nasci no meio da guerra. É impossível não ser guerreira, eu nasci no meio. Aí vivi lá até meus onze anos, fui criada em colégio interno de freira, e vivi até meus onze anos lá e depois a gente vem pra Imbituba. E de Imbituba a gente veio pra cá, pra Florianópolis.

J: [Tu] morou em Florianópolis mesmo?

C: Em Florianópolis. Aí eu casei em em Florianópolis, fui funcionária pública municipal, me aposentei lá, e aí a vida de aposentado o dinheiro não dá, né? Não dá pra pagar aluguel, ou tu come ou tu paga aluguel. E aí eu comecei a ficar bem doente por causa dessa história de “passar pão”.

J: Essa história de que? Desculpa.

C: Essa história de pagar aluguel só passando a pão, né? Aí eu acabei ficando bem doente, e aí eu tive que tomar uma decisão né? Aí uma amiga duma vizinha da onde da casa onde eu alugava falou do Contestado aqui a gente veio era eu e meu marido na época a gente veio e eu consegui fazer uma casinha lá na esquina. Aí a gente separou, minha casinha caiu, eu fiquei ruim de novo, fiquei bem doente. Aí a D conseguiu pra mim ficar aqui que essa aqui era a casa do seu J, mas o seu J não morava aqui fazia 5 anos, não aparecia mais aqui, não morava, morava em outro lugar, aí a D me botou aqui e aqui eu fiquei.

J: E aí aqui você mora sozinha, né?

C: Moro sozinha.

J: Mas cê tem duas filhas?

C: Tem três filhas na verdade. Duas mie sacode, me corre de me salvar, mas uma tem comércio, então essa é do comércio nunca pode vir. E essa só vem no domingo, lá uma vez ou outra.

J: E tu entrou com o pessoal?..

C: Eu entrei duas semanas depois do pessoal estar aqui.

J: Mas quando tu entrou ainda era tenda, né?

C: Ainda era ainda era barraca, uma das primeiras casinhas de madeira foi a minha. Ainda era barraca, a maioria do do pessoal era barraca, ainda era cozinha comunitária, banheiro comunitário.

J: E quando tu entrou, tu participou de alguma assembleia, de alguma…

C: Sempre! Todas as assembleias que tinham…

J: Não! Mas pra entrar?

C: Sim.

J: Então tu teve que participar de [assembleias]...

C: Tive que participar de assembleias, eu quando pra entrar aqui, eu tive que pegar aqui as normas do Contestado... Uma das únicas pessoas que ainda tem essas normas sou eu.

J: E como é que foi, como é que foi participar dessas reuniões pra entrar aqui? O que tu achou desse processo?

C: Eu gostava eu gostei das assembleias, de tudo, porque dai a gente fica sabendo de tudo como é, como não é, como começou o movimento, em que pé que estava, né? Para Bolinha! Oh Bolinha chato!

J: Vou colocar, eu fui atacado por um cachorro no meio da entrevista, hahaha.

C: [ele] é terrível… Desce!

J: E enfim, e aqui tu mora sozinha, tu é aposentada? tu não trabalha mais do da prefeitura mesmo?
E como que é, tu tem diabetes, como é que é a questão de atendimento pro serviço público, né? De saúde...
C: Olha esse postinho ali do de Serraria é bom. Aquele ali é bom. Nós sofremos muito, passamos um trabalho com o Postinho de Zanellato.

J: Ah é como é que era?

C: O Posto dos Zanellato era um terror, era um inferno era muita discriminação.

J: É mesmo?

C: Era terrível.

J: Por ser da ocupação?

C: Eu fiquei sem andar numa cadeira de rodas por falta de atendimento do posto, isso eu ouvi de uma médica.

J: Ô louco! E era e era por ser da ocupação?

C: Por ser da ocupação, eles tinham preconceito com a gente.

J: Nossa. Po, devia ser ao contrário, né?

C: É, mas eles tinham preconceito com a gente.

E tu consegue receber assim visita domiciliar?..

C: Consigo, se eu precisar eu consigo, na época eu até precisei mas depois eu consegui ir no posto. Agora também minhas filhas também me levam de carro, então não tem necessidade, mas se eu precisar eu consigo.

J: Ah que bom, que bom. E tu morou em Florianópolis onde?

C: No monte de Cristo, foi o lugar que eu morei mais tempo, fui do Monte Cristo.

J: Aí do Monte Cristo tu vem pra cá?

C: Do Monte Cristo eu vim ali pros Zanellato, e do Zanellato eu vim pra cá.

J: Entendi, e como é que era? Tu pagava aluguel no Zanellato então?

C: Sim, no Monte Cristo não porque foi do na época do meu primeiro marido, eu era de menor então não tinha como assinar nada, aí a casa era dele mesmo, né? Então a gente viveu a casa própria. Mas no Zanellato eu pagava aluguel.

J: E tu lembra como é que era morar lá, qual que foi a diferença de vim de lá pra cá?

C: Ah, muita diferença, nossa, meu Deus, muita diferença! Aqui o pessoal pode ter seus defeitos, pode ser terrível, pode ser tudo, a gente tem nossas dificuldades, o o lugar também, né? Mas aqui o pessoal é unido.

J: Aqui é unido?

C: Aqui a gente tem uma coisa que tu não tem em lugar nenhum que tu more em casa própria: a união do povo. Aqui o que acontece com um acontece com todo mundo, se cair uma telha, quebrou, deu uma chuva, quebrou uma telha, corre todo mundo. Caiu uma casa, corre todo mundo, então todo mundo se ajuda. E a assim uma cesta básica, o pessoal dá pra todo mundo, se divide-se entre todo mundo o que tem, né? Quando chega e divide pra todo mundo, uma marmita, uma cesta básica, assim acolher, socorrer as pessoas.

J: E mas a diferença assim...

C: Pra mim, quem chamou o SAMU para eu ir pro hospital a última vez que eu fui, foi a P

J: Quando que foi isso? Foi ano passado?

C: Ano passado, isso.

J: E como é que foi, mas assim, a diferença de casa? Como é que era pagar aluguel...

C: Ah sim, as casas que eu morava eram umas casinhas melhores, eram umas casinhas bem ajeitadinhas de alvenaria, né? Mas eu tive sorte de pegar uma kitnet bem boa, então era um lugar bom de morar. Aqui o terror daqui é o rato, aqui tem muito rato, meu Deus é terrível, acaba com as coisas da gente tudo e o medo da gente... E eu morro de medo, morro de medo é de rato, então aqui o pior é o rato Eu nem ligo pra beleza da casa nem nada, mas o rato me acaba.

J: E mas então assim tu acha que hoje tu mora pior do que quando tu morava [de aluguel]?

C: Moro, bem pior, bem pior. Em termos de dignidade aqui não tem, a gente não tem condições... Bolinha deixa ele! Ele não vai te levar pra rua, não adianta! Não adianta tu bajular que ele não vai te levar pra rua.

J: E tu acha então assim que a ocupação, tu falou da união, agora tu falou que mora pior, tu acha que ela tem vantagem, desvantagem?

C: Assim, tem vantagem porque a gente tem um lado político, né? Todo mundo aqui é politizado, sabe o que que está acontecendo, luta pelos seus direitos. Tem a união do pessoal que sempre a gente precisa estar todo mundo junto. Querendo ou não, pode não ir numa assembleia, mas se acontecer uma coisa mais grave todo mundo ajuda, entendeu? E e eu acho que é bom por esse lado assim, da união do pessoal que está politizado, que é muito importante, né? Agora as condições da casa, do lugar é terrível. Viver aqui é terrível, agora que a gente conseguiu que o povo consertasse as águas que estava vazando.

J: Pô eu vi deu uma diferença...

C: Meu Deus.

J: É que tá chegando o dia das crianças também.

C: Eu já tinha caído duas vezes... Não, porque a gente ameaçou de cortar água, porque a gente ameaçou de cortar água de que não fosse arrumar. A gente ia rastrear as casas e cortar água.

J: Tá certo, tá certo. E bom, como é que é teu envolvimento com as atividades da ocupação?

C: Olha eu vou em tudo que eu posso, eu tenho problema realmente nas minhas pernas, tem dia que eu não posso ir. Pra movimento de rua eu não tenho condições, eu vou mais prejudicar do que ajudar, não tenho condições de ir numa passeata, eu não tenho condições de movimento na rua. Então eu sempre ajudo como eu posso, com o dinheiro pra lanche, pra passagem pro pessoal, essas coisas assim eu sempre ajudo.

J: E nas assembleias sempre tá né?

C: Tô sempre, a Assembleia é uma coisa que eu não falto. Bolinha! Para! Só se eu estiver muito ruim mesmo pra não ir numa assembleia.

J: E bom, e qual que é a tua opinião sobre as atividades aqui, as assembleias ou um ato fora?

C: Já foi melhor, a coisa está piorando, o pessoal... Só vai quatro gato pingado. Eu acho a gente tinha que ser mais rígido com esses pessoal que não vai, eu acho que tinha que haver uma punição pra esse pessoal que não vai, sabe? Eu acho que está muito a la vonté, porque isso uma hora que a gente de fato precisar pra ir numa prefeitura, vai ser um horror. A gente conta, tem mais gente da Brigada nas assembleias do que do pessoal que mora aqui, isso é uma vergonha! Então eu acho assim ó, tem que haver uma punição pra essas pessoas e também eu acho que o pessoal que saiu daqui, saiu, saiu, vão embora. É uma coisa que eu vou bater perna até morrer porque eu acho que está errado. Tem que passar perrengue como a gente passa mesmo, eu estou aqui desde o começo e não larguei.

J: E tu acha que as atividades, tanto de assembleia aqui interna, tu ve elas como atividades políticas?

C: Sim, e comunitárias também, né? Eu vejo como comunitárias que ajudam as festas, do Dia das Crianças, festinha do Contestado, a festinha junina que foi feita, eu acho que isso é uma integração social que dá muito certo, que faz muito bem, né? Porque a maioria do pessoal aqui não tem condições pra se divertir, não tem dinheiro, não tem como ser pra se divertir. Não tem dinheiro, não tem dinheiro, não tem nada, o máximo que vai ali na pracinha, principalmente as crianças.

J: E assim, mas tu vê isso como atividades políticas assim, tu acha que quando a gente faz uma assembleia, conversa com o vizinho a gente está fazendo algo político?

C: Sim, e eu eu acho bom isso, abrindo os olhos das pessoas entendeu? Politizando e ensinando o que é política, porque política pra esse povo é quem vai na televisão em época de eleição e fala um monte de baboseira. Isso pra mim é antipolítica, tem nada a ver com política, sabe? É safadeza. Desce Bolinha, Bolinha!

J: E como é que, enfim, como é que isso é pra ti na vida né? Tu foi funcionária pública, tu participava de outros…

C: Eu era sindicalista.

J: Aaaah...

C: Eu fui diretora do SINTRASEM durante quatro anos.

J: E tu tá acompanhando agora a COMCAP, não?

C: Sim, ah eu acompanho tudo. Eu na época eu era sindicalista, era diretora de de divulgação e fiquei quatro anos no sindicato, mas eu já tava na na na política desde que eu entrei na prefeitura. Eu entrei na numa coisa que ninguém faz, ninguém faz

hoje em dia, entrar numa greve num período probatório, eu entrei! Com dois dias de período probatório eu entrei numa greve, ninguém faz mas eu fiz.

J: Era greve do quê?

C: Ah foi uma greve por salário, era pro salário, na época meu ex-marido bancou a casa, eu disse “não”, eles descontaram os dias, eu disse “pois vão descontar”. E ele bancou a casa e eu entrei, eu entrei mesmo e fiquei.

J: E tu acha que tem alguma semelhança a organização sindical com a organização da ocupação?

C: Sim, tem, tem que é a parte de conscientização, né? Era o serviço que eu fazia muito, que eu ia nas creches, que eu ia nas escolas e a gente fazia esse serviço de divulgação. A gente tanto faz o serviço de divulgação quanto fazia… Bolinha! Deixa eu teimar! Fazer esse trabalho de divulgação, de politização, de ensinar o que que é uma coisa, o que que é outra... Para Bolinha! O divertimento dele arrasta ela [a gatinha] pra casa.

J: Ai meu Deus tadinha.

J: E esse trabalho de conscientização, coisa assim, tu vê que é feito nas assembleias aqui?

C: Sim.

J: Por isso que é parecido, né?

C: Sim, nos comentários dos grupos, né? Traz bastante coisa pra gente, e isso eu acho muito importante, eu acho que mesmo que se consiga o apartamento, esse movimento não tinha que parar. Esse movimento deveria continuar, entendeu?. Pras outras ocupações que não conseguiram, a gente poder continuar ajudando, e mesmo pra gente aprender a viver em comunidade. Porque esse povo não sabe viver em comunidade, não sabe respeitar o seu vizinho do lado.

E tu é bem ativa assim nos grupos, o que que tu acha das coisas que o pessoal das Brigadas mandam, o que que tu acha da da atuação do pessoal das Brigadas?

C: Nossa, se não fosse vocês esse grupo… A Contestado não existia mais.

J: Ah é?

C: Se dependesse só da gente, não existiria mais. Porque o pessoal não tem a menor boa vontade pra nada, e as Brigadas pra nós, meu Deus, vocês são fundamentais, são fundamentais pra gente.

J: E acho que só falar mais um pouco disso, assim, como é que tu vê que foi mudar da luta sindical pra luta por moradia, tu acha que tu está na luta por moradia, ou tu acha que?…

C: Sim eu estou na luta, eu estou na luta por moradia e a diferença é bem grande. Na época o sindicato ajudou, eu ajudei na época, participei, da ocupação da Chico Mendes (Florianópolis).

J: Ah é? Que legal.

C: Sim, que na época [a prefeita da capital] era Ângela Amin. E nós tínhamos funcionários da prefeitura que estavam nessa ocupação.

J: Morando?

C: Morando. Então a gente ajudou em função desses funcionários, desses funcionários que tavam morando, e a gente entrou num num grupo, fez a participação e ajudamos dessa forma.

J: Ah, legal. E mas qual que é a diferença assim que tu acha que foi do sindicato pra luta por moradia?

C: É diferente porque assim oh, o sindicato ele luta por questões mais sociais, sabe? A questão do salário, a questão dos teus direitos trabalhistas, e não é por... Politiza pra esse lado assim, duma dignidade pra trabalhar, pra viver. E o Contestado não, o Contestado ele priora [prioriza] tudo, desde o trabalho, a moradia, que em primeiro lugar vem a moradia, porque sem moradia, tu não tem dignidade, tu não tem trabalho, tu não tem nada, né? Então eu acho que o sindicato, ah, não prioriza esse lado.

J: E o contestado então ele é mais abrangente?

C: É mais abrangente.

J: Entendi. E como é que tu acha…

C: Bolinha, para!

J: Assim... Tu teve essa experiência sindical, mas tu tu acha que a luta no Contestado, ela pode ensinar algo pra outras lutas? Eu não sei se tu teve contato com as outras ocupações...

J: E tu falou da de negociar coisa assim, como é que tu acha que é joje a atuação do poder público, da prefeitura sobre as ocupações em geral?

C: Eu acho péssimo, péssimo. E a tendência é ficar pior, é ficar pior.

J: Sim, e como que tu avalia a situação do país?...

C: Por exemplo, o trabalho que vocês estão fazendo, não era pra ter ocupação, as pessoas eram pra ter casa. E deveria existir... Isso é constitucional, tinha que ter em todas as prefeituras uma forma de ter essas casas próprias. Um programa, um programa de casas próprias para as pessoas. Eu me inscrevi em Florianópolis faz mais de trinta anos.

J: Trinta anos? Tu se inscreveu na Cohab?

C: Não, não, na prefeitura, na casa própria, na prefeitura. Inscrevi ainda era funcionário e estava na ativa, até hoje...

J: Nunca te chamaram nem assim “ah vamos conversar, vamos financiar”?

C: Não.

J: Mas eles falaram “a gente vai te botar na fila assim ó”?

C: Só botaram na fila.

J: E nunca andou assim?

C: Nunca.

J: Depois talvez veio as casas da Ângela [Amin] eu acho só, né?

C: Mas as casas da Angela já tinham propósito definido que era o Chico Mendes.

J: Ah entendi.

C:Não foi colocado gente de fora, foram só as famílias que já moravam na área e que na verdade assim ela não tirou da área. Ela queria urbanizar a área pra ficar mais bonitinha a entrada de Florianópolis, entendeu? Ela queria urbanizar, era só isso.

J: Entendo. E e nunca diga nem chamaram assim “ó vamos ver se a Cláudia quer financiar um apartamento...”

C: Nunca, nunca.

J: Acho que é um pouco isso, C, agora a gente está chegando meio que no final assim. Eu não conhecia essa história, dessa tua que tu veio de Florianópolis, e que ficou tentando conseguir casa lá. E tu lembra se esses outros funcionários públicos ganharam?

C: Olha, que eu saiba, ninguém que se inscreveu comigo na época ganhou, as pessoas compraram por conta própria, mas não tiveram ajuda nenhuma.

J: É que em outros outras cidades assim, eles sempre comentam que o problema é que digamos assim às vezes funcionário público conseguia, e os outros não.

C: Aqui é o contrário, os funcionários públicos não conseguiam nada. A gente só podia ser atendida no SUS se não tivesse ninguém pra ser atendido. A gente não podia pegar uma ficha como todo mundo e ser atendido no dia como todo mundo era, a gente não podia.

J: Mas por que que era isso?

C: Não podia porque nós eramos funcionários, a gente tinha direito de escolher um IPESC [plano de previdência]. Na época era IPESC, um sistema de saúde pago, a gente tinha essa opção. Só que nem todo mundo tinha essa opção e condições de descontar e de pagar todo mês o exorbitante que eles cobravam, tendeu? E pra gente ser atendida no SUS de Florianópolis, nós tínhamos que esperar. Tem uma fila de dez pessoas ali e tem dez fichas, as dez fichas vão ser ocupadas e o funcionário vai ficar. Se a gente se machucasse numa emergência, tinha que ir pro hospital, eles não atendiam.

J: E o teu trabalho ali, tu fazia o que na prefeitura em si?

C: Eu era recepcionista, trabalhava no laboratório como recepcionista.

J: Tu trabalhava na área da saúde e não era atendida?

C: Não era atendida.

J: Nossa, que loucura.

C: Eu cheguei a passar mal, o médico do posto me levar pro hospital Florianópolis e não me atender no posto. E duas vezes isso aconteceu, uma vez eu tive uma crise asma quando eu ainda era merendeira que eu comecei como merendeira, e eu tive uma crise de asma muito forte, o médico me levou pro hospital. E a segunda vez eu tive uma crise que deu uma queda de pressão e desmaiei e também o médico me levou pro hospital, mas não me atenderam ali.

Mas enfim assim, pra gente finalizar...

C: Para Bolinha, que chato!

J: Eu acho que eu acho que tu sintetizou bem as coisas no início né? É, como é que tu está vendo assim agora a situação do país com a pandemia?...

C: Ai eu to horrorizada…

J: Tu é assim, mas tu é aposentada, tá, tá mais difícil? As coisas estão mais cara pra ti também?

C: Estou horrorizada, subiu tudo, tudo, subiu tudo. O custo de vida subiu demais, né? E eu tô contando o que que eu como, né? A minha saúde também não ficou bem, tá pior do que tava antes e eu vivo de máscara, e nesse período todo dia de pandemia, um ano e cacetada, quase dois anos, eu fiquei trancada aqui dentro de casa, não vou pra lugar nenhum. Cês vê que a assembleia é de máscara. E assim parei minha vida em função da pandemia. Agora depois das duas vacinas e da influenza que eu tomei também, é que eu vou poder ir em novembro começar a voltar minha rotina normal de vida.

J: Tomasse essa segunda dose agora então?

C: Já, tomei a segunda dose em agosto e foi por ordem médica mesmo. Para Bolinha! Deixa em paz, mas que bicho chato cara! Vem cá mamãe, vem cá. Vem mamãe...

J: E como é que é pra te ver... Você falou antes que essa coisa da moradia ia piorar, né? Enfim, como é que é pra tu ver agora no momento de pandemia, no momento e tal a situações das ocupações... Você disse que estava aumentando...

C: Sim, está aumentando porque as pessoas não tem mais condições de pagar aluguel! Não tem mais, o custo de vida como subiu não dá, hoje não tem mais a opção de comer ou pagar aluguel, tu não tem nem como comer e nem como pagar aluguel, tu não tem como fazer as duas coisas! Não tem como fazer as duas coisas. Mesmo tu indo pra uma ocupação, tu não tem a condição da comida, entendeu? Tu não tem mais porque o dinheiro não dá mais. Tu não tem como pagar aluguel, água, luz, remédio e comida, não tem! Não funciona. E mais passagem, quem pega ônibus todo dia não tem condições. Então vai aumentar muito as ocupações. Vai aumentar muito gente na rua, gente morando na rua e as ocupações. E isso é coisa assim pros quatro, cinco anos ainda.

J: Bacana, é bom ver a visão assim dos moradores sobre, né?

C: É, vai, vai demorar uns quatro, cinco anos ainda pras coisas começarem a se endireitar.

J: Aham. E era mais ou menos isso, não sei se tem mais alguma coisa pra falar, era bem curtinha mesmo, né?

C: Eu acho que assim, pra mim a ocupação foi um uma necessidade que eu tive na época, e tenho ainda hoje. Foi bom, não posso dizer que foi ruim, foi bom, a ocupação pra mim foi bom porque eu conheci esse lado da união que eu não conhecia.

J:Mesmo com o sindicato?

C: Não conhecia, essa parte social, a parte da união eu não conhecia. Eu morei em lugares que eu conhecia só meu vizinho do lado.

J: E tu acha que aqui então é bom tu conhecer todo mundo?

C: Sim, todo mundo junto, de estar todo mundo no mesmo barco, da gente ajudar todo mundo. Ficou uma coisa mais igualitária, sabe? É igual, todo mundo aqui dentro é igual.

Entrevista formal com Galega

J: Então eu vou perguntar pra ti então onde que tu nasceu, quantos anos tu tem pra ti se apresentar um pouco, né? Eu te conheço como G, moradora da quadra x mas eu não conheço muito assim da tua Vida.

G: Sim éé posso começar?

J: Pode, pode.

G: Meu nome é G. Eu nasci aqui [São José], eu tenho trinta e nove anos.

J: E como é que é tua família? Você tem dois, três filhos quatro filhos?

G: Quatro filhos, um de dezoito, um de dezesseis, a Y de sete e o E de dois aninhos.

J: Aham. É bom e tu tá trabalhando, fora?...

G: To, to trabalhando vai fazer dois anos que eu estou trabalhando ali na creche né? Na creche, pela Cronos (terceirizada) né? Eu trabalho de limpeza ali na creche do Morar Bem. Vai fazer dois anos agora.

J: Então é isso assim, e aí tu vai de ônibus, vai de carro?

G: Não, não, vou a pé e volto a pé.

J: É aqui pertinho?

G: Aham! Aqui pertinho. Aham!

J: Como que tu mora aqui, né? Porque eu sempre te conheci, tu sempre morou nessa casa? Você chegou no Contestado e sempre morou aqui? Tu ampliou?

G: Não, não. Eu comecei aqui na quadra x mesmo, mas só que a minha casa era a *número* e daí depois conforme foi passando daí eu fiquei morando ali uns três anos. Aí passou o tempo daí vim pra essa casa aqui que eu tô hoje e tô morando ao todo sete anos.

--pequena discussão sobre número da casa que expoe a localização omitida--

J: Aham e tu estás aqui há sete anos, então tu entrou depois do pessoal né?

Como é que foi esse processo tu entrou por assembleia?

G: Fui fui pra pra assembleia, fui pra reunião primeiro, fiquei um ano frequentando a reunião. Aham, um ano. Né? Morava de aluguel aqui na outra rua. Uhum. Vinha com sol, com chuva, trovoada, vinha com meu bebezinho, né? Que era a Y, era recém-nascida. Vinha embaixo de chuva, mas eu não faltava uma reunião.

J: Eram reuniões assim, só pra quem? Era a reunião da ocupação, era reunião pra quem queria morar?

G: Pra quem queria morar.

J:Pra quem queria morar.

G: Isso. Daí botava naquele caderno, né? Naquela ata.

G: E era sempre no dia da reunião aquela ata sempre estava presente, a gente sempre [assinava]. Toda vez que tu vinha na reunião que terminava a reunião aquela ata estava sempre presente. E daí chegou, aí frequentei um ano, e depois de um ano aí foi o sorteio.

J: É foi o sorteio... Tu lembra quantas famílias tinham pra cada casa no sorteio?

G: Eu acho que era quatro família. Era eu, era a D, era a D e mais duas moradoras que eu não [lembro], que hoje em dia não estão aqui.

J: A D entrou também daí?.

G: A D entrou também.

J: Ah que legal. Não sabia desse [seu] processo [nessa época]. Como é que foi frequentar essas reuniões pra ti? O que que falavam, o que que acontecia?

G: Então era como era (no sentido de funcionar) a ocupação. É as regras, tudo isso... Era regra, era como era como se morava aqui, como tinha que que acontecer, como tinha que fazer... Tudo tudo isso tudo tudo tudo era esclarecido. Até botavam “ah vai ter o dia das criança, e é assim, a gente precisa disso, a gente precisa daquilo”, e quem frequentar essa reunião ali, que pudesse ajudar, aí ajudava e participava... Era assim, era bem legal...

J: E tu morava na rua de trás onde que era?

G: Era aqui na primeira, segunda, terceira, na quinta casa. Era quitinete.

J: Ah quitinete.

G: Isso. Eu pagava quinhentos reais por mês mais água e luz.

J: Isso em 2013, 2014?.

G: Isso, isso mesmo.

J: E aí tu quis vir pra cá por que assim, o que que tu viu?

G: Na verdade eu nem sabia que tinha ocupação aqui. Quem me falou foi a dona D. Que daí ela tinha ganho, e daí ela pegou (no sentido de veio morar)... Eu morava nessa época que a dona D me falou e eu morava junto com a minha sogra lá nas ca-

sinhas. Aí ela me falou “o Galega o negócio é o seguinte: lá eu ganhei no sorteio ali na ocupação, mas tem que frequentar, aí ela me explicou, tem que frequentar as reuniões, tem que ir lá, não pode faltar um dia.” Daí ela me trouxe, daí eu comecei a vir, aí eu comecei a vim, conhecer o pessoal, aí vim a tarde também pra conhecer, pra ver como que era tudo…

J: E tu morava com a tua sogra na quitinete, é isso?

G: Eu morava na casa primeiro, morava na casa da minha sogra. Aí depois eu peguei, cansei, daí a gente foi pro aluguel ali.

J: Uhum, entendi. Aí tu tava com o seu marido?

G: Já, já. Eu estou com ele desde os meus quinze anos.

J: Legal, legal. E como é que é, qual que foi a principal diferença assim quando tu veio? O que que foi bom, o que que foi ruim?.. nesse processo de mudar pra cá?

G: Lá no início, lá no início... Então, é, lá no início... É primeiro eu quero saber exatamente o que que [é] essa tua pergunta.

J: Então, qual que foi a diferença de tu sair do aluguel pra vir para a ocupação? Vamos encurtar ela, haha!

G: Isso, é assim ó, a diferença é que antes, ante,s lá no começo aqui era meu Deus, maravilhoso! Tinha a regra, entendeu? Todo mundo respeitava, todo mundo fazia, entendesse? Caminhava todo mundo num num passo só, entendeu? E no aluguel assim, é claro, eu tinha mais sossego, né? Eu tinha mais sossego, era diferente, né? Aí aqui não, aqui a gente convive com várias pessoas uma do lado da outra, então é muito diferente, né? Mas só que hoje está um pouco mais pior, mais diferente, né? Hoje em dia está mais puxado de morar aqui.

J: Ah entendi.

G: Entendesse?

J: Mas e pra ti sair do aluguel, o que que significou isso assim?

G: Aaaaai meu Deus, foi um descanso! Foi uma melhoria na minha vida, é um é um dinheiro que a gente pode guardar pra ver futuramente, entendeu? É, é olhar pra frente, olhar o amanhã, entendesse? Sem o aluguel está na tua mesa, entendesse? É dias melhores.

J: E comparando assim, tu acha que então vir pra ocupação foi melhor assim?

G: Foi muito melhor, pra mim, pra minha família foi muito melhor. Oportunidade de dar outras coisas pra eles, entendesse? É assim, até o fato da comida, até o fato de tudo assim, porque se tu está no aluguel tu tens que saber assim, “oh o aluguel tá na mesa”, tendesse? Mas tu tem que te dar conta de luz, água e tu tens que dar conta

da comida e tu tens que dar conta do leite pro teu filho pequeninho de um ano, né? Então assim ó, pra mim não teve coisa melhor.

J: E aí tu tá falando que hoje tá mais puxado. Como é que tu vê a ocupação hoje? Tu vê se ainda está legal de morar aqui, está melhor? Como é que tu vê hoje assim?

G: Então tem hora sim que eu penso, eu só digo pra Deus “ai Senhor meu Deus... É me dá mais”, entendesse? Se eu ganhasse um pouco melhor sabe? Eu acho que sei lá eu compraria uma outra coisa pra mim, ou voltaria... Tem hora, sim, que dá vontade de voltar pro aluguel. Mas quando tu pensa no aluguel tu desiste, entendeu? Mas é por causa das pessoas, as pessoas estão fazendo a ocupação ficar ficar puxado de morar, entendesse? Como hoje tu viu ali, entendeu? Então aquilo ali é a noite inteira, não é só momento, entendesse? Daí tu não dorme, tu não descansa do trabalho a semana inteira, entendeu? Então aí é nesse sentido assim, sabe? Dessas coisas assim ó. e até o filho da gente está vendo tudo essas coisarada, e é briga e é discussão. É isso e aquilo. É só isso mesmo assim que fica um pouco puxado, sabe?

J: Ah que bom que a gente vai conseguir falar disso... E é como é que está a questão de morar aqui com relação a serviço? Você tem quatro filhos, eles são atendidos em creche, escola?

G: Siiim!

J: É posto de saúde, CRAS?..

G: Tudo, tudo, tudo, tudo! Éé todos eles estão no colégio sim, né? O E está na creche onde eu trabalho, o I e o I ali no Colégio e a Y [também] né? Então todos estudam da mais facilidade tudo, tudo... No CRAS também tu chega lá tu pode se eu preciso de alguma coisa eu vou ali converso com elas, elas me atendem numa boa.

J: Ah entendi. Ah não que bom. Aí agora eu vou fazer umas perguntas mais direcionadas pras atividades aqui da ocupação, né? Qual que é o teu envolvimento com as assembleias? Cê falou que cê participou de bastante reunião, como é que é hoje assim, tu continua participando das assembleias, de outras reuniões de quadra?..

G: Então, agora não tem tanta como antes, né? Antes era quase toda semana, né? Mas quando tem é sobre lá a prefeitura, essas coisas, né? Daí elas avisam né? E eu vou, eu frequento, eu tento assim participar de tudo. Eu fui lá no no ato [Fora Bolsonaro] também, né? Que aquele ato foi muito legal, gostei, apesar da chuva, foi muito legal.

J: Aê gostou?

G: Foi!

J: É o que que você acha dessas atividades, né? Ce falou que o ato foi legal, mas conta um pouco mais qual que é, onde é que tu vê a importância desse tipo de atividade...

G: Nossa, meu Deus! Assim ó, da gente está se manifestando, da gente estar em indo andar na rua, andar lá no centro, é… Eu penso assim ó na nossa melhoria né? Porque está tudo tão difícil né gente? Assim oh, pra mim comprar um bife, gente é sério, trinta e cinco reais! Como que eu vou dar conta disso? Não existe! Então é, está tudo muito caro como é que a gente vai vai sustentar, como que a gente... Agora tinha gente que morasse de aluguel com isso tudo aí? Eu não ia dar conta! Gente eu não ia dar conta, mas só que assim oh, graças a Deus que eu moro aqui, eu agradeço a Deus todo santo dia, tá? E que eu estou podendo dar pelo menos o o que comer. Se eu pagasse luz como é que eu ia fazer? Ia ficar uma coisa desfalcada, porque tu não vai dar conta de tudo.

J: Bacana. E essas atividades que você participa e as assembleias aqui, tu vê [acha] que as assembleias que a gente faz aqui dentro, ela tem alguma relação com esses atos fora? Tu acha que são coisas completamente diferentes?

G: Não, tem a ver. Eu acredito que tem a ver, se eu tiver errada pode me corrigir...

J: Não, não, é a tua opinião…

G: Eu acho que sim, eu acho que é tudo uma... é tudo junto. Eu acho que é uma coisa, uma coisa completa a outra, entendeu? Então pra tem tudo a ver.
J: Legal. É a tua opinião assim, tu não precisa ficar nervosa “ah, eu vou responder errado”, por exemplo assim, eu não vou falar o que que tu falou pra pra ficar bem tranquila assim. E você acha que essas atividades são atividades de luta pela moradia, elas são atividades políticas como é que tu vê isso?

G: Eu acho é melhoria pra tudo, eu penso assim, tudo que a gente faz é sempre pro melhor. Assim ó tudo que a gente faz eu acredito que é sempre pro melhor, é melhoria de vida, é melhoria em tudo que a gente estamos pagando caro aí, tá? É são pessoas que estão lá em cima e que não olhe pra gente que está aqui, né? Então eu acho que é pra tudo pra gente melhorar, tudo é pro melhor.

J: E tu acha que essas atividades elas são políticas? Isso é fazer política? Alguma coisa nesse sentido?

G: Como assim?

J: Tu entende? Tu entende isso como atividades políticas? Tu entende isso como atividade de lazer, de luta, como tu vê?

G: De luta.

J: De luta?..

G: De luta, sempre pra luta. Eu entendo pra mim que tudo que a gente passa, tudo que a gente faz é pra luta, entendeu?

J: Entendi, e tu participa e tu participa assim de outros lugares da tua vida, assim talvez no teu trabalho, não sei se o trabalho tem sindicato [ou] alguma coisa assim. Ou-

tros momentos que tu se reúne, fazer reunião, fazer assembleia, grupo de igreja, alguma coisa?

G: Igreja?

J: Tanto faz assim, se tu participa de outras lutas, outros tipos de lugares que tem esse essas atividades assim ou não?

G:Ai, simplifica essa pergunta, hahahaha!

J: Calma, deixa eu refazer então. As assembleias, as reuniões que a gente tem aqui. Tu participa de atividades parecidas em outros lugares?

G: Não.

J: Não?

G:Não.

J: É isso então.

G: Mas assim ó., as vezes as pessoas do meu serviço tem curiosidade.

J: Ah é? Conta um pouco.

G: “Aonde é a ocupação que eu nunca fui? Eu nem sei onde é.” Aí eu falo pra elas, entendeu? Eu explico como que é, eu explico como eu entrei, entendeu? As regras, essas coisas assim sabe? É o dia a dia assim...

J: E elas tem curiosidade em que sentido? Elas querem saber porque elas precisam de um lugar pra morar? Elas querem saber porque elas acham que é diferente?

G: É porque elas acham que é diferente, no caso [elas] são professoras, entendeu? Até uma professora mora lá em cima ela perguntou “tu mora, eu soube que tu mora na ocupação, como que é aonde que é que eu nunca fui nunca vi?” Aí eu fui, eu expliquei assim...

J: Acho que só pra gente encerrar, já vou apressar um pouco, pra não ficar muito… Como é que tu vê que está a situação do do país na pandemia, tu tu falou que estava tudo caro, conta um pouco mais sobre isso, né? O que que tem acontecido assim na pandemia pra ti?

G: Pra mim? é, primeiro, tudo caro, tá? Antes a gente comprava cinco real de batata dava um sacão, hoje dá três batata! Isso não existe. Então assim ó, está tudo difícil, está tudo muito caro e a gente que ganha o salário mínimo não dá pra nada, não dá pra nada! Tu vai fazer a compra... Antes eu gastava quatrocentos, entendia? Trazia uma sacolada, hoje eu trago umas cinco sacolas e olhe lá.

J: Tu gasta mais ou menos isso de mercado no mês? E antes dava e hoje não dá?..

G: Aham, e olhe lá, e olhe lá que quando eu não deixo coisa pra trás. Nossa bem difícil, está complicado o negócio.

J: E tu acompanha, enfim tu acompanha as mesas [de negociação], as coisas aqui. O que tu acha de como a prefeitura tem tratado a ocupação eh nesses últimos anos assim?

G: Eu acho assim, que a prefeitura está fechando os olhos pra nós né? Está deixando a gente pra escanteio, eu não sei o que que eles pensam, eu não sei o sabe... Acham que aqui só tem preguiçoso, que aqui só tem malandro, que aqui ninguém trabalha... Que eu acho que ele pensa aqui que a gente só vive de festa, de música, eu não entendo. Eu não entendo o que a prefeitura pensa na gente assim, sabe?

J: Aham... E ai, uma última pergunta, tu falou que tu tá na luta, o que tu acha que a tua experiência aqui de luta ela contribui pra outras lutas fora, tu acha que a Contestado podia mostrar algo talvez pras outras ocupações?

G: Com certeza.

J: Tu chegou aí em outras ocupações?

G: Fui, fui no Vale das Palmeiras, e fui... ai eu sempre esqueço a outra ocupação lá do centro, eu nunca entrei na Marielle, mas eu já tive contato com eles assim, quando a gente teve junto tudo, conversei com algumas pessoas de lá, muito interessante, foi legal, a experiência, né? A gente trocando experiência, né? Da nossa luta que a gente já vem a tempo e eles que tão praticamente chegando agora, né? Então a gente trocamos muito as conversas, muitas experiências, bem legal”

J: Do centro, a outra é aonde esse negócio?

G: É tem a Marielle, tem a Fabiano de Cristo. Aquela que a gente foi lá. A gente ficamos a tarde toda lá!
J: Na palhoça?

G: A Beira Rio da Palhoça é na Palhoça, eu confundo tudo gente, hahaha

J: Tranquilo. E enfim, e qual que é a importância da luta pela moradia assim na tua vida, né? O que que tu aprendeu, o que que mudou em ti?

G: Gente, primeiro é a fazer as coisas do jeito que tem que ser. Não adianta tu tá inventando coisa, não adianta, entendesse? É luta, luta! Não adianta tu querer passar por cima de ninguém, não adianta, eu acho que tu tem que viver um dia de cada vez, entendeu? Tem gente que está se atropelando, não é, tem que viver um dia de cada vez, aqui é o processo é lento não é porque estamos aqui há nove anos, vai fazer dez anos, entendesse? Tem gente que acha muito fácil, entendeu?

J: E tu falou e tu falou que antigamente o pessoal caminhava mais junto assim, tu acha que é um pouco nesse sentido?

G: Nesse sentido! Ó a gente tava combinando, até eu e a P de fazer um mutirão ontem pra gente fazer ali embaixo, rastelar tudo, tirar tudo aqueles barro, deixar mais ou menos plano pra vir areia tal, alguém foi? Eu fiquei aqui esperando.

J: Ah na outra vez eu fui também, foi eu e mais cinco...

G: Alguém apareceu? Ninguém se manifestou gente. Então isso é caminhar junto? Ou vai eu, e os de sempre. Aí os outro aqui ó nas nossas costa eu acho que não dá né? Eu acho que a gente teve que caminhar junto, todo mundo. Temos que caminhar junto, então assim eu não estou vendo isso...

Entrevista formal com Gustava

J: Onde que tu nasceu, qual que é a tua idade? Fala um pouco de ti.

G: Eu nasci em Lages, né? Eu nasci em Lages, sou natural de lá e nasci em 1968 e por opção de melhorias foi aonde que eu optei e vim embora pra cá. Porque Lages é uma cidade muito pobre, não tem emprego, e aqui eu vim pra cá pra lutar pra mim ter alguma coisa pelo menos uma moradia, né? E e oportunidade de trabalhar, essas coisas assim que Lages não tinha, a não ser que fosse tipo em roça né? E coisa que é onde que eu a minha saúde não permite isso, entendeu? É onde que eu optei em vir morar pra cá.

J: E tu veio pra São José, tu veio pra Florianópolis? Como é que foi?

Quando eu vim, eu não eu não não tinha conhecimento da cidade. Aí uma cunhada minha morava no Bom Viver, e eu morei com a minha cunhada. Um bom tempo depois daí eu meu marido se aposentou, daí eu aluguei uma casinha e fui morar. Só que tinha dias que, ou a gente pagava o aluguel pra ter onde morar ou a gente comia. Então aí aconteceu da da gente ganhar aquele lote lá onde a gente foi num dia, né? E no outro o prefeito que era anterior, o Djalma Berger, mandou tirar a gente.

J: Então tu mas tu morava de alugar no Bom Viver?

G: No bom viver.

J: E aí tu ganhou naquele primeiro terreno onde aconteceu [o despejo] e como é que tu chegou naquele terreno? Alguém te falou que podia entrar?

G: O Djalma Berger.

J: Ah tu estava no começo dele?

G: É e eu trabalhei pra ele. E eu era muito, como é que eu te digo, eleitora muito fã do Dário Berger? Então na na verdade o Dário Berger chegou em mim e bateu nas minhas costas e disse “você vai ganhar um pedacinho de terra pra fazer uma casinha, e você vai sair do aluguel.” Porque ele me conhece há muito tempo, entendeu? E daí foi aonde que a gente foi pra lá e aconteceu o que aconteceu, a polícia, o que tinha de polícia dentro da capital, foram tudo pra lá tira nós como se a gente fosse os piores marginais da face da terra, né? Aí a gente não tinha pra onde ir, não tinha pra onde correr a gente ocupou o ginásio, e do ginásio a gente veio pra cá, ocupar aqui.

J: E tu perdeu tudo assim, tu lembra…

G: Tudo, a máquina quebrou tudo que a gente tinha,mas nossa é nós não tinha nada, daí a gente foi pro ginásio e da através do ginásio que foi foi passado, né? Em televisão, jornal foi aonde que a gente conheceu as Brigadas, e foi através das Brigadas que ajudaram nós, que a gente hoje mora aqui sabendo que não é nosso. Mas não é uma escolha nossa que nós temos aqui [atual terreno], é simplesmente uma necessidade que a gente não teve, não tem pra onde ir. E foi dali em diante que

as Brigada ajudaram nós, e onde a gente está até agora graças a eles [militantes] porque nós não sabia como era fazer uma ocupação, nós não sabia.

J: E como é que era quando tu morava de aluguel? Como é que é a tua família? Tu mora com filho, Com marido?

G: Era eu, meu marido e daí tinha a minha cunhada com mais três criança. Só que daí é assim como eu te falei ou a gente pagava o aluguel ou comia ou a gente não pagava o aluguel.
J: Mesmo morando com as três pessoas trabalhando, digamos assim?

G: Mesmo, mesmo assim... Ele não porque ele ele tem problema, meu marido, e nessa época ele nem aposentado era, aí era no caso eu e minha cunhada.

J: Era uma casa maior, de alvenaria, tu lembra?

G: Não, casa de madeira, casa de madeira.

J: Tu lembra quanto que vocês pagavam de aluguel?

G: Na época era quatrocentos e trinta, Quatrocentos e trinta reais.

J: E o que que representou pra ti assim sair do aluguel?

G: Nossa muita coisa, muita coisa, meu Deus. É, agora eh a gente pode ir no mercado comprar uma carne pra comer que aquele dinheiro do mês que eu pagava no aluguel sobra pra mim repor dentro de casa. Mudou muita coisa, e eu sou uma pessoa que tomo muito medicamento ,meu marido também toma, e é onde que a gente tem como se manter agora né? No medicamento, na alimentação e tudo.

J: Entendi, e como é que como é que foi chegar na Contestado? Tu sempre morou aqui na quadra três, tu morava em outra quadra?

G: Não. Eu era da quadra um do núcleo Dandara. E daí como a quadra um estava muito cheio de morador, muito cheio de gente, os militantes das Brigadas dividiu as pessoas. Daí ele me mandou eu fui uma das que ele mandou subir pra quadra três, mais as outras menina aqui trás que agora só tem uma, a L, né? Que subimos pra quadra três. Chegamos aqui a gente teve que usar picareta, tivemos que contratar uma máquina mesmo sem dinheiro, que era pra limpar, que era muito mato e muito lixo. A gente aqui limpou, tá? Até tinha um esgoto que não sei se era dos predinho, nós demos um jeito de achar a tubulação e fazer e cair direto na tubulação.

J: E tudo isso pra prefeitura é tranquilo, gente morando [que] não era, né?

G: É, não tinha ninguém morando, era só lixo, isso mesmo, lixo em mato, e daí a gente limpou tudo e fomos fazendo nossos barraquinho na época que era lona né? A gente não era de madeira não, era de lona.

J: Então o pessoal entrou mais ali onde era a quadra um e depois foi vindo pra cá assim.

G: Sim [e] não, já tinha uma barraca ou outra, daí como ficou muito apertado na quadra um foi dividido daí os moradores.

J: Entendi, é e como é que a tua casa aqui ela foi construída? Vocês pagaram do próprio bolso? Vocês receberam doação?

G: A gente ganhou um pouco de doação, algumas madeira a gente comprou, mas a maioria foi doação, principalmente quando deu aquela chuva [2018] que destelhou todas as casas, a Defesa Civil que ajudou a me dar as telhas.

J: E como é que tu acha, como é que tu vê a diferença da tua casa antiga pra tua casa de agora? Assim tu acha que que é melhor, o que que é pior?
G: Ora, é melhor, é melhor porque não preciso pagar o aluguel, e mesmo se precisar você não tem condições. Ah, mas que a gente precisava de uma moradia melhor, mais digna do que a gente está aqui, precisaria sim.

J: Então pode, pode contar mais assim.

G: Se eu precisasse plantar um pé de cebolinha verde, um alface, uma coisa pra mim mesmo, pra minha própria alimentação eu já não tenho onde fazer isso. Porque eu não tenho espaço, eu não tenho pátio, só tenho a casa, só o quadradinho da casa, daí e tem a rua também, se existe uma rua aqui foi nós que abrimos, sim, nós que abrimos essa rua. Contratemos uma máquina, a máquina veio cada morador ajudou, né? Com dez real, essas coisas assim, e fizemos a rua. A gente não tinha banheiro, era um banheiro só para todos. Uma criança de que acho que tinha uns quatro anos pegou infecção do banheiro, e foi aonde que daí foi decidido cada um fazer seu próprio quadradinho, seu próprio banheirinho pra não correr mais risco de pegar doença.

J: E mas então tu fala assim que precisa duma condição de moradia mais digna, mas o que que tu acha daqui? Tu acha que tu vive bem, tu vive com dignidade, tu vive melhor, tu vive pior do que quando tu tava no aluguel?

G: Olha eu vivo bem por não pagar o aluguel, mas com dignidade eu não acho que eu vivo. Primeiro que a gente, pela polícia, todos nós que moremos aqui dentro somos considerados vagabundos, tanto que já invadiram minha casa, já teve mais de cinquenta policiais aqui dentro da minha casa com fuzil na minha cabeça. O que eu tinha é de alimento a polícia destruiu tudo, revirando pra ver se achava droga, sendo que todo mundo me conhece ué, eu não uso droga daí inventaram “que denunciaram que porque eu era uma pessoa do bem, e ah os bandido estavam me usando pra guardar droga e arma”. Mas os bandido, eu não sei onde que eles acharam esses bandido porque aqui num tinha bandido, só tinha pessoa que precisava de um local para morar.

J: Tá e qual que é a situação da tua família hoje assim, né? É, vocês tão abrindo uma venda, um barzinho, eh tu trabalha fora, tu trabalha só aqui? E teu marido é aposentado...

G: Então, eu trabalho aqui e estou abrindo isso daí pra ver se ganha um dinheiro, que é pra me ajudar nas despesas da casa, né? Na renda, porque além de tudo é que nem eu te falei, eu tomo muito medicamento eu me trato de uma depressão profunda e o meu marido também ele é deficiente de uma perna, ele usa medicamento. Então é aonde que eu precisei fazer isso pra poder ter uma vidinha um pouquinho melhor, porque nós pobre aqui que não temos o nosso salário, correto? A gente pra comer um pedaço de carne, né, é uma dificuldade, porque tu sabe o preço que tá as coisas. Ah, se eu tenho um carrinho, foi comprado com muita luta, porque não foi por luxo é por necessidade mesmo, mas o carro é mais parado do que andando pelo preço que está a gasolina, ninguém aguenta mais andar.

J: E como é que a questão de... Tu não trabalha fora, tu já trabalhou, tu fazia alguma coisa?

G: Já trabalhei, já trabalhei muito tempo fora, trabalhei, carteira assinada e tudo. Limpava pós-obra, eu já trabalhei muito tempo fora.

J: E hoje tu não consegue mais?

G: Não, eu tomo muito remédio...

J: E como é que é a questão de atendimento do por serviço público assim? Não sei se você tem criança na creche, na escola?
G: Não, não tem criança não.

J: E como é que é com vocês com o posto de saúde, vocês são bem atendidos? Vocês precisam, não precisam?.. Do CRAS, alguma coisa assim...

G: Olha, no posto de saúde eu sou muito bem atendida. que o meu quadro eu já vim de outros posto. E o CRAS eu só tenho a agradecer aos assistentes social, porque elas se preocupam com a gente, principalmente comigo, não sei como é que é com o resto mas eu tenho que dizer o que acontece comigo. Ficam ligando pra mim pra ver como é que eu estou, preciso de um alimento e elas me doam uma cesta básica, porque eu sou família em acompanhamento por os problemas que eu tenho, pelo CRAS eu sou bem assistida.

J: E tu falou que o teu problema vem de outros postos [UBS], toda vez que eu pergunto assim pra alguém sobre posto de saúde a pessoa diz que esse posto daqui é bom mas o antigo não era bom. Como é que era a tua experiência assim?

G: O posto que eu venho, eu venho do posto do bom viver pra cá, lá eu não era muito bem atendida.

J: Lá não, mas tu acha que tem alguma coisa a ver com morar na Contestado, ou não?

G: E aqui é o seguinte, no Zanellato, o que aconteceu no Zanellato foi assim, também não era muito bem atendida, aí a gente foi fazer uma mobilização e foi pra frente da Secretaria da Saúde foi aonde que eles começaram a tratar nós com mais respeito, mais dignidade.

J: Tu acha então que precisa se mobilizar pra ser atendido?

G: Sim, eu até tenho um irmão que está muito doente ele o uma caixa de remédio dele é trezentos reais, e a gente não sabe como vai fazer pra manter esse tratamento dele, o posto não fornece, não tem. É, eu acho que tem que mover uma ação na Promotoria Pública, uma coisa assim, né? Mas daí tudo isso aí é caminhada e ele tá muito doente, ele não pode fazer isso, não pode caminhar. É uma situação que a gente vai ter que pensar o que vai fazer e como fazer pra manter o tratamento dele.

J: Sim, e bom, qual que tu acha que a principal diferença assim de quando tu morava fora pra quando vocês construíram um Contestado aqui? Como é que tu acha que foi esse processo de virar moradora de Ocupação? Tu falou que as Brigadas ensinaram, conta um pouco.

G: Bom, eu aprendi mesmo foi com as Brigadas, né? Mas de morar de aluguel antes, nas casas que eu morava de aluguel antes, era o respeito com a com a polícia né?

J: Tu acha que a polícia respeitava mais?

G: Respeitava mais, respeitava mais, bem mais. Porque daí era em outro bairro bom, outra casa boa... E sabendo que eu sou a mesma pessoa que morou em outro lugar. É só isso que eu tenho pra reclamar, e de morar aqui enquanto eu estou aqui eu estou bem, estou bem, se eu preciso de apoio eu busco, sempre tenho, vocês as brigadas sempre ajudam nós. Só tenho a agradecer a vocês mesmo. E se um dia nós tiver que sair daqui eu espero a Deus que nós saia daqui pra nossa casa, a gente não está aqui porque quer, é por necessidade mesmo.

J: E como é que tu acha que foi do momento inicial da Contestado comparando com hoje assim, o que que tu acha da ocupação? Como é que tu vê hoje?

G: No começo era tipo, a gente morava em barraquinha de lona, né? E existia uma cozinha só comunitária pra cada quadra. Era muito bom, a gente era muito unido! Era muito bom, era muito bom, era bom até demais! A gente tinha uma proteção dos meninos [das Brigadas] que moraram com nós, que fizeram ocupação com nós, que quase já não estão mais aqui. Esses menino não dormiam à noite cuidando de nós mulher e criança dentro das barraca de lona. Eles faziam plantão, de vez em quando a gente era surpreendido “ó a polícia vai invadir aí ó, despejo”. A gente fazia piquete pra polícia não entrar aqui dentro, tá? E no outro dia os nossos advogadas, que uma delas é a L., né? E a outra era a D., corriam atrás e conseguiam derrubar a liminar do despejo.

J: Legal, e qual que é o teu envolvimento com as atividades da ocupação tipo assembleia, passeatas, os atos, tu costuma ir?

G: O meu movimento com as coisas que acontece, meu movimento é assim ó: é preciso? Eu vou. Eu vou porque eu preciso lutar por uma vida mais digna pra nós, eu vou, eu participo, aqui, nessa quadra aqui todo mundo me elogia porque eu sou o espelho da quadra quando as famílias precisam de ajuda, mesmo eu não tendo, eu

corro atrás pra ajudar, entendeu? E se precisar melhoria pra alguém que está doente, alguma coisa, foi maltratado, a gente vai atrás pra mudar a situação, né? E a caminhada nossa é essa, não podemos parar, temos que ir fazer, mostrar que nós existimos. Porque se deixar pelos nossos governantes, a gente é esquecido.

J: E tu acha que esse tipo de atividade são atividades políticas? Tu vê assim que tu faz eh uma atividade política? Tu acha que isso é só luta por moradia, não tem a ver? Como é que tu enxerga?

G: Eu acho que não tem nada a ver com política.

J: Não, tu acha que não?

G: Eu acho que não, porém, quando a gente é convidada, a gente não fala em política nenhum, a gente fala por nós que nós precisemos de uma moradia digna. Os político a gente esquece, que se dependesse só de nós, e do nossos apoiadores a gente já não estava mais aqui. a coisa era totalmente diferente.

J: Entendi, e bom como é que tu vê assim, quando tu vai pra um ato fora daqui, de outra coisa, tu acha que isso tem relação com a luta por moradia aqui? Quando tem os atos no centro, coisa assim, ou tu acha que são coisas diferentes?

G: Não, tem a ver. Tem a ver que a nossa moradia está aqui, porque as outras pessoas passam pelo mesmo problema que a gente passa. Tem tudo a ver, né? Passam por tudo que nós passemos.

J: E o que que tu acha das assembleias que são feitas aqui? Daí das atividades dentro da ocupação.

G: As assembleias pra mim é muito importante, é muito importante as assembleia porque daí não sou só eu falando é a comunidade, entendeu? Eu acho assembleia muito importante, se dependesse de mim teria assembleia umas três, quatro vezes por semana. Porque só através da assembleia que tem alguns problemas, que só através da assembleia a gente chega e resolve. Daí é a comunidade, né? Se une...

J: E aí tu acha então que a assembleia ela tem essa função, de unir a comunidade pra resolver os problemas...

G: A assembleia tem essa função. A assembleia tem uma função muito importante e eu creio que a assembleia tem que ser bem mais respeitada do que já é. E pra mim no meu ver tinha que haver mais assembleia. Quando a gente ocupou aqui, quem ocupou isso aqui sabe, que a nossa assembleia era de meia em meia hora e o militante das Brigadas acordava a gente de meia em meia hora pra fazer assembleia. Foi aonde que a gente aprendeu, como é fazer ocupação, foi assim que a gente aprendeu bastante.

J: Então assim, mas tu disse que a assembleia tem que ser bem mais respeitada, tu vê que ela tem então uma função, mas o pessoal tá respeitando menos?

Não, não, não, eu digo respeitado no sentido, o pessoal tem que participar! É participar das assembleia, entendeu? E não dar uma assembleia, e eles virem no outro dia perguntar pra mim o que foi falado na assembleia. Eu creio que não é isso que tem que acontecer, eles tem que tá lá pra ouvir e apoiar as decisão que é tirada em assembleia, entendeu? Não é eles não irem na assembleia e eu ter que passar pra ele tirar as informação, porque a assembleia está lá pra todos ouvir.

J: E assim, quando tu participa da assembleia, tu se sente parte de algum movimento, tu falou comunidade, não sei se é essa palavra.

G: Eu me sinto parte da, na verdade eu me sinto parte da comunidade e um pedacinho das Brigada. Porque eu só não sou brigadadista, mas eu sempre... Até conversei com o J essa semana., o J disse “ó então combina aí com a Paty, comece a participar mais dessa reunião das Brgadas”.

Claro, claro. Aí tu se sente participando das brigadas assim, e o que que tu acha que as Brigadas?

Foi as BPs que ajudaram nós, eu não, eu não tenho outra palavra... Não foi um político, foi as Brigada que ajudaram nós, teve, teve um, né? Que eu não sei se eu posso citar o nome...

J: Pode, pode.

G: Professor Lino, esse mora no meu coração... E outra, eu não sou aquela pessoa fanática por política, mas se o professor Lino se candidatar, eu vou de olho fechado votando nele, tendeu?

J: E tu tem alguma simpatia por algum partido também?

G: Na verdade, agora nesse momento eu não sou Petista, mas eu vou virar Petista pra conseguir derrubar o Bolsolixo, o Bolsonaro.

J: Ah é? Haha, então está bom... E tu acha que assim, por exemplo, tem diferença do que essa política de eleição e do que é o que as Brigadas fazem? Tu vê que são trabalhos diferentes, o que que tu achas?

G: Mas com certeza é um trabalho diferente. Se nós esperasse por políticos, nós não nem aqui estava mais, nem aqui estava mais! Totalmente diferente! Tinha que entrar um prefeito, um deputado, um brigadista, um brigadista! Porque daí o brigadista sabe a luta de quem não tem um teto...

G: Tem que ser um brigadista pra brigar por nós, dizer “não, essas pessoas não tem um teto”, e pelo que eu sei todos nós temos o direito de uma moradia.

J: E assim, esses momentos de assembleia, de organização aqui, né? Imagino que você considera momentos de organização também... Tu não usou essa palavra, mas se eu estiver falando, e não for assim tu pode eh me corrigir. Tu vive esse esse tipo de coisa em outro lugar, assim, tu faz assembleia em algum conselho, em alguma

igreja, em alguma escola? No teu trabalho, tu já passou por isso em outros lugares, ou só na Contestado?

G: Só no Contestado, mas também eu aprendi também, com as Brigadas né? Que às vezes tem um probleminha na quadra onde eu moro e é pra resolver o problema, então vamos fazer o seguinte “a gente vai ali no beco vai fazer uma reuniãozinha de quadra pra resolver o problema”. Esse fato aconteceu ontem, brigaram numa casa e estouraram o cano dágua, todo mundo se prejudicou, não veio água pra um não veio água pra outro. Me chamaram, eu fui até eles de noite, eu disse, “gente não precisa assembleia, não precisa nada, vamos resolver nós mesmo.” Um deu o registro, eu dei a cola, eu arrumei a pessoa pra ir ali colar o cano que tinha estourado...

J: Então tem os outros momentos que são as reuniões de quadras?

G: Quadra... É, mas tudo isso o meu aprendizado está nas Brigadas, porque eu não sabia. Ah está Eu não sabia, não sabia nem como me explicar pras pessoa o que era, o que não era, entendeu?

J: Entendi sim, muito bacana. Indo pro final, agora umas coisas mais sobre situação do país em geral, como é que tu avalia que tá a situação do país na na pandemia, as outras ocupações, não sei se tem acompanhado alguma outra ocupação, se tu foi ali no Vale, ou não.

G: Eu vou muito na Vila Martins, vou muito lá.

J: Tu tem conhecidos, isso?

G: Muitos conhecidos, muito eu vou muito lá. E lá também é uma demanda bem ruim, né? Lá é embaixo... E ninguém ajuda eles, eles não tem assim, eles não têm Brigadas Popular com eles lá, entendeu?

J: E tu acha que é diferente lá?

G: É diferente, é totalmente diferente. Não existe isso aí ali, daí até esse tempo, no meu celular ali “sou eu a fulana daqui da Vila Martins”, eu fui lá procurar ela, ver o que, que, era. Ela disse “ai Gustava, é briga, é vizinho querendo me tirar daqui, não sei o que...” Mas eu disse, não posso sair de lá do Contestado e me meter, eu preciso de ajuda, eu preciso de apoio. Foi o que eu falei pra ela, né? E daí eu disse “os nossos apoiador é as Brigadas, e eu não posso falar por eles.” Sei que daí se resolveram tudo lá e ficou assim.

J: E como é que tu avalia a situação do país na pandemia, assim, como é que está sendo viver aqui na ocupação?

G: Olha, eu ganho muito ajuda porque eu sou muito conhecida e as assistentes social, né? Que eu sou acompanhada, mas tem família que eu já vi criança chorando de fome porque não tinha um arroz, um feijão pra dar pro filho comer. Eu por mais pobre que eu seja, igual a todos são aqui, não tive misericórdia, peguei meu armário, abri e apanhei umas sacolinha de coisas dentro e fui ali doar.

J: E e assim tu falou desse negócio com a Vila Martins ali que o pessoal te chama. Como é que tu acha eh que a Contestada ela pode ensinar pros outros lugares, pras outras ocupações... Vou reformular, né? Tu acha que a Contestado tem algo pra ensinar pras outras ocupações, pros outros espaços?

G: Muito, muito, muito, porque nós aqui passemos tudo que tinha que passar, nós passemos porque que nós tínhamos braço forte do nosso lado.
J: E assim, tu vê que, por exemplo, o que eles passam lá é a mesma luta que tem aqui por moradia?

G: É a mesma luta.

J: É?

G: É a mesma luta! Só que eles estão a muito mais tempo do que nós lá, né? Lá faz muito tempo, muito tempo que existe aquilo lá. Aí eu acho que parou no que está por não ter gente que caminha, faça caminhada com eles. Porque senão acho que não ficava ali assim do jeito que está, aquilo ali há muito tempo.

J: E qual que é a tua qual que é a tua visão sobre a atuação da prefeitura nas ocupações assim, né? Tu comentou um pouco da polícia, como é que tu acha da prefeitura... Quando a gente veio conversando aqui no beco tu ainda falou do Orvino...

G: Eu acho que a prefeitura é assim oh: ah chegou a eleição, a Adeliana entrou aqui dentro e prometeu “vou me reeleger de novo e em janeiro meu primeiro passo vai ser a moradia de vocês.” E não cumpriu! O Orvino só faltava pegar eu e a P no colo, mas até agora não recebeu nós. Então, político pra mim são todos iguais! Já vou contar pra você, o Hélio Costa, falava tanto, tanto, tanto na televisão, no microfone ele falava demais, e por que que a caneta dele agora não funciona pra ajudar Santa Catarina? Aí tu me diz o quê? Que que tu quer que eu pense de político? Político é mentiroso, e é traiçoeiro, é traidor! Não o professor Lino, tá? O professor Lino nunca abandonou nós.

J: Então é isso que falta assim... Ter mais gente como professor Lino? Tirar o Bolsonaro...

G: Tem que ter mais gente, né? Claro. É tirar esse cara de lá porque esse cara na verdade, ele não está fazendo nada pelo Brasil, nada! Toda vida que é pra dar um passo pelo Brasil aparece uma coisa. Acho que se os brasileiro forem inteligente eles vão perceber isso aí, o Bolsonaro, ele não governou, ele só se ocupou em debater contra a vacina, a favor da vacina, contra a vacina, a favor da vacina, nisso eles se se ocupou. Deu essa paralisação aí dos caminhoneiro, um dia só, isso aí foi pra tirar o nosso foco do Brasil que está sendo mal cuidado. Ele usa muita coisa pra tirar o foco dos brasileiros, entendeu? Agora o que que ele está usando? Que eu sei que o ano que vem tem eleição, “vou aumentar o Bolsa Família.” Meu Deus, tem mãe que tem quatro, cinco filho e quem não tem? Não adianta aumentar o Bolsa Família, ele tem que gerar emprego e habitação. Porque todas as vezes que eu fui em reunião com algum político, que eu trabalho muito com político, eu sempre cobro “e as habitação, qual é o projeto?” Até hoje o Orvino me deve a resposta e não me deu, até hoje não me deu... E mas eu vou na mesma negociação, hein? E eu vou cobrar.

J: Era isso, então, eu não sei se você quer dizer mais alguma coisa...

G: É isso, meu desabafo é esse é isso que eu penso, e se dependesse de mim, oh, entrava um brigadista lá dentro pra brigar por nós. Sim. No mais tá tranquilo assim.

Entrevista formal com Michele

J: Então, fala um pouco de ti, onde que tu nasceu, tu falou antes que tu veio do Rio Grande do Sul, né?

M: Eu nasci no Rio Grande do Sul…

J: Porto Alegre.

M: Sou natural de Bagé, na fronteira do Uruguai…

J: Sim, sim. Tem o tem um artista de lá, aquele Glauco do Brasil.

M: Isso, isso, hahaha.

J: Eu conheço pelo… [artista]

M: Aí eu vim pra cá, acho que o que, é quase oito anos já que eu tô aqui com os menino, vim de lá sozinha pra cá, só eles dois, um tinha um ano e seis meses, e o meu maior que ia fazer seis anos. Vim embora pra cá a procura de serviço, e acabei… Hahaha, como é que vou te dizer, é acabei conhecendo uma senhora, né, na rodoviária, que ela alugava uma casa e fui morar na Guarda do Cubatão. Dali nunca mais voltei, minha mãe faleceu também, aí eu fui, fui pra lá, acabei ficando uns três meses pra ajeitar a sua pelada dela e depois vim embora pra cá.

J: E aí tu ficou na palhoça até vir pra cá?

M: Fiquei na Palhoça. Até vim pra cá eu tava na Palhoça. O meu esposo ele é de lá, dali da Palhoça mesmo.

J: E tu não alugou nenhuma casa, é, em São José antes de vir pra Contestado?

M: Hmmm, não, em São José não, era na Palhoça.

J: E tu falou antes [durante a assembleia] que tua mãe era sindicalista…

M: Minha mãe era presindente do sindicato da saúde, ela foi presidente do sindicato durante doze anos, ela era enfermeira mesmo, padrão, e referente a isso que ela lutava muito pelos trabalhadores, ela ganhou, no caso pela votação lá, e virou presidente do sindicato. Só que ela era de Bagé, mas tinha toda aquela região ali, ela era que trabalhava ali.

J: E tinha assim alguma filiação partidária?

M: Era pela CUPI… CUPE?...

J: CUT?

M: Isso, CUT.

J: E você ia nos eventos do sindicato junto?
M: Ia junto, participava das CAT [comunicação de acidente de trabalho] trabalhistas que ela fazia com os funcionários, eu sempre ajudei muito ela lá no sindicato.

J: E, mas você chegou a trabalhar formalmente pro sindicato, ou como enfermeira?

M: Hm, não, não, mas assim, tipo, é, eu ajudava ela, tipo papeladas e coisas assim, porque quando minha mãe entrou, ela não tinha muita aquela experiência com computador, ela era presidente mas ela não trabalhava com essas CAT. Então, quando chegava uma pessoa lá que tinha que fazer uma CAT, dar uma alguma coisa assim, era eu que ajudava ela.

J: E tu, e tu trabalha com o quê?

M: Eu sou auxiliar de cozinha, e trabalhei como cozinheira. Agora no momento eu tô em casa, até porque o fato de eu conseguir arrumar as crianças, agora eu consegui [vaga] pro meu pequenininho ali na creche.

J: Tu pegou as coisas [comprovante de residência] no prazo aqui? Tu falou com a P., não?

M: Eu peguei, peguei o papel com ela e tô fazendo o cadastro único por aqui. Mas aí peguei uma cesta na Prefeitura, e totalmente diferente da palhaça né?

J: Ah é? Não sei, como é que é isso aí?

M: Aqui a prefeitura acho que ajuda bem mais do que lá, né?

J: É não eu não sei mesmo…

M: É bem mais auxiliado do que lá, a pessoa é mais auxiliada, lá meu deus, lá tu não consegue nada.

J: E quando tu veio, tu conhecia contestado por alguma coisa, a luta?

M: Não, não não conhecia não, a casa foi passada por uma mulher, que pegou do antigo dono porque não queria mais ficar aqui.

J: E tu chegou, e hoje teve uma assembleia o que que tu achou?

M: Ah, eu gostei muito porque também faz parte do desenvolvimento da da comunidade, né? E faz parte do desenvolvimento, eee a gente acaba que um aprende com o outro, E aí tem também a convivência que é o mais importante. Até pra gente aqui poder, se for pra ficar assim muito tempo ,né? O bom é que vocês tão ampliando tendo um lugar pras crianças brincar [parquinho] e coisa assim.

J: Mas tu não conhece a história, nada não?

M: Não.

J: Ah depois eu te mando um documentário, umas coisas assim, porque o pessoal veio aqui de outro despejo, né?

M: Eles já saíram de outro despejo?

J: É, eles saíram com despejo pra cá, aí esse terreno é da mesma dona e conseguiram, né, um um acordo [com a prefeitura] pra um terreno na Avenida das Torres. só que aquele terreno ele ficou anos, anos em cartório e agora a gente tá junto com a comunidade pra tentar que o pessoal vá pra lá.

M: Vocês fazem parte do que?

J: É a gente é uma organização que chama Brigadas Populares, é uma organização política, né? A gente, assim. em termos partidários ali em Floripa atua mais com o PSOL, né? Não sei se tens algo contra ou a favor, nem eu gosto tanto deles, hahaha…

M: Até que assim, aqui eu não tenho muito envolvimento com isso, mas eu fiz parte da União Estudantil da minha cidade.

J: Ah é?

M: Nós era do grupo da… [incompreensível]

J: Do grupo o que, desculpa?

M: Não sei se tu já ouviu falar sobre o DAE?

J: Não;

M: A gente fazia, ia pra congresso em Porto Alegre, é tipo um grêmio estudantil, isso, grêmio estudantil.

J: DAE, tipo Diretório?

M: É, é… A gente participava lá também... A minha mãe, né, ela era PT. Até agora eu tava falando pro meu marido, eu sou Prestes, né? Até ontem deu um filme, não sei se já ouvisse sobre a Olga?

J: Sim, sim.

M: Então a gente já vem a partir daí, até tava falando pro meu esposo né, a gente tem até o covil dos Prestes lá no Rio Grande do Sul. Então a gente participava muito de congresso, dessas coisas assim, estudantil, né? A gente participava muito, sempre fui assim, dessas coisas daí.

J: Ah que legal, e você fez até ensino médio, superior?

M: Eu fiz até o primeiro ano.

J: Ah, que legal que tinha Grêmio. É, aqui tem alguns também... Mas aí assim, a Contestado quando ela surgiu, quem veio dar o apoio era o pessoal da universidade, né? Das Brigadas Populares, do MST assim… E qual que é a diferença, tu falou antes que tu morava com a tua sogra, conta pra mim qual que é a diferença de morar com a sogra e de morar num numa ocupação aqui?

M: Meu Deus, hahahahaha! É só de tu ter um lugar que é teu, que tu pode dizer assim "ai querendo ou não é meu", né? E tu poder viver em paz é outra coisa, né, porque nora não é parente. Mas assim, a gente já saiu de lá, já foi alugar a casa sabe, já, e da casa que a gente alugou, a gente já veio pra cá. É que nem se diz, um tempo com família é meio complicado de morar, imagina com pessoas que tu nem conhece?

J: E mas tu acha então que tu teve, tu tem um salto de qualidade, assim, que melhora quando tu vem pra cá?

M: É sim, eu quando vim pra cá, meio assim, até fiquei meio com medo, né? Porque, tipo, a minha tia, ela comentava, assim, que era muito perigoso, coisa assim. Aí só que depois que chega, tu vê como é um lugar que é familiar, né? Querendo ou não é o lugar que te acolhem, são pessoas boas assim.

J: Tu acha tu acha então que aqui existe uma coisa diferente de outros lugares, assim de outras vizinhanças?

M: Eu gostei muito daqui, asbe? Eu gostei muito daqui. Não quis sair daqui só pra... Porque é um lugar bem legal assim. Se as pessoas respeitam, não tem aquelas coisas dele tarem tipo perturbando, perturbação de vizinho na porta e coisa assim, pelo menos o pouco tempo que eu tô aqui eu gostei muito daqui sabe?

J: Eu eu acho que tu pegou um mês que acalmou um pouco também, espero que fique assim [sem incomodação].

M: Ttipo, aqui assim, eu não saí pra outros cantos aí pra cima, eu só fico aqui.

J: Aham.

M: Mas meu Deus, daqui não tenho reclamação não.

J: E hoje tu participou da tua primeira assembleia, ou tu já tinha ido assim?

M: Sim, a primeira assembleia, a Rita que me chamou "ah vamos lá que tem assembleia", ai eu fui lá escutar um pouco, né? Mas eu acho que eu acho que essas pessoas tem que ser um pouco mais unida, né? Porque se mora tanta gente aqui, um pouquinho de gente que tinha ali...

J: É, hoje foi bem vazio assim, a galera deu uma desanimada.

M: A questão assim que eu vi ali que, mais ou menos, tava entendendo assim de discutirem pelo fato, "ah e eu fiz", mas se tu faz a tua parte, não importa a parte que

os outros não fazem. Acho que cada um fazendo a sua parte, tentando melhorar, deixa aqueles que não querem fazer.

J: E, bom, essa assembleia daqui, tu acha que ela é parecida, ou que ela é muito diferente do que tu fazia no movimento estudantil, em sindicato, o que que tu acha disso? Tu acha que tem semelhança? Que não tem?

M: Assim, pelo pelo fato de eu ter ido hoje, ter sido um pouquinho, né? Eu não sei como é que é as outras, como é que foram, né? Mas faltou união.

J: Uhum.

M: Aquela coisa assim que eu percebi ali, não sei mais pra frente como é que vai ser. Eu acho que quando tu participa de um congresso tu vai pra frente, tu quer lutar por aquilo ali que tu quer, tu tem que batalhar, né? Então acho que se for assim, eu acho que ninguém vai pa frente desse jeito, né? Não é só vocês ali na frente que lutam, que vão. É que nem a vizinha ali na frente tava falando. Não adianta ela passar um dia [em ato na prefeitura] e passar com fome. Se ela tá batalhando pelos outros, e não tem como todo mundo ir, então que dê a força, né? Que ajude dum jeito ou outro pra pessoa poder... Não tem como uma pessoa só fazer por todos, sabe?

J: Sim. É e tu acha que quando assim, quando tu participa disso ou quando tu vem morar na ocupação, tu se sente parte de algum movimento, de alguma luta política, tu acha que isso é político, que não é? Ou tu acha que é “eu tô morando aqui tranquilo e é isso”.

M: Não, eu acho assim, tipo, tudo tem a política por trás, né?

J: Aham.

M: No caso, porque só a gente não vai fazer diferença, né? Tem que ter alguém mais forte pra poder conseguir as coisas. Mas se... Não sei...

J: É o que tu acha assim, é uma entrevista bem sobre o que tu acha, pode falar livremente...

M: Eu acho que... Vamos supor, eu eu acho que deve ter político envolvida, né?

J: Entendi.

J: Opa!?

M: O tio tá conversando, tá? Vão brincar lá fora, já está acabando.

[…]

J: E como é que tu... Antes ali, quando a gente estava ali fora tu falou que com a pandemia o aluguel subiu, né? Não sei se tu perdeu o emprego também, como é que tu avalia a situação [da pandemia]?...

M: É, eu acabei perdendo meu serviço, eu era auxiliar de cozinha e cozinhava também no meu serviço, na marmitaria, e os fatos de entrar a pandemia e tudo aumentar, acabou que a minha patroa teve que fechar o negócio. Aí eu saí do meu serviço, aí nisso eu trabalhava de dia e de noite, né? Eu trabalhava das sete até duas, três horas da manhã. Trabalhava num serviço marmitaria de manhã e à noite eu trabalhava no Food Park. Aí acabou também o veraneio, que eu trabalhava lá na Pinheira

J: Aham.

M: Acabou e eu acabei saindo do serviço, mas pelo fato que a gente tá numa pandemia e tudo acabar que aumenta de vez. Que que a pessoa faz?

J: E, mas aí tu saiu do aluguel na pandemia?

M: Não, eu já tava alugando, eu já tava alugando, já vivia de aluguel.

J: Ah, tu pagava pra tua sogra mesmo?

M: Não, eu pagava. Lá na minha sogra a gente tem um, tem uma casinha assim que a gente fez, mas antes da pandemia a gente já morava de aluguel.

J: E aí tu pagava R$ 900,00 antes então?

M: Não, ali eu não lembro quanto é que a gente pagava antes no começo, mas logo que entrou a pandemia, que a gente se mudou, a gente começou a pagar R$ 900,00 de aluguel incluso água e luz.

J: Entendi. Mas era uma quitinete assim?

M: Olha, era um quarto, sala, cozinha, banheiro…

É eu acho que é mais ou menos isso, né? É que as outras perguntas elas seriam um pouco sobre a prefeitura aqui e tal, tu não teria muito enteirada assim, né?

M: Não…

J: Mas no tempo que tu morou na Palhoça, tu nunca acompanhou assim alguma ocupação, alguma outra não?

M: Não, eu nunca tinha participado de morar assim numa comunidade, né? Foi a primeira vez agora.

J: Ah não, bacana. É que enfim, é as outras perguntas elas seriam mais focadas nisso, aí como você só está um mês... Eu acho que a gente conversa outro dia assim com mais com mais tempo.. mas é bacana pelo papo assim.

Entrevista formal com Paulo

J: Vamos começar assim, é em que cidade que tu nasceu, quantos anos tu tem?

P: Nasci em Floripa, Florianópolis, quarenta e três anos.

J: E como é que, como é que é tua unidade familiar? Está casado? Tem filhos?

P: Casado, não me pergunta quanto tempo, se não, a mulher fica brava. Éé, quatro, seis filhos, seis filhos.

J: É, enfim todos moram juntos?

P: Todos moram junto, menos o mais velho.

J: Bom, como que era antes de tu vim pra Contestado, onde que tu morava, qual que era a situação da tua casa?

P: Com é que era a minha vida em si?

J: Isso, a tua vida em si e o local.

P: Mas aí a pergunta seria, tu diz eu já quase casado? Ou tu diz já...

J: Da onde tu quiser, o legal é tu falar um pouco da tua trajetória...

P: Da minha trajetória no caso, né? Então tá. Nasci em Floripa, antes de conhecer a minha esposa morei no centro, no morro do Quero Quero (nome fictício), e depois a gente casou, e a Débora também ficou morando comigo lá no morro, depois a gente foi pra Praia de Fora morar na casa da mãe dela, ficamos uns cinco anos na Palhoça, na Praia de Fora e depois vim pro Zanellato, ficamos mais um bocado de tempo, sempre morando de favor, e até o dia que surgiu o Contestado.

J: Então tu sempre morou de favor?

P: Sempre moramos, na casa da mãe...

J: Da mãe da mãe da Débora?

P: Isso, ou da minha mãe, sempre tive favor assim, né? Nunca com o nosso cantinho mesmo, né?

J: Aham. E como é que foi chegar na Contestado, como é que é a história da tua primeira casa quando você chegar aqui, como é que ela foi construída?

P: Cara, nossa, aí foi uma batalha... Nossa casa foi construída, eu sai do meu último emprego e eu usei tudo pra comprar as madeiras. Mas, tipo, né? Como eu tinha sempre o pé atrás, né? Eu não acreditava muito na luta naquela época, estou falando em 2012, né? Hoje nós estamos em 2021. Eu não acreditava muito na luta, né? Na luta, não creditava, então nossa casa foi uma das últimas a ser feita. Porque fica-

vamos naquela “Porra! Será que é isso aí mesmo?”, É isso, sabe? A P ficava dormindo no ginásio e ai eu ficava “meu Deus, será que é isso que a gente quer passar?” Até eu ver que era isso aí mesmo. Então usei meu último salário pra nós montar nossa casinha. Hoje não me arrependo, graças a Deus, mas foi sofrido assim.

J: E tu que construiu mesmo, tu e a Débora, ou a galera?

P: Não, a galera, a galera, a galera assim, meu cunhado, fulano, ciclano, o pai dela, o tio dela, meu meu primo D, a gente que botou a mão. Sim, e os amigos, e os amigo nosso que é o Gi, que eu não posso nunca esquecer do, do Gi. Gi foi um cara que deu altas forças pra gente

J: E como que é tua casa hoje? Como é que está sendo esse processo aí de trocar [reformar a] de casa, de reforma? Eh como é que tu avalia a situação hoje da tua casa?

P: Cara eu avalio que isso pra mim é um ganho. É um ganho, é um ganho porque assim, a gente a gente está fazendo nove anos que está aqui, né? E nove ano agora, não, mas a gente já está nessa batalha aí quase um ano pra mexer nessa casa, então é um ganho, cara isso aqui pra mim é um ganho, é que eu vejo que a gente conseguiu expandir, né? Hoje as meninas vão ter os quartinhos só delas, esse tempo todo vai ter um quarto eu e a Débora. Nesse tempo todo de casado, eu e a P. vamos ter um quarto! Meu filho no berço dele. Então isso pra mim é um ganho é alegria, sabe? É alegria.

J: E como é que foi as condições de construção? Tu falou que tá quase um ano, como é que está sendo esse processo? A galera ajuda, vocês pegam dinheiro do salário?

P: A galera ajuda... Vocês [Brigadas] ajudam, galera ajuda, é muita ajuda, nossa Militância ajuda, todos vocês ajudaram, muita gente ajudou aí, né? Ajuda na mão de obra como nós estava aqui agora fazendo entrevista aqui um vizinho veio aqui fez o piso todo, sabe? Né? Sem cobrar nada, nada, nada da gente, assim, sabe? Então muita gente está ajudando. Então a casa na verdade é nossa, mas tem um pouquinho de todo mundo.

J: Você sente isso quando você está nela?

P: Eu sinto sim, todo mundo...

J: Não, bacana isso é bonito. E como é que é a situação da tua família agora, assim, questão de emprego, de renda, tu acha que as crianças tão sendo atendidas por serviços públicos, escola, creche, CRAS? Tem alguma situação dessa?

P: Vou falar por mim, pela escola eu não posso reclamar, o Colégio Marista [particular/social] é muito bom, não posso reclamar. A creche, eles tão também, eu acho que tá bem legal assim, não posso reclamar disso ai. Do CRAS, pra nós assim, né? Até porque a gente ser um pouco líder da comunidade, essas coisas, né? A gente fazer a frente, então não tem, não posso reclamar dessa situação pra nós assim, né? Aqui em casa, né? Está 100%, então não poss reclamar disso, eu acho que es-

tá, agora acho que está legal. Agora em questão de emprego... é aí que tá né? Tipo, eu sou músico, mas pô, tá difícil, tá... Eu posso falar um palavrãozinho?

J: Pode, pode.

P: Tá foda pra arrumar um trampo. Eu queria que alguém dissesse “oh tem um trampinho aí pra ti”, nem que fosse pra carregar uma água.

J: E até isso tá foda?

P: Isso tá foda. A gente conhece tanta gente no meio da música, né? Com tantos ídolos assim, uma palavra “me bota pra carregar uma água aí cara, em qualquer tempo, me joga em qualquer canto.” Isso tá foda... Sabe então de serviço tá difícil, né? Tem a minha filha que estava trabalhando, certo? Ajuda também né? Mas isso aí, eu sinto que está difícil.

J: Beleza… Agora voltando um pouco pra questão das casas, quais que são as diferenças entre tuas casas anteriores e tua moradia e hoje, né? Pensando assim, antes fora da ocupação e hoje, o tempo todo que você está aqui. Tu acha que morar na ocupação te trouxe alguma vantagem, algumas vantagem?

P: Ah, trouxe, trouxe.

J: Pode, pode explicar...

P Trouxe, trouxe. Eu acho que daí nós vamos ficar que até amanhã falando das vantagem... Mas vou tentar resumir um pouco. Primeiro as pessoas que eu conheci, pessoas que eu digo da minha organização, as Brigadas Populares, isso tudo isso já isso é a vantagem, sabe? Conheci outro mundo, como eu falei pra ti, antes da ocupação sentava com o D. e hoje é [sou] outro D., Então isso é uma vantagem pra mim. Eu cresci cara, cresci e aí você... Tipo de comunidade, quer dizer, eu sempre morei em morro, sempre morei em morro, mas o morro é diferente do morar em uma ocupação.

J: Ah é? Explica um pouquinho.

P: Tem, tem a diferença. Porque no morro, é o seguinte, todo mundo que se conhece, vai crescer, vai se criando ali “ah o filho do fulano, da ciclana, bla bla bla”. Na ocupação não, na ocupação vem um cara do Estreito, da Palhoça, vem um da Barra e assim vai... Tchau minha filha, fica com Deus, tá?.. Então voltando, tem essa diferença aqui. A ocupação parece uma tribo com várias gente diferente. O morro também tem, hoje tem mais, só que com morro é o seguinte, tu nasceu ali, então tu vê as pessoas crescendo... Hoje a Ocupação Contestad, claro nasceu, temos o meu filho e a minha neta, Tem várias crianças nascendo aqui. Então pra essas crianças vai ser como se fosse o morro.

J: Mas tu acha diferente, então morar numa ocupação, de morar no morro?

P: Acho.

J: E tu prefere morar aqui, tu prefere morar no morro, como é que tu [prefere]...

P: Cara, eu prefiro morar em ocupação.

J: É mesmo?

P: A P. sempre, até porque quando eu saí do morro, mesmo a dificuldade [era] em morar em casa de parentes, a mãe dela, tudo. E mas eu adoro ir no morro, mas não sei...

J: Tu acha então que morar numa ocupação te trouxe vantagem assim?

P: Éé, eu prefiro morar numa Ocupação cara.

J: Em questão de situação de casa, até agora que é uma casa que é da da tua família...

P: É isso, é, oh, com certeza né? Ah não, tem diferença! Não, tem diferença, né? Imagina morar na casa, como eu falei, pô, no nosso cantinho não tem igual, né? Não tem igual, se o Miguelzinho quiser correr até dez horas da noite e eu ficar aqui do lado dele, ele pode correr. Se está na casa da minha mãe, minha mãe vai dizer “não pô, quero dormir, aguenta aí”, sabe?

J: E como que tu acha que... Quais que são as diferenças do momento que tu chegou na Contestado pro momento que hoje está aqui, o que que tu acha que tá diferente?

P: Da ocupação?

J: Da ocupação.

P: Ah sim, aí é, aí já mudou um pouco aí... É cara, não é que faltou a união, mas acho que aí faltou... Está muito cada um por si. Está um pouco, não quer dizer que o Contestado é todo cada um por si. A gente vê pelas Assembleia, [mas] na hora que o bicho pegar todo mundo se une, mas ainda faltou um pouco, faltou um pouco dessa... Antigamente era mais aqui, ó, pô o nego batia o martelo ali, e já tinha cinco ajudando, sabe? Hoje não está tão isso. Mas eu também entendo por um lado, porque... Isso quem me abriu os olhos e me ensinou um pouco foi o senhor O., a ocupação também é como se fosse um bairro e as pessoas mudam, vai mudando, é isso né? Tem até a pessoa assimilar “ah isso é uma luta, pá”, demora a entender, sabe? Então não me revolta, isso não me revolta.

E: Beijo pai!

P: Tchau minha filha, vai com Deus tá? Meu querido, um abraço!

J: Onde é que a gente parou? Deixa eu só, deixa eu só ver onde a gente parou... É, e quais que eram as principais diferenças de quando tu chegou na Contestado pro momento de agora?

P: Isso, aí a diferença primeiro isso. É tu saber que tu está batalhando pra uma coisa que vai ser sua, quer dizer, na verdade eu falo que não é mais minha e nem da Débora isso aí, a luta já vai ficar com os filhos, sabe? Vai ficar pra eles então quando sair o bom da coisa vai ser pra eles, sabe, então é isso. Então quando eu vim pra ocupação, então, e tamo aí, eu só vejo vantagem na minha vida, é óbvio que às vezes a gente tá aqui e satura, sabe?

J: Satura como?

P: Satura pela nossa atuação, né? Quer dizer, as vezes tem bastante gente aqui, "ah pô tem que ver isso...", isso também me incomoda um pouco, tem que ver que é legal pra nossa luta de militância, mas é um pouco também, que a gente às vezes... Né? Pô, as vezes é onze horas e tem gente batendo na porta, né? Então isso as vezes, e tu as vezes não tem um pouco de sossego, às vezes me incomoda um pouco, né? Mas logo em seguida vem que a gente também optou por isso, Mas me satura, mas não ao ponto deu chegar e "ah, quero ir embora e vamos sair daqui, vamos ficar um tempo fora", de todas as batalhas que a gente teve a gente nunca saiu, a gente sempre encarou, né?

J: É assim, as perguntas, elas são iguais pra todo mundo, então talvez essa parte aqui agora tu vai estranhar um pouco. Qual que é o teu envolvimento com as atividades na ocupação? Comenta se tu, a tua família, costumam participar das assembleias. Se tu já participou de alguma outra reunião de núcleo, de quadra, de alguma coisa assim, como é?

P: Cara, um monte.

J: Pode ir falando.

P: Um monte, um monte de reunião de quadra, meu Deus, um monte. Tem um monte de quebra pau, um monte de confusão... Um monte. A assembleia a gente está sempre está, hoje eu não to tanto, não posso negar, graças a Deus que a minha esposa representa bem demais, então [eu vou] quando é preciso, quando vejo que é uma assembleia muito cabulosa, o cara tem que estar ali pelo menos. Nem com a palavra mas estar do lado, eu acho que só a presença já basta. Sabe, eu acho que tá bem representado nós aí, as Brigadas também tá representado aqui, mesmo quando não vem a organização toda, mas quando tu vem, quando a D. vem, eu me sinto, digo "não, o cara tá bem representado", mas quando eu acho que vai pegar fogo ali… Se não eu fico tranquilo, com as crianças, sabe? Mas a gente já participou de um monte.

J: Tá, e qual que é a tua opinião sobre as assembleias, e se tu compreende essas atividades como atividades políticas?

P: Essa pergunta é boa, hein? Cara eu entendo que a assembleia, cara eu não entendo como atividade política a assembleia, não entendo. Até porque, como é que eu posso te dizer? Por mais que a gente [pense que] tudo é baseado em política, mas eu não entendo... Porque eu entendo que a assembleia é o povo que decide ali. Claro tudo é… Porra, é uma pergunta difícil, mas eu não entendo como se fosse coi-

sa política, eu eu entendo como se fosse todo mundo numa família e vamos tentar conversar resolver o que é melhor pra nossa casa. Eu entendo isso.

J: Entendi…

P: Que não deixa ele ser uma política, certo? Você tá me entendendo?

J: Eu estou entendendo, mas enrolou um pouco.

P: É, é, porque eu não... Que quando fala em política, que fosse alguma coisa pra propaganda política, “ah nós tamos ajudando alguém a militar”, eu não entendo com isso.

J: Então, mas o que o que que tu entende como uma atividade política, então, só pra gente diferenciar, o que que seria uma atividade política?

P: Eu entendo a nossa reunião das Brigadas como atividade política.

J: Ah tá. Aí isso é uma atividade política?

P: Pra mim é.

J: Na ocupação não?

P: As assembleias eu não entendo como atividade a política. Não as assembleia do Contestado... Por mais que a gente “ó tem que ser assim oi, oi” sabe? Mas eu, no meu no meu ver, a gente não tá fazendo “a política” em si, sabe? Porque a gente dá liberdade pro povo, se nossa assembleia tiver um Bolsonarista e ele levantar a mão, eu vou deixar ele falar.

J: E e como é que tu avalia as assembleias aqui, tu acha bom, tu acha positiva? Existe assembleia, tu acha negativa, existe assembleia?..

P: Não [aformação], a assembleia é positiva.

J: Só deixa eu terminar de perguntar. Por exemplo, essa coisa que tu falou, a gente vai deixar o cara falar, tu acha isso bom, tu achas que isso é ruim, q que que tu acha disso assim?

P: Não [afirmação], eu acho isso bom, eu estou numa democracia, tenho que ouvir falar, por mais que fala um monte de merda na minha frente, fala um monte de besteira, eu eu tenho que deixar ele falar, porque eu estou na democracia. Então é por isso que eu não entendo que a assembleia, é isso é meio confuso, que elas sejam um espaço político mas é um espaço democrático. É democrático! Então ali o seguinte, sabe? É um caso assim: nós estamos tentando resolver o problema da água mas vai levantar alguém a mão “mas aquela pipa que ficou no meu fio?” Então eu não entendo esses espaços [como] políticos, é espaço democrático ali. Não político, da militância nossa...

J: E tu acha que é um espaço então democrático de que assim? Qual que é o começo? Qual que é o fim da assembleia pra ti assim? Pra que que ela serve?

P: Pra organizar, né? Além de organizar a comunidade, e pra mim também a gente serve pra conhecer as pessoas, como é que o que o povo está pensando, sabe? Por que isso, acho que já teve caso aqui dentro de uma vez, a tia S., ela não mora mais aqui, vir em todas as assembleias... E na época do Joãzinho (PSOL), sabe? Ela votou no Joãozinho, e ela chegar a dizer pra nós “eu não vou votar no presidente de vocês porque o pastor mandou eu votar no Bolsonaro”, entendeu? E ela ia em todas as assembleias, sabe? E a gente tem que respeitar a opinião dela. Porque se eu usasse assembleia pra fazer “a política”, dizer: “oh, é assim, assim, assado, é assim, assim, assado”… Então eu não entendo a assembleia como espaço político por esse jeito, talvez agora eu me fiz entender, a gente não usa pra fazer a política não, que a política nós como temos a organização das Brigadas Isso é organização, a gente tá organizando.

J: Entendi. E tu acha que a assembleia que garante a organização da comunidade aqui?

P: A assembleia junto com as Brigadas Populares tão garantindo a organização.

J: Bom, e como que tu vê a relação dessas atividades na ocupação com outros eventos realizados no país, assim, como atos políticos. Acho que tu já respondeu um pouco, assim, mas qual que é a relação que tu acha que tu tem, por exemplo as assembleias, as atividades da ocupação, com atividades parecidas em outros espaços, fora da ocupação?

P: Aí a tua pergunta é como eu vejo assim, como eu vejo, “se é bom pra ocupação?” ou se é diferente?

J: Não, não, comparando assim, o que que tu vê que é diferente em uma atividade desse tipo realizado aqui pra outras fora?

P: Entre a assembleia e fora?

J: É, entre a ocupação e fora.

P: Ah po, tem diferença pra caramba.

J: É e ai?

P: Tem diferença porque, eu vou dar um exemplo, quando é um ato como teve essa semana, né? E esse ato a gente conseguiu ir na SPU, [mesmo] que era coisa da PEC [do PL de despejo zero em SC] sobre ocupação, da PL coisa e tal, sabe? Aí eu acho que harmoniza as coisas, né? Agora quando é um ato, então vamo lá, o fora Bolsonaro e pá, e aí que a minha cabeça de vez em quando mexe... Não vejo diferença em… E vou ser bem sincero, não vejo diferença em ajudar a ocupação.

J: Tu não ve diferença no sentido que tu acha que não contribui?

P: Isso. Tá, mas agora eu tenho que dar conta de te explicar. Porque são várias tribos diferentes ali nesse ato. Claro que vai ter a gente, nós vamos estar, as Brigadas Populares, vamo tar lá fazendo o nosso papel. Mas agora o ato em geral em si, eu acho que não. Eu acho que não porque... Isso é muito louco, porque assim, eu acho isso muito louco, por ter várias tribos, é assim, a gente das Brigadas a gente sabe que a gente está ali e a [nossa] própria luta teria o fora Bolsonaro, e a gente também quer levar a nossa bandeira pela moradia, sabe? Mas eu percebo que o restante do pessoal que está ali - e isso é talvez pode ser uma falha minha - mas eu vejo que não é a mesma pegada que a nossa.

J: Em que sentido? Tu acha que outras organizações são diferentes?

P: São diferente, são diferente. Eu já tiro pelo que eu estou no grupo do movimento negro do PSOL aí, pelo amor de Deus, eu botei uma coisa sobre ocupação, e tem mais de trinta cabeça ali mas ninguém pra dizer assim ó “Força aí!”, que loucura e eu sou negrão, por isso que eu não gosto dessas coisas, porque cara a luta é a mesma!

J: Como assim?

P: A luta é a mesma! O movimento negro é a mesma luta da ocupação. Entra aí no nos morro, nas vielas, na ocupação, quantos negros tem na favela? Um monte. E por que que o movimento não vem? Porque que o movimento não vem não vem um pouco? “Pô mas a gente a gente sabe que os negro estão vindo aí...” Mas o movimento só vem quando morre um negrão, sabe? Então é por isso que eu digo que quando tem esses atos grandes, de estar todo mundo junto, que a luta não é a mesma, as vezes está todo mundo junto e cada um por si. Eu entendo isso. Eu entendo isso e é por isso que até digo que eu parei de ir um pouquinho nesses atos. E eu lembro do último que eu fui… Vi nosso amigo L... e aquilo, sou um pouco revoltado, porra político chegando, macaco velho, chegando de carro, estacionando e se enfiar dentro do ato! Vou nem dizer nome aí, mas vi dois, que porra? E aí depois esses caras querem falar pra mim “pô é isso aí...” Porra mas que que é isso? Eles são do meu lado, são da porra da esquerda... Sabe? Então é por isso que eu digo que o ato, ele está cada um por si, entendeu?

J: Tá bom, bacana, entendi... E tá, da assembleia a gente já falou, e agora como é que tu avalia a presença das Brigadas Populares na ocupação?

P: Tem certeza que eu tenho que responder essa pergunta?

J: É que é igual pra todo mundo.

P: Poxa, aí, aí. Aí não dá, né? Eu vou falar de mim mesmo, que eu sou Brigadista, então não...

J: Tu não quer responder, é tranquilo.

P: É de sacanagem eu acho que vai ficar um pouco assim sabe?

J: Tu participa de outros momentos parecidos com o que tu tem nas Brigadas, na Ocupação Contestado em outros locais? Local de trabalho, igreja, alguma coisa assim?

P: Não.

J: Não?

P: Não. O único local que eu participo politicamente é só as Brigadas Populares.

J: E o e o PSOL tu não se identifica tanto, tu participa pelas Brigadas, como é que é isso?

P: Pelas Brigadas, o pra mim, cara assim ó, não ligo. Eu sou Brigadas Populares, tanto é que isso eu sempre deixei claro que eu sou Brigadas. Um dia eu sonho que a nossa organização vai ser o partido e aí eu digo “ah agora sim, aqui nós vai suar a camisa”, mas o eu não tenho o PSOL como… Os cara não veio, nunca fez nada. A gente está nove anos que o PSOL nunca fez nada. Então assim, nesse ponto o PSOL não é diferente do PT, nesse relacionamento. E digo mais, tenho mais afinidade com gente do PT que é o Lino, eu sou Lino, tá? Do que pessoa do próprio PSOL.

J: Agora a gente vai pra outra, saindo pros finalmente assim, né? Como é que tu avalia a situação do país em geral, do governo, a pandemia? Principalmente em relação as ocupações, né? Como é ver as ocupações nesse governo, na conjuntura que a gente tá agora?

P: Horrível, cara horrível. Eu acho que a pandemia ainda serviu de desculpa pra esse cara, que ninguém aguenta essa merda do Bolsonaro, ele ainda vai usar de desculpa “ah porque a pandemia...” ainda vai no fim, na campanha dele, vai ser a desculpa dele. Porque pandemia ou não, ia ser a mesma merda que está sendo, é? A minha visão é que ia ser a mesma merda, o cara não ia fazer nada, o cara é um escroto. Então pras ocupações está pior ainda, pra nós aqui, pro pobre está pior ainda! Sabe? E pro rico que é super rico está bacana, mas tem aquele rico que está aqui e está já está meio cabreiro, ele já se arrependeu. Que eu vi que o bicho também tá pegando ali no lado, e a gente conhece algumas pessoas que são [bolsonaristas], que votou e tá “puta que merda, que merda.”, então, sabe? Tá uma merda conjuntura tá uma merda, nossa política tá tá horrível.

E agora, pensando um pouco assim na conjuntura, no tempo que tu passou aqui, também de morador, qual que é a tua visão sobre a atuação do poder público e da prefeitura sobre as ocupações e sobre a Contestado em si? Tanto assim, tanto pra questão oferece serviço público, infraestrutura, etc… Tanto se…

P: Não oferece nada, a gente sabe que o CRAS foi uma batalha nossa, é nossa. Esgoto nós fizemos com a nossa próprias mãos, então não oferece nada, nada. Só oferece mentira “ah nós vamos resolver”… Não oferece nada, tanto aqui, como em outros lugar, como em outros morro que a gente sobe e viu, a gente já viu isso, a gente viu isso na campanha, né? Nós subindo em campanha e o prefeito de Floripa dando carne no outro lado da comunidade, sabe? E agora aí? Que que fez lá por cima? Não fez nada, sabe? Então a prefeitura não ajuda em nada

E bom, uma última pergunta pra encerrar, é como é que tu acha que a experiência da organização da ocupação pode te ensinar alguma coisa pras outras lutas né? Tu acha que ela te ensinou alguma coisa? Tu acha que ela pode ensinar?...

P: A minha vivência aqui?

J: Isso, como é que tu vê a relação assim entre a tua vivência aqui, a tua luta política, né? Tu foi candidato também, se quiser falar um pouco disso, como é que tu vê que qual que é a relação dessas duas coisas?

P: Aprendo todo dia né Jeff, Aqui a gente aprende todo dia. Então a vivência, a pergunta assim eu não vou conseguir responder, porque todo dia eu aprendo alguma coisa, todo dia eu estou aprendendo. Então como eu falei lá no começo, eu aprendi ser outra pessoa, isso eu posso dizer, eu aprendi ser outra pessoa, e todo dia o cara vai aprendendo a ser outra pessoa vivendo em uma ocupação, nesse meio político nosso. Todo dia a gente aprende a ouvir, e a gente aprende a falar a gente vê outra visão... O cara vê que tá certo, e aí ve que tá errado.

Entrevista formal com Suzana

J: Então, conta um pouco de ti. Quantos anos tu tem? Como é que é tua família? Onde que tu nasceu?

S: Eu tenho vinte e dois anos, eu nasci, eu acho que aqui em São José mesmo.

J: É? no Regional?

S: No regional, aí eu morei no centro, eu fui morara com a minha vó, e dai em 2012, eu acho, vim pra cá.

J: Tu foi morar na no centro com a mãe do teu pai?

S: Aham, lá na casa da minha vó.

J: E tu lembra que idade que tu tinha quando tu veio pra Contestado?

S: Eu tinha 13 anos.

J: E tu veio bem no início assim?

S: Desde o começo… Ficar, ficar, eu ficava lá, a minha mãe que ficava aqui desde o começo.

J: Como é que era antes onde tu morava e quando tu chegou aqui, assim, as diferenças que tu notou, tu lembra alguma coisa?

S: O espaço, né? Aí as pessoas também.

J: Em que sentido? Conta mais, q que é que tu estranhou?

S: Ai no começo não gostava muito, não. Eu não ia muito com essa ideia, mas depois eu fui me acostumando, né? Eu fui entendendo e aprendendo.

J: Mas tu não gostava em que sentido?

S: Não sei, só não gostava de ficar aqui.

J: E tu morou assim, teve algum momento que tu saiu e tu morou em outro lugar?

S: Não.

J: Direto aqui?

S: Direto aqui.

J: Ah entendi.

J: […] Tu mora aqui, tu teve uma filha, como é que tu acha que é em termos de atendimento assim da do município., é tranquilo conseguir creche, hospital, atendimento nos órgãos públicos?

S: É médio né? Porque… A creche foi muito tranquila que ela entrou bem pequenininha, então eu fui lá e no mesmo dia eu já consegui a vaga pra ela. Já a questão do atendimento médico é mais precário, porque ela tem que fazer uma cirurgia do adenóide e tá até agora pelo posto, é uma cirurgia simples, né? Mas não saiu ainda.

J: E pra ti como é que tem sido esse atendimento? Você precisa de CRAS, você precisa de alguma coisa?

S: Não, não utilizo, eu vou mais no posto mesmo pra fazer de rotina pessoal e é bem tranquilo. Esse posto aqui agora, o atendimento deles é muito bom, quando era o do Zanellato, era mais difícil.

J: Era mais difícil como?

S: O atendimento, eles não davam muita atenção, aí chegava lá, era sempre uma enrolação até pra ti conseguir marcar o exame, só entregar o papel pra moça já era uma dificuldade.

J: E tu acha que tem alguma coisa a ver com o local de moradia? Com preconceito, ou só desorganização?

S: Eu acho que é mais a desorganização mesmo. Porque aqui, querendo ou não é o mesmo ambiente, né? O mesmo meio, que é mais a desorganização mesmo. Porque aqui querendo ou não é o mesmo ambiente, né? O mesma o mesmo meio, e assim, é mil vezes melhor.

J: E bom, como é que tu avalia, assim, em termos de morar aqui, pode se comparando como tu morava antes, ou só pensando como é que tu mora aqui. Tu disse que tu foi se acostumando, o que que foi esse processo? O que que tu acha de morar aqui, e o que que tu acha da tua casa?

S: Como falei no começo eu não queria ficar aqui, não gostava nem um pouquinho, mas com o tempo eu fui me acostumando, eu fui me adaptando, né? É diferente, fui aprendendo e hoje eu não sei, eu penso, óbvio, que um dia todo mundo vai sair daqui, mas eu to apegada.

J: É?

S: Muito.

J: Mas é o que assim exatamente?

S: Eu acho que ao ambiente mesmo, né? Construí querendo ou não, a minha vida tá sendo constrída aqui, e aí eu acho que vai ser bem difícil quando tiver que sair

J: E e qual que é o teu envolvimento com as atividades da ocupação, assim, assembléias, atividades culturais, tu participa?

S: Antes eu não era muito… eu não participava, era muito menos, agora estou começando a participar, estou começando a ir nas manifestações, estou começando a participar das reuniões, porque eu acho que eu realmente não participava, agora eu to começando a me envolver mais.

J: E qual que é a tua opinião sobre essas atividades?

S: Eu acho... Até eu ver... Eu vejo assim, pra mim, né? Como experiências formativas.

J: Formativas?

S: São tipo, me ajuda a formar opinião, a ter um olhar diferenciado pras coisas.
J: Mas assim, vamos voltar nesse assunto que ela é legal, e aí tu vai formando a opinião através dessas atividades, tu diz de manifestação? Tu diz das assembleias também ou não?

S: Também… Na assembleia eu acho que eu aprendi mais é ouvir a opinião alheia, né? É a entender o outro, escutar, porque é difícil, né? Tu aprende né? Mas em relação as manifestações, as reuniões, eu estou começando a ir.

E, por exemplo assim, tu acha que essas atividades que você vai, elas são políticas, tu compreende elas como as atividades da luta por moradia assim, as assembleias aqui, ou tu faz alguma separação do que é feito aqui, o que é feito fora.

S: Eu não separo, porque eu penso assim, né? Se a gente não não tiver ativo, tipo não mostrar em outros lugares também que a gente está aqui, querendo ou não, a gente não vai ter visibilidade fora daqui, né? O nosso intuito é fazer alguém olhar pra cá e ajudar, né? Eu creio que é isso.

J: Entendi. E bom, nessa ideia das das atividades formativas, assim, tu acha que isso contribui pra que na tua vida?

S: Eu vou dar um exemplo, que eu entrei na faculdade, né? Desde sempre eu quis ser professora, e depois que eu comecei a participar desses ambientes mais formativos, tipo eu mudei totalmente a minha opinião, depois que eu trabalhei no colégio… Tipo eu quero trabalhar voltada pra essa questão social, por isso que eu quero fazer Serviço Social. Eu acho que foi aí já que, tipo, o meu senso crítico também, eu acho que ele vem vindo desses momentos, assim, que eu participo, fora outras coisas que eu já fazia na escola e tudo o mais.

J: E tu falou que tu trancou a faculdade, tu fazia faculdade de quê?

S: De pedagogia.

J: Pedagogia. E agora tu acha que o serviço social ele te ajuda mais?

Sim é, eu fiz, o curso eu comecei, só que realmente eu não conseguia mais ir, eu não sei se era o ambiente, se era as pessoas, se é mesmo o curso que realmente não fluiu, né? Não porque eu tinha dificuldade, mas eu percebi que realmente não ia rolar, e eu acho que o ambiente também, né? Já falei, eu faço 50 mil provas, eu morro estudando até eu passar numa universidade pública.

J: Tu falou ali que nas assembleias tu vai mais pra ouvir, Que que tu acha da assembleias que acontecem aqui?

S: Eu acho certo, tem que existir, só que às vezes parece que é ruim né? Porque não quase não vejo ninguém, quase nunca tem ninguém, então é meia dúzia de gato pingado que discute ali, só que não vê o resultado daquilo que falaram, tu pega a ata tem quinze assinaturas de cem famílias que moram aqui dentro. Se vem um representante de cada família, no mínimo tinha que ter umas noventa assinaturas ali, então as vezes é por isso que as coisas nem fluem.

J: E como é que estava ali a presença das Brigadas Populares na ocupação? Ninguém vai saber pode falar o que tu quiser.

S: Maravilhosa... Eu acho até porque é, que nem eu falo pras pessoas que, né? Que constroem a luta, que fazem... Só que imagina sem esse apoio? Ninguém tem uma base. A maioria das pessoas são leigas mesmo, não sabem, né? Elas precisam de alguém pra explicar, pra ajudar, pra fazer entender. Eu acho muito importante.

J: E aí, qual que é o papel das Brigadas nisso assim?

S: Ai, não sei explicar.

J: Não, tudo bem, então a gente segue aqui. E tu participa, tu falou que trabalhava no colégio, mas pode ser também na faculdade, outros lugares, tu participava de algum outro momento que tu tinha sem acesso assembleias, a eventos formativos...

S: Na escola muito já, eu já fui fazer parte da pastoral do colégio, né? A gente tinha sido contratada, e a gente tinha muita experiência formativa, já do colégio, mais voltado assim pra formação política dos jovens. E eu já fui tipo representar em Lages... Aí lá no CAT, né? Lá na Beira Mar de São José, tem sempre aquelas assembleias... Ai esqueci que já faz muito tempo... Eles fazem umas assembleias lá, ou eles elegiam jovens para ir representar o Estado em outros lugares, em outras assembleias.

J: Mas tinha um negócio religioso junto?

S: Não, era tipo um voltado mesmo pra política, também pra educação política dos jovens.

J: E era da escola?

S: Não, não era do colégio, é do é do município, tipo, são vários... Todo mundo, toda escola tem representante. Assim, é bem bacana é bem legal.

J: E era discutido assim, “solução pra educação em São José”?

S: É exatamente, a educação, é saúde, até mesmo meios de aproximar os jovens... Assim, a gente tipo... Por exemplo, o CRAS, tinha muita formação explicando, mostrando, mostrando o direito que a gente tem, o que a gente pode fazer, o que a gente não pode fazer, é bem legal.

J: Ah que legal. E tu acha que isso é parecido com o que acontece aqui dentro? É diferente...

S: Eu acho que é parecido, assim não exatamente com o que acontece aqui dentro, mas essas experiências como eu falei lá no começo que eu tive como experiências formativas ssão bem parecidas.

J: E a partir dessas atividades aqui, ou que tu fez fora, tu se sente parte de algum movimento de alguma luta?

S: Essa eu vou ficar sem te responder, porque realmente, eu não posso falar que eu faço parte da luta porque eu não to sempre ativa. Mas pode se considerar que sim.

J: Mas tipo assim, tu entende isso como uma luta então?

S: Sim.

J: E tu entende se isso é uma luta política, se não é, que que tu acha assim?

S: Política também, mas eu vejo mais... Como é que eu posso explicar, não sei explicar. Não sei como te falar, como explicar. Mas eu creio que sim. É porque, que nem eu vou dar um exemplo assim, até como se fosse até uma fila, tu furando fila, tu é corrupto. Aí também já a gente já pode falar de politicagem, né?

J: Entendi. E como é que estava ali a situação do país, do governo, da pandemia atualmente assim?

S: Precária. Muito né? A situação está bem triste, porque é um desleixo por falta de… não vou dizer só do Presidente, porque por trás dele tem muita gente também. Eu acho que ficou muito a desejar, né? Muita gente morreu, em vez de colaborar, parece que as coisas só aumentaram e eles só estão, tipo, vislumbrado ali o lucro deles, não pensando na sociedade.

J: E como é que é pra ti ver a situação de outras ocupações durante a pandemia, não sei se tu tá muito por dentro, se tu tem acompanhado…

S: Não, nem ali embaixo [Vale das Palmeiras]... Eu fui o que? Umas duas vezes? Mas também não, não fiquei ali pra escutar, pra ouvir.

J: E qual que é a tua visão sobre a atuação da prefeitura aqui, em outras ocupações? Que que tu acha, se eles comparecem, se não comparecem?

S: Não, não comparecem. Nem em ano de política, que ele tem que se eleger, eles dão os cara. Eu creio que não, não vejo esse comparecer aqui.

J:Aí última coisa assim sobre ocupação. Tu acha que a experiência aqui da Contestado ela pode ser usada pra... Ela pode ensinar algo pra outras lutas, pra outras ocupações?

S: Eu acho que sim, porque são 9 anos, mudou muita coisa, aconteceu muita coisa, né? Várias processos... Eu acho que sim.. É experiência, né? Troca de experiência na verdade, né? Mas uma boa troca de compromisso, né?

J: Aí acho que só pra acabar, assim, o roteiro mais ou menos já acabou, mas eu queria entender melhor, tu falou que tu se sentiu apegado aqui, né? Tu acha que morar aqui, tipo, é bom por causa de trabalho, de alguma coisa assim? Ou é mais pela galera?

S: Não, eu não falo nem de companhia, eu falo pelo lugar mesmo, eu não sei se é porque acostumou a viver, né? Mas é assim, eu me sinto apegada, mas não sei como explicar, mas não é um apego de pessoas, eu acho que é material, emocional, acho que tem isso.

J: E tu tá trabalhando ainda no colégio, não?

S: Não.

J: Na empresa de telemarketing né?

S: Isso.

J: E tu falou antes que tu estava trabalhando home office, como é que é isso, como é que está sendo? Conta um pouco disso.

S: Eles selecionaram, na verdade, as pessoas que já estavam trabalhando há mais tempo, e deram prioridade pra quem tem filho, né? Então não tem prazo assim pra voltar, porque a empresa realmente é muito cheia, então não tem espaço onde comportar tanta gente.

J: E tu está trabalhando de atendente de telemarketing?

S: Aham, para o Banco I. E trabalho em casa, aí se fosse lá na empresa eu não poderia nem usar celular, né? Não pode passar a catraca nem com o fone de ouvido no bolso. Aqui eu já tenho que ficar 24 horas por dia com o celular na mão. Não posso desligar o celular.

J: 24 horas, tudo diz que é 24 horas mesmo ou durante o turno de trabalho?

S: Não, durante o turno, né? Modo de dizer. Aquele tempo ali sou integral, sou obrigada a ficar com com o celular em contato direto com a minha coordenação.

J: E eles te deram celular pra isso?

S: Não, é meio WhatsApp mesmo ou e-mail.

J: Achei que era atendente, atendente [de telefone] mesmo, assim.

S: Não eu atendo pelo computador, é um sistema que tem no computador...

J: E tu já tu já trabalhou lá no centro? É ali em Floripa ali perto da Rio Branco, não?

S: Não. Só na Palhoça. tem ônibus fretado, né? A maioria é... São poucas pessoas daqui que trabalham no Centro, a maioria é na Palhoça.

J: E aí era mais era tranquilo ir pro trabalho assim…

S: Sim, é bem tranquilo, tem o horário, daí tem grupo e eles botam localização, então tu sabe o horário que ele passa que ele volta.

J: E é muito tempo de trajeto até a Palhoça?

S: De manhã é mais chatinho, porque tem muita fila. Mas quando não tem fila é tranquilo, 20 minutos.

ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Primeiro momento – Introdução

1a. Fale sobre você: Em que cidade nasceu? Quantos anos tem?
1b. Como é sua unidade familiar? Quantas pessoas? Idades?
1c. Discorra um pouco sobre a situação da sua casa atual, como foi construir ela, como se adaptou, o que gosta, o que não gosta (acho interessante para quebrar o gelo). Caso haja abertura, perguntar sobre as condições da construção, se pagou do próprio bolso, se comprou os materiais, se construiu pessoalmente, etc.
1d. Qual a situação de emprego e renda atual da família? As crianças frequentam escolas? Existe algum programa que deixa de atender a família? (CRAS, Bolsa família, postinho, etc)

Segundo momento

2a. Onde morava antes (cidade e bairro) e quando e como chegou na Contestado? Quanto tempo está na Ocupação?
2b. Qual era a situação da sua moradia anterior? Era alugada? Própria? Dividia com parentes ou mais pessoas?
2c. Qual a principal diferença entre a moradia atual e a anterior? Discorra se a Ocupação apresenta vantagem ou desvantagens.
2d. Discorra um pouco sobre as diferenças entre o momento que você chegou na ocupação, e o momento atual da Contestado. Do que você sente falta? O que você gosta?

Terceiro momento

3a. Qual seu envolvimento com as atividades na ocupação? Comente como você ou sua família costuma participar das assembleias, se já participou de outras reuniões, como de quadra ou núcleo, ou até manifestações públicas.
3b. Qual sua opinião sobre essas atividades? Discorra
3c. Você compreende essas atividades como atividades políticas, ou atividades de luta pela moradia?
3d. Você vê relação entre as atividades da ocupação com outros eventos do tipo realizados no país? Como protestos e outras manifestações?

Quarto momento

4a. O que você acha das assembleias realizadas na Ocupação? Discorra.
4b. Como você avalia a presença das Brigadas Populares na Ocupação?
4c. Você se recorda ou participa de outros momentos parecidos em outros locais, como no trabalho, igrejas, escolas, etc?
4d. A partir da realização dessas atividades, você se sente parte de alguma luta ou movimento social? Se sim, acha que essa luta é política? E por quê… Em caso de negativa, o que é (luta) política para você?

Quinto momento

5a. Como você avalia a situação do país em geral, o governo, a pandemia
5b. Como é para você ver a situação de outras ocupações no Brasil, em relação aos despejos e processos de remoção?
5c. Com a sua experiência, qual sua visão sobre a atuação do poder público e prefeitura sobre as ocupações?
5d. Em caso de envolvimento na luta por moradia ou outras causas, perguntar: você acha que a experiência de organização da ocupação contestado pode ensinar algo para outras lutas?

ANEXO IV – DOCUMENTOS RELACIONADOS À MESA DE NEGOCIAÇÃO

58 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 214, quarta-feira, 5 de novembro de 2014

AS - 10 vagas para embarcações de capacidade de 91 a 130 passageiros.

§4º Após a emissão dos Termos de Autorização dos prestadores de serviço aptos à renovação automática, serão concedidos novos termos de autorização conforme vagas residuais disponíveis em cada modalidade e classe de capacidade de passageiros, mediante priorização do atendimento aos seguintes critérios:

i.Prestador de serviço extrativista beneficiário das categorias A e B com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, vinculado à embarcação de até 24 passageiros;

ii.Prestador de serviço extrativista beneficiário atuante na prestação de serviço de turismo náutico, comprovado através do Cadastro de Beneficiários homologado e demais documentos (Rol Portuário, registros na carteira MAC ou contrato de trabalho);

iii.Prestador de serviço extrativista beneficiário das categorias A e B com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, com experiência na prestação de serviço de turismo náutico, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência;

iv.Prestador de serviço extrativista beneficiário com cadastro homologado pelo Conselho Deliberativo, com experiência de navegação na área da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência, comprovado através do Cadastro de Beneficiários homologado e demais documentos (Rol Portuário, registros na carteira MAC ou POP);

v.Comprovação de experiência em prestação de serviços de turismo náutico, priorizando aqueles que têm mais tempo de experiência.

§5º Os prestadores credenciados e que não tiverem concedida autorização, permanecerão habilitados para concessão de autorização caso haja desistência ou perda de autorização por parte de prestador de serviço autorizado, desde que se enquadre no quadro de vaga da modalidade requerida e da classe de capacidade de passageiros da embarcação.

Art. 6º Fica estipulado o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a partir da publicação desta Portaria, para os interessados efetuarem o credenciamento estabelecido no Art. 8º e providenciarem a abertura do processo de obtenção da Autorização Precária junto ao ICMBio.

§1º Os termos de autorização renovados são ratificados e terão validade de sua expedição até 31 de julho de 2015 e as novas autorizações terão validade da data da publicação desta Portaria até 31 de julho de 2015, podendo ser cancelados a interesse da Administração quando da publicação de nova Portaria baseada em novos regramentos de uso público, quando da homologação do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo.

§2º A administração da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo abrirá um processo de autorização específico em nome de cada requisitante, contendo os documentos para credenciamento e via do termo de autorização emitido. Aos prestadores que tiverem autorização renovada, não será necessária abertura de novo processo administrativo.

§3º O transporte de passageiros com embarcação com fins turísticos na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo só será permitido após a emissão e entrega do termo de autorização.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O Instituto Chico Mendes dará ampla divulgação desta Portaria aos diversos setores interessados.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 22, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST, considerando o disposto no art.1º inciso I e § 4º do Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/MP nº 250, de 23 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH a ser lotado no Hospital Escola da Universidade Federal de São Carlos em 392 (trezentos e noventa e dois) empregados.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, ficam contabilizados, à exceção dos empregados aposentados por invalidez, os empregados efetivos ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados que estão cedidos a outros órgãos, os empregados requisitados de outros órgãos, os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho, ou por qualquer outra razão e os servidores estatutários que exerçam suas atividades no Hospital Universitário.

Art. 3º Fica a empresa autorizada a gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO BARELLA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 271, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei nº 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, e de acordo com os elementos que integram o processo nº 04972.000603/2011-36, resolve:

Art. 1o Declarar de interesse do serviço público o terreno da União de 109.281,45m² , sito à Avenida das Torres, Bairro Jardim Cidade, no município de São José-SC, para a implantação do projeto de regularização fundiária de interesse social, provisão habitacional do programa MCMV, do Ministério das Cidades e desenvolvimento local, tais como: praça; áreas verde, lazer e preservação ambiental; base da guarda municipal ambiental, ruas; upa porte II; escola de ensino fundamental; creche; equipamento da assistência social e de-legacia especializada da criança, adolescente, Mulher e do Idoso, classificado como terreno Nacional Interior, cadastrado no SPIUnet, sob o RIP 8027 0007.7.500-8, sob matrícula nº 40.747, de 25.168,00m², matrícula nº 40.748, de 23.129,4550m² e matrícula nº 40.749, de 60.984,00m², do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC.

Parágrafo Único - As áreas acima apresentam caracteristicas e confrontações descritas nas matrículas constantes dos registros de fls. 196/198 do processo em epígrafe.

Art. 2o As áreas das matrículas constantes no art. 1o desta Portaria é de interesse público na medida em que sera destinada à execução de projeto de regularização fundiária/provisão habitacional de interesse social e desenvolvimento local, beneficiando aproximadamente 166 familias do programa habitacional e 30 mil habitantes no seu em torno, com equipamentos públicos.

Art. 3o A SPU/SC remeterá ofício ao Cartório de Registro de Imóvel competente, para averbação da área na forma declarada, e enviará ao Municipio de São José/SC, cópia desta Portaria, para conhecimento e providências necessárias que o caso requer.

Art. 4o Fica revogada a Portaria nº 373, de 25/11/2013, publicada no DOU, de 24/12/2013, tendo em vista que o lote de 381,94m², está inscrito na área em maior porção do objeto da matrícula nº 40.749, referenciado no art. 1º acima.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da competência que lhe foi autorizada pela Portaria SPU n 40, de 18.03.2009 publicada no Diario Oficial da União de 20.03.2009 alterada pela Portaria SPU nº 217, de 16/08/2013 publicado no Diário Oficial da União de 19.08.2013, e os elementos que integram o Processo nº 10283.001315/90-92, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rerratificação da Escritura Pública de Compra e Venda, celebrada entre o Senhor Raimundo das Chagas da Silva e o Ministério da Marinha - Capitania dos Portos dos Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, do imóvel com area de 362,50m², perimetro de 83,00 metros e área construida de 120,00m², localizado na Rua de 21 de Setembro, nº 164, Centro, Município de Eirunepé, Estado do Amazonas, lavrada no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM, em 29 de março de 1989, Livro nº 038, Fls. 12v, 1º Translado e Matriculado sob o nº R. 06-51, Fihas 049, Livro 2-A-B/Registro Geral no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria após registrado em nome da União, destinar-se-á ao Ministério da Defesa/Comando da Marinha, para residência de militar em atividade na Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental/Agência Fluvial em Eirunepé.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 93, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2º, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, § 3º do art. 64 do Decreto-Lei nº 9760/46, inciso I do artigo 18 da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998 e com base nos elementos que integram o processo nº 04926.000751/2012-97, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Maria da Fé/MG, do imóvel denominado Estação Ferroviária de Maria da Fé - NBP 2203611-0 com 167,77m² de área construída, uma caixa d'agua S/NBP e o terreno do patio - NBP 2006260-0, composto por área de 10.860,00m², situado no Município de Maria da Fé/MG.

Art. 2º - O imóvel objeto da presente cessão destina-se ao uso no interesse público, desenvolvimento de projetos culturais e preservação da memória ferroviária.

Art. 3º - O prazo desta cessão de uso gratuito será de 20 anos, prorrogável por iguais períodos, a critério da Secretaria do Patrimônio da União do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo ser rescindida, a qualquer momento, no caso de necessidade ou interesse público superveniente devidamente fundamentado pela União.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 23, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000649/2014-12 resolve:

Art. 1º Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Cláudia Maria de Sousa Silva do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 125,86m², situado na Rua Vera Cruz, nº 128, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Norte, 6,00m, confrontando-se com a Rua Vera Cruz; lado direito ou Leste, 20,61m, confrontando-se com a residência de Teresa da Silva Sales, lado esquerdo ou Oeste, 20,00m, confrontando-se com a residência de Benedito Sousa; Fundos ou Sul, 6,40m, confrontando-se com a residência de Dona Branca, perfazendo uma área total de 125,86m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada em 06/10/1971, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0002134-22.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

I - der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pelo art. 2º;

II - der em locação total ou parcial a fração ideal do imóvel:

III - transferir a terceiros, a qualquer título, a fração ideal do imóvel concedida, sem a prévia e expressa autorização da SPU;

IV - adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural, de acordo com o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; ou

V - falecer sem deixar herdeiros, ou com herdeiros que sejam proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

PORTARIA Nº 24, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, VIII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União; com fundamento no artigo 183, § 1º, da Constituição Federal; no artigo 4º, V, "h" da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; na Medida Provisória nº 2.220 de 2001; e no art. 22-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04911.000674/2014-04 resolve:

Art. 1º. Autorizar a outorga de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, gratuitamente e por tempo indeterminado à senhora Estela Maria Aguiar de Carvalho do imóvel conceituado como acrescido de marinha, com área de 166,60m², situado na Rua Vera Cruz, nº 146, Bairro São José, Município de Parnaíba/PI.

Parágrafo 1º. O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Frente ou Norte, 4,90m, confrontando-se com a Rua Vera Cruz; lado direito ou Leste, 34,00m, confrontando-se com a residência de Albertina Barroso Pereira - nº150, lado esquerdo ou Oeste, 34,00m, confrontando-se com a residência de Cilene Andrade de Sousa - nº 140; Fundos ou Sul, 4,90m, confrontando-se com ocupante desconhecido, perfazendo uma área total de 166,60m².

Parágrafo 2º. O imóvel descrito no parágrafo primeiro deste artigo está conceituado como terreno acrescido de marinha por força de LPM de 1831, aprovada em 06/10/1971, conforme Processo Administrativo 17339.000016/97-72, e está devidamente cadastrado nesta SPU/PI sob o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP nº 1153.0101309-29.

Art. 2º O Imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à moradia da concessionária e sua família.

Art. 3º A concessão descrita no art. 1º extingue-se de pleno direito se a concessionária:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014110500058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Data e h
Local: C

Assunto
quanto a
109.281
de regua

ATA DE REUNIÃO (CONTESTADO)

No terceiro dia de maio de 2016 reuniram-se na Prefeitura Municipal de São José, na Avenida Acioni de Souza Filho, nº 403, Praia Comprida, São José, no Gabinete da Prefeita Adeliana Dal Pont, sala de Reuniões, às 14h os seguintes representantes: Secretaria Municipal de Governo , através do senhor Waldemar Bornhausen Neto, Secretaria Executiva de Projetos Especiais, através do senhor Luiz Fernando de Aquino, Secretaria do Patrimônio da União, através da pessoa do senhor Humberto Pereira de Almeida, FAENGE empresa de serviços de engenharia, através da pessoa do senhor Fábio Luiz Machado, o representante da GIGOV Caixa econômica Federal, senhor Jorge Luiz Hermes Junior e o Secretário da Brigada Popular, senhor Pedro Otoni, a senhora Karina Muller Costa, Assistente Social da PMSJ, assim como alguns representantes da comunidade conhecida como CONTESTADO. O intuito da reunião era atualizar as ações para viabilizar unidades habitacionais às famílias cadastradas no Assentamento da Comunidade Supracitada.

As primeiras constatações foram a cerca do levantamento das pendências solicitadas pelo Cartório de registro de Imóveis de São José. A Fahenge que está à frente do trabalho de retificação das matriculas dos terrenos que formam a unidade de terras a serem doadas para o FAR e Prefeitura de São José, junto com o senhor Humberto do SPU, prontificaram-se de na data de hoje estarem visitando o cartório em busca de novidades no processo de retificação.

Os representantes da comunidade pediram maior celeridade neste processo, visto quês estas questões burocráticas vão contra os prazos, segundo eles, já mencionadas em reuniões anteriores, visto que essas obras já teriam que iniciar em julho de 2016.

Foi comentado depois de alguns questionamentos, que o número de famílias cadastradas em acordo firmado entre partes e Ministério Público era de 102 famílias e somente estas famílias do CONTESTADO poderiam ser contempladas com as unidades habitacionais que estão se viabilizando no terreno da Avenida das Torres, hoje de posse do SPU a ser doado para o FAR. O senhor Jorge da GIGOV CAIXA comentou que no mesmo terreno, há a intenção de fazer unidades habitacionais para famílias em área de risco na comunidade vizinha ao terreno, Jardim Solemar, onde existem programas vinculados à urbanização de favelas e reassentamentos de unidades em ÁREA DE RISCO.

Elencaram-se algumas etapas para definir melhor algumas diretrizes e seus respectivos prazos:

1 – Retificação do terreno para doação: Em função de ter pendências de outros fatores externos e do próprio Registro de Imóveis, não se conseguiu definir uma data para finalização dessa etapa.

2 – Definição de poligonais dentro do terreno onde ficarão as Unidades Habitacionais, para que seja solicitada a doação específica para estas. (Secretaria de Projetos Especiais, Fernando) 30 dias para definição.

3 – Fazer um ato para contratação de empresa de projeto para planejar as unidades habitacionais (Chamada Pública ou Licitação) definição de data após a divulgação das regras e normativas para o programa Minha Casa Minha Vida fase 3. Sem prazo definido.

A Reunião teve fim às 15:30h e a lista de presença com respectivos contatos está anexa a está ATA.

Luiz Fernando de Aquino

São José, 03 de maio de 2016.

Secretário Exc. de Projetos Especiais
Luiz Fernando de Aquino